

200727899

Orientadora: Profa. Dra. Zeila de Brito Fabri Demartini

Assinatura: *Zilda de Brito Tabuete*
Orientadora

Barão de Amparo Borges Ferraz
Zélio de Brito Labriola de Art.

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL
SEÇÃO CIRCULANTE

UNIDADE	BC
Nº CHAMADA	UNICAMP
	F884e
V	EX
TOMBO BC	55328
PROC.	16-124103
C	☐
D	☒
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	21/08/03
Nº CPD	

CM00188044-4

BIB ID 297137

**Catálogo na Publicação elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Bibliotecário: Gildenir Carolino Santos - CRB-8ª/5447

Freitas, Anamaria Gonçalves Bueno de.
F884e Educação, trabalho e ação política : sergipanas no início do século XX /
Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas. -- Campinas, SP: [s.n.], 2003.

Orientador : Zeila de Brito Fabri Demartini.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas,
Faculdade de Educação.

1. Educação – História. 2. Educação feminina. 3. Mulheres na política.
4. Mulheres nas profissões. 5. Sergipe – História. I. Demartini, Zeila de Brito
Fabri. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III.
Título.

03-070-BFE

ANAMARIA GONÇALVES BUENO DE FREITAS

**EDUCAÇÃO, TRABALHO E AÇÃO POLÍTICA:
SERGIPANAS NO INÍCIO DO SÉCULO XX.**

200327899

Trabalho apresentado como exigência parcial para obtenção do título de doutora na área de Educação Sociedade e Cultura à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, sob a orientação da Professora Doutora Zeila de Brito Fabri Demartini.

Campinas, 2003.

A Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro,
Itala Silva de Oliveira e
Maria Rita Soares de Andrade
(*in memoriam*)

Às minhas avós, Floriana Leal de Freitas e
Maria de Lourdes Gonçalves,
pela sabedoria

Ao meu pai, Elifas Antonio de Freitas (*in memoriam*) pela
crença no poder das mulheres

À minha mãe, Rosemary Gonçalves Bueno e Freitas pela
presença constante e pela amizade inestimável

Às minhas irmãs Adriana e Andréa, por tudo!

Ao meu filho Felipe, pela fantasia e por me pedir todas as
noites antes de dormir, uma história diferente

AGRADECIMENTOS

Não seria possível a realização deste trabalho sem a ajuda direta ou indireta de muitas pessoas...

Gostaria em primeiro lugar de agradecer à minha orientadora, Profa. Dra. Zeila de Brito Fabri Demartini, pela relação de autonomia, confiança e amizade construída ao longo destes quatro anos; Aos professores que generosamente participaram do Exame de Qualificação e da Defesa, Profa. Maria do Amparo Borges Ferro, Profa. Dra. Águeda Bernadete Bittencourt, Profa. Dra. Liliana Rolfsen Petrilli Segnini, Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento, Profa. Dra. Maria Christina Siqueira Souza Campos e Profa. Dra. Aparecida Neri de Souza, pelas críticas e sugestões inestimáveis;

Às colegas de orientação Ana Maria Melo Negrão e Dirce Maria Falcone Garcia, pela amizade consolidada e pela solidariedade;

Aos colegas do Doutorado, em especial, Regina Monteiro, Maria Amália de Almeida Cunha, Marisa Nunes Galvão e Odilon Luiz Poli pela partilha de expectativas e sonhos;

Aos funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação, pela atenção dispensada;

A Arine Alves, Solange Patrício e Rita de Cássia Dias Leal, primeiras auxiliares de pesquisa deste estudo, que não pouparam esforços, como “copistas” de artigos de jornais antigos;

Aos diretores e funcionários dos institutos, centros de documentação e arquivos pesquisados, em Aracaju, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo, pela atenção e paciência em atender as minhas insistentes solicitações;

Aos familiares e contemporâneos das sergipanas pesquisadas e a todos aqueles que gentilmente prestaram depoimentos e favoreceram a possibilidade de realização deste trabalho;

À Profa. Dra. Wilma Porto de Prior e ao Prof. Dr. Marcos Cezar de Freitas que auxiliaram com sugestões teórico-metodológicas significativas o primeiro esboço do projeto de pesquisa do Doutorado;

Aos pesquisadores Luiz Antonio Barreto e Jackson da Silva Lima, que não pouparam esforços em me concederem informações valiosas sobre a sociedade e a cultura sergipana;

À Profa. Eugênia Andrade Vieira da Silva, um agradecimento especial, pela dedicação incansável na busca de fontes no Arquivo do Poder Judiciário de Sergipe, e pela amizade desenvolvida;

À Profa. Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do Nascimento e à Profa. Josefa Eliana de Souza, pela socialização de fontes de pesquisa, pelo estímulo, de perto e de longe, nos últimos anos;

Aos colegas pesquisadores do Núcleo de Pesquisa Sociedade e Educação da Universidade Federal de Sergipe, pelo apoio e atenção;

Aos professores do Departamento de Educação da Universidade Federal de Sergipe, pela licença concedida para a realização do Curso de Doutorado e a substituição das minhas atividades didáticas;

Ao casal Grunennvaldt, Ana e Tarcísio pela partilha de projetos de vida ;

Aos amigos recentes, Fábio Alves, Christianne Gally e Itamar Freitas, pelo apoio e pela disponibilidade em localizar fontes e referências valiosas para a minha pesquisa;

Aos meus ex-alunos que hoje estão realizando o Mestrado, pela confiança e pela torcida ;

Às amigas certas das horas incertas, Lenise Mitidieri Garcia Dobermann, Márcia Regina de Oliveira, Lia Cristina Barreto Alves, Dilma Maria Andrade de Oliveira e Ilná Andrade, pela presença e pela disposição em dividir comigo os momentos difíceis;

Às amigas e cientistas da alma e do corpo, que cuidaram de mim e de Felipe, nos últimos anos, agradeço a paciência em ouvir as queixas repetidas e a pergunta sempre precisa: “- E então, quando é que termina?” Dra. Rosa Corumba, Dra. Suzana Margareth Andery, Dra. Maria Fernanda Camarano e Dra. Carla Cristina Braz;

Aos meus familiares, pelo incentivo e pela compreensão da minha ausência em momentos importantes de suas vidas;

À Bárbara Dias Leal pela atenção e talento nos teclados, na formatação, e pelo sacrifício de seus momentos de lazer para colaborar na finalização da Tese;

À Denise, pela execução precisa dos trabalhos domésticos, pela disponibilidade em atender as nossas necessidades sempre de bem com a vida, e pela insistente vontade de saber quando poderia realmente “arrumar a casa e todos estes papéis...”

A CAPES, pelo apoio financeiro, através do Programa de Bolsas do PICDT.

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

LISTA DE QUADROS

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E IMAGENS

RESUMO

ABSTRACT

PALAVRAS INICIAIS 01

CAPÍTULO 1-RECURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA. 09

Abordagem biográfica: trajetórias e itinerários 10

Retratos biográficos 14

Fontes pesquisadas: limites e possibilidades 16

Depoimentos: informantes e instrumentos 23

Trabalhando com acervos diversos 26

CAPÍTULO 2 - A ESCOLARIZAÇÃO DAS MENINAS E JOVENS SERGIPANAS, NA PASSAGEM DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX 31

O projeto de escolarização para as mulheres sergipanas 33

Os lugares da escolarização feminina sergipana 40

A formação de professores 50

A ampliação da escolarização em Sergipe 53

Algumas Considerações 61

CAPÍTULO 3 - PERCURSOS ESCOLARES: DA FORMAÇÃO DAS “MOÇAS PRENDADAS” À CONQUISTA DE ESPAÇO NAS INSTITUIÇÕES MASCULINAS 65

Quintina Diniz e o Colégio Inglês 66

Itala Silva de Oliveira: do Colégio N. Sra. de Lourdes à Faculdade de Medicina da Bahia 75

Maria Rita Soares de Andrade: do Grupo Escolar à Faculdade de Direito da Bahia	92
Aproximações e distanciamentos entre os percursos escolares	95
CAPÍTULO 4 - O EXERCÍCIO PROFISSIONAL: DESAFIOS E CONQUISTAS	101
Quintina Diniz: do magistério à Assembléia Legislativa	107
Quintina na Assembléia	124
Itala Silva de Oliveira: Magistério, Imprensa e Medicina	127
Itala e a Liga Sergipense contra o Analfabetismo	129
Itala e sua atuação na imprensa: propostas e polêmicas	134
Itala e a Revista Feminina	142
Itala e o exercício da Medicina	146
Maria Rita Soares de Andrade: Direito, Imprensa e Magistério	152
Maria Rita e os processos para o exercício do magistério no Atheneu	154
Maria Rita e a Revista Renovação	169
Novos processos na justiça para garantir seu exercício profissional	176
Maria Rita e a mudança para o Rio de Janeiro: conquistas e perdas	178
Encontros e desencontros	182
5. AÇÃO POLÍTICA: MULHERES SERGIPANAS NO ESPAÇO PÚBLICO	189
Quintina na Assembléia Legislativa: eleição e atividades	191
Quintina e as homenagens recebidas	200
Itala e a instrução pública: polêmicas na imprensa	203
Itala e as homenagens não recebidas	220
Maria Rita e o envolvimento com o feminismo: Rio de Janeiro e Sergipe	221
Maria Rita e as homenagens recebidas	239
Mulheres sergipanas no espaço público: difícil de lembrar, impossível de esquecer	240
ALGUMAS ANOTAÇÕES FINAIS	245
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	249
ANEXOS	279
Anexo 1	281
Anexo 2	287

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

IHGS – Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

BPED – Biblioteca Pública Epifâneo Dórea

UUF – União Universitária Feminina

FBPF – Federação Brasileira pelo Progresso Feminino

UFS – Universidade Federal de Sergipe

APES – Arquivo Público de Sergipe

PSD – Partido Social Democrático

PRS – Partido Republicano de Sergipe

PDPH – Programa de Documentação e Pesquisa Histórica

PIBIC – Programa Integrado de Bolsa de Iniciação Científica

HISTEDBR- Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

LISTA DE QUADROS

CAPÍTULO 2

QUADRO I – As instituições privadas de ensino femininas e mistas, em Sergipe, no final do século XIX e primeiras décadas do século XX.

QUADRO II – População Escolar do Estado de Sergipe em 1935, no ensino primário.

QUADRO III – Movimentação de Matrícula das Escolas Primárias Estaduais. Sergipe (1925-1936).

QUADRO IV – Movimentação de Matrícula das Escolas Primárias Privadas. Sergipe (1926-1936).

QUADRO V – Distribuição das alunas do curso normal em 1936, em Sergipe.

CAPÍTULO 4

QUADRO VI – Principais dados demográficos do Estado de Sergipe e da cidade de Aracaju, segundo os recenseamentos gerais, no período de 1872-1920.

QUADRO VII – Distribuição da população do Estado de Sergipe e da cidade de Aracaju, segundo as áreas profissionais em 1920.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E IMAGENS

CAPA

Desfile das alunas da Escola Normal. Aracaju.

Fonte: Memorial de Sergipe. Coleção Rosa Faria, Seção Iconográfica.

CAPÍTULO 1

Foto 01 - Foto pequena Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro

Foto 02 - Foto pequena de Itala Silva de Oliveira

Foto 03 - Foto pequena de Maria Rita Soares de Andrade

CAPÍTULO 2

Foto 04 - Escola Normal Ruy Barbosa - Aracaju/SE

Fonte: Memorial de Sergipe. Coleção Rosa Faria. Seção Iconográfica.

Foto 05 - Instituto Profissional Coelho e Campos - Aracaju/SE

Fonte: Memorial de Sergipe. Coleção Rosa Faria. Seção Iconográfica.

Foto 06 - Colégio Nossa Senhora de Lourdes

Fonte: Memorial de Sergipe. Coleção Rosa Faria. Seção Iconográfica.

Foto 07 - Grupo Escolar Barão de Maroim - Aracaju/SE

Acervo: Memorial de Sergipe. Coleção Rosa Faria. Seção Iconográfica.

Foto 08 - Seção Feminina do Grupo Escolar General Siqueira - Aracaju/SE

Fonte: Memorial de Sergipe. Coleção Rosa Faria. Seção Iconográfica.

CAPÍTULO 3

Foto 09 - Foto Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro

Foto 10 - Laranjeiras – Fórum. Construção do Século XIX. Onde funcionou o Clube Republicano Laranjeirense.

Foto 11 - Laranjeiras. Fonte: Cidades Históricas. Sergipe/Brasil. Emsetur

Foto 12 - Foto Itala Silva de Oliveira

Foto 13 - Praça Fausto Cardoso.

Fonte: Memorial de Sergipe. Coleção Rosa Faria, Seção Iconográfica.

Foto 14 - Mercado Municipal de Aracaju.

Fonte: Memorial de Sergipe. Coleção Rosa Faria, Seção Iconográfica.

Foto 15 - Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

Fonte: Memorial de Sergipe. Coleção Rosa Faria, Seção Iconográfica.

Foto 16 - Foto Maria Rita Soares de Andrade

Foto 17 - Grupo Escolar Siqueira de Menezes.

Fonte: Memorial de Sergipe. Coleção Rosa Faria, Seção Iconográfica.

CAPÍTULO 4

Foto 18 - Rua Maroim, Aracaju/SE

Fonte: Memorial de Sergipe. Coleção Rosa Faria. Seção Iconográfica

Foto 19 - Escola Normal Rui Barbosa

Fonte: Jornal da Cidade. Caderno Mais! & Educação. Aracaju, 23/06/2002. p. 05.

Foto 20 - Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe.

Fonte: Memorial de Sergipe. Coleção Veio. Seção Iconográfica.

Foto 21 - Foto pequena de Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro

Fonte: Sergipe Unido em 1935

Foto 22 - Capa da Tese de Medicina de Itala Silva de Oliveira.

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora.

Foto 23 - Capa da Tese de Concurso de Maria Rita Soares de Andrade

Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora

Foto 24 - Bertha Lutz

Fonte: Revista Renovação n.12. 1931

Foto 25 - Mausoléu construído em homenagem ao poeta João Passos Cabral. Cemitério São João Batista, Rio de Janeiro/RJ.

Fonte: Arquivo particular da pesquisadora.

CAPÍTULO 5

Foto 26 – Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro, acompanhada dos Deputados: Pedro Diniz Gonçalves. Cônego Miguel Monteiro Barbosa, Otoniel da Fonseca Dória, Luiz Garcia e Otávio Aragão.
Fonte: Pina (1994, p. 209).

Foto 27 – Maria Rita e um grupo de feministas. Excursão da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino ao Recreio dos Bandeirantes.
Fonte: Portinho (1999, p. 49).

Foto 28 - Charge. Raul. Irreverência. Jornal do Brasil.
Fonte: Arquivo Nacional – FBPF – AP46. Caixa 46. Pacote 02 – Recortes de jornais encadernados 1929-1930.

Resumo: Este texto analisa o processo de educação feminina, em Sergipe, nas primeiras décadas do século XX, a partir de uma abordagem histórico-sociológica. Trata das trajetórias de escolarização e inserção no mercado de trabalho de três sergipanas, Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro (1878-1942), Itala Silva de Oliveira (1897-1984) e Maria Rita Soares de Andrade (1904-1998), evidenciam táticas e estratégias em busca da emancipação feminina e de ocupação, de espaços considerados masculinos, de forma pioneira. Trabalhou-se com as seguintes fontes: relatórios e mensagens oficiais, atas de instituições escolares e de associações intelectuais e educativas, atas da Assembléia Legislativa, a grande imprensa e a imprensa cultural-literária e feminina, teses de concurso e de conclusão de curso, crônicas, cartas e depoimentos orais, entre outros. A visibilidade do engajamento profissional e político dessas três mulheres, nos espaços públicos dentro e fora de Sergipe, contribuíram para a produção de diferentes significados sobre as mulheres escolarizadas. A configuração do campo educacional, na passagem do século XIX para o século XX, possibilitou não somente a diversidade na criação de instituições como também a construção de projetos de escolarização para meninas e jovens sergipanas de diferentes classes sociais.

Abstract: This text analysis the process of female education in Sergipe in the first decades of the XX from a historical-sociological approach. It deals with the schooling and insertion in the job market of three women from Sergipe, Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro (1878- 1942), Itala da Silva Oliveira (1897-1984) and Maria Rita Soares de Andrade (1904-1998), evidence tatics and strategies seeking the female and the occupation of spaces regarded as male ones of pioneer shape. The following sources were dealt with: official reports and messages, minutes of schooling institutions and of intelectual and educational associations, minutes of legislative assembly, the press as a whole and the cultural literary female press, contests thesis, graduation thesis, chronicles, letters and oral reports, and so on. The visibility of the professional and political commitment of these three women, in public spaces within and outside Sergipe, they have contributed to the production of different meanings about schooled women . The configuration of the educational field, in the passage of the XIX to the XX, not only enabled the diversity in the creation of the institutions as well as the construction of projects of schooling for girls and young people of different social classes.

PALAVRAS INICIAIS

Este estudo analisa o processo de escolarização feminina, a inserção no mercado de trabalho e a ocupação pioneira de diferentes espaços públicos, de três sergipanas, nas primeiras décadas do século XX. Para a reconstrução das trajetórias destas três mulheres trabalhei com diferentes fontes dentro de uma perspectiva histórico-sociológica. A visibilidade do engajamento profissional e político delas, nos espaços públicos dentro e fora de Sergipe, contribuíram para a produção de diferentes significados sobre as mulheres escolarizadas.

O meu interesse em pesquisar a escolarização das mulheres em Sergipe, na passagem do século XIX para o século XX, teve como origem a minha dissertação de mestrado, que tratou da formação e do ingresso na carreira profissional das ex-normalistas do Instituto de Educação Rui Barbosa¹. Muitas indagações afloraram diante dos resultados desta pesquisa, incitando minha curiosidade de pesquisadora, tais como: “Como teria sido a formação escolar destas professoras que lecionavam nas décadas de 1920 e 1930, na referida instituição? Porque suas ex-alunas as descreviam com tanto entusiasmo e veneração? Como estas jovens mulheres teriam sido educadas nas outras instituições escolares daquele período?

Em julho de 1997, comecei a participar do Núcleo de Pesquisa Sociedade e Educação da Universidade Federal de Sergipe² colaborando inicialmente numa pesquisa coordenada pela Profª. Dilma Maria de Oliveira Andrade, intitulada “A imprensa e a educação em Sergipe (1833-1950)”. O trabalho de levantamento de fontes realizado no Instituto Histórico Geográfico de Sergipe (IHGS) e na Biblioteca Pública Epifânio Dórea (BPED) para a referida pesquisa _ permitiu-me observar como a imprensa sergipana tratava os temas educacionais, principalmente no início da Primeira República. Sobre a educação feminina localizei: propaganda de algumas escolas, registro minucioso das festas de encerramento do ano letivo das instituições privadas e movimentação burocrática dos professores públicos (nomeação, afastamento, licença, remoção, permutas,

¹ Dissertação de Mestrado, realizada sob a orientação da Profª. Dra. Liliana Rolfsen Petrilli Segnini, intitulada “Vestidas de azul e branco”: um estudo sobre as ex-normalistas do Instituto de Educação Rui Barbosa acerca da formação profissional e do ingresso no magistério (1920-1950). Campinas: Faculdade de Educação de Campinas, UNICAMP, 1995. (Dissertação de Mestrado)

² Núcleo ligado ao Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil. HISTEDBR/UNICAMP.

jubilamentos, exonerações e aposentadoria).

Ao longo do trabalho de coleta, organização e seleção de fontes, elaborei o projeto de pesquisa “A Educação feminina em Sergipe (1889-1930)³”, no início de 1998. A intenção inicial era levantar as instituições educacionais e os projetos pedagógicos voltados para a escolarização das jovens sergipanas, tendo como uma fonte privilegiada a imprensa periódica de Sergipe. Com a ajuda de alguns alunos voluntários continuei com a pesquisa no IHGS e na BPED.

A partir destes levantamentos e das leituras sobre a história da educação comecei a elaborar o meu projeto de doutorado, cujo primeiro título foi “Escarlarização da mulher no final do século XIX: o caso de Sergipe”. A proposta era compreender o significado da escolarização feminina, em Sergipe; identificar e analisar as principais instituições responsáveis pela educação da mulher sergipana; reconhecer as mudanças e permanências na educação feminina sergipana e relacioná-las ao discurso liberal/republicano/positivista, buscando analisar seus vínculos com o início da modernização brasileira, no final do século XIX e início do século XX.

Ambicioso como todo projeto na perspectiva do vir-a-ser, propunha-me a trabalhar com fontes diversas: documentos oficiais (relatórios, pareceres, legislação, discursos, atas), imprensa periódica (revistas e jornais), literatura sergipana, diários, cartas, biografias, memórias, manuais escolares, fotografias.

A abordagem teórico-metodológica para a análise dos diferentes documentos seria histórico-sociológica, buscando apreender e relacionar, os discursos oficiais, as práticas educacionais e as vivências dos sujeitos. A expectativa era de que este estudo viesse contribuir para a compreensão sobre a escolarização das mulheres sergipanas e qual o significado que a formação escolar tinha na vida dessas mulheres, buscando iluminar os sujeitos educandos desse processo – as jovens alunas da virada do século XX. Como destaca Demartini (1993):

Os estudos preocupados com a educação escolar no passado geralmente estão voltados para os aspectos relacionados ao sistema educacional e sua expansão, e muitos poucos fazem referências aos sujeitos e agentes da educação, envolvidos no processo educativo; quase nunca se procura estudar os problemas e os valores vivenciados pela população quanto à sua escolarização. (Demartini, 1993, p.4)

A hipótese que norteou inicialmente o projeto era a perspectiva de que as jovens sergipanas, nas primeiras décadas do século XX, ao terem acesso a escolarização em uma instituição pública,

³ Este projeto foi elaborado para o Programa Integrado de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), mas não foi aprovado para a concessão de bolsas de Iniciação Científica à alunos de graduação. Serviu como “embrião” para a construção do projeto de pesquisa do doutorado.

teriam dado o primeiro passo para sua profissionalização e conseqüentemente sua emancipação. A análise preliminar da documentação levantada me fez constatar os equívocos desta afirmação. Deparei-me com o seguinte fato: em geral, as jovens sergipanas freqüentavam escolas particulares e recebiam uma formação para o casamento e as atividades domésticas. Aprendiam Línguas Estrangeiras, Música, Pintura e Trabalhos Manuais, na sua maioria, não iam além da formação primária.

Novas indagações se colocaram: Seria possível pensar em profissionalização feminina ou em carreira profissional, neste período? As mulheres legalmente consideradas incapazes, só poderiam trabalhar fora do espaço doméstico com a permissão do pai, quando solteira, ou com a anuência do marido, quando casada. Em caso de orfandade, quando fossem menores de idade ou viuvez, precisavam da permissão de um juiz. As sergipanas diplomadas em nível superior e que exerciam uma profissão eram muito poucas, nas primeiras décadas do século XX⁴. Então, quem foram essas mulheres pioneiras? Onde estudaram? O que aprenderam? Como conquistaram a possibilidade de atuarem nos espaços públicos definidos socialmente como masculinos? Como eram vistas pela sociedade local? O que pensavam? Como viveram? Como são lembradas?

Estas questões somadas àquelas primeiras permitiram que o projeto de pesquisa fosse sendo amadurecido, repensado e re-orientado para compreender o significado da educação feminina em Sergipe nas primeiras décadas do século XX. Três movimentos foram empreendidos: a análise das possibilidades de escolarização; o estudo do processo de inserção social e de visibilidade pública através da grande imprensa e pela imprensa literária; e a interpretação das trajetórias de algumas mulheres que exerceram pioneiramente profissões liberais.

A leitura de estudos realizados sobre a educação e a escolarização das mulheres⁵ e também sobre a participação feminina na imprensa periódica⁶ foram muito significativos para a minha pesquisa. As minhas primeiras pistas teórico-metodológicas surgiram a partir destes estudos.

Entre as pioneiras sergipanas⁷, selecionei inicialmente cinco: Etelvina Amália de Siqueira (1862-1935), jornalista-abolicionista e professora da Escola Normal; Quintina Diniz de Oliveira

⁴ Na pesquisa realizada por Maria Lígia Madureira Pina, intitulada “A Mulher na História” entre as vinte e duas sergipanas biografadas, que se destacaram nas primeiras décadas do século XX, quatro realizaram curso superior.

⁵ Entre outros, principalmente: Louro (1997); Ribeiro (1996); Almeida (1998); Branco (1993); Hilsdorf (1995).

⁶ Sobre esta questão, conferir entre outros estudos: Buitoni (1986); Almeida (1998); Bernardes (1988); Siqueira (1995); De Luca (1999).

⁷ O primeiro contato com os dados bio-bibliográficos das sergipanas pioneiras em algumas áreas se deu através de três estudos: Bittencourt (1917); Guaraná (1925); Pina (1994).

Ribeiro (1878-1942), diretora de escola, professora da Escola Normal e primeira deputada estadual; Cesartina Régis de Amorim (1890-1980), professora, farmacêutica; Itala Silva de Oliveira (1897-1984), professora e médica; e Maria Rita Soares de Andrade (1904-1998), advogada, professora e editora de revista.

Para a seleção das mulheres estabeleci os seguintes critérios: ser natural de Sergipe (capital ou interior); ter freqüentado alguma instituição escolar, em Sergipe, no final do século XIX e/ou início do século XX; ter exercido alguma profissão, cargo público ou eletivo de forma pioneira; ter deixado alguma colaboração na imprensa, ou ter sido referenciada pelos periódicos locais. Posteriormente, outros dois critérios importantes em termos metodológicos foram acrescentados, a saber: a possibilidade de localizar familiares, amigos e/ou contemporâneos que pudessem relatar algo de sua existência e a identificação de algum registro de autoria pessoal - carta, diário, discurso, entrevista, poemas, textos, artigos, entre outros.

A aproximação a cada uma delas se deu de maneira diversa, para além dos registros biográficos localizados. Com Etelvina, Itala e Quintina eu tinha estabelecido um primeiro contato através dos depoimentos das ex-normalistas do Instituto de Educação Rui Barbosa, quando as três foram citadas por diversas vezes. Com Cesartina, a primeira referência aconteceu a partir da entrevista com sua irmã Leyda Régis, que havia mostrado, com muita emoção, o diploma da primeira farmacêutica sergipana, os discursos, as fotografias e as homenagens que ela havia recebido ao longo da vida. Durante nossos encontros em busca de suas vivências na Escola Normal, Leyda se referiu com muito orgulho à irmã, que “tinha sido como uma mãe” para ela, tendo em vista que perdeu os pais muito jovem.

Maria Rita foi descoberta através da Revista Renovação. Desde quando comecei a consultar a imprensa sergipana de modo mais sistemático, desejava encontrar um periódico dirigido por mulheres ou um lugar onde as colaborações femininas tivessem espaço garantido. Encontrei alguns números da Renovação inicialmente na Biblioteca Pública Epifâneo Dória, e a coleção completa no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Os cursos, as leituras realizadas, as orientações e discussões em torno do projeto de pesquisa nos primeiros anos no Doutorado, contribuíram muito para o desenvolvimento do trabalho, possibilitando novos horizontes teórico-metodológicos para o aprimoramento da temática abordada. Os eventos e seminários que participei ao longo destes anos foram importantes para o intercâmbio de bibliografia e o estabelecimento de contatos com outros pesquisadores da mesma área de

conhecimento.

O exame de qualificação, realizado no início de outubro de 2001, me permitiu uma primeira sistematização e análise dos dados. As críticas e sugestões da banca examinadora foram muito significativas no sentido de ajudar a definir a abordagem e recortes de análise, encaminhando para um maior aprofundamento do estudo.

Uma das sugestões incorporadas foi a redução do grupo de sergipanas pioneiras, cujas trajetórias seriam analisadas. Esta decisão foi muito difícil de ser tomada, mas foi necessária para garantir a adequação da pesquisa às condições materiais e objetivas de realização. Para manter mulheres oriundas de famílias de diferentes níveis sócio-econômicos, com trajetórias de conservação e rupturas em relações aos padrões previamente estabelecidos para as mulheres, que tivessem tido maior visibilidade na imprensa dentro e fora do Estado de Sergipe, selecionei: Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro, Itala Silva de Oliveira, e Maria Rita Soares de Andrade. As duas outras sergipanas foram retiradas: Etelvina Amália de Siqueira e Cesartina Régis de Amorim.

Etelvina, considerada a primeira intelectual sergipana, tinha sido objeto de diversos estudos. Abolicionista, poetisa e professora da Escola Normal, era sobre ela que eu tinha conseguido localizar o maior número de registros bio-bibliográficos⁸.

Sobre Cesartina apesar de ser citada apenas por alguns autores sergipanos⁹, sua presença como sócia fundadora em diversas associações científicas, profissionais, culturais e esportivas foi muito relevante. Foi uma das primeiras professoras a ser nomeada para a Escola de Aprendizes e Artífices e também para o Instituto Profissional Coelho e Campos, na década de 1920. Entre as sergipanas, preliminarmente selecionadas, foi a única que se casou. Sua participação nas associações feministas sergipanas, da década de 30, de algum modo foi registrada, tendo em vista a mobilização em torno da candidatura de Quintina Diniz.

O recorte temporal de análise foi definido tendo em vista o período em que as pioneiras selecionadas estivessem atuando em Sergipe. Assim, como Quintina morreu no início da década de 40, Itala deixou Sergipe no final da década de 1920, mudando-se para o Rio de Janeiro, e Maria Rita também fixou domicílio no Rio no final dos anos 30, portanto, nas primeiras décadas do século XX, cada uma delas a seu modo, participou do contexto educacional, político e cultural sergipano.

⁸As referências sobre a trajetória de Etelvina Amália de Siqueira podem ser localizadas nos seguintes estudos: Nunes (1984); Santos (1997); Lima (1998); Pina (1994).

⁹ Entre eles: Pina (1994) e Nunes (1984).

Apesar deste estudo não se configurar como um estudo específico de História das Mulheres, acredito que em alguns aspectos o levantamento documental e as reflexões produzidas possam servir para outros pesquisadores deste campo, em Sergipe. Para tanto, compreendemos que a função da História das Mulheres:

deve ser a de enfocá-las através da submissão, da negociação, das tensões e das contradições que se estabelecem, em diferentes épocas, entre elas e seu tempo; entre elas e a sociedade nas quais estavam inseridas. Trata-se de desvendar as intrincadas relações entre a mulher, a sociedade e o fato, mostrando como o ser social que ela é articula-se com o fato social que ela mesmo fabrica e do qual faz parte integrante. Trata-se igualmente, de um desafio, no sentido de fazer uma história total das mulheres, na qual se contemplem as grandes evoluções, profundas e silenciosas, dos comportamentos, aquelas, dos sentimentos religiosos, ou das mentalidades, as demográficas e as técnicas. Mas história da qual não estejam ausentes os pequenos gestos, as práticas miúdas e repetitivas do cotidiano, as furtivas formas de consentimento e interiorização das pressões, simbólicas ou concretas, exercidas contra as mulheres (PRIORE, 1998, p.235).

Mesmo enfocando de forma mais precisa Quintina, Itala e Maria Rita, entendo que este estudo possibilita a compreensão aspectos das relações sociais e culturais do período analisado. Esta característica se deve principalmente à utilização da abordagem biográfica e da complementaridade de fontes diversas (orais, escritas, imagéticas). Segundo Becker (1986), uma imagem que concretiza o estudo biográfico é o “mosaico”, onde cada peça tem sua função e a colocação de muitos “pedaços” de diferentes origens permitem uma melhor visualização do “quadro”:

L'image de la mosaïque est utile pour réfléchir sur une telle entreprise scientifique. Chaque pièce ajoutée à la mosaïque enrichit un peu plus notre compréhension de l'ensemble du tableau. Quand beaucoup de morceaux ont été placés, nous pouvons voir, plus ou moins clairement, les, objets et les individus dans le tableau ainsi que leurs relations réciproques. Des morceaux différents enrichissent diversement notre compréhension: certains sont utiles pour leur couleur d'autres parce qu'ils permettent de discerner le contour d'un motif. Aucun morceau n'a un grand rôle et, si nous n'avons pas sa contribution, il y a d'autres moyens de parvenir à la compréhension de l'ensemble. Les études particulières peuvent ressembler à des morceaux de mosaïque (...) Si nous connaissons le cas assez en détail, comme nous le permet un document biographique, notre recherche a plus de chances de réussir :

c'est dans ce sens que la biographie est une utile pierre de touche pour la théorie¹⁰.
(BECKER, 1986, p. 106-107)

O “mosaico” que ora apresento encontra-se organizado em cinco capítulo. O primeiro deles, Recursos teórico-metodológicos: a construção da pesquisa, trata dos procedimentos realizados em diversos acervos e com diferentes fontes (escritas, orais, imagéticas) tendo em vista a opção pela utilização da abordagem biográfica.

A escolarização das meninas e jovens sergipanas, na passagem do século XIX para o século XX apresenta aspectos da configuração do campo educacional no Estado, bem como as diferentes instituições escolares responsáveis pela educação e pela formação de professores no período. Este segundo capítulo, ressalta ainda a ampliação das oportunidades educacionais a partir da década de 1930.

O terceiro capítulo recupera e analisa as expectativas de formação construídas pelas famílias e pelas instituições escolares por onde Quintina de Oliveira Diniz, Itala Silva de Oliveira e Maria Rita Soares de Andrade passaram. Percursos escolares: da formação das “moças prendadas” à conquista de espaço nas instituições masculinas permite compreender como as três sergipanas selecionadas conservaram e/ou tentaram romper com os limites socialmente impostos para sua escolarização.

O exercício profissional: desafios e conquistas, quarto capítulo, tem como foco de interpretação as diferentes estratégias mobilizadas por cada uma das três sergipanas no campo profissional. A inserção em diferentes campos profissionais, de forma simultânea, marca a trajetória de cada uma delas.

O quinto capítulo, Ação política: mulheres sergipanas no espaço público, possibilita a

¹⁰ A imagem do mosaico é útil para refletir sobre uma tal empresa científica. Cada peça anexada ao mosaico enriquece um pouco nossa compreensão sobre o conjunto do quadro. Quando muitos pedaços são colocados, nós podemos ver, mais ou menos claramente, os objetos e os indivíduos no quadro assim como suas relações recíprocas. Os pedaços diferentes enriquecem diversamente nossa compreensão: alguns são úteis por sua cor pois permitem discernir os contornos do motivo. Nenhum pedaço tem um grande papel, se nós não temos sua contribuição, ele é um dos meios que permitem a compreensão do conjunto. Os estudos particulares podem imitar os pedaços de mosaico (...) se nós conhecemos o caso detalhadamente, como um documento biográfico nos permite, nossa pesquisa possui mais chances de ser bem sucedida: é neste sentido que a biografia é uma útil pedra-de-toque para a teoria. (tradução livre)

compreensão das atividades que Quintina, Itala e Maria Rita desenvolveram na Assembléia Legislativa, na imprensa periódica e no feminismo, respectivamente. A forma como são lembradas, silenciadas ou esquecidas, também é abordada.

Finalmente, em Algumas anotações finais são retomados os principais resultados do estudo e são apresentadas perspectivas para outras pesquisas.

CAPÍTULO 1 - RECURSOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS: A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA.

O objetivo deste capítulo é discutir os percursos teórico-metodológicos da pesquisa. Inicialmente trataremos da abordagem biográfica e através de “retratos biográficos” as sergipanas pesquisadas serão apresentadas. Em seguida, serão elencados alguns limites e possibilidades das fontes de pesquisa utilizadas, bem como comentaremos alguns aspectos dos diferentes acervos consultados.

Entendemos que as experiências de vida de Quintina, Itala e Maria Rita não podem ser generalizadas, no entanto a análise de suas trajetórias permitiram compreender aspectos de seus contextos familiares nos quais estiveram inseridas. Assim ao reconstruir e interpretar as trajetórias das três, percebemos aspectos comuns e distintos do processo de socialização familiar, assim como, cada uma a seu modo, de perspectiva de acesso a posições privilegiadas. Para tanto, a categoria trajetória, ao longo deste estudo, será abordada, a partir da perspectiva apresentada por Françoise Battagiola (1991):

Par trajectoire sociale nous entendons l'enchaînement temporel des positions successivement occupées par les individus dans les différents champs de l'espace social. Les individus, à chaque moment de leur existence, occupent simultanément plusieurs positions, résultant notamment de leurs places dans les champs professionnel et familial. Dans le temps ces positions se déplacent, se redéfinissent dans un ou plusieurs champs, traçant ainsi une trajectoire sociale constituée d'un faisceau d'itinéraires. (...) Em effet, la production des trajectoires individuelles ne peut être abstraite de celle du groupe familial dans laquelle elles s'inscrivent. Elles sont le résultat d'une histoire familiale. D'une part, les familles d'origine comme lieu initial de socialisation contribuent à orienter les itinéraires en dotant les individus d'atouts sociaux, différemment actualisables au cours de l'existence. D'autre part, le réseau familial, constitué par les ascendants et par les collatéraux, peut représenter une ressource mobilisable sous forme d'aides de nature diverse ou à l'inverse entraver un projet de distanciation avec le milieu

social d'origine¹¹. (BATTAGIOLA, BERTAUX-WIAME, FERRAND ET IMBERT, et al.,1991, p.3 e8.)

Como todas as três haviam falecido quando iniciamos a pesquisa, a opção possível para reconstruir as trajetórias foi buscar todo e qualquer tipo de registro de suas experiências de vida. O primeiro contato com os familiares na perspectiva de localização de fontes foi decepcionante. Partimos então em busca de contemporâneos ou amigos, além dos documentos institucionais (instituições de : formação, de atuação profissional e política) e da imprensa sergipana. Viajamos para Salvador e Rio de Janeiro, pois foram as cidades por onde Itala e Maria Rita também passaram, em busca de documentos e depoimentos.

Abordagem biográfica: trajetórias e itinerários

Neste estudo a utilização da abordagem biográfica¹² para a reconstrução das trajetórias das mulheres sergipanas mostrou-se recurso metodológico apropriado/adequado para compreender a relação entre os projetos familiares, o processo de escolarização e os percursos profissionais, inseridos em um determinado contexto sócio-cultural. Mesmo sabendo das dificuldades para a elaboração dos itinerários de cada uma delas, tendo em vista as limitações das fontes localizadas, buscamos perseguir diferentes “pedaços” para recuperar suas experiências, enquanto mulheres pioneiras. As lacunas, as sombras e os silêncios, fizeram parte de um movimento muito instigante, onde as incertezas e conquistas compuseram inicialmente diferentes aproximações do “quadro” a ser construído. Neste sentido, como ressaltou Bertaux (1980),

¹¹ Por trajetória social entendemos o nexo temporal das posições sucessivamente ocupadas pelos indivíduos nos diferentes campos do espaço social. Os indivíduos, a cada momento de sua existência, ocupam simultaneamente diferentes posições resultantes, particularmente, dos espaços ocupados nos campos profissionais e familiares. Essas posições se modificam temporalmente, redefinem-se num ou mais campos, traçam deste modo uma trajetória social constituída por feixe de itinerários. (...) De fato, a produção de trajetórias individuais não podem ser abstraídas do grupo familiar no qual se inscrevem. Elas são resultado da história familiar. De uma parte, as famílias de origem como lugar inicial de socialização contribuem para orientar os itinerários dotando os indivíduos dos meios de êxito social, atualizáveis de forma diferenciada no curso da existência. De outra parte, a rede familiar, constituída pelos ascendentes e pelos agregados, pode representar recurso mobilizável sob a forma de auxílios de natureza diversa ou pode, ao contrário, impedir projeto de distanciamento com o meio social de origem (BATTAGIOLA, BERTAUX-WIAME, FERRAND ET IMBERT, 1991, p. 3 e 8). Tradução livre.

¹² Utilizou-se a expressão abordagem biográfica baseada nos estudos realizados por Bertaux (1980) e por Trigo (2001). Segundo Trigo (2001, p.19): “O método biográfico tal como foi proposto por Bertaux assume o caráter de um procedimento definido por uma epistemologia e uma metodologia precisas. (...) Em primeiro lugar, o método biográfico substitui a observação distante e pretensamente neutra por uma conjugação entre observação e reflexão que perpassa as várias etapas da pesquisa. Portanto, em lugar de fases estanques e nitidamente marcadas, a proposição do método biográfico é a superação dessa fragmentação, a busca de uma unidade entre todas as fases da pesquisa, possível através de uma atitude reflexiva que vá da conceituação teórica à análise dos dados”.

Enfin, parce que l'expérience humaine est concrète, parce qu'elle est expérience de contradictions, des incertitudes de la lutte, de la praxis, de l'Histoire, la prendre au sérieux c'est se mettre en position de saisir non seulement les rapports sociaux (sociostructurels et sociosymboliques) mais également leur dynamique, ou mieux leur dialectique¹³. (BERTAUX, 1980, p.221).

A possibilidade de apreensão de aspectos da experiência de vida das três sergipanas através de documentos institucionais (atas, relatórios, processos, teses), textos jornalísticos (de autoria pessoal ou sobre elas), depoimentos (orais e escritos), cartas, fotografias, entre outros, se constituiu em um desafio complexo. Afinal, para tentar compreender as relações que estabeleceram ao longo de suas vidas, e o significado de suas experiências, fez-se necessário construir aproximações com o contexto em que estavam inseridas. Neste sentido, a utilização da abordagem biográfica atendeu à perspectiva da análise histórico-sociológica pretendida, realizada a partir da complementaridade entre as fontes.

Elias¹⁴ (2001), abordou as possibilidades dos estudos que buscam relacionar história e sociologia. Para a pesquisa das trajetórias de Quintina, Itala e Maria Rita as reflexões de Elias foram muito significativas, pois permitiram buscar o entendimento das “figurações (configurações)”, nas quais estiveram inseridas e as “relações de interdependências” que construíram ao longo de suas vidas:

A tarefa da sociologia é trazer para o primeiro plano justamente aquilo que costuma aparecer na pesquisa histórica como segundo plano desestruturado, tornando tais fenômenos acessíveis à investigação como o nexo estruturado dos indivíduos e de seus atos. Nessa mudança de perspectiva, os homens singulares não perdem, como às vezes tendemos a considerar, o seu caráter e valor enquanto homens singulares. Porém eles não aparecem mais como indivíduos isolados, cada um totalmente independente dos demais, existindo por si mesmo. Não são mais vistos como sistemas fechados e vedados, cada um contendo o esclarecimento final acerca de um ou outro evento histórico, constituindo um começo absoluto. Na análise das figurações, os indivíduos singulares são apresentados da maneira como podem ser observados: como sistemas próprios, abertos, orientados para a reciprocidade, ligados por interdependências dos mais variados tipos e que formam entre si figurações específicas, em virtude de suas interdependências.

¹³ Finalmente, visto que a experiência humana é concreta, ela é contradição, incerteza de luta, de praxis e de história, Dar-lhe importância é se colocar em posição tomar não somente as relações sociais (sócio-estruturais e sócio-simbólicas) mais igualmente sua dinâmica, ou melhor, sua dialética (BERTAUX, 1980, p. 221). Tradução livre.

¹⁴ Outros estudos de Norbert Elias abordam esta relação entre história e sociologia e o estudo das configurações (figurações). Abordando geralmente processos de longa duração como o processo civilizador e a formação do Estado, Elias também analisa figurações específicas como o modelo da sociedade de corte. As obras de Elias que inspiraram mais de perto a minha pesquisa, além do livro já citado, foram: Elias (1994; 1998).

(...)Na maior parte das vezes, as figurações que os indivíduos formam em sua convivência mudam bem mais lentamente do que os indivíduos que lhes dão forma, de maneira que homens mais jovens podem ocupar a mesma posição abandonada por outros mais velhos. Assim em poucas palavras, figurações iguais ou semelhantes podem muitas vezes ser formadas por diferentes indivíduos ao longo de bastante tempo; e isso faz com que tais figurações pareçam ter um tipo de “existência” fora dos indivíduos. (...)Aqui e agora, os indivíduos singulares que formam uma figuração social específica entre si podem de fato desaparecer, dando lugar a outros, entretanto, seja como for essa substituição, a sociedade, e com isso a própria figuração, será sempre formada por indivíduos (ELIAS, 2001, p.50-51).

A utilização das histórias de vida, relatos orais, depoimentos, memórias e biografias em conjunto com outros documentos permitem um diálogo instigante entre os processos de formação/escolarização, os projetos familiares e as escolhas profissionais¹⁵.

Alguns autores também têm produzido, principalmente a partir da década de 1990 do século passado, algumas reflexões sobre os limites da utilização da abordagem biográfica para os estudos no campo da História e da Sociologia. Para Bourdieu (1996, p.183), a “história de vida é uma noção do senso comum que entrou como contrabando no universo científico.” A partir desta afirmação o citado autor referiu-se a algumas impropriedades metodológicas e conceituais do trabalho com biografias e autobiografias e com as “ilusões” em busca de sentido para as trajetórias e os relatos de vida.

Levi (1996, p.168) ao questionar a possibilidade de escrever/narrar uma vida, analisou as funções da biografia e apresentou de forma esquemática diferentes possibilidades da pesquisa biográfica¹⁶. Ao refletir acerca das “perspectivas dinâmicas das condutas individuais e coletivas”, o referido autor comentou:

Não se pode negar que há um estilo próprio a uma época, um *habitus* resultante de experiências comuns e reiteradas, assim como há em cada época um estilo próprio de um grupo. Mas para todo indivíduo existe também uma considerável margem de liberdade que se origina precisamente das incoerências dos confins sociais e que

¹⁵ Entre os estudos produzidos nesta direção, pode-se citar: Mignot (2002); Demartini (1998; 1985; 1988); Lang (1985); Uhle (1998; 1996). Além destes outros estudos, de matrizes diversas, serviram como inspiração para a adoção da abordagem biográfica: Kofes (2001); Davis (1997); Rago (2001) e Maluf (1995).

¹⁶ Segundo Levi (1996, p.173-178): “a falta de neutralidade da documentação leva muitas vezes a explicações monocausais e lineares. Fascinados com a riqueza das trajetórias individuais e ao mesmo tempo incapazes de dominar a singularidade irreduzível da vida de um indivíduo, os historiadores passaram recentemente a abordar o problema biográfico de maneiras bastante diversas.” Segundo a tipologia apresentada pelo autor, foram identificadas as seguintes possibilidades para os estudos biográficos: prosopografia e biografia modal ; biografia e contexto; biografia e casos extremos e biografia e hermenêutica.

suscita a mudança social. Portanto, não podemos aplicar os mesmos procedimentos cognitivos aos grupos e aos indivíduos; e a especificidade das ações de cada indivíduo não pode ser considerada irrelevante ou não pertinente. Pois o risco, não banal, é subtrair à curiosidade histórica temas que julgamos dominar plenamente, mas que ainda continuam largamente inexplorados: por exemplo a consciência de classe, ou a solidariedade de grupo, ou ainda os limites da dominação e do poder. Os conflitos de classificações, de distinções, de representações interessam também, à influência que o grupo socialmente solidário exerce sobre cada um dos membros que o compõem, além de revelarem as margens da liberdade e de coação dentro das quais se constituem e funcionam as formas de solidariedade. Creio que, nessa perspectiva, a biografia poderia permitir um exame mais aprofundado desses problemas (LEVI, 1996, p.182).

Vavy Pacheco Borges (2001) em um artigo recente ofereceu uma extensa bibliografia acerca dos estudos biográficos e analisou de forma muito instigante a relação entre “o historiador e seu personagem” destacando os problemas teórico-metodológicos. Como epígrafe deste seu texto, ela retomou uma reflexão de Pierre Levillain, onde alguns dos dilemas já discutidos em relação ao trabalho biográfico foram sintetizados:

A biografia histórica, hoje reabilitada, não tem por vocação esgotar o absoluto do “eu” de um personagem, como já se quis e ainda se quer. (...) Ela é o melhor meio de mostrar os laços entre passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade e de experimentar o tempo como prova de vida. A biografia é o local por excelência da condição humana em sua diversidade, se ela não isola o homem e seus dissemelhantes ou não o exalta às custas de diminuir os mesmos dissemelhantes (apud, BORGES, 2001, p.1).

Para Pereira de Queiroz¹⁷ (1991) os interesses do biógrafo e do cientista social ao trabalhar

¹⁷ Pereira de Queiroz (1991, p. 9-11). “A biografia, por sua vez, é a história de um indivíduo redigida por outro; existe aqui a dupla intermediação que a aproxima da história de vida, consubstanciada na presença do pesquisador e no relato escrito que sucede às entrevistas. O objetivo do pesquisador é desvendar a vida particular daquele que está entrevistando ou cujos depoimentos está estudando; mesmo que neste estudo atinja a sociedade em que vive o biografado, o intuito é, através dela, explicar os comportamentos e as fases da existência individual. A finalidade é sempre um personagem, isto é, uma pessoa encarada em suas ações e em suas qualidades, naquilo que faz e diz através do tempo, em variadas situações e circunstâncias. Busca-se conhecê-lo através da sucessão de suas condutas e segundo dois princípios fundamentais, que orientam tanto as entrevistas quanto o relato posterior: o personagem sempre se revela em seus comportamentos que compõem um todo integrado, de tal maneira que este todo não poderia ser dividido sem se encontrar imediatamente destruído; o personagem é um indivíduo especial e particular, diferente de todos os outros, dos quais se destaca. Uma vez que estas são as características de um personagem, a finalidade de um biógrafo, ao escrevê-lo a história, é oposta à de um pesquisador ao utilizar a técnica de histórias de vida. O primeiro fará ressaltar em seu trabalho os aspectos marcantes e inconfundíveis do indivíduo cuja existência decidiu revelar ao público. O segundo busca, com as histórias de vida, atingir a coletividade de que seu informante faz parte e o encara, pois, como mero representante da mesma através do qual se revelam os traços desta. Mesmo que o cientista social registre somente uma história de vida, seu objetivo é captar o grupo, a sociedade de que seu personagem participa, o faz com o intuito de compreender melhor a existência do biografado. Uma segunda diferença, agora na maneira de serem utilizadas biografias e histórias de vida, se depreende aqui também. Justamente porque se trata de um indivíduo considerado em sua integralidade, a biografia não pode ser decomposta em elementos ou utilizada em fragmentos, sob pena de se perder

com o registro biográfico ou com a história de vida partem de pressupostos distintos e com objetivos diversos. Mais uma vez a relação entre indivíduo e sociedade se coloca. Segundo a autora, o biógrafo busca o “personagem”, em detrimento da sociedade e do contexto e não deve “decompor a biografia” para análise, sob pena de perder o sentido do que buscava. Diferentemente no caso do cientista social, antropólogo ou sociólogo, mesmo ao estudar um único membro de um grupo, a preocupação central é com a coletividade. Sobre a utilização de biografias e autobiografias em ciências sociais a autora salientou:

Embora colhidas com finalidades muito diferentes, autobiografias e biografias são perfeitamente utilizáveis pelos cientistas sociais como material de análise. Ambas, principalmente se bem feitas, podem constituir excelentes repositórios de dados que, no entanto, devem ser verificados e completados por informações com outras fontes. (...) Também devem ser manuseadas com muito cuidado; justamente por se tratar da análise de uma personalidade, não raro encarecerão o que é peculiar ao indivíduo estudado (PEREIRA DE QUEIROZ, 1991, p.11).

Com todas estas ressalvas, gostaríamos de reiterar que a opção pela utilização da abordagem biográfica, nesta pesquisa foi feita a partir de suas possibilidades e limites. Ao reconstruir as trajetórias escolares e os percursos profissionais das pioneiras sergipanas, pretendia-se focalizar as experiências que vivenciaram e não o estudo privilegiado de suas vidas. As configurações em que estavam inseridas, as resistências que construíram, as relações que estabeleceram, as marcas que deixaram, foram observados e analisados.

“Retratos biográficos”

A apresentação destes pequenos registros biográficos sobre as sergipanas pesquisadas, tem como objetivo apenas estabelecer uma primeira aproximação com Quintina, Itala e Maria Rita:

completamente o sentido do que se procurava: o desenvolvimento da personalidade, isto é, do “eu” único e permanente que, embora evoluindo através do tempo, mantém certa linha constante que o distingue dos demais. (...) Esta exigência não tem razão de ser quando se trata de um estudo sociológico ou antropológico. Neste caso, o aproveitamento da biografia ou da autobiografia se faz no sentido de buscar como estão ali operantes as relações do indivíduo com seu grupo, com sua sociedade.”

Maria Rita Soares de Andrade

Nasceu em Aracaju, em 3 de abril de 1904.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 5 de abril de 1998.

Instrução primária no Grupo Escolar “General Siqueira de Menezes”, em Aracaju.

Instrução secundária no Colégio Atheneu, em Aracaju.

Instrução superior na Faculdade de Direito da Bahia, em Salvador

Professora, advogada, editora da Revista Renovação.

Colaboradora assídua nos jornais sergipanos e cariocas.

Primeira Juíza Federal do Brasil.



Foto 03 - Maria Rita Soares de Andrade. s/d. Autoria não identificada. Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Fontes pesquisadas: limites e possibilidades

A pesquisa na área da história da educação nas duas últimas décadas ampliou a possibilidades de estudo a partir da definição de novos temas/problemas e da utilização de documentos e fontes não tradicionais. Para além da legislação educacional, dos relatórios produzidos por autoridades do ensino e do poder executivo, regulamentos, programas de ensino, dados estatísticos, como indicam Lopes e Galvão (2001), é possível perceber uma “revolução documental” que:

(...) também tenha atingido e marcado profundamente o campo da História e Educação, os pesquisadores têm insistido na necessidade de, mesmo para aqueles que abordam novos temas e que se utilizam de fontes não-tradicionais, de recorrerem aos arquivos propriamente ditos. Mas, em vez de fetichizarem o documento acreditando que eles possam falar toda a verdade, os historiadores têm se esforçado para problematizar essas fontes (LOPES E GALVÃO, 2001, p.81).

O uso de memórias, diários, cartas, biografias, fotografias, literatura, música, pinturas, histórias de vida, depoimentos, anúncios e relatos de festas escolares publicados em jornais, revistas, entre outros, permitem acessar as práticas e os saberes difundidos na passagem do século XIX para o século XX, assim como os discursos e os dispositivos produzidos por homens e mulheres em torno do tema da educação feminina no Brasil e em Sergipe.

As memórias, diários e os antigos álbuns femininos em geral, permitem o acesso a

Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro.

Nasceu em Laranjeiras (SE), em 18 de junho de 1878.

Faleceu em Aracaju, em 22 de julho de 1942.

Instrução primária e secundária realizada no Colégio Inglês, em Laranjeiras (SE).

Diretora e professora do Colégio Nossa Senhora Sant'Anna desde 1899.

Professora da Escola Normal Rui Barbosa desde 1911, em Aracaju.

Primeira Deputada Estadual de Sergipe, eleita em 1934.



Foto 01 – Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro, Aracaju, 1935. Autoria não identificada. Fonte: Pina (1994).



Foto 02 – Itala Silva de Oliveira, em Aracaju, 1917. Autoria não identificada. Fonte: Arquivo pessoal Cássio Augusto Souza e Silva.

Itala Silva de Oliveira.

Nasceu em Aracaju, em 18 de outubro de 1897.

Faleceu no Rio de Janeiro, em 1984.

Instrução primária no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Aracaju.

Instrução secundária no Colégio Atheneu, em Aracaju.

Instrução superior em Medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, em Salvador.

Professora particular de meninas e jovens, professora e secretária da Liga Sergipense contra o Analfabetismo, colaboradora assídua nos jornais sergipanos e na Revista Feminina, editada em São Paulo. Primeira Médica de Sergipe.

pesquisador a um registro onde a privacidade, a anotação particular do cotidiano e mesmo de elementos da trajetória pessoal encontram-se inseridos em um contexto de relações mais ampliado. Revelam também uma prática da escrita¹⁸ e a utilização de certos instrumentos que têm aspectos diferenciados no caso das jovens. Segundo Perrot (1989, p.12), a elaboração de diários íntimos foi recomendado às jovens francesas solteiras por “professores e pedagogos como uma forma de controle de si”. Ressalta-se que, apesar de ser um registro íntimo no caso das mulheres solteiras, deveria ser controlado por alguém. Em geral, o confessor tinha acesso a estes registros como forma de acompanhar o auto-exame cotidiano das fiéis, ou mesmo o pai, ou outro membro da família.

Analisando diários produzidos no final do século XIX, na França, Lejeune (1997) destaca que apesar de encontrar alguns diários de rapazes, esta prática tinha uma função pedagógica, social e específica no caso das jovens:

é parte do sistema disciplinar para torná-las boas esposas, boas cristãs e boas mães. O diário é uma das técnicas usadas para fazer colaborar com a própria disciplina. Garotos não necessitam tornar-se tão bons cristãos ou tão bons pais. A educação secundária tinha a intenção de prepará-los para sua posição profissional na sociedade (LEJEUNE, 1997, p.106).

No Brasil, estudos recentes¹⁹ indicam a importância da escrita autobiográfica feminina - diários, memórias, álbuns, cartas - como também da relação desta com a presença da mulher na literatura, na imprensa educacional e feminina, nos jornais de grande circulação, nos centros urbanos. Isto permitiu a ampliação do campo de visibilidade para além do espaço doméstico, contribuindo para perceber como algumas mulheres participavam da vida social na passagem do século XIX para o século XX, através de vestígios acerca da sociabilidade, do cotidiano, das práticas de leitura, do seu processo de educação e emancipação, de suas lutas e conquistas.

A escrita autobiográfica feminina, nos seus mais diferentes matizes, revela ainda movimentos densos, de relação entre a autora e a vida social, política e cultural do seu tempo. A ambigüidade de uma *escrita para si* que se constrói cotidianamente ou mesmo de uma vida registrada na maturidade, geralmente se faz para além de si própria. Lacerda (2000) na busca de reconstrução das trajetórias das mulheres leitoras no Brasil, analisou mais de noventa títulos de

¹⁸ Ressalta-se, porém, que inicialmente o diário era uma prática de escrita masculina e segundo os registros até hoje localizados os mais antigos foram produzidos no século XVI.

¹⁹ Entre outros estudos: Bernardes (1988); Buitoni (1986); Maluf (1995); Viana (1995); Mignot (2000); Lacerda (2000); Siqueira (1995); Telles (1997); De Luca (1999); Moraes (2001); Muzart (1999); Catani (1997); Bastos (2002).

cunho autobiográfico, e destacou o seguinte:

nas narrativas pessoais, as memorialistas revisitam espaços perdidos, recordam histórias e acontecimentos. (...) Através da utilização da citação, da reprodução de fotografias e documentos, da repetição de fatos, festividades e acontecimentos da tradição brasileira, da exposição da realidade individual e coletiva, da preocupação em construir um testemunho verossímil e fiel à verdade vivida e dos saberes-de-cor foi possível ler textos que retomam o passado e dão provas de sua presença pelos esforços em materializar os vestígios do tempo, da infância à velhice (LACERDA, 2000, p.103).

No caso de Sergipe, a produção de pesquisas no campo da história da educação feminina a partir destas fontes consideradas por alguns autores como não tradicionais ainda é pouco expressiva. Um dos obstáculos é o acesso aos diários ou cadernos de registros nas instituições de pesquisa. Em geral, eles compõem os arquivos familiares. Destaca-se, porém, o esforço de alguns estudos²⁰ esparsos que procuram recuperar aspectos das trajetórias de mulheres sergipanas em campos diversos, principalmente na literatura, na produção intelectual e na educação.

Os dicionários biográficos, as coletâneas de biografias de personalidades ilustres e os discursos comemorativos também foram utilizados neste estudo. No final do século XIX e início do século passado era comum a produção destes trabalhos com fins diversos²¹, até mesmo para uso didático nas escolas²². Mesmo sabendo que os dados apresentados nestas obras devem ser avaliados de forma criteriosa, eles podem servir como ponto de partida para um estudo mais aprofundado. No entanto, como ressaltou Ulhe (1996), é preciso tomar alguns cuidados na utilização deste material:

Importante observar que as biografias escritas disponíveis referem-se, em geral, a personalidades célebres, destacados escritores ou artistas de todas as áreas, mas acima de tudo são os políticos os prediletos dos biógrafos. No primeiro caso, das celebridades as biografias são muitas vezes marcadas pela admiração, o que significa dar ênfase às qualidades reais ou imaginárias do personagem. Com relação às

²⁰ Entre outros estudos sobre as mulheres sergipanas na passagem do século XIX para o século XX, destaca-se uma coleção de artigos publicados por Brício Cardoso no jornal "Diário da Manhã" (1916); alguns poucos verbetes no Dicionário Bio-Bibliográfico de Guaraná (1925); uma tese de concurso para a cadeira de literatura no Colégio Atheneu Sergipense de Andrade (1929); Nunes (1984); Pina (1994); artigos de Freire (1981 e 1988) e Lima (1998); Albuquerque e Oliva (2001).

²¹ Um exemplo deste tipo de coletânea de circulação nacional, neste período, foi o livro de D. Ignez Sabino (1899, com edição fac-similar em 1996). "Mulheres illustres do Brazil" que identificou e biografou mais de 50 mulheres. A autora dedicou a obra às senhoras brasileiras, salientando que "as Mulheres Illustres do Brazil são modelos de distincção e virtude, e para que se imponham à sympathia e imitação, para que sirvam de lição e de exemplo, basta a leitura do presente livro pelos delicados espíritos aos quaes é dedicado."

²² No caso do livro do Liberato Bittencourt (1917) na capa havia a seguinte indicação: "Obra adoptada no Collegio Militar de Barbacena, no Gymnasio Federal e nas Escolas publicas de Sergipe. Escripito especialmente para a mocidade das escolas. Apesar do título da referida obra ser 'Homens do Brasil. Em todos os ramos da actividade e do saber, de 1500 a nossos dias', foram identificados dados biográficos de algumas mulheres.

biografias de políticos, a situação parece ainda mais complicada, a depender da fonte, do lugar onde foi publicada uma biografia apresentará um quadro todo particular do personagem, uma vez que estarão sempre em jogo as posições políticas do biógrafo e do biografado. (UHLE, 1996)

O número de mulheres que aparece neste tipo de publicação não é muito relevante, a não ser quando se trata especificamente de um Dicionário de Mulheres ou de um Dicionário de Escritoras. Mas a presença/ausência nas obras de identificação de personalidades ilustres, de circulação nacional e/ou regional, também é um indício significativo, de “consagração” ou não em um campo específico. No Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano, publicado em 1925, entre mais de 600 verbetes, apenas oito são mulheres: Carlota Sales de Campos; Maria da Conceição Perdigão Ferraz, Guiomar Calasans Gonçalves, Placeres Mota, Itala Silva de Oliveira e Etelvina Amália de Siqueira, como ressaltou Nascimento (2000).

O processo de produção destes verbetes também merece ser destacado. Em geral na elaboração destas obras, principalmente aquelas de circulação nacional, são relacionados colaboradores que em cada Estado ou região ficam responsáveis pela localização de personalidades com destaque para serem consignados nas páginas da obra, sendo que o resultado final é produto de múltiplas seleções. Em outros casos, autores consagrados são convidados para biografar, em forma de verbete, personalidades de sua escolha que atendam ao objetivo da obra, como por exemplo, professores, intelectuais, políticos, artistas, escritores, entre outros. Os critérios de “distinção” nestas obras nem sempre é claramente especificado, por isso seu uso como fonte-objeto de estudo se torna muito significativo.

As sergipanas pesquisadas foram citadas em obras desta natureza, de circulação nacional, de forma distinta. Itala foi identificada nos verbetes organizados por Nelly Novaes Coelho (2001) no Dicionário Crítico de Autoras Brasileiras. Maria Rita e Quintina Diniz figuram no Dicionário Mulheres do Brasil, como as únicas sergipanas em 900 verbetes.

As correspondências arquivadas nos acervos públicos, em geral são de autoria masculina. Para recuperar as correspondências de autoria feminina ou mesmo entre homens e mulheres, é preciso muito empenho e sorte. São perpassadas geralmente pelo registro peculiar de uma época ou contexto, e são muito valiosas para o pesquisador da história da educação pois permitem acessar “a história pessoal, registrar situações, ações e reflexões” (VASCONCELLOS, 1998, p. 8).

Alguns problemas de ordem ética e jurídica envolvem o trabalho com cartas, uma vez que o

autor e o destinatário possuem direitos a serem respeitos e preservados. Por isso mesmo, quando as cartas estão depositadas em algum arquivo público, precisam de autorização especial para serem publicadas, uma vez que “do ponto de vista jurídico, o signatário detém o direito autoral da carta; o destinatário possui o direito material ou seja, ele é dono do suporte, normalmente o papel, onde a carta foi escrita, e os dois são protegidos pelo direito à intimidade.” (VASCONCELLOS, 1998,p. 8).

A maioria das cartas localizadas durante esta pesquisa estavam depositadas no Arquivo Nacional no Fundo da Federação Brasileira para o Progresso Feminino. Um outro grupo de cartas foi publicado na Revista Renovação, algumas de autoria de Passos Cabral enviadas a Maria Rita.

As cartas analisadas neste estudo possuem muito pouco de intimidade, elas são, em sua maioria, de cunho informativo, testemunhal e descritivo. No entanto não deixam de revelar nuances da personalidade de suas autoras, bem como suas opiniões e posturas diante de momentos difíceis, e os modos singulares de enfrentamento, *testemunham* suas vivências e experiências. Como salientou Marcos Cezar de Freitas (2002), é preciso ter cuidado na utilização deste tipo de fonte:

A troca de testemunhos nos diálogos epistolares muitas vezes constitui o território de sombras no qual o historiador adentra as apalpadelas. O cuidado se justifica pelo fato de que, nessa situação, o analista se confronta com a atitude humana diante de um fato qualquer, mas, perigosamente nesse caso, uma atitude humana singular. A troca de correspondências torna-se o registro não de uma visão de mundo compartilhada - um ethos mas, sim, de uma visão auto-referenciada a respeito de “outras” visões de mundo (FREITAS, 2002, p.58)

Em relação à fotografia²³, em geral nos estudos produzidos sobre a educação em Sergipe, ela ocupa uma função meramente ilustrativa. A dificuldade de acesso às fotos, devidamente identificadas, nos arquivos escolares e mesmo nos acervos dos institutos de pesquisa existentes representaram também uma outra barreira. Assim como no caso da escrita autobiográfica feminina, as fotografias que poderiam ser utilizadas como fontes para a história da educação são, em sua maioria, objetos pertencentes a arquivos particulares.

Um outro obstáculo se impõe no trabalho com as imagens fotográficas: a ausência de formação teórico-metodológica para a interpretação das imagens e de seus diversos sentidos e significados, como indica Miguel (1993):

A fotografia tomada como documento histórico precisa ser decodificada e apreendida

²³ É o caso deste estudo também. As dificuldades de datação e de identificação precisa dos locais e das pessoas presentes nas imagens são alguns dos problemas enfrentados. A maior parte das fotos utilizadas na pesquisa foram gentilmente cedidas pelos informantes e pelo Memorial de Sergipe. Algumas fotos foram doadas para o meu arquivo pessoal.

em sua conotação. É preciso romper com as pesquisas que se orientam a partir da 'teoria do espelho', isto é, aquelas que encaram a fotografia como reflexo da realidade e tentam compreendê-la através de suas proposições evidentes. Considerando a fotografia como um corpo de signos e todo signo como constituinte ideológico, a questão do sentido que o permeia somente poder ser formulada a partir do estudo das relações dos signos com aqueles que os emitem ou recebem em determinadas situações. A fotografia é sempre uma mensagem situada, produzida por alguém e com endereço determinado (MIGUEL, 1993, p.124).

Assim como é preciso “aprender a ler a fotografia” (LOBO,1987, p.51)²⁴, é necessário também desenvolver uma sensibilidade particular para a pesquisa a partir de fontes literárias, da música e da pintura.

A produção literária sergipana de autoria feminina na passagem do século XIX para o século XX, foi possível de ser recuperada, em parte, através da imprensa e de outras fontes de pesquisa. Sobre as artistas plásticas e sobre as instrumentistas e compositoras que atuaram neste período o desafio é ainda maior. A análise destas produções e formas de expressão também requer um aprofundamento teórico-metodológico adequado para que as representações veiculadas sejam apreendidas e compreendidas para além das aparências.

Neste estudo, a imprensa foi trabalhada como uma fonte privilegiada para este estudo, uma vez que foi através das páginas dos jornais e das revistas, editadas em Sergipe e em outros Estados, que foi possível acompanhar a vida pública das sergipanas pesquisadas, recolher suas produções, identificar notas e textos que falavam sobre elas. Maria Rita e Itala se utilizavam da imprensa como mecanismo de visibilidade de seus ideais e de suas denúncias contra as arbitrariedades dos poderes públicos e as perseguições pessoais sofridas. Quintina ocupou a imprensa de forma indireta sendo citada diversas vezes na imprensa, pelas suas atividades profissionais e políticas.

A pesquisa nos jornais sergipanos, “Gazeta de Sergipe” (1890) e o “Correio de Aracaju” (1906-1908), foi realizada inicialmente com o objetivo de perceber os discursos e as representações produzidas em torno da educação da mulher. Antes da primeira visita aos acervos consultados, esperava-se encontrar nas páginas dos jornais o debate entre positivistas, monarquistas e republicanos sobre a educação feminina. No entanto, o primeiro periódico analisado impôs uma outra prioridade, tendo em vista que as mulheres sergipanas eram quase que “invisíveis”, nas páginas da “Gazeta de Sergipe”.

²⁴ Entre os estudos recentes que buscam esta interpretação densa das imagens podemos citar: Lobo (1987); Barros (1995; 2002); Almeida (2002); Demartini (1995); Moraes e Alves (2002); Villela (2002); Rocha (2002).

Assim, mesmo sabendo que algumas sergipanas colaboravam na grande imprensa fora do Estado, atuavam no magistério, participavam de sociedades abolicionistas e literárias, o silenciamento em torno delas era contundente. Citadas poucas vezes, seus nomes completos quase nunca apareciam e em geral, eram referidas a uma figura masculina - o pai, o marido, o filho.

No “Correio de Aracaju”, elas tiveram mais espaço, defenderam propostas filantrópicas, foram eleitas para participar da diretoria de diversas associações, culturais e de educação, e algumas - alunas e professoras das escolas particulares- chegaram a ser expostas nas páginas do periódico de forma excessiva, como será possível perceber posteriormente.

Sobre a educação das mulheres, os textos mais específicos se relacionavam com a escolarização - anúncios das escolas particulares e dos relatos de festas -, alguns textos, tratavam da educação de um modo geral, como por exemplo textos de Olavo Bilac e Júlia Lopes de Almeida, outros em defesa do ensino religioso, ressaltando a importância da formação moral e cívica, indicando a obrigação da família na educação dos filhos.

Outros jornais sergipanos também foram intensamente utilizados como o “Diário da Manhã” e o “A Ordem”. Nestes dois foi possível acompanhar em determinados períodos, a colaboração quase que diária de Itala e Maria Rita respectivamente. Outros impressos como jornais comemorativos e revistas também foram analisados.

A imprensa carioca e paulista foi pesquisada de forma menos intensa, a partir do recorte da presença das sergipanas investigadas, identificando matérias que tratavam sobre elas e textos que haviam publicado. No caso de Maria Rita, a primeira pista seguida foram os recortes de jornais colecionados pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. A FBPF durante muito tempo manteve contrato com uma empresa de *clipping* para a seleção de notícias, nos jornais do Rio de Janeiro e de todos os estados brasileiros, sobre: mulheres (a partir de diversos temas: educação, saúde, mobilizações, associações, conquistas, perseguições, ingresso na Academia Brasileira de Letras, ocupação de cargos públicos, censura, entre outros), lideranças políticas que apoiavam o movimento feminista e também dos opositores.

Através da leitura e interpretação de suas páginas, notícias, reportagens, pequenas notas, anúncios, foi possível compreender alguns aspectos da configuração do campo educacional no período e do processo de inserção das sergipanas nos espaços públicos.

Em relação à pesquisa, através da grande imprensa e da imprensa cultural em busca de vestígios e indícios acerca da educação feminina, procurei estabelecer alguns cuidados a partir da

percepção, como indica Dias (1999, p.22)²⁵, de que os jornais são um “produto cultural, produzido por sujeitos históricos determinados e inseridos em um contexto histórico também determinado”.

A “Revista Renovação” (1931-1934), publicação literária e cultural, editada pela primeira advogada de Sergipe, Maria Rita Soares de Andrade, foi uma fonte muito significativa para este estudo, por suas características específicas, permitindo uma aproximação maior da condição feminina no início da década de 30 e das expectativas diante do “governo revolucionário” de Getúlio Vargas.

Os procedimentos metodológicos utilizados por Limongi (1987) e De Luca (1999) serviram como inspiração para a análise e o trabalho com os 40 números de “Renovação”, assim como os estudos acerca da imprensa periódica educacional e sobre a imprensa feminina, anteriormente citados. No último ano de publicação ela passou a circular com seções específicas da imprensa feminina, e manteve em suas páginas concursos literários para as alunas da escola normal, publicando inclusive os discursos de formatura.

O desenvolvimento da imprensa periódica educacional e da imprensa periódica feminina, nas primeiras décadas do século XX, segundo Almeida (1998, p.33) significou não apenas uma forma de veicular idéias e costumes²⁶, mas também a existência de um público-leitor definido que se identificava com estas publicações. Entre outras funções, estes periódicos revelavam talentos literários, serviam de espaço para divulgação da necessidade de maior liberdade, de ampliação da escolaridade, do direito ao voto e à cidadania; e assim permitiam-lhes maior visibilidade.

Depoimentos: informantes e instrumentos

Inicialmente acreditamos que o contato com os familiares e parentes próximos das sergipanas pesquisadas não seria muito difícil, e que eles colocariam à disposição os registros que eu procurava. Esta crença não se confirmou e as dificuldades de localização dos mesmos determinaram que o trabalho de campo fosse alterado. Nenhuma das três sergipanas pesquisadas teve filhos, os parentes mais próximos vivos eram irmãos (as), primos(as) e sobrinhos (as). Acabamos optando por

²⁵ Além dos estudos de Dias (1999); Araújo e Gatti Júnior (2002), também apresentam possibilidades instigantes para o uso da imprensa como fonte/objeto para as pesquisas no campo da história da educação.

²⁶ Para maiores informações sobre a veiculação de costumes e idéias e a função educativa da imprensa, consultar entre outros estudos: Pallares-Burke (1998); Faria Filho e Souza (1998).

aprofundar a pesquisa nos arquivos públicos e identificar informantes que tivessem convivido ou sido contemporâneos de Quintina, Itala e Maria Rita.

No caso de Quintina, retomamos o contato com suas ex-alunas, algumas já haviam sido entrevistadas por ocasião da pesquisa do Mestrado, e buscamos conversar com ex-deputados e ex-colegas professores da Escola Normal.

Já com Itala descobri seus primos e primas, metade morando em Salvador e a outra parte em Aracaju, quando já havia decidido encerrar o trabalho de campo. Eles foram muito receptivos, além dos depoimentos cederam duas fotos e se dispuseram a auxiliar na localização de amigos(as) e contemporâneos de Itala. Através deles foi possível manter contato com uma amiga de Itala que mora atualmente em Paris.

Uma sobrinha de Maria Rita foi localizada no Rio de Janeiro. Ela inicialmente estranhou que “alguém de Sergipe” quisesse pesquisar sobre a vida de sua tia e segundo ela “o Estado de Sergipe nunca lhe reconheceu o devido valor”. A prima de Maria Rita, secretária da Revista Renovação, apesar da saúde muito debilitada, também relembrou aspectos da trajetória da prima. Uma sobrinha do poeta João Passos Cabral colaborou com a pesquisa, esclarecendo alguns aspectos do relacionamento dele com Maria Rita, cedendo fotos e facilitando alguns contatos.

Leitoras e colaboradoras da Revista Renovação identificadas, também, concederam seus depoimentos e se emocionaram ao rever a publicação. Foram coletados também depoimentos de intelectuais sergipanos e pesquisadores na área de literatura e história, bem como membros da Academia Sergipana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

A opção pelo depoimento se deu pela necessidade de conhecer aspectos das trajetórias das sergipanas pesquisadas e do período que elas atuaram em Sergipe, que pudessem complementar e esclarecer relações identificadas em outros documentos. Em muitos casos, os depoimentos também levantaram novas versões para alguns aspectos, impulsionando a busca por outras fontes de pesquisa. Como indicou Demartini (1998, p.65):

O processo de pesquisa é sempre muito complexo, envolvendo descobertas e impasses que devem ser analisados, isto é, colocando os pesquisadores sempre em situação de incertezas, mais do que em condições de traçar caminhos previamente definidos.

Trabalhamos com depoimentos gravados e não-gravados, respeitando a opção realizada pelo informante bem como depoimentos por carta, correio-eletrônico e telefone. O contato pessoal foi

priorizado, para tanto nos deslocamos para o Rio de Janeiro, Salvador e Aracaju para coletar a maioria dos depoimentos.

No caso da amiga de Itala que mora em Paris, o contato foi mantido à distância. A partir de uma primeira carta, explicando os objetivos da pesquisa e falando um pouco sobre o que tinha encontrado sobre Itala, enviamos algumas questões preliminares. A primeira resposta veio através de correio eletrônico, informando o recebimento da carta, comentando alguns fatos, e perguntando mais detalhes sobre o estudo. Como no contato pessoal para coleta de depoimentos, sentimos que era necessário estabelecer, mesmo à distância uma aproximação maior com a informante para que ela sentisse confiança em dividir suas lembranças. A partir de então, as outras cartas recebidas e as mensagens trocadas pela internet fluíram com maior naturalidade.

No contato pessoal ou à distância evidenciou-se a necessidade de conquista da confiança. A “conversa” surgia a partir da minha apresentação detalhada, era inicialmente submetida a um “pequeno interrogatório” acerca das minhas origens familiares, local de trabalho, formação, entre outros aspectos.

Muitas vezes, a primeira resposta, era: “isto foi há muito tempo, nem sei se me lembro mais...” Na maioria dos casos, os informantes relataram aspectos da sua vida e experiência para depois destacarem a atuação ou a lembrança que tinham das sergipanas pesquisadas. Como destacou Brioschi e Trigo (1987):

A situação de entrevista é, fundamentalmente, uma situação de interação social, de comunicação, onde se defrontam o pesquisador com um projeto definido e o pesquisado que, aceitando a proposta, faz um relato de sua existência onde está contida uma mensagem destinada ao seu interlocutor. (BRIOSCHI e TRIGO 1987, p.636).

Após a transcrição integral das fitas ou do registro feito durante a entrevista (quando não foram gravadas), os depoimentos foram organizados a partir de sub-temas e selecionados para a análise.

Utilizamos também depoimentos escritos localizados em forma de artigos publicados em jornais e revistas, veiculados em programas de rádio, que tratassem das sergipanas pesquisadas. Textos-depoimentos produzidos para exposições e solenidades comemorativas com fins diversos também serviram de fonte para este estudo. A complementaridade entre as fontes foi buscada insistentemente nos diferentes momentos da pesquisa.

Trabalhando com acervos diversos

A pesquisa documental foi realizada, em diversos acervos, em instituições localizadas em Aracaju (SE), São Cristóvão (SE), Salvador (BA), Rio de Janeiro (RJ), Campinas (SP) e São Paulo (SP)²⁷. Em cada uma destas instituições buscamos empreender um levantamento de fontes diversas - imprensa periódica, imagens, crônicas, discursos, atas, cartas, teses, entre outros -, segundo o recorte temporal definido e sobre as sergipanas selecionadas. A paciência e a dedicação dos funcionários de cada uma destas instituições foi relevante para a localização de rastros, pistas, vestígios acerca das sergipanas investigadas e sobre a educação feminina nas primeiras décadas do século XX.

Na impossibilidade de ouvir diretamente as vozes das mulheres pesquisadas, procuramos identificar nos registros diversos e dispersos uma possibilidade de ter acesso ao contexto em que elas viveram e as relações que estabeleceram ao longo de suas trajetórias. A inspiração fornecida pelo “paradigma indiciário” e pelo “faro venatório”²⁸ desenvolvidos pelos estudos de Carlo Ginzburg (1989), foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa de campo. Em alguns momentos foi preciso desenvolver: “a capacidade de a partir de dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente” (GINZBURG, 1989, p.152).

O paradigma indiciário, para Ginzburg (1989, p. 179) possui “um rigor flexível”, uma vez que se constitui através de:

Formas de saber tendencialmente mudas (...) suas regras não se prestam a ser formalizadas nem ditas. Ninguém aprende o ofício de conhecedor ou o de diagnosticador limitando-se a pôr em práticas regras preexistentes. Neste tipo de conhecimento entram em jogo (...) elementos imponderáveis: faro, golpe de vista e intuição.

Em outras circunstâncias, as visitas às instituições erigidas como “lugares-memória” privilegiados para a história de algumas profissões, como o Museu Médico de Sergipe e a Academia Sergipana de Medicina, resultaram em frustração. Entretanto, aos poucos fui entendendo que o

²⁷ Foram citadas aqui apenas as instituições e documentos mais relevantes. A relação completa dos acervos de pesquisa consultados e das fontes levantadas, encontra-se em Anexo. (Anexo I)

²⁸ Segundo Carlo Ginzburg (1989, p. 153-154) o paradigma indiciário tem suas origens em práticas distintas de diversos povos da história da humanidade. Como por exemplo, na Mesopotâmia, que muitas formas de saber se fundamentavam “na atitude orientada para a análise de casos individuais, reconstruíveis somente através de pistas, sintomas e indícios. (...) Por trás desse paradigma indiciário (...) entrevê-se o gesto talvez mais antigo da história intelectual do gênero humano: o do caçador agachado na lama, que escuta as pistas da presa.”

silêncio em torno da trajetória de Itala Silva de Oliveira, de forma ambígua estabelecia também uma distinção²⁹.

Cada uma das fontes localizadas requeria em um tratamento diverso. Inicialmente manteve-se o cuidado de transcrever toda documentação encontrada, manualmente, de forma integral e preservando a grafia do período. Após a transcrição, foi feita a digitalização dos registros localizados em livros de atas, livros de correspondências, jornais, pareceres, regulamentos, cartas, entre outros. Na sequência, os dados foram selecionados e organizados por temas. A interpretação do material coletado foi realizada a partir da complementaridade entre os documentos institucionais (pareceres, atas, regulamentos, informes, ofícios), os depoimentos (orais ou escritos), as cartas, os textos jornalísticos e as imagens.

No Arquivo do Instituto de Educação Rui Barbosa, entre outros documentos, o Livro de Atas da Congregação permitiu a análise das discussões pedagógicas entre os professores e a direção da instituição, assim como foi possível perceber a participação efetiva da Professora Quintina Diniz em comissões e bancas de exames das alunas.

No Arquivo do Atheneu, o Livro de Correspondências Expedidas, o Livro de Correspondências Recebidas e o Livro de Atas da Congregação possibilitaram o acesso aos ofícios de Itala Silva e Maria Rita que tratavam da avaliação e dos exames por elas realizadas enquanto alunas. Do mesmo modo, as polêmicas travadas entre a direção e a Profa. Maria Rita também foram apreendidas.

No Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), além da imprensa periódica sergipana (jornais e revistas) foram pesquisadas: a Revista da Faculdade de Medicina da Bahia, anais de eventos, obras sobre história, literatura, educação, instituições culturais e a imprensa em Sergipe, Mensagens Presidenciais e Governamentais, anuários estatísticos, imagens, atas e livros de sócios do IHGS, entre outros.

Na Biblioteca Pública Epifâneo Dória, a ênfase do levantamento foi dada às obras de literatura sergipana e na imprensa periódica. No Arquivo Público de Sergipe, consegui ter acesso a pacotilhas de documentos sobre as primeiras décadas do século XX, que se relacionavam com educação e escolarização feminina. No Memorial de Sergipe, a consulta se deu de forma mais abrangente no acervo iconográfico, e nas porcelanas pintadas por Rosa Faria que retratam aspectos

²⁹ Para Ginzburg (1989, p. 171): “Cada sociedade observa a necessidade de distinguir os seus componentes; mas os modos de enfrentar essa necessidade variam conforme os tempos e os lugares.

da história e de personagens ilustres de Sergipe, além das exposições temáticas realizadas pela instituição.

No Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, perseguimos a presença e atuação de Quintina Diniz na Constituinte, os livros de atas, ofícios e pareceres das comissões, permitiram acompanhar um pouco de sua trajetória parlamentar.

No Arquivo Geral do Judiciário de Sergipe, foi possível localizar os processos acerca do ingresso no exercício profissional da advogada Maria Rita e a sua luta para garantir o acesso e a permanência no quadro do magistério sergipano. Assim como os processos que foram movidos contra ela, por difamação e calúnia na imprensa, entre outros.

No Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura e na Biblioteca da Universidade Federal de Sergipe - Seção Sergipana, foram pesquisados livros e periódicos que tratavam da educação, história, literatura e da sociedade sergipana. No Programa de Documentação e Pesquisa Histórica (PDPH - Departamento de História/UFS), as monografias dos estudantes de história que tratavam da educação em Sergipe, da atuação das mulheres sergipanas na política e também sobre literatura e imprensa.

Na Academia Sergipana de Letras, consultei as publicações da instituição e os discursos dos “imortais” em busca de referências sobre a presença feminina na sociedade e na literatura sergipana. Na Sociedade Médica de Sergipe, no Museu Médico de Sergipe e na Academia de Medicina de Sergipe, fui em busca dos vestígios da atuação de Itala, mas poucos registros foram localizados.

Em Salvador, as instituições pesquisadas foram o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e o Memorial de Medicina da Bahia, neste último foram localizados dados sobre o processo de formação de Itala.

Na Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, foi realizada em busca de periódicos sergipanos e da Revista Renovação. Na Biblioteca Nacional, entre outros documentos, foram levantados jornais e revistas cariocas e paulistas, em busca da presença de Maria Rita e de Itala.

No Arquivo Nacional, a ênfase foi dada ao Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), composto por mais de 80 caixas de documentos. Foram localizados os registros jornalísticos da atuação de Maria Rita no Rio de Janeiro e em Sergipe; e as cartas trocadas entre as sergipanas e Bertha Lutz. Além da programação dos congressos feministas e dos jornais da FBPF, entre outros.

Na Biblioteca Mario de Andrade, em São Paulo, a coleção da Revista Feminina foi

pesquisada e na Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, foram consultadas fontes sobre imprensa feminina e imprensa periódica educacional paulista, além de teses, dissertações referentes à educação das mulheres e feminização do magistério.

Em Campinas, na Universidade Estadual de Campinas, além da Biblioteca Central e da Biblioteca da Faculdade de Educação foram levantadas fontes sobre o movimento feminista brasileiro, nas primeiras décadas do século XX, e sobre história da educação e do trabalho feminino, no Arquivo Edgard Leuenroth e no Centro de Memória. Nestas instituições também se identificou teses e dissertações referentes ao tema de pesquisa.

Depois deste levantamento em diferentes arquivos as fontes foram registradas, selecionadas e organizadas para a análise. O processo de “decifração” desenvolvido apesar de todo esforço mobilizado ainda permaneceu com lacunas. Afinal, a documentação encontrada nos arquivos em geral tratavam/silenciavam a atuação pública das sergipanas pesquisadas. Seus sentimentos, valores, percepções, só de forma indireta puderam ser observados.

CAPÍTULO 2 - A ESCOLARIZAÇÃO DAS MENINAS E JOVENS SERGIPANAS, NA PASSAGEM DO SÉCULO XIX PARA O SÉCULO XX.

O propósito deste capítulo é apresentar os principais marcos da escolarização feminina sergipana, na passagem do século XIX para o século XX, e compreender as relações entre as instituições educacionais, a formação do magistério e a ampliação do sistema educacional.

O estudo do panorama do campo educacional³⁰ em Sergipe, neste período, permite apreender aspectos sobre instituições, práticas e saberes que constituíam o projeto de educação para as mulheres neste Estado. No campo educacional participam das “disputas e do jogo” as instituições escolares, as associações culturais e profissionais relacionadas com a escolarização, alunos, pais, professores, diretores e autoridades educacionais. Entende-se campo educacional a partir da categoria campo na perspectiva apresentada por Bourdieu (1980, p.89-91):

o campo é um espaço estruturado de posições cujas propriedades dependem das posições neste espaço(...) para que ele funcione é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo (...) que conheçam e reconheçam as leis imanentes do jogo e dos objetos de disputa. (...)A estrutura do campo é um estado de relação de forças entre os agentes ou as instituições engajadas na luta(...) tudo aquilo que constitui o próprio campo, o jogo, os objetos de disputas, todos os pressupostos que são tacitamente aceitos.

As primeiras décadas republicanas foram marcadas pelo incremento da grande imprensa em todo o Estado. Um grande número de jornais diários e até mesmo de revistas literárias (em geral de curta duração) foram criados e tiveram circulação garantida. Dois cinemas estavam em funcionamento em Aracaju, “Carlos Gomes” e “Rio Branco”. Além da exibição de filmes, eles serviram de palco para Companhias Teatrais, locais e de outros estados. Várias associações (educacionais, científicas, literárias) foram criadas com fins diversos, entre outros, o Club Esperanto (1906), o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1912), a Liga Sergipense contra o Analfabetismo (1916), o Club Esportivo Feminino (1919), Hora Literária (1919) e a Academia Sergipana de Letras (1929).

³⁰ Sobre a constituição e estrutura do campo educacional em São Paulo, no início do século XX, consultar, entre outros: Catani (2003).

A urbanização, assim como a implantação das indústrias têxteis e de grandes empresas comerciais, principalmente na capital, contribuiu para o fortalecimento das camadas médias no Estado. Aos poucos, a conjuntura nacional, com a inflação crescente, o sistema eleitoral precário e permeável a fraudes, as tentativas de se sobrepor às oligarquias instituídas, tanto em nível estadual como nacional, começaram a preencher as páginas da imprensa sergipana de insatisfação. De alguma forma, os tenentistas sergipanos que se subverteram em 1924 (Revolta 13 de julho) e em 1926 expressaram uma parte deste descontentamento. A repressão ao primeiro levante fez prisioneiros não apenas os jovens oficiais, mas também um grupo de intelectuais e pessoas influentes na sociedade sergipana³¹.

O crescimento da população de Aracaju, na década de 1920, além das questões econômicas e comerciais, como a instalação de duas grandes indústrias têxteis a Fábrica Confiança e a Sergipe Industrial, pode ser explicado pela grande migração do interior para a capital, entre outros fatores. A modernização da cidade e a maior oferta de oportunidades de emprego e de escolarização aumentaram os atrativos para este processo migratório. Segundo Dantas (1999, p.48), em 1920, a população de Aracaju era aproximadamente de 37.440 habitantes e, em 1924, cresceu para 42.469 indivíduos.

Entretanto, o crescimento populacional não correspondeu ao aumento do número de crianças e jovens escolarizados. O total de alunos matriculados no ensino primário em 1889 era menos de 2% da população. Em 1930, o percentual de atendimento subiu para quase 3% da população. Apesar do crescimento da matrícula do Colégio Atheneu e da Escola Normal e também do aumento do número de alunos concluintes do ensino primário na capital, os índices ainda apresentavam a seletividade do sistema de ensino e a restrita parcela da população que tinha acesso ao processo de escolarização oficial.

A opção por algumas instituições escolares e o investimento das famílias no envio e na manutenção de seus filhos e filhas em colégios de prestígio, não era aleatória, mas resultado da posição³² que ocupavam na sociedade e nas expectativas que depositavam nas futuras gerações. Esta estratégia mobilizada na passagem do século XIX para o século XX, por alguns grupos sociais se manteve ao longo de muitas décadas.

³¹ Para maiores informações consultar: Dantas (1999).

³² Para Bourdieu: “a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e das tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo” (1996, p.27).

O projeto de escolarização para as mulheres sergipanas

No final do século XIX, ainda era corrente a preocupação excessiva com a educação moral das meninas e jovens. Muitos pensadores e filósofos insistiam na incapacidade intelectual feminina, assim a educação como processo de aprendizado das virtudes e das regras de conduta, e também como imposição de limites à vontade “desenfreada das mulheres” era compreendida como necessária (PRIORE, 1998, p.219).

No Brasil, a mulher adquiriu direito legal à educação pública através da Lei Imperial de 15 de outubro de 1827, que previa a criação de escolas de primeiras letras³³ nas cidades, vilas e lugarejos mais populosos, para meninos e meninas, em todo o território brasileiro. A partir de então, foram implantadas as aulas de primeiras letras para meninas que deveriam ser providas, preferencialmente, por professoras. Esta mesma lei determinava ainda conteúdos curriculares diferenciados para meninos e meninas. Ler, escrever, contar e a doutrina cristã consistiam os primeiros ensinamentos para ambos os sexos. No entanto, destacava-se o ensino de geometria para os meninos e para as meninas bordado e costura³⁴.

Mesmo com a garantia legal de acesso ao ensino público, a educação feminina que se dava em Conventos, Colégios Religiosos, ou no ambiente restrito do lar com preceptoras, estas em geral estrangeiras³⁵, ou mesmo professores particulares, ainda se manteve por muito tempo. Estas possibilidades, no entanto, estavam restritas às jovens da elite sergipana. Nestes casos, além dos conteúdos indicados para as meninas, eram incluídas aulas de etiqueta, piano, francês e habilidades culinárias (LOURO, 1997, p.446).

O Ato Adicional de 1834 descentralizou legalmente o ensino, cabendo às Províncias o direito e o dever de regulamentar e promover a educação primária e secundária e a formação de professores. Mesmo com uma medida legislativa, a falta de recursos impediu que muitas províncias pudessem organizar seus sistemas de ensino em curto prazo de tempo.

Em Sergipe, **as primeiras aulas públicas de primeiras letras** abertas para meninas surgiram em 1831, nas cidades de São Cristóvão (SE), Estância (SE), Laranjeiras (SE) e Própria(SE). Em 1834, funcionavam 29 escolas de primeiras letras, das quais 25 eram masculinas e

³³ As escolas de primeiras letras correspondia ao início da escolarização. Seu currículo estava voltado para o ensino dos rudimentos da escrita, da leitura, da Aritmética e dos princípios da Doutrina Cristã.

³⁴ Para maiores informações consultar Louro (1997, p.444).

³⁵ Sobre a atuação de preceptoras estrangeiras em Sergipe conferir o estudo de Albuquerque (2003).

as 4 femininas. No tocante ao ensino secundário, funcionavam, neste mesmo ano, 12 aulas públicas que atendiam apenas aos alunos homens (NUNES, 1984, p.47). O ensino secundário era voltado para a preparação dos alunos aos exames de acesso às Academias Imperiais. Estas não permitiam o acesso das mulheres.

Em 1860, em Sergipe, existiam 66 escolas públicas de primeiras letras, 23 femininas e 43 masculinas, que atendiam a um total de 2.636 alunos. As escolas particulares de primeiras letras eram 10, apenas uma feminina, e estas atendiam a 423 alunos. Em 1870, estavam em funcionamento no Brasil 2602 escolas públicas de primeiras letras, enquanto que em Sergipe eram 100, das quais 69 masculinas e 31 femininas (NUNES, 1984, p.99-106).

Ao longo das últimas décadas do Império, o crescimento do número de escolas femininas e a implantação de escolas mistas no mesmo período favoreceram o acesso das meninas e jovens aos bancos escolares, embora não sendo suficiente para alterar a concepção vigente que as “mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas”. A educação escolar objetivava prioritariamente a formação moral e a constituição do caráter, em detrimento ao acesso aos conteúdos formais (LOURO, 1997, p.446). Serem boas esposas e mães exemplares era o destino socialmente construído para elas, que exigia uma moral sólida e bons princípios.

O discurso da implantação das escolas mistas, realizado pelo poder público, era,

veemente e estratégico: veemente, na afirmação do caráter imprescindível e da urgência dessa inovação para a rede escolar pública; estratégico, quando mesmo reconhecendo a importância desta inovação, a propôs apenas para os lugarejos e os locais marginais na estrutura hierárquica de escolas públicas (LOPES, 1999, p.96).

No caso do Piauí e de Sergipe, como em outras províncias, a co-educação nas cadeiras do ensino primário, como medida de economia, foi um fator preponderante para a opção pelas professoras e conseqüente “expulsão dos homens dessa ocupação”, tendo como fundamento “a construção do ideal de professora como um misto de mãe afetuosa e moralizadora oficial, além também, de que com elas poderia se rebaixar ainda mais os salários da profissão” (LOPES, 1999, p.100).

No tocante ao **ensino secundário**, no Brasil e em Sergipe, os colégios privados de orientação laica ou religiosa tiveram papel relevante nas últimas décadas do Império. Sem estarem sujeitos, inicialmente, a qualquer inspeção governamental, esses estabelecimentos, estimulados pela concorrência, formavam a vanguarda do pensamento educacional pela adoção de modernas técnicas

de ensino, pelo impulso dado ao estudo da ciência e pela ênfase emprestada às línguas modernas³⁶. As jovens que freqüentavam estes colégios, como alunas internas ou semi-internas, objetivando ampliar seus estudos, recebiam um programa diferenciado, com seus currículos organizados de forma a atender o desenvolvimento de habilidades e atitudes femininas (RIBEIRO, 1996, p.164). O ensino de Música, Línguas Estrangeiras e Trabalhos Manuais estava presente. Estas instituições não viam a necessidade de prepará-las para os cursos superiores, ainda considerados impróprios para as mulheres no final do Império.

O início da República aponta para a necessidade da educação da mulher, vinculando-a à modernização da sociedade, à higienização da família e à formação dos futuros cidadãos. Novas exigências são colocadas para as mulheres, que desde jovens devem ser preparadas para assumir o papel de educadora no lar. Os discursos liberais insistiam na escolarização primária da mulher e valorizavam como campo de atuação feminina, o espaço doméstico³⁷.

O acesso à escolarização considerado uma conquista principalmente para as mulheres, pode ser compreendido também como distinção. Segundo Bourdieu (1974),

A escola não cumpre apenas a função de consagrar a ‘distinção’ – no sentido duplo do termo – das classes cultivadas. A cultura que ela transmite separa os que a recebem do restante da sociedade mediante um conjunto de diferenças sistemáticas: aqueles que possuem ‘como cultura’ (...) a cultura erudita veiculada pela escola dispõem de um sistema de categorias de percepção de linguagem, de pensamento e de apreciação, que os distingue daqueles que só tiveram acesso à aprendizagem veiculada pelas obrigações de um ofício ou a que lhes foi transmitida pelos contatos sociais com seus semelhantes (BOURDIEU, 1974, p.221)

Associada à educação familiar, freqüentar um colégio de prestígio possibilitava novas dimensões de aprendizagem, estabelecidas no contato com outras jovens e com os professores.

No ano da Proclamação da República, Sergipe já contava com 172 escolas de primeiras letras, sendo 78 masculinas, 20 femininas e 74 mistas. Em relação ao número de alunos atendidos, percebe-se que a presença das alunas já corresponde quase à metade do total dos alunos atendidos: as meninas eram 2.550, os meninos eram 2.569, totalizando 5.119 matriculados (NUNES, 1984, p.158).

³⁶ Sobre este aspecto conferir os estudos realizados por: Ribeiro (1996) e Lopes (1997).

³⁷ Entre outros estudos sobre o tema, conferir: Bernardes (1988) e Lopes (1997).

Apesar da co-educação ser condenada durante toda a Primeira República por muitos educadores e legisladores, geralmente baseados em argumentos morais, tendo em vista os riscos de aproximação entre os sexos, esta medida acabou sendo adotada muito mais por questões econômicas e em escolas localizadas em municípios distantes da capital e dos centros urbanos mais importantes. A medida, além de ampliar o acesso das meninas à educação pública, permitiu maior espaço para o exercício do magistério às professoras, no restrito ambiente da sala de aula.

Apesar de cada Província possuir autonomia para legislar sobre as questões educacionais, em muitos casos, encontraremos exigências semelhantes para o acesso às **Escolas Normais**. Os primeiros decretos de criação dos cursos de formação de professores, remontam às décadas de 1830 e 1840, em diversas localidades do país: Minas Gerais (1835), Rio de Janeiro – Niterói (1835), Bahia (1836), Ceará (1845) e São Paulo (1846). Em outras regiões, estas escolas foram inauguradas, na segunda metade do século XIX como no caso de Sergipe³⁸ (1870) e de Goiás (1882).

Na maioria dos regulamentos destas instituições, para serem alunos(as), “as exigências recaíam muito mais nas condições morais dos indivíduos do que em sua própria formação intelectual” (VILLELA, 2000, p.104-106). A maioria dessas instituições, no início de seu funcionamento, só recebia alunos do sexo masculino; o acesso de alunas aconteceria de forma diferenciada em cada uma das províncias. Em algumas delas foram criadas Escolas Normais femininas, como em Sergipe (1877) e em Minas Gerais (1906), ou eram abertas vagas para as jovens nas escolas já existentes, como aconteceu em São Paulo, na Escola Normal da Praça, a partir de 1880³⁹.

Nos cursos normais já existentes e em cursos femininos específicos recém-criados, novas disciplinas foram incluídas nos currículos, tais como Puericultura, Psicologia e Economia Doméstica. Representavam, ao mesmo tempo, a introdução de novos conceitos científicos (inspirados principalmente no positivismo e no liberalismo) justificados por velhas concepções relativas à essência do que se entendia como educação feminina (LOURO, 1997, p.448).

Grande parte destas instituições criadas funcionou durante muitos anos, e até décadas, em prédios adaptados, muitas vezes impróprios para a realização das aulas. Entretanto, as primeiras

³⁸ O Colégio Atheneu Sergipense, primeiro estabelecimento de ensino secundário de Sergipe, que congregava diversas aulas de ensino secundário, criado em 1870, funcionou como estabelecimento de ensino masculino com os cursos normal e humanidades. Apenas na segunda metade da primeira década do século XX, algumas alunas se matricularam neste estabelecimento.

³⁹ Cf. Freitas (1995, p.24) Sobre a participação feminina na Escola Normal de São Paulo e feminização do magistério paulista, nas primeiras décadas do século XX, consultar Campos (2002, p.13-37).

décadas da República foram marcadas pela inauguração de prédios suntuosos, de arquitetura imponente, situados próximos às praças mais importantes de cada uma das principais cidades do Brasil que receberam os importantes professores catedráticos e os alunos(as)-normalistas⁴⁰.

No caso de Sergipe, a Escola Normal feminina funcionou em prédio próprio somente a partir de 1911, próximo à catedral no centro de Aracaju. A partir de 1923, passou a ser denominada Escola Normal Rui Barbosa. Desde o final do século XIX, seria a instituição de referência no Estado para a formação de professoras primárias. Para as jovens sergipanas desta época, a possibilidade de realizar o curso normal era uma das únicas oportunidades de continuarem estudando e se prepararem para exercer uma atividade profissional fora do ambiente doméstico, uma vez que o magistério era socialmente aceito e entendido como prolongamento dos papéis femininos exercidos no lar.



Foto 04 - Escola Normal Rui Barbosa. Aracaju/SE. s/d. Autoria não identificada.
Fonte: Memorial de Sergipe. Coleção Rosa Faria. Seção Iconográfica.

⁴⁰ Sobre este aspecto, no caso da Escola Normal de São Paulo, consultar Monarcha (1999).

A feminização do magistério primário se consolidou nas primeiras décadas do século XX não apenas em Sergipe, mas também em outros estados. Ressalta-se que as “professoras levar vantagem em relação aos professores em termos de carreira e remuneração, e o magistério se consolida como profissão feminina de carreira masculina” (DEMARTINI, 2002, pp.69-93).

Durante as décadas de 1910 e 1920, verificou-se um aumento de matrícula nas instituições do ensino primário e normal. O ensino secundário acabou sendo centralizado na capital, em Aracaju tendo como instituição-modelo o Atheneu Sergipense – equiparado ao Ginásio Nacional em 1908. Neste período, muitas instituições escolares migraram do interior para a capital acirrando concorrência entre os colégios privados tradicionais que ministravam o ensino secundário aos jovens das famílias da elite sergipana.

Em Aracaju, o **ensino profissionalizante** estruturou-se, nestas três primeiras décadas do século XX, através da “Escola de Aprendiz e Artífices” (1910), da “Escola de Comércio Conselheiro Orlando” (1923), do ‘Liceu Profissional Coelho e Campos’ (1923) e do “Instituto de Química Industrial” (1926), e que aos poucos passaram a receber também jovens alunas.



Foto 05 - Instituto Profissional Coelho e Campos. Aracaju/SE. s/d. Autoria não identificada.
Fonte: Memorial de Sergipe. Coleção Rosa Faria. Seção Iconográfica.

Várias foram as tentativas de implantação do **ensino superior** em Sergipe no entanto, todas muito efêmeras como, por exemplo, a “Faculdade de Direito”, inaugurada de forma solene e festiva em 1925, que não obteve a equiparação e acabou por não vingar e a “Faculdade de Farmácia e Odontologia” (1926) que também durou apenas um ano (NUNES, 1984, p.251-253). Somente a partir do final da década de 1940, é que as primeiras faculdades foram implantadas de forma isolada, sendo posteriormente aglutinadas, constituindo a Universidade Federal de Sergipe, em 1968.

Nas primeiras décadas da República, apesar dos discursos liberais difundidos pelo Estado, o sistema educacional foi permeado por alterações pouco significativas, uma vez que a grande parte da população não era atendida, nem mesmo nas escolas públicas, e os índices de analfabetismo são alarmantes⁴¹. Campanhas e iniciativas filantrópicas foram desenvolvidas em favor da alfabetização de homens e mulheres em todo o território nacional. Altera-se, aos poucos, o significado que as instituições escolares passaram a ter diante das contradições e ambigüidades entre os valores do avanço do capitalismo e do início da modernização social e econômica e os valores mais tradicionais, vinculados à sociedade aristocrática, oligárquica e patriarcal.

O campo educacional da forma como estava estruturado, atendia a uma pequena parcela da população escolarizável. A dificuldade de apropriação dos bens culturais transmitidos pela escola, legitimava as diferenças sociais no acesso aos bens simbólicos e materiais garantindo a manutenção da ordem econômica estabelecida e a “reprodução social e cultural”. Bourdieu (1974) ressaltou ao estudar este processo, a “aparente neutralidade da legitimidade”:

... dentre as soluções historicamente conhecidas quanto ao problema da transmissão de poder e dos privilégios, sem dúvida a mais dissimulada e por isso a mais adequada a sociedade tendentes a recusar as formas mais patentes de transmissão hereditária do poder e dos privilégios, é aquela veiculada pelo sistema de ensino ao contribuir para a reprodução da estrutura das relações de classe dissimulando, sob as aparências de neutralidade o cumprimento desta função (BOURDIEU, 1974, p.296).

⁴¹ Cf. Nunes (1984, p.232), a percentagem de analfabetos em Sergipe, em anos diversos, é apresentada da seguinte forma: em 1872 – 66,4% da população; em 1890 – 67,2% da população; em 1900 – 58,2% da população e em 1920 – 60,1% da população. Infelizmente, a autora não cita as fontes destas percentagens, nem indica se para o primeiro ano 1872, os negros e as mulheres foram considerados. No caso do Brasil, são apresentados os seguintes índices: 1890 – 85% de analfabetos; 1900 – 75% de analfabetos; 1920: 75% de analfabetos. (RIBEIRO, 1982, p. 78; apud FERRO, 1996, p.43).

As reformas educacionais implementadas pelo Governo Central e em cada um dos Estados nas primeiras décadas da República⁴² muitas vezes se sobrepunham e foram fundamentadas em influências do pensamento pedagógico europeu e norte-americano, principalmente àquelas relacionadas ao ensino ativo e às dimensões psicológicas e sociológicas do processo educativo.

Além das “reformas descontínuas”, Ferro (1996, p.123) destacou uma outra característica da escolarização na Primeira República, o intercâmbio estabelecido entre o ensino público e a iniciativa privada, e entre práticas educativas formais e o informais. Esta forma estruturada/desestruturada da organização do ensino presente no Piauí, pode ser transferida para a configuração do campo educacional sergipano.

Os lugares da escolarização feminina sergipana

A partir dos estudos elaborados por historiadores e educadores sergipanos⁴³, realizamos um levantamento das informações privilegiadas sobre a escolarização feminina em Sergipe, em instituições públicas e privadas, tendo em vista o período da passagem do século XIX para o século XX. Não pretendemos aqui um estudo aprofundado de cada uma das instituições, uma vez que muitas delas são particulares e durante muito tempo, “as leis protegeram a ausência de documentação pois, os estabelecimentos de ensino, fundados pela iniciativa privada, eram dispensados de enviarem relatórios sobre a situação dos mesmos” (RIBEIRO, 1996, p.10).

No período de 1855 a 1871, foram criadas três aulas públicas de ensino primário feminino em Aracaju. A primeira delas foi provida pela professora Josefa Maria Trindade e começou a funcionar em 1855, além do currículo legalmente previsto ela preparava suas alunas para o magistério. Em 1868, foi criada a segunda aula sob a responsabilidade da professora Ana Saturnina de Rezende Mundim. A terceira, surgiu em 1870, na tentativa de atender a demanda pela

⁴² Entre estas reformas, pode-se citar a Reforma de Benjamin Constant (1890) em 1901, o Código Eptácio Pessoa, em 1911 a Reforma Rivadávia Correia, em 1915 a reforma implementada pela lei Carlos Maximiliano, em 1925 a Reforma Rocha Vaz. Para maiores informações consultar: Ferro (1996, p.38-39); Cunha (2000, p.151-204); Nunes (1999) e Xavier (1994).

⁴³ Além de dissertações de mestrado defendidas recentemente no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe consultadas, como: Vilas-Bôas, (2000); foram utilizados os estudos de Nunes, (1984) e CALAZANS (1949/1951) e a imprensa periódica sergipana.

escolarização de meninas, sendo nomeada como professora Francina da Glória Muniz Teles⁴⁴ (CALAZANS, 1949/1951, p.109-112).

As instituições educacionais em Aracaju, que tiveram uma importância preponderante na vida escolar das jovens foram criadas a partir do início do século XX. No interior do Estado, desde a metade do século XIX, encontramos Colégios particulares funcionando com regularidade e educando várias gerações da mesma família.

O Colégio Nossa Senhora Sant'Anna, fundado por D. Possidônia Maria de Santa Cruz Bragança em Laranjeiras (SE), foi transferido em 1906 para Aracaju, sob a direção de Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro, e funcionou até 1941. As festas desta instituição preenchiam as colunas dos jornais de Aracaju. Além das provas orais e escritas, havia a apresentação de textos dramáticos, peças musicais e uma exposição de trabalhos manuais.

Os Salesianos que chegaram em Sergipe em 1902, a pedido do Presidente do Estado Monsenhor Olímpio Campos, fundaram, em primeiro lugar uma Escola Agrícola Salesiana denominada Tebaida para meninos desvalidos. Em 1908, criaram o Oratório Festivo Salesiano, também para atender meninos que perambulavam pela rua. Em 1909, foi fundado o Colégio Salesiano, que teve sede própria a partir de 1913 e que, inicialmente só recebia meninos mas depois passou a aceitar meninas. Dos Colégios citados este é um dos poucos ainda em funcionamento⁴⁵.

Em 1904, foi fundada a Escola Laranjeirense pela professora Eufrosina Amélia Guimarães (Zizinha Guimarães, 1904-1964), em Laranjeiras (SE). Ministrava o ensino primário e secundário misto⁴⁶.

Outra instituição responsável pela educação das jovens da elite sergipana foi o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, fundando em 1903, em Aracaju, pela Irmãs Sacramentinas com sede em Valence (França) que aceitava alunas internas, semi-internas e externas. Em 1923, através de terreno doado pelo Prefeitura, e da construção do prédio a partir da ação do Presidente do Estado Graccho Cardoso, o Colégio passou a possuir sede própria, onde funcionou até 1973 (NUNES, 1984, p.204).

⁴⁴ Sobre a evolução da matrícula nestas três aulas, foram localizados os dados apenas da primeira. No ano de 1857, possuía 13 alunas; em 1850, eram 31 alunas matriculadas; em 1863, contava com 69 alunas. (CALAZANS, 1949/1951, p.110-111).

⁴⁵ Para maiores informações, conferir Nunes (1984, p.204).

⁴⁶ Cf. Fontes (1985, p.17-18) e Franco (1985, p. 14-16).

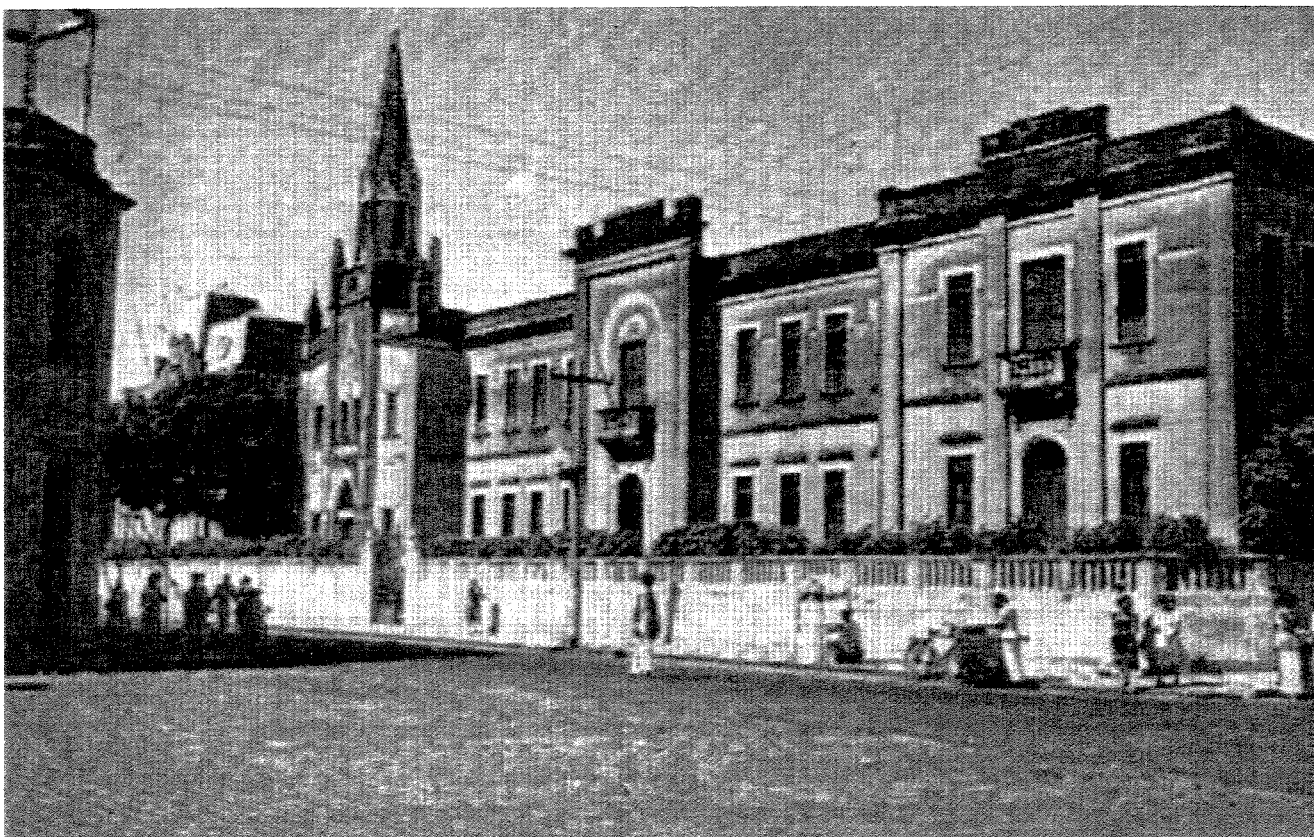


Foto 06 - Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Aracaju/SE. s/d. Autoria não identificada.
Fonte: Memorial de Sergipe. Coleção Rosa Faria. Seção Iconográfica.

O Colégio Tobias Barreto, fundado em Estância (SE) em 1909, pelo Prof. José de Alencar Cardoso, passou a funcionar em Aracaju, a partir de 1913, inicialmente com clientela masculina. Sua característica marcante foi a militarização adotada, expressa nos uniformes dos alunos e na realização de “Tiro de Guerra”. Começou a ser freqüentado por meninas em 1920, funcionando até 1969, quando os seus prédios foram adquiridos pelo Estado. Atualmente, em uma parte das instalações reconstruídas, funciona a Escola Estadual de Ensino Médio Tobias Barreto e, na outra parte, a Academia Sergipana de Letras e a Aliança Francesa⁴⁷.

A professora Norma Reis criou, em 1920, um novo educandário feminino em Aracaju, que funcionou até 1935. A renomada diretora era também professora da Escola Normal.

Outras instituições escolares femininas confessionais diversificaram ainda mais a oferta de ensino no interior, como o Colégio Nossa Senhora das Graças, em Propriá (SE), criado pela Congregação das Irmãs Hospitaleiras da Imaculada Conceição; e o Colégio Imaculada Conceição

⁴⁷ Segundo Nunes (1984, p.234), em 1917, o Colégio Tobias Barreto tinha 140 alunos e o Colégio N. S. Sant’Anna 8 alunas.

em Capela (SE) sob a responsabilidade da Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus. Ambos eram voltados, inicialmente, para o ensino primário, tendo sido equiparados à Escola Normal, em 1936 (NUNES, 1884, p.250).

Vilas-Bôas (2000) estudando as “Origens da educação protestante em Sergipe”, registrou a existência de escolas protestantes no Estado, no final do século XIX. A primeira instituição educacional protestante foi fundada em Laranjeiras (SE) em 1886, denominada Escola Americana. Era dirigida pelo Professor Manuel Nunes Motta e oferecia curso primário e secundário para ambos os sexos, além de internatos masculino e feminino. As aulas eram ministradas por professoras (VILAS-BÔAS, 2000, p.114-115).

Ao pesquisar a imprensa laranjeirense, Vilas-Bôas (2000) encontrou um silenciamento em torno desta primeira instituição de ensino protestante, dando destaque, no entanto, ao Colégio Inglês. O Colégio Inglês foi tema de diversas matérias nos jornais. A qualificação do seu corpo docente e do ensino ministrado era geralmente destacada. Dirigido por Miss Anne Carol (em alguns registros consta Miss Anna Carrol) e Júlia de Oliveira, este colégio oferecia educação primária e secundária ao sexo feminino, recebendo alunas internas e externas.

A Escola Americana foi dirigida pelo Reverendo Finley a partir de 1892. Em maio de 1895, contava com 45 alunos e internato para ambos os sexos. Em 1899, sob a direção do Reverendo Finley, a escola transferida para Aracaju oferecia: um externato para ambos os sexos, um internato para o sexo feminino, além dos cursos primário e intermediário. No ano seguinte, a instituição contava com 50 alunos matriculados e dois professores. No entanto, em 1904, o reverendo Finley foi transferido para a Bahia, os internatos foram fechados e a escola primária contou com a direção de Anne Belle Mc Pherson. Em 1905, Anne Belle deixou Sergipe e a Escola Americana foi dirigida por Jovina Moreira de Carvalho, normalista formada pela Escola Normal de São Paulo, oferecendo apenas o ensino primário com a ajuda de sua irmã Alcides Moreira. A partir de 1911, não foram localizadas maiores informações sobre a instituição. Sabe-se somente que a professora Jovina foi transferida em 1915 para a cidade de Prado na Bahia (VILAS-BÔAS 2000, p.118-133).

Além das aulas públicas masculinas, femininas e mistas, disseminadas em várias localidades do Estado, se fazem presentes nos jornais de Sergipe, a Escola Normal e o Atheneu Sergipense⁴⁸. A diversificação da oferta de ensino público, privado, confessional (católico e protestante) e laico, foi uma característica do período. Assim como a presença de docentes que ensinavam em escolas públicas, como o caso de professores catedráticos da Escola Normal e do Atheneu, e dirigiam escolas particulares ou eram contratados como professores.

Os currículos oferecidos se baseavam quase sempre no mesmo elenco de disciplinas, variando muito pouco de uma instituição para outra. A ênfase, nas primeiras décadas do século XX, nas escolas femininas era o estudo de Línguas Estrangeiras e de Português (Gramática e Literatura), noções de Matemática e Ciências, os Trabalhos Manuais e Música.

No Jornal “Correio de Aracaju”, no período de 1906-1908, no tocante à escolarização feminina, os anúncios dividiam espaço com registros minuciosos das festas realizadas nos estabelecimentos. Foram citadas, de forma recorrente, oito instituições. A maioria oferecia ensino primário e secundário: “Collegio Bôa Esperança” (dirigido por Mariana Braga); o “Collegio Nossa Senhora de Lourdes” (internato e externato, dirigido pela Irmã Thèophanes, da Congregação das Irmãs Sacramentinas); a “Escola Americana” (ensino primário misto, dirigida por Jovina Moreira); o “Collegio Santa Cruz – internato e externato” (ensino primário misto, dirigido por Maria Madalena de Santa Cruz e Santos); “Escola Primária de Sergipe” (ensino primário misto – dirigido por Alexandre José Teixeira e sua esposa); “Collegio Nossa Senhora Sant’Anna” (dirigido por Quintina Diniz), “Externato Zizi Góes” (ensino primário e secundário feminino - dirigido por Balthazarina Góes, com o auxílio de seu pai o Prof. Catedrático Balthazar Góes⁴⁹), todos estes localizados em Aracaju; e o “Internato Santa Cecília” (internato feminino, dirigido por Cecília Curvello), em Laranjeiras (SE).

No início do ano civil, estas instituições publicavam anúncios sobre o início das aulas, o preço das mensalidades, as disciplinas ministradas, a forma de organização do currículo e

⁴⁸ O Atheneu Sergipense não era propriamente um estabelecimento de ensino feminino. No seu ato de criação em 1870 (Regulamento do Presidente da Província de Sergipe de 24 de outubro de 1870), não existia proibição explícita para a frequência feminina. Entretanto, até meados da primeira década da República, ele era apenas frequentado por alunos homens. Segundo Nunes (1984, p.200), a primeira aluna a frequentar o Atheneu e concluir o Bacharelato, após 6 anos de curso, foi Sílvia de Oliveira Ribeiro em 1912.

⁴⁹ Uma nota, publicada no jornal Correio de Aracaju no início de setembro de 1908, informava a transferência do Externato Zizi Góes para a cidade de São Cristóvão, passando a funcionar como internato e externato para meninas, ministrando o ensino primário e secundário e denominando-se “Collegio Zizi Góes.” (Correio de Aracaju, 3 de setembro de 1908, ano III, n.187, p.2. col.5).

características gerais de funcionamento das escolas⁵⁰. Encontram-se também a oferta de aulas por professoras particulares que se apresentavam qualificadas para o ensino ⁵¹, bem como de cursos específicos, como de flores artificiais⁵².

No final do ano, eram noticiadas as festas escolares que antecedia as férias, momento de realização dos exames públicos orais e escritos, sob a coordenação de uma banca examinadora, formada por educadores ilustres da cidade, e autoridades governamentais. Após os exames, as alunas apresentavam peças dramáticas e musicais e recitavam poemas e textos literários. Em uma outra sala, ficavam expostos os trabalhos manuais, realizados pelas alunas e professoras durante o ano letivo, com grande variedade de estilos, trabalhos em tricô, crochet, pinturas, flores artificiais, bordados, tapeçaria, rendas, entre outros. A competência pedagógica e as virtudes das diretoras e do corpo docente eram ressaltadas no final do noticiário sobre o evento.

Em relação aos preços cobrados pelas instituições, foi possível detectar uma certa variação:

No Colégio Nossa Senhora de Lourdes, era cobrado mensalmente em 1906, para as alunas internas: 40\$, para as alunas semi-internas 20\$ e para as alunas externas 5\$. Esta mensalidade dava direito ao estudo de todas as matérias com exceção de música e desenho ⁵³.

O externato Zizi Góes dirigido por Balthazarina Góes, apresenta a seguinte mensalidade, para o curso primário 5\$000 e para o curso secundário 10\$000 ⁵⁴.

⁵⁰ Os anúncios do Colégio Nossa Senhora de Lourdes e do Colégio Sant'Anna serão abordados oportunamente. Como exemplo dos anúncios publicados no Correio de Aracaju (1906-1908): "Collegio Boa Esperança: Este optimo estabelecimento de instrucção, montado com pericia, gosto e esmero, sob a direcção da sympatica preceptora sergipana D. Mariana Braga, tem a seguinte lista de ensino que aqui offereceu-nos a leitura dos senhores paes de familia: Portuguez, Francez, Arithmetica, Geometria, Geographia, Histórias Patria e Sagrada, Inglez, Elementos de Sciencias Naturaes, Cosmographia, Calligraphia, Pedagogia, Desenho, Piano e Trabalhos de Agulha. A directora que tanto tem concorrido para a boa educação de nossas jovens patricias garante todo cuidado e interesse para com as alumnas internas e externas." (Correio de Aracaju, Sergipe, 20 de janeiro de 1907. Ano II, n.23, p.3, col.5. "Seção Paga"). O mesmo anúncio aparece em números subsequentes no mês de janeiro e fevereiro no mesmo ano.

⁵¹ Como os anúncios das professoras Clothildes Machado e da professora Antonia Rosa Pinto: "Professora Clothildes Machado normalista diplomada pela Escola Normal ministra aulas em sua casa de português, francês e aritmética." (Correio de Aracaju, Sergipe, 24 de janeiro de 1907. Ano II, n.24, p.3, col.3. "Seção Paga") "Antonia Rosa Pinto, residente n'esta Capital, habilitada ao ensino de Portuguez, bem assim de Geographia e Arithmetica, previne ao publico que, á rua de Maroim n.45, lecciona aquellas materias. Aracaju, 1º de agosto de 1908." (Correio de Aracaju, Sergipe, 13 de agosto de 1908. Ano III, n.181, p.3, col.4. Seção Paga). Estes mesmos anúncios foram publicados em números subsequentes nos meses de janeiro e fevereiro do mesmo ano.

⁵² Propagandas do curso de flores artificiais: "Curso de flores artificiais ministrado pela professora D. Técia Chantal, á rua de Pacatuba. As flores artificiais são feitas pelo processo Del-fiume. Preços Comodos." (Correio de Aracaju, Sergipe, 26 de maio de 1907. Ano II, n.59, p.3, col.5.) "Curso de flores artificiais, pela professora Candida Bemvindo em sua casa à praça Coronel José de Faro, n.12. ou em casas particulares, preço 20\$000" (Correio de Aracaju, Sergipe, 26 de maio de 1907. Ano II, n.59, p.3, col.5.) Estes mesmos anúncios se repetem durante os meses de maio, junho e julho no Correio de Aracaju, no ano de 1907.

⁵³ Cf. Correio de Aracaju, 4 de janeiro de 1906, ano I, n.19, p.4. col.4-5.

⁵⁴ Cf. Correio de Aracaju, 2 de fevereiro de 1908, ano III, n.128, p.3. col.5.

Sobre o significado deste valor neste período, através de outros anúncios presentes nos jornais consultados, pode-se verificar que um curso de flores, ministrado por uma professora particular, custava 20\$000. Não há informações sobre preço do material, nem mesmo sobre a duração do mesmo⁵⁵. Uma propaganda da Livraria Brasileira, que trazia livros escolares de São Paulo e do Sul do País, cobrava em 1908, pelos Livros de Leitura de autoria de Arnaldo Barreto e R. Puiggari, entre 1\$500 e 2\$500⁵⁶. Sem dúvida que, além da mensalidade, do uniforme e do material escolar, os pais que mantinham seus filhos nas escolas particulares teriam também gastos extras com outras atividades, como aulas de reforço, aulas de música e de desenho, entre outros. No caso das alunas internas, além dos custos citados, era preciso organizar um enxoval composto de forma diversa de acordo com cada uma das instituições⁵⁷.

As festas do Colégio Boa Esperança, do Colégio Nossa Senhora de Lourdes e do Colégio N. Sra. Sant'Anna eram as mais destacadas nas páginas do "Correio de Aracaju" no período de 1906-1908, assim como os aniversários de suas respectivas diretoras⁵⁸. No Colégio Boa Esperança, estavam presentes as jovens oriundas de famílias ligadas a pequenas empresas de comércio, funcionários públicos e intelectuais. No Colégio Nossa Senhora de Lourdes e no Colégio dirigido por Quintina Diniz, a grande maioria das alunas eram de famílias de grande influência econômica e política. Existia uma aproximação maior entre a organização curricular do Colégio Boa Esperança e do Colégio N. S. Sant'Anna.

Nas apresentações musicais, o piano, o violino e o bandolim estiveram presentes nos estabelecimentos de ensino, acompanharam poesias e textos literários. Na seleção das peças

⁵⁵ Cf. Correio de Aracaju, 26 de maio de 1907. Ano II, n.59, p.3. col.5.

⁵⁶ Cf. Correio de Aracaju, 13 de fevereiro de 1908. Ano III, n.131, p.3, col.4.

⁵⁷ O Colégio Inglês, que funcionou em Laranjeiras, no período de 1885-1890, com internato e externato para meninas, estabelecia para o enxoval: "O enxoval de cada aluna será feito conforme o gosto e a vontade de sua família, sendo, porém, obrigatória cada uma delas a trazer uma cama pequena, colchão, travesseiros e roupa correspondente, lavatório de ferro com bacia e jarros e bacia para banho." Jornal "O Horizonte", Laranjeiras, 24 de dezembro de 1885, Ano I, n.28, p.04.

⁵⁸ "A provecta educacionista D. Quintina Diniz, distincta directora do acreditado Collegio N. S. Sant'Anna desta capital, vê passar hoje por entre as alegrias ruidosas de sua digna familia e estremecidas discipulas, a sua data natalicia. O Correio, saúda effusivamente a competente e distinguida preceptora." (Correio de Aracaju, Sergipe, 18 de junho de 1908. Ano III, n.166, p.2, col.2.). "Vae, hoje, um ruido de festas intimas neste bello e pequenino templo dedicado a educação da mulher, onde á par do espirito que se cultiva, domina o coração que se aperfeiçoa e que se chama – Collegio Bôa Esperança. É que a virtuosa sacerdotisa que pontifica neste templo, assiste hoje á passagem de seu anniversario natalicio entre a multidão das flôres com que a brindam suas discipulas, e os affectos dedicados que tem o privilegio de despertar em todos os corações que a conhecem e que della se approximam. Por data tão feliz, nós os do Correio enviamos á d. Marianna Braga nossos parabens, e os votos que fazemos por sua felicidade constante." (Correio de Aracaju, Sergipe, 10 de setembro de 1908. Ano III, n.189, p.2, col.3).

musicais e dramáticas e dos poemas recitados, existia uma preocupação com a inclusão de autores e compositores franceses. Um outro aspecto que merece ser ressaltado é a exposição das alunas na imprensa local, num período em que era pouco comum as mulheres sergipanas serem visibilizadas nas páginas dos jornais.

Muitas alunas, depois que se formavam, atuavam como professoras nos mesmos estabelecimentos de ensino, e grande parte das professoras que ensinava no Colégio Sant'Anna e Boa Esperança trabalhava também em escolas públicas, principalmente no Grupo Escolar Modelo e na Escola Normal.

No Jornal “Diário da Manhã”, no período de 1915- 1916, a propaganda das instituições já comentadas estava presente, acrescida de outras instituições de educação feminina, como o “Collegio Minerva” (dirigido pela professora Quitéria Rollemberg), o Colégio Nossa Senhora da Glória (dirigido pela professora Cecília Maia), ambos em Maroim (SE) e o Colégio Camerino (ensino misto, dirigido pela professora Maria Cândida Monteiro), em Estância (SE). Nos dois primeiros, os anúncios ressaltavam a utilização de modernos métodos pedagógicos⁵⁹, provavelmente relacionados à pedagogia ativa.

Ressalta-se a existência de um significativo grupo de diretoras de escolas femininas em todo Estado, em um período em que a mulher, submetida ao pátrio poder, quando solteira, ou ao poder legal do marido como chefe da sociedade conjugal, necessitava de autorização para assinar contratos de trabalho, sendo considerada incapaz no tocante ao exercício dos direitos civis e políticos. Uma outra característica marcante era que estas escolas, quando não eram dirigidas e mantidas por organizações religiosas católicas ou protestantes, configuravam-se numa espécie de empresa familiar, onde outras pessoas da família, mãe, irmãs, tias e até mesmo o pai, assumiam funções no estabelecimento de ensino.

A título de sintetizar as principais características das instituições privadas de ensino que escolarizavam as meninas e jovens sergipanas, apresentamos a seguir um quadro com as principais

⁵⁹ “ Collegio Nossa Senhora da Glória – No logar competente deste jornal vae publicado o annuncio do acreditado e antigo Collegio N. S. da Gloria, para meninas da cidade de Maroim, dirigido pela intelligente educacionista D. Cecília Maia, que acaba de chegar da Bahia, onde foi com o fim louvável de observar os progressos pedagogicos dalli, para realizal-os em seu Collegio.” (Diário da Manhã, Ano VI, n.1407. Aracaju, 20 de janeiro de 1916, p.1 col.4). “Collegio Minerva – Amanhã reabrir-se-ão as aulas do acreditado Collegio Minerva da Cidade de Maroim, dirigido pela distincta e intelligente educacionista D. Quitéria Rollemberg, um dos mais bellos espíritos femininos desta terra, cuja vida tem sido um exercício constante de esforços em prol da instrucção primaria daquela visinha cidade. O Collegio Minerva, adopta os modernos methodos pedagogicos, sendo pois, um excellente estabelecimento que indicamos aos interessados.” (Diário da Manhã, Ano VI, n.1418. Aracaju, 2 de fevereiro de 1916, p.1 col.4).

instituições escolares do período estudado, sua direção ou mantenedora, oferta de ensino e o público atendido. Só foram incluídas neste quadro as escolas femininas e mistas encontradas nas fontes citadas, não estão citadas as escolas masculinas e nem as públicas. Os dados encontrados não permitem comparação, servem apenas como um panorama das possibilidades de escolarização para algumas jovens sergipanas, na passagem do século XIX, para o século XX.

Quadro I
As instituições privadas de ensino femininas e mistas, em Sergipe,
no final do século XIX e primeiras décadas do século XX.

Instituição Escolar/ano e local de fundação	Direção/mantenedora	Oferta de ensino	Público Atendido
Colégio N.S. Sant'Anna – 1848, em Laranjeiras. Em 1899 – nova direção, em 1906 mudança para Aracaju, onde funcionou até 1941.	Possidônia de Santa Cruz de Bragança Quintina Diniz (dirige a escola a partir de 1899, juntamente com outros membros da família).	Ensino particular feminino – internato e externato Ensino primário e secundário.	Alunas - meninas e jovens.
Colégio 24 de outubro 1885, em Aracaju.	Domitilla de Santiago.	Ensino particular primário.	Alunas - meninas e jovens.
Escola Americana, 1886 em Laranjeiras. Muda de direção em 1892 é transferido para Aracaju em 1899. Em 1904, muda de direção e o internato é fechado – ensino primário misto. Em 1905, muda de direção e mantém o ensino primário misto. Depois de 1911, não há registros sobre a escola.	Manuel Nunes Mota. Reverendo Finley. Anne Belle Mc Pherson. Jovina Moreira de Carvalho (normalista da Escola Normal de São Paulo).	Ensino particular, primário e secundário, internato e externato – misto. Protestante Com a mudança para Aracaju, mantém o externato misto e o internato apenas feminino, curso primário e intermediário. Ensino primário misto.	Alunas - meninas e jovens e Alunos - meninos e jovens.
Colégio Inglês, Laranjeiras, encontrava-se em funcionamento em 1887. Em 1894 – estava funcionando no interior de São Paulo, com a mesma direção e corpo docente.	Miss Anna Carroll.	Ensino particular-internato e externato.	Alunas - meninas e jovens.
Escola Agrícola “Thebaida”, 1902 em Aracaju.	Congregação Salesiana – subsídio do Estado e doações.	Educação profissionalizante para órfãos. Formação teórica e prática em: agricultura, alfaiataria, sapataria, carpintaria e padaria Católica.	Inicialmente apenas meninos órfãos, depois passou a receber meninas.

Colégio N. Sra. de Lourdes. 1903. Recebeu terreno da prefeitura e em 1923 passou a funcionar em prédio próprio. Funcionou até 1973.	Irmãs da Congregação Francesa do S. Sacramento.	Ensino particular católico – internato, semi-internato e externato. Ensino primário e secundário. Curso Norma equiparado à Escola Normal em 1936.	Alunas - meninas e jovens.
Externato Zizi Góes, em Aracaju, em funcionamento em 1908. Em 1909, passa a funcionar em São Cristovão, denominando-se Collegio Zizi Góes.	Balthazarina Góes.	Ensino particular – primário e secundário – externato. Ensino primário e secundário, internato e externato.	Alunas - meninas e jovens.
Colégio Modelo, em Capela, em funcionamento em 1907.	Virgílio Prado.	Ensino particular – primário, internato e externato, misto.	Alunas - meninas e jovens; alunos, meninos e jovens.
Grêmio Escolar, em 1906, em Laranjeiras – Fazenda Ribeira.	Evangelino Faro.	Ensino particular – primário misto – internato.	Alunas - meninas e jovens; alunos, meninos e jovens.
Colégio Santa Cruz – em funcionamento em 1907 – Bairro Industrial em Aracaju.	Maria Madalena de Santa Cruz e Santos.	Ensino particular primário misto – internato e externato.	Alunas - meninas e jovens; alunos, meninos e jovens.
Colégio Boa Esperança, em funcionamento em 1907.	Mariana Braga.	Ensino particular – primário, internato e externato.	Alunas - meninas e jovens.
Internato Santa Cecília, em funcionamento em 1907.	Cecília Curvello	Ensino primário particular – internato	Alunas - meninas e jovens.
Escola Primária de Sergipe.	Alexandre José Teixeira e esposa.	Ensino particular primário misto – internato e externato. A partir de 1908, internato e externato de primeiro e segundo graus.	Alunas - meninas e jovens; alunos, meninos e jovens.
Club de Esperanto, 1907 em Aracaju. Funcionou muitos anos no prédio da Escola Normal.	Club de Esperanto, presidente Alcebiades Paes.	Ensino particular noturno de “vida prática” (português, francês, inglês, aritmética, álgebra, escrituração mercantil e geografia).	Alunas - meninas e jovens; alunos, meninos e jovens.
Colégio Tobias Barreto, 1909 em Estância, a partir de 1913, passou a funcionar em Aracaju.	José Alencar Cardoso.	Particular – inicialmente só recebia alunos, a partir de 1920, passou a receber meninas. Internato e externato, ensino primário e secundário.	Alunos - meninos e jovens e alunas meninas e jovens.
Colégio N. Sra. das Graças, 1915 em Propriá.	Congregação das Irmãs Hospitaleiras da Imaculada Conceição.	Ensino primário feminino, internato e externato. Passou depois a oferecer o curso normal, foi equiparado à Escola Normal em 1932. Católico.	Alunas - meninas e jovens.
Colégio América, em 1920 – em Aracaju. Funcionou até 1935, seu fechamento aconteceu no mesmo período em que a diretora também professora da Escola Normal se aposentou.	Norma Reis.	Ensino primário e secundário feminino – internato e externato.	Alunas – meninas e jovens.

Colégio Imaculada Conceição, em 1929 – em Capela.	Congregação das Irmãs Missionárias da Imaculada Conceição da Mãe de Deus.	Ensino primário inicialmente, depois curso normal – equiparado à Escola Normal em 1936. Internato e externato, católico.	Alunas – meninas e jovens.
---	---	--	----------------------------

Fonte: “Gazeta de Sergipe” (1890); “Correio Popular” (1906-1908); Nunes (1984); Vilas-Bôas (2000).

Muitas jovens sergipanas não tiveram acesso a estas instituições de ensino por falta de recursos financeiros. A estas jovens estavam reservadas as escolas públicas ou as práticas educativas não escolares era comum que fizessem apenas as primeiras letras e não continuassem seus estudos.

A formação de professores

O curso normal surgiu a partir de 1870, em Sergipe, com a criação do Atheneu Sergipense. Este que oferecia, para alunos homens, duas modalidades de ensino secundário: o de Humanidades e o Normal ⁶⁰. Em 1874, o Presidente Passos de Miranda criou uma Escola Normal independente do Atheneu, destinada ainda somente a rapazes com a expectativa de que a procura por esta modalidade pudesse aumentar, estando separada do curso de Humanidades. No entanto, os registros de matrícula continuaram muito restritos, Nunes (1984, p.128) apontava, entre outras causas a falta de estímulo para a formação para o magistério, a baixa remuneração do professor e o favoritismo político na nomeação de “qualquer um” para as aulas públicas.

Em relação ao processo de nomeação para cargos do magistério público e ao peso das interferências políticas locais, o estudo realizado por Demartini (1989, p.44-74) que analisou as trajetórias de professores e professoras que atuaram na Primeira República, no Estado de São Paulo, também apontou sobre o poder dos “coronéis” não só para a posse, mas também na criação e instalação de escolas ⁶¹.

⁶⁰ Criado a partir da Regulamentação Orgânica da Instrução Pública assinada pelo Presidente Francisco José Cardoso Júnior em 1870. O Curso Normal masculino deixou de funcionar por falta de matriculados em 1888, a partir da Resolução n.1326, de 17 de maio de 1888, do Presidente Olímpio dos Santos Vital. (Nunes, 1984, p. 157). No entanto, o Atheneu no início do século XX passou a aceitar matrícula de rapazes e moças e voltou a oferecer o curso normal além do curso de bacharel.

⁶¹ Em Sergipe, o estudo realizado por Souza (1985, p.36-37) indica que: “os grandes proprietários rurais, maciçamente voltados à produção do açúcar, garantiram sua posição de classe dominante, apesar das transformações sócio-políticas e da crise. Forneceram as bases de sustentação política e os próprios nomes que se revezavam nos quadros dirigentes desde o Império, com marcante permanência no regime republicano. A federalização do país proporcionara-lhes, junco com a extensão do voto, uma gama de elementos para o fortalecimento do seu poder. (...) A sociedade se oligarquizava-se cada vez mais, fenômeno que se acentua com o entrelaçamento de famílias interessadas em manter indiviso seu patrimônio. Comandando a política dos municípios, indicando os ocupantes dos lugares de representação política e colocando seus afilhados e protegidos nos cargos do funcionalismo estadual os coronéis determinavam a vida do Estado.”

A Escola Normal para moças foi instalada em 1877, no Asilo Nossa Senhora da Pureza, em Aracaju, pelo então Presidente da Província João Pereira de Araújo Pinto. O objetivo do curso de preparação para o magistério se ampliava na medida em que oferecia uma possibilidade de profissionalização às jovens órfãs e também a continuidade de estudos para alunas não internas. Em 1911, a Escola Normal passou a funcionar em prédio próprio na praça central da cidade, onde funcionou até a metade da década de 50.

A partir de 1901, a Escola Normal pelo seu regimento poderia ter recebido alunos de ambos os sexos, no entanto, não houve matrícula de alunos homens neste período⁶². De acordo com os indícios levantados, alguns professores homens procuraram a Escola no final da década de 30 para realizarem o Curso de Aperfeiçoamento (de duração de um ano). Como alunos regulares, eles só freqüentaram a Escola na partir da década de 70, inicialmente no período noturno.

A Escola Normal foi para Aracaju, durante um longo período, um espaço de formação feminina. Nesse sentido, Novaes (1984) ressaltou algumas das funções deste tipo de instituição, nas primeiras décadas do século XX, formação profissional, ampliação da instrução, elevação cultural da mulher brasileira; uma vez que “o magistério entendido como prolongamento das atividades maternas, passa a ser visto como uma ocupação essencialmente feminina, e por conseguinte, a única profissão aceita plenamente para a mulher” (NOVAES, 1984, p.21-22).

Em 1916, a Escola ampliou ainda mais sua oferta de ensino, com o Curso Complementar, que tinha a duração de um ano letivo e funcionava como intermediário para o acesso ao curso normal. Até 1925, o certificado de aprovação, neste curso, permitia acesso ao curso de formação de professores sem a necessidade de realização do exame de admissão. Em 1922, este curso foi estendido para dois anos, sendo que no primeiro ano manteve-se o caráter preparatório para o curso normal e o segundo deu ênfase à formação específica para as jovens que não desejassem se encaminhar para o magistério⁶³, fundamentado em disciplinas como, Economia Doméstica, Educação Moral e Cívica, Higiene Geral, Higiene Infantil, Arte Culinária e Música. Percebe-se pelo programa do curso a preocupação com a formação para as atividades relacionadas ao espaço doméstico e à maternidade.

⁶² Observamos também que os rapazes não se matriculavam no Curso Normal oferecido pelo Atheneu. As jovens que raramente buscavam este estabelecimento para o curso secundário, geralmente associavam o curso de Humanidades ao Normal, se formando nos dois simultaneamente. Esta foi a trajetória de Itala Silva de Oliveira.

⁶³ Em 1927, este segundo ano, passou a ser chamado de Curso Profissional Feminino e deixa de ser ministrado na Escola Normal, transferindo-se para o Instituto Profissional Coelho e Campos.

O Grupo Escolar Modelo⁶⁴, funcionava como uma instituição anexa à Escola Normal, até a metade da década de 30. Oferecia o ensino primário e serviu como campo para a prática profissional das normalistas. Em 1937, foi inaugurada uma escola de educação para crianças de 4 a 6 anos, também anexa à instituição.

Em 1923, a Escola Normal passou a ser denominada Escola Normal Rui Barbosa, por iniciativa do Presidente do Estado Graccho Cardoso e, em 1947, com a Reforma instituída pela Lei Orgânica do Ensino Normal (n.8.560, de 2/01/1946), passou a ser Instituto de Educação Rui Barbosa.

Em 1935, o Governador Eronides Ferreira de Carvalho criou o Curso de Aperfeiçoamento, na Escola Normal, com o objetivo de atualização e aprofundamento de estudos para os professores. O programa era composto por Educação Física, Canto Orfeônico, Álgebra, Português, História Natural, Higiene, Física, Química e Biologia. Para o ingresso neste curso, com duração de um ano, exigia-se a aprovação no exame de seleção. Este exame tinha um grau de exigência rigoroso, apresentando um alto índice de reprovação no final da década de 1920⁶⁵.

Na Primeira República, a clientela da Escola Normal era constituída de jovens oriundas, em sua maioria, das camadas médias da sociedade. A busca pela ascensão social, pela profissionalização do magistério, e também a possibilidade de ampliação de estudos motivaram o aumento da procura pela Escola. (NUNES, 1984, p.195).

Além da Escola Normal, outras instituições atuavam no interior de Sergipe preparando professores, tais como as instituições de ensino confessionais: Colégio Nossa Senhora das Graças (Própria-SE); Colégio Imaculada Conceição (Capela-SE), Colégio Sagrado Coração de Jesus (Estância-SE).

Estudando as trajetórias de ex-normalistas do Instituto de Educação Rui Barbosa, que se formaram entre 1920 e 1950⁶⁶, identificamos que muitas alunas buscavam a formação para o magistério como possibilidade de profissionalização, que poderia garantir futuramente uma certa

⁶⁴ Este foi o primeiro grupo escolar a ser criado em Aracaju, na gestão do Presidente José Rodrigues da Costa Dória. Depois deste foram criados o Grupo Escolar Central, o Grupo Escolar Barão de Maruim, o Grupo Escolar José Siqueira de Menezes e o Grupo Escolar General Valadão. Os prédios construídos para a implantação destes grupos possuíam uma arquitetura diferenciada e alguns deles ainda abrigam escolas públicas em funcionamento na atualidade.

⁶⁵ Segundo as mensagens do Presidente do Estado Manoel Corrêa Dantas, inscreveram-se, em 1927, 72 alunas; mas somente 17 foram aprovadas; em 1928 foram 80 inscritas e apenas 37 aprovadas; e em 1929, 75 se inscreveram e 34 foram aprovadas.

⁶⁶ Maiores detalhes conferir Freitas (1995).

autonomia e independência. Para outras, a instituição servia como estratégia para a ampliação de estudos, inclusive visando a possibilidade de irem estudar fora do Estado de Sergipe, pois durante alguns anos as primeiras alunas (que tinham as melhores notas) eram agraciadas pelo Governador com bolsas de estudos para aperfeiçoamento no Rio de Janeiro e em São Paulo. Quando estas jovens retornavam, elas eram nomeadas para uma vaga em uma escola em Aracaju, e não precisavam iniciar a carreira no interior do estado, como a maioria das normalistas que precisavam garantir seu próprio sustento. Entre as premiadas estavam presentes jovens oriundas de famílias da elite sergipana.

Apesar de Quintina, Itala e Maria Rita terem sido professoras em Sergipe, nas primeiras décadas do século XX, nenhuma delas foi aluna da Escola Normal Rui Barbosa. Quintina foi aluna no ensino primário e secundário em uma instituição privada de ensino e Itala e Maria Rita realizaram o curso secundário no Atheneu. Quintina foi professora de Pedagogia durante muitas décadas na Escola Normal.

A ampliação da escolarização em Sergipe

Ao longo das primeiras décadas do século XX observamos a ampliação das oportunidades de escolarização para crianças e jovens em Sergipe. O ensino público a partir do final da década de 1920, com a criação dos grupos escolares na capital e no interior, iniciou um processo de consolidação.

As Mensagens Presidenciais e Governamentais⁶⁷ do início do século XX, em sua maioria, relatavam aspectos relacionados aos estabelecimentos públicos de ensino, como reformas na estrutura física, compra de equipamentos e material didático, contratação e nomeação de docentes, alterações na estrutura curricular ou mesmo na duração dos cursos, entre outros. Iniciavam-se geralmente ressaltando as mazelas do ensino local, reclamando da falta de recursos e terminavam mostrando que, apesar de todas as dificuldades, ainda foram possíveis grandes realizações.

⁶⁷ As Mensagens Presidenciais e Governamentais, juntamente com os estudos sobre história da educação em Sergipe, foram as fontes privilegiadas para a análise quantitativa da matrícula das jovens sergipanas nas escolas públicas e particulares.

Nesses textos, foram recorrentes as críticas à política de apadrinhamento dos professores, que são nomeados por indicação, sem muitas vezes possuírem as qualificações necessárias, e além disso, a falta de compromisso dos docentes com o “nobre sacerdócio do magistério”.

A matrícula nas aulas públicas no ano de 1900⁶⁸, totalizava 7023 alunos, sendo a frequência média 4682 alunos. Em relação à divisão por sexo, pode-se dizer que era praticamente equivalente: a matrícula do sexo masculino era 3357 e do sexo feminino era 3666. Sobre a frequência os dados são os seguintes: 1767 alunos e 2915 alunas. Nas aulas particulares, neste mesmo ano, foram matriculados 290 alunos, dos quais 208 do sexo masculino e 82 do sexo feminino⁶⁹. Alguns indicativos desta Mensagem merecem destaque: o número elevado de escolas mistas regidas por professoras, tendência já comentada anteriormente, maior matrícula e maior frequência proporcional das alunas em relação aos alunos e a importância das aulas particulares no tocante à educação feminina⁷⁰.

Em 1903, o Presidente do Estado Josino de Menezes (1903) apresentou alguns argumentos oficiais em relação à existência das cadeiras mistas:

É muito mais razoável que uma professora ensine meninos até a idade de oito annos, do que um professor meninas de qualquer idade. (...) A população escolar feminina superabunda e prepondera: d’ahi a razão das escolas mixtas, que não obstante, se há entendido por escolas simultaneas ou promiscuas, onde o ensino não é alternado em duas sessões diarias – uma para meninas e outra para meninos. Não devendo ficar as escuras povoados de crescida população escolar, o Governo mantéem taes escolas. Entretanto, devido as condições financeiras do Estado, quantos povoados carecem de escolas publicas! (Mensagem do Presidente Josino Menezes, 1903, p.15)

Em termos da ampliação do ensino público primário, o Presidente Josino Menezes (1903, p. 20) indicava os seguintes dados: 197 aulas sendo 86 do ensino misto, 56 do sexo feminino e 55 do sexo masculino, distribuídas pelo Estado da seguinte forma: 22 nas cidades; 54 nas vilas e 77 em povoados. A matrícula total nestas escolas foi de 6747 alunos, sendo 3247 do sexo masculino e 3500 do sexo feminino. A frequência não era apresentada dividida por sexo, mas apenas o total de 4498

⁶⁸ Cf. A Mensagem do Presidente Monsenhor Olímpio Campos de 1900. (1900, p.9-10).

⁶⁹ As estatísticas apresentadas sobre o número de escolas e alunos matriculados, mesmo sob suspeita, tendo em vista os instrumentos utilizados na época e a forma de produção e organização dos dados, servem de parâmetro para visualizar a participação das escolas públicas e particulares na escolarização feminina no período.

⁷⁰ Em relação aos dados dos estabelecimentos de ensino particular, é bem provável que nem todos os estabelecimentos tenham apresentado relatórios de matrícula.

alunos. A matrícula na Escola Normal foi de 15 alunas no primeiro ano, 18 alunas no segundo ano e 35 no terceiro ano. No Atheneu estavam matriculados 106 estudantes.

A tendência observada anteriormente se mantém apesar da diminuição do número de cadeiras públicas e da diminuição da diferença entre a matrícula dos alunos e das alunas. Não foram apresentados dados acerca da situação nos estabelecimentos privados. A diferença entre o número de matriculados e de alunos que freqüentavam ainda era expressiva.

Na Mensagem do Presidente José Rodrigues da Costa Dória (1910, p.7-8), não foi encontrada uma estatística detalhada como nas outras Mensagens citadas, mas foram feitas muitas referências à falta de recursos para melhorar o ensino no Estado. Duas das necessidades prementes apontadas por ele eram a contratação “fora do Estado de pessoa competente que viesse remodelar o nosso ensino, atrasado em methods, o que inutilisa em grande parte os esforços dos dedicados” e a construção de grupos escolares ao menos na Capital.

Neste período de consolidação da República, a criação de grupos escolares estava vinculada à tentativa de renovação da escola primária, tendo em vista os ideais republicanos de democratização do acesso a leitura e a escrita, aspectos necessários e cada vez mais valorizados nas sociedades urbanas⁷¹. São Paulo, neste período representava a vanguarda do pensamento pedagógico brasileiro⁷², como indicam os estudos de Souza (1998, p.19-62), não só porque havia começado a criação dos grupos escolares ainda no final do século XIX, mas porque conseguiu implantar com sucesso iniciativas de educação popular de repercussão social e política.

⁷¹ Cf. Souza (1998, p. 19-62).

⁷² Outra evidência sobre a importância que o estado de São Paulo, em termos de educação, exercia sobre Sergipe, neste período, pode ser percebida através do anúncio de livros educativos, produzidos por autores paulistas e comercializados em Aracaju, pela Livraria Brasileira. “A Livraria Brasileira acaba de receber variado sortimento de livros para instrução primaria, todos adoptados em São Paulo e outros estados do Sul. São Livros que merecem bem o fim a que se destinam e com certeza o professor não os recusará em sua aula. 1°, 2° e 3° livros de Leitura de Arnaldo Barreto e R. Puiggari a 1\$500; 2\$000 e 2\$500; 1°, 2°, 3°, 4° e 5° Livros de Leitura de João Cópke (série Rangel Pestana) a 1\$500; 2\$000 (2° e 3°), 3\$000 e 4\$000; Livro de exercícios de João Ribeiro, organisados para servirem no curso elementar primario da Grammatica Portuguesa do auctor, 1\$200; Leitura Manuscrita, por B.P.R., 1\$500; Cartilha das Mães, por Arnaldo Barretto (primeiras lettras, 1\$000); Cartilha Infantil por Arthur Thiré, \$500. Arithmetica dos Principiantes, por Arthur Thiré, 1\$500; Geographia Elementar, por Arthur Thiré, 2\$000; Minha primeira viagem à volta ao mundo, com 222 gravuras, traduzido por Carlos de Laet, de leitura fácil e instructiva, 3\$500. Também temos sortimento de todos os livros para a instrução primaria e secundaria adoptados neste Estado. Fazemos grandes redução aos srs. Revendedores. Rua da Aurora, 65. Aracaju.” (Correio de Aracaju, 13 de fevereiro. Ano III, n.131, p.3. col. 4.). Este mesmo anúncio se repetiu no Correio de Aracaju, em números subsequentes nos meses de fevereiro e março de 1908. Na década de 20 e 30, alguns professores sergipanos foram enviados para São Paulo, a fim de conhecerem as novas experiências pedagógicas e aprimorarem seus conhecimentos, para que retornando a Sergipe, pudessem colocá-los em prática, entre eles, Abdias Bezerra, José Augusto da Rocha Lima e Penélope Magalhães dos Santos.

Em 1911, a Mensagem do Presidente José Rodrigues da Costa Dória (1911, p.50-51) ressaltava seus grandes feitos⁷³, entre eles a criação de grupos escolares na capital e em outras cidades, e a contratação do Dr. Carlos da Silveira, professor paulista, para dirigir a Escola Normal e o Grupo Escolar Modelo. Sobre os grupos escolares, ele ressaltava:

Fiz logo um grupo modelo na Escola Normal, representando o que de melhor se tem adoptado no ensino primario, sendo que as escolas isoladas hão de permanecer por não ser possivel acabar com ellas. A aula em casa do professor é comodo para este em prejuizo do ensino; os misteres domesticos são attendidos em preferencia aos trabalhos do magistério (1911, p.50-51).

Em Sergipe, as informações do General José Siqueira de Menezes (1913, p.15-17) ofereceram um quadro sobre a evolução do sistema de ensino da época. O ensino primário foi organizado por Grupos Escolares e Escolas Singulares. Na capital, encontrava-se, em funcionamento um Grupo Escolar Modelo⁷⁴, anexo à Escola Normal, um Grupo Escolar Central⁷⁵ e uma escola singular modelo, além de 11 escolas singulares. Nas outras cidades do Estado, eram 62 escolas singulares e nas vilas 43, nos povoados somam 98. Na Escola Normal, 116 alunas matriculadas, 71 no primeiro ano, 20 no segundo e 25 no terceiro. No Atheneu, 47 alunos estavam matriculados no curso integral, tendo uma média de 11 alunos em cada turma com exceção do 5º ano (último) que havia apenas 2 matriculados.

No início da década de 1920, mais quatro grupos escolares estavam em funcionamento na cidade de Aracaju, atendendo alunos e alunas: o Grupo Escolar General Valladão, o Grupo Escolar Barão de Maruim, o Grupo Escolar Dr. Manuel Luiz e o Grupo Escolar Augusto Ferraz.

Na década de 30, todas as Mensagens localizadas continham dados sobre a movimentação da população escolar do Estado. Para evitar repetições desnecessárias, foram selecionadas duas Mensagens do Governador Eronides Ferreira de Carvalho: uma de 1935 (1935, p.23-24) e a outra de 1936 (1936:38-40). Ambas apresentavam dados sobre a matrícula das escolas públicas e privadas

⁷³ Entre os grandes feitos, além dos citados, a Mensagem abordava a importação dos Estados Unidos de 500 cadeiras automáticas da American Seating Company e a limitação para contratação de professores para as cadeiras do ensino primário de normalistas formados na Escola Normal. Também estabeleceu o ensino primário obrigatório, transferiu professores, suprimiu disciplinas do Atheneu e da Escola Normal. Cf. Mensagem Presidencial de José Rodrigues da Costa Dória (1911, p.50-51).

⁷⁴ O Grupo Escolar Modelo anexo à Escola Normal era destinado ao sexo feminino e constava de 4 aulas relativas aos 4 anos. Mensagem Presidencial do General José Siqueira Menezes (1913, p.15-17).

⁷⁵ O Grupo Escolar Central era composto de 8 turmas de alunos, quatro para cada sexo e funcionava em dois turnos, manhã e tarde. Mensagem Presidencial do José Siqueira de Menezes (1913, p.15-17).

de 1925 até 1936. No quadro a seguir podemos verificar a matrícula e a frequência dos alunos e sua distribuição em escolas estaduais, municipais e privadas, na metade da década de 30.

Quadro II
População Escolar do Estado de Sergipe em 1935, no ensino primário.

	Escolas Estaduais	Escolas Municipais	Escolas Privadas
Número de matrícula dos alunos do Sexo masculino	5.992	875	1.171
Número de matrícula dos alunos do Sexo feminino	7.842	796	781
Número total de Matrícula	13.834	1.671	1.952
Frequência dos alunos do sexo masculino	4.778	694	1.013
Frequência dos alunos do sexo feminino	6.277	618	854
Frequência Total	11.055	1.312	1.867

Fonte: Mensagem do Governador do Estado Eronides Ferreira de Carvalho, 1935. (1935, p.24).

A partir do quadro acima, foi possível acompanhar os índices de matrícula e frequência divididos por sexo, aspecto que não foi destacado na outra Mensagem de 1936. A tendência da matrícula no ensino primário estadual observada anteriormente se mantinha, com maior número de alunas matriculadas e freqüentando este sistema de ensino. No ensino privado e municipal havia uma presença maior de alunos do sexo masculino. Entretanto a defasagem entre matrícula e frequência é menor nas escolas privadas do que nas escolas públicas. Ainda em relação às escolas privadas, percebe-se uma discrepância no número de alunas matriculadas e aquelas que freqüentavam essas instituições. Todos estes dados indicam ainda o investimento das famílias na escolarização dos filhos e filhas no tocante à escolarização primária.

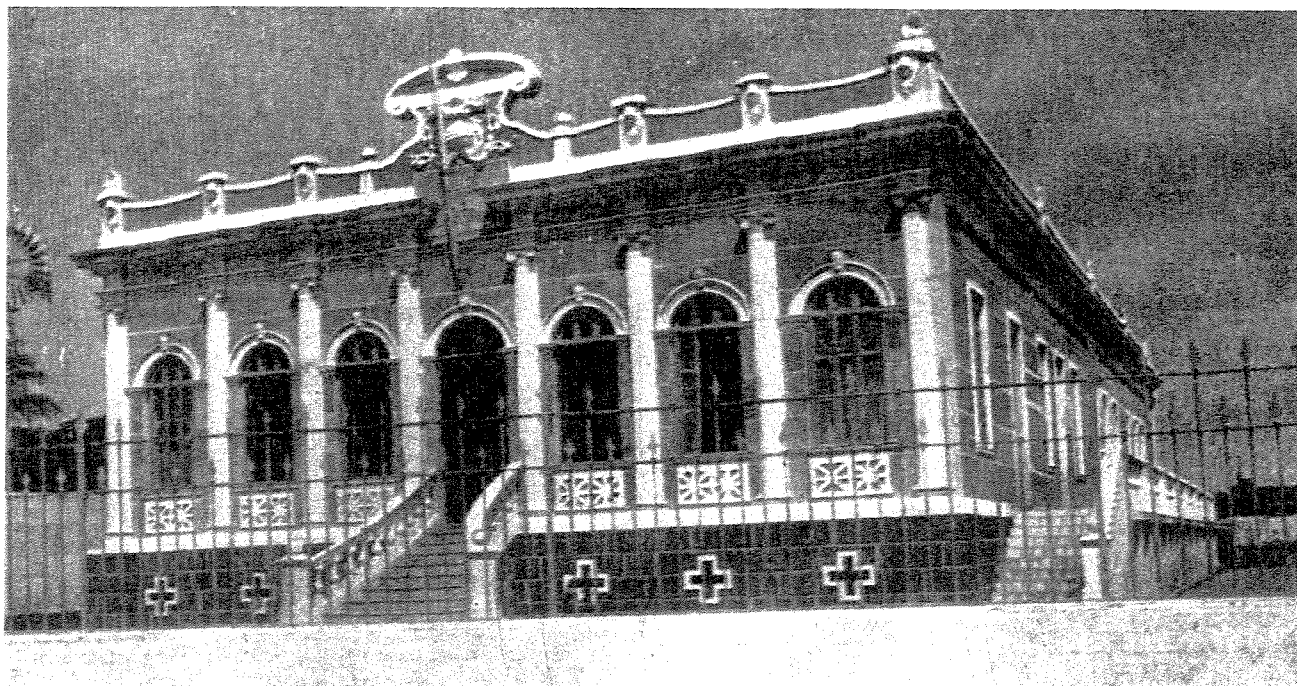


Foto 07 - Grupo Escolar Barão de Maroim. Aracaju/SE. . s/d. Autoria não identificada.
Fonte: Memorial de Sergipe. Coleção Rosa Faria. Seção Iconográfica.

Nos quadros seguintes, pode-se acompanhar o incremento da matrícula e da frequência da escolas primárias – estaduais e privadas, durante o período de 1925-1936. Na análise do quadro acerca da expansão da rede de escolas estaduais, observou-se um crescimento de quase 50% n número de escolas primárias, entretanto, a matrícula e a frequência não cresceram na mesm proporção.

Quadro III
Movimentação de Matrícula das Escolas Primárias Estaduais. Sergipe (1925-1936).

Ano	Unidade Escolar	Matrícula	Frequência
1925	238	10.167	8.074
1926	300	10.106	7.944
1927	304	11.089	8.677
1928	317	11.351	9.946
1929	323	12.615	9.595
1930	324	12.592	9.969
1931	330	12.961	9.942
1932	330	12.916	10.212
1933	348	13.052	10.036
1934	350	13.824	11.055
1935	373	17.725	13.881
1936	403	16.532	13.460

Fonte: Mensagem do Governador do Estado Eronides Ferreira de Carvalho, 1936 (1936, p.38).

Constatamos ao longo do período a expansão da rede escolar estadual no atendimento ao ensino primário. Entretanto, apenas uma parcela restrita da população escolarizável no período ⁷⁶ estava matriculada ou freqüentando as escolas. As escolas particulares atendiam um grupo privilegiado que tinha possibilidade de assumir os custos de mensalidades e os adicionais para que seus filhos e filhas pudessem freqüentá-las.

Quadro IV
Movimentação de Matrícula das Escolas Primárias Privadas. Sergipe (1926-1936).

Ano	Unidade Escolar	Matrícula	Freqüência
1926	-	1.570	1.359
1927	50	1.324	1.084
1928	39	1.724	1.479
1929	52	1.738	1.531
1930	77	1.995	1.590
1931	84	2.484	2.105
1932	88	2.484	2.105
1933	68	2.241	1.806
1934	83	1.952	1.857
1935	68	2.170	1.874
1936	78	2.615	2.302

Fonte: Mensagem do Governador do Estado Eronides Ferreira de Carvalho, 1936 (1936, p. 39).

O aumento do número de escolas privadas que ofereciam o ensino primário no período de 1927 – 1936 apresentou oscilações. No início da década de 30 (principalmente nos anos de 1931-1932), o crescimento do número de instituições corresponde ao aumento do número de alunos matriculados. Em todo caso, este aumento de instituições e o incremento das matrículas, comparados à expansão do ensino público estadual, se apresentaram pouco significativos.

Em relação ao ensino secundário, esta relação se apresentava de modo diferenciado. Até o início da década de 40, ainda era pouco comum que as jovens fossem enviadas para o Atheneu, em geral quando continuavam seus estudos elas eram matriculadas na Escola Normal, ou em algum colégio privado.

A matrícula no Atheneu era composta de 267 alunos, sem especificação de sexo. A respeito da Escola de Comércio Conselheiro Orlando, não existiam informações sobre o número de alunos que possuía. Apenas foram evidenciados o corpo docente e as providências tomadas pelo então Governador Eronides Ferreira de Carvalho, para garantir a equiparação da instituição. Na Casa da

⁷⁶ A população geral do Estado foi calculada em aproximadamente 624.950 habitantes, tendo como população escolarizável 124.990 (20% do total da população). Cf. Mensagem do Governador do Estado Eronides Ferreira de Carvalho, 1936 (1936, p.43).

Criança: estabelecimento de educação para crianças de 4 a 6 anos, estavam matriculadas 163 crianças, 96 meninas e 67 meninos ⁷⁷.

Em relação aos dados sobre a expansão do ensino secundário, estes aparecem nas Mensagens Governamentais, como já foi citado anteriormente, relacionados a cada instituição que oferecia este nível de ensino que, até a metade da década de 1930, não chegavam a mais de vinte instituições em todo Estado. As escolas privadas, principalmente no interior, respondiam pela formação de uma parcela significativa de alunos do ensino secundário. É bem provável que, no processo de modernização, as exigências do mercado de trabalho e as expectativas em torno de uma possível ascensão social através da escolarização tenham motivado algumas famílias a investirem de forma estratégica na educação dos filhos.

O Instituto Profissional Coelho e Campos foi citado como uma preocupação do governo, foram elencados os reparos que deveriam ser executados para garantir melhor desenvolvimento dos trabalhos efetuados e ainda a prestação de serviços para terceiros (instituições particulares e públicas) realizados pelos alunos do referido instituto. Na Mensagem, não foram apresentados dados sobre a matrícula e a frequência ⁷⁸. Sobre a Escola Normal, o Presidente salientou a necessidade de uma reforma curricular radical e da adoção de métodos da Pedagogia Moderna.

Na Mensagem seguinte, o Governador Eronides Ferreira de Carvalho ⁷⁹, além de tratar das reformas físicas realizadas em algumas instituições escolares, do trabalho dos inspetores de ensino e da urgência em aumentar o salário das professoras que exerciam o magistério no interior do Estado, em pequenos povoados. Apresentou o quadro das alunas matriculadas no curso normal, em 1936:

Quadro V
Distribuição das alunas do curso normal em 1936, em Sergipe.

Instituições de Ensino (localização)	Número de alunas matriculadas
Escola Normal Rui Barbosa (Aracaju)	206
Colégio N. Sra. de Lourdes (Aracaju)	163
Colégio N. Sra. das Graças (Própria)	58
Colégio Imaculada Conceição (Capela)	21
Colégio Sagrado Coração de Jesus (Estância)	09
Total	457

Fonte: Mensagem do Governador do Estado Eronides Ferreira de Carvalho, 1936. (p. 44).

⁷⁷ Cf. Mensagem do Governador Eronides Ferreira de Carvalho de 1935 (1935, p.23-24).

⁷⁸ Cf. Mensagem do Governador Eronides Ferreira de Carvalho (1935, p.26).

⁷⁹ Cf. Mensagem do Governador Eronides Ferreira de Carvalho (1936, p.42-46).

No Atheneu, em 1936, estavam matriculados 146 alunos, sem informação diferenciada sobre alunas e alunos; na Casa da Criança, neste mesmo ano, 111 meninas e 83 meninos foram matriculados e no Instituto Profissional Coelho e Campos, encontravam-se matriculados 366 alunos, 216 do sexo feminino e 150 do sexo masculino⁸⁰, no ensino secundário.

Algumas Considerações

Com este panorama acerca das possibilidades da escolarização feminina em Sergipe, nas primeiras décadas do século passado, percebemos que existiam muitas instituições que se preocupavam com a escolarização das meninas, com propostas diversificadas de educação.

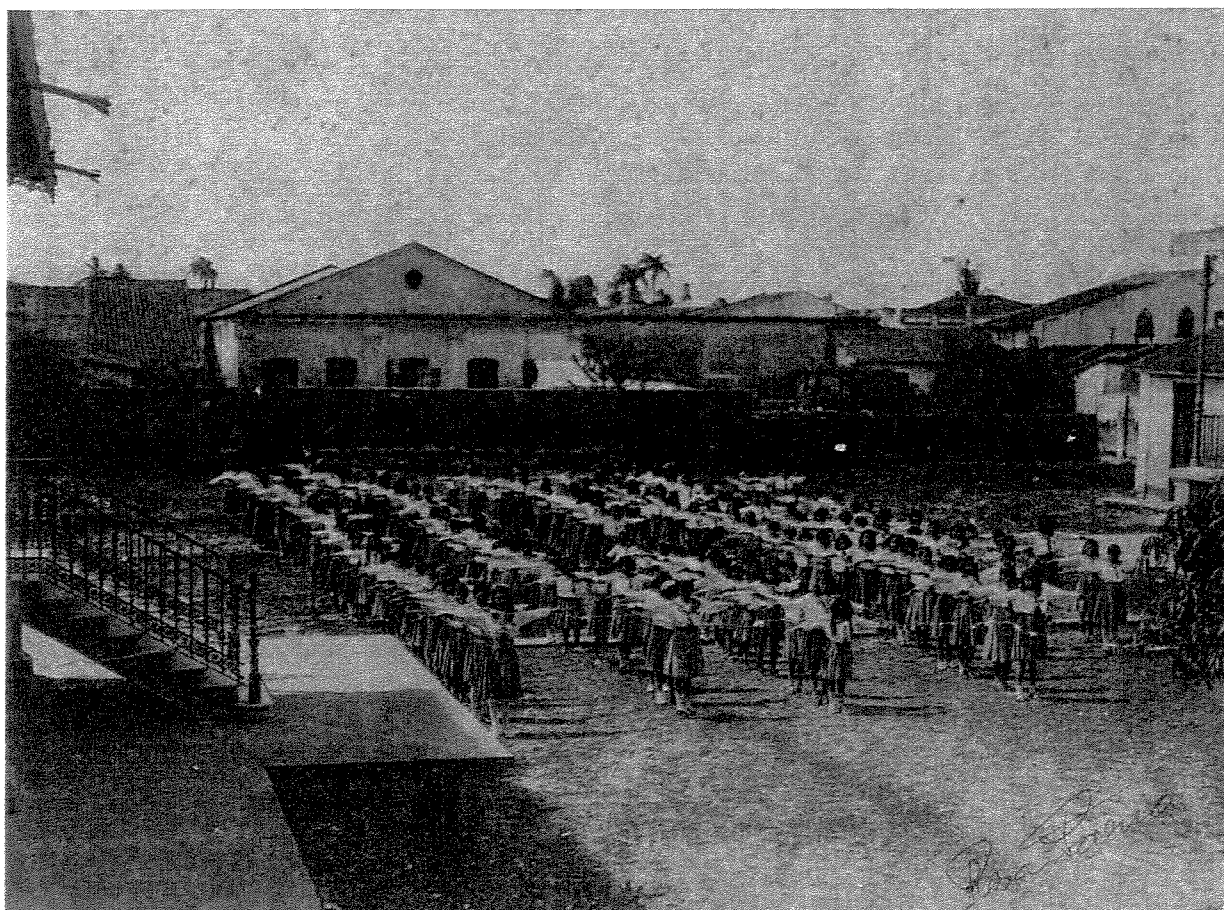


Foto 08 - Seção Feminina do Grupo Escolar General Siqueira. Aracaju/SE. s/d. Provavelmente década de 1930. Autoria não identificada.

Fonte: Memorial de Sergipe. Coleção Rosa Faria. Seção Iconográfica.

⁸⁰ Cf. Mensagem do Governador Eronides Ferreira de Carvalho, 1936 (p. 42-46).

A maioria das meninas freqüentava apenas o curso primário. Um pequeno número de jovens podia ampliar seus estudos, em escolas particulares de ensino secundário. O programa desenvolvido era humanista-literário e também enfatizava a aprendizagem de habilidades musicais e manuais. Nas escolas privadas as jovens tinham mais chances de exercitarem o domínio das línguas estrangeiras.

As escolas privadas funcionavam em regimes diversos, internatos ou semi-internatos ou mesmo externatos. As festas escolares noticiadas pela imprensa garantiam visibilidade às alunas e seus aprendizados, principalmente relacionados à música, canto, declamação, domínio de línguas estrangeiras e trabalhos manuais refinados. Algumas alunas destas instituições acabavam assumindo após o curso atividades docentes no mesmo estabelecimento.

Aquelas que procuravam as escolas públicas para o ensino secundário deveriam se aprovadas em um exame rigoroso de admissão na Escola Normal ou no Colégio Atheneu. Na primeira instituição, receberiam formação para o magistério. Na segunda, poderiam se preparar para os exames de seleção aos cursos superiores. Um outro grupo, no final dos anos 20, depois do primário, buscava a profissionalização na Escola de Comércio ou no Instituto Coelho e Campos.

Ao longo deste estudo constatamos que, desde o final do século XIX, existiu uma preocupação com a escolarização feminina em Sergipe. Em escolas femininas ou mesmo nas escolas mistas, predominante nos povoados, as meninas foram escolarizadas. Ao longo da Primeira República há uma expansão da oferta para meninos e meninas, no tocante ao ensino primário, e uma diversificação do atendimento. Escolas públicas, particulares não confessionais e particulares confessionais (católicas e protestantes) ofereciam ensino primário e, em algumas, o ensino secundário, na capital e no interior. O aumento do número de instituições e vagas não garantiu o atendimento a todos aqueles que procuravam a escola. A escolarização, mesmo vista como necessária para a modernização da sociedade, ainda era restrita à uma pequena parte da população.

Os custos com a escolarização eram consideráveis. Além das taxas escolares; dos livros e do uniforme, as escolas privadas, em regime de internato, ou semi-internato exigiam enxovais e o pagamento pela alimentação, aulas particulares, entre outros. No caso do ensino secundário e superior, além destes custos, era comum que os rapazes morassem em casa de familiares ou conhecidos, mas as moças geralmente eram enviadas para pensionatos que funcionavam em colégios confessionais.

A possibilidade de investir na ampliação da escolarização das jovens estava restrita às classes dominantes e às camadas médias em ascensão. Suas filhas foram matriculadas em escolas

particulares de ensino secundário e algumas foram enviadas para fora de Sergipe, a fim de realizarem cursos superiores.

Mas que espaço estava reservado para elas na sociedade? Que destinos traçariam depois da escolarização? Que expectativas teriam de futuro?

Mesmo recebendo o que era considerado socialmente como “a educação própria para o seu sexo”, através dos estudos literários e de línguas estrangeiras, da apreensão dos rudimentos da matemática e das ciências, do desenvolvimento de habilidades manuais e musicais, muitas destas jovens ampliaram seus horizontes de atuação para além do espaço doméstico. Na tentativa de compreender como algumas sergipanas desenvolveram trajetórias de ocupação dos espaços públicos, no início do século XX, decidiu-se analisar os percursos e as estratégias mobilizadas por três mulheres que, através do magistério, do exercício de uma profissão liberal, da atuação na imprensa, da liderança no movimento feminista e da atividade parlamentar, conquistaram novas possibilidades de atuação feminina.

CAPÍTULO 3 - PERCURSOS ESCOLARES: DA FORMAÇÃO DAS “MOÇAS PRENDADAS” À CONQUISTA DE ESPAÇO NAS INSTITUIÇÕES MASCULINAS

A análise dos percursos escolares de Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro (1878-1942), Itala Silva de Oliveira (1897-1984) e Maria Rita Soares de Andrade (1904-1998) nos permite compreender aspectos da escolarização feminina em Sergipe de forma mais específica. O interesse dos familiares e das próprias sergipanas pelo processo de escolarização, nos seus diversos níveis, foi conquistado através da mobilização de estratégias⁸¹ diversas no jogo das posições de classe e das possibilidades de futuro. O investimento na escolarização e a formação familiar possibilitaram a estas sergipanas a aquisição de disposições e instrumentos, saberes e práticas significativos.

Neste sentido, para Bourdieu (1974a, p.308):

O sistema de disposições em relação à escola é o produto da interiorização do valor que o mercado escolar (antecipando suas sanções formalmente neutras as sanções do mercado simbólico ou econômico) confere aos produtos da educação familiar das diversas classes sociais (logo de seu capital cultural) e do valor que, por suas sanções objetivas, os mercados econômico e simbólico conferem aos produtos da ação escolar segundo a classe social de que provêm. Nestas condições, o sistema de disposições em relação à escola enquanto propensão a consentir investimentos de tempo, esforço e dinheiro, necessários para conservar ou aumentar o capital cultural, tende a duplicar os efeitos simbólicos e econômicos da distribuição desigual do capital cultural ao mesmo tempo que os dissimula e legitima.

A manutenção, conservação e transmissão do capital cultural, através da escolarização ampliou o sentido da conquista de Quintina, Itala e Maria Rita, de seus diplomas e títulos. Segundo Bourdieu (1998, p.74).

O capital cultural pode existir sob três formas: no estado incorporado, ou seja, sob a forma de disposições duráveis do organismo; no estado objetivado, sob a forma de bens duráveis – quadros, livros, dicionários, instrumentos, máquinas, que constituem indícios ou a realização de teorias ou de críticas dessas teorias, de problemáticas, etc; e, enfim, no estado institucionalizado, forma de objetivação que é preciso colocar à parte porque, como se observa em relação ao certificado escolar,

⁸¹ A categoria estratégia é utilizada segundo a abordagem de Certeau (1994, p.99-102), que indica “o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (...) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças (...). As estratégias apontam para a resistência que o estabelecimento de um lugar oferece ao gasto do tempo”. Neste sentido, pensar o processo de escolarização como estratégia, para estas sergipanas, é refletir a partir das relações de poder e saber, na sociedade sergipana, nas primeiras décadas do século XX.

ela confere ao capital cultural – de que é, supostamente, a garantia – propriedade inteiramente originais.

O significado da trajetória escolar de cada uma delas encontra-se estreitamente relacionado com a posse de diversos níveis de capital econômico e social⁸². Nesse sentido, a seleção das instituições escolares e dos projetos de formação foi marcada pela posição que elas e suas famílias ocupavam na sociedade sergipana e pelas expectativas de futuro que poderiam elaborar e realizar.

Quintina Diniz e o Colégio Inglês



Foto 09 - Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro (em 1935).
Fonte: Pina (1994, p. 209). Autoria da foto não identificada.

Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro (1878-1942) nasceu em Laranjeiras, filha de Dr. Victor Diniz Gonçalves e Maria Petrina de Oliveira Gonçalves. Ela teve três irmãos: Pedro Diniz Gonçalves, Elisa Diniz Gonçalves Ribeiro e Georgina Diniz Gonçalves Ribeiro, o primeiro era proprietário de terras na região de Lagarto (SE) e suas irmãs estiveram presentes alguns anos no Colégio Sant'Anna ajudando na obra educacional de Quintina.

A cidade de Laranjeiras (SE), no século XIX, era um importante pólo das atividades mercantis de importação e exportação da província, mantendo contato direto com as praças de Pernambuco, Rio de Janeiro e Bahia. Sua posição geográfica privilegiada, estando estrategicamente

⁸² Cf. Bourdieu (1998, p.67): “O capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento ou, em outros termos, à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (passíveis de serem percebidas pelo observador, pelos outros ou por eles mesmos), mas também são unidos por ligações permanentes e úteis. Essas ligações são irredutíveis às relações objetivas de proximidade no espaço físico (geográfico) ou no espaço econômico e social porque são fundadas em trocas inseparavelmente materiais e simbólicas cuja instauração e perpetuação supõem o re-conhecimento dessa proximidade. O volume do capital social que um agente individual possui depende então da extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital (econômico, cultural ou simbólico) que é posse exclusiva de cada um daqueles a quem está ligado”.

localizada à margem esquerda do rio Cotinguiba, facultava incursões pelo interior da província, de onde se escoava toda a produção açucareira da região.

Laranjeiras (SE), entre 1878 e 1904, viveu um período áureo, pois nesta época se confirmou o título de ‘Atenas de Sergipe’. Possuía dois teatros em funcionamento, Teatro Santo Antonio e São Pedro que recebia com frequência os atores nacionais. Publicava os jornais: ‘O Horizonte’, ‘O Larangeirense’, ‘O Republicano’, ‘O Cotinguiba’, ‘O Novo Século’ e o ‘Gripho’. Além das aulas públicas, havia diversos estabelecimentos de ensino, entre eles o Liceu Laranjeirense, o Colégio Inglês, o Americano (Presbiteriano), o Sant’Anna e o Coração de Jesus. Contava ainda com uma Gabinete de Leitura, clubes dramáticos e republicanos, de onde saíram os primeiros dirigentes da República de Sergipe (Oliveira, 1981, p.130).



Foto 10 – Fórum de Laranjeiras (SE). Construção do Século XIX. Onde funcionou o Clube Republicano Laranjeirense. s/d. Autoria da foto não identificada.

Quintina nasceu e iniciou seu processo de escolarização em um núcleo urbano e intelectual importante, onde a diversificação social estava explícita em sua vida cultural através dos teatros, dos gabinetes de leitura, das escolas, clubes e dos jornais que demonstravam sintonia com as polêmicas

da época. Foi matriculada no Colégio Inglês⁸³. O estabelecimento de ensino criado em 1886, era dirigido por Miss Anne Carol e tinha como docentes Júlia e Laura de Oliveira, além da própria diretora que ministrava o ensino primário e secundário.

Entre as suas colegas no referido Colégio, além de sua irmã, Elisa de Oliveira, e sua prima Alice Oliveira Gonçalves, estavam Eugenia Daltro, Dolores Guimarães, Izabel Barretto, Joana Lima, Maria da Silveira, Julieta Brandão, Maria Rosa de Almeida, Leonor Fonseca, Marianna Belem, Marianna Braga, Maria Clara Cardoso, Maria da Conceição Menezes, Izaura Brandão, Carolina Sebrão, Flora de Alencar, Ana Lobão, Maria José Guimarães, Marta Rezende, Arminda Menezes, Cecília Maia, Maria do Prado, Maria Freire, Maria R. Leite, Adelaide Guimarães, Amélia Vieira de Melo, Mariana Vieira de Melo, Phinellina do Nascimento, Josefa Barros, Maria da Conceição Barros, Leonor Barros e Amélia Guimarães (NASCIMENTO et. al., 2002, p.4).

Identificamos que algumas destas alunas, alguns anos mais tarde, dedicar-se-iam ao magistério feminino dirigindo escolas e atuando como professoras, tal como, Quintina Diniz que, a partir de 1899, assumiu a direção do Colégio Nossa Senhora Santana, e Marianna Braga que, a partir de 1907, dirigiu o Colégio Boa Esperança. O fato de a maior parte das alunas possuir sobrenome ligado a importantes famílias sergipanas é revelador do sucesso do empreendimento escolar junto à elite local. Somente a família Diniz, uma das mais influentes, dentre os grupos que dominaram a economia e a política sergipana por muitas décadas, manteve matriculadas três das suas filhas Quintina, Alice e Elisa. A família Vieira de Melo, que influenciou bastante nos rumos da política sergipana, mantinha na escola duas alunas: Amélia e Mariana.

A proposta de formação oferecida pelo estabelecimento garantia a ampliação da escolaridade das jovens, uma vez que ministrava os ensinamentos primário e secundário e um currículo bem mais diversificado do que aquele desenvolvido nas aulas públicas. Felisbello Freire sublinhou a importância do estabelecimento do ensino para a formação da mulher sergipana:

Brilhante propaganda dos que não se cansam em projetar luz, aclarando o ambiente em que gira o espírito da mulher que, tanto como o homem, sente a necessidade de compreender e conhecer seu século, tornando compatíveis o respeito aos velhos hábitos e a intuição das novas idéias⁸⁴.

⁸³ Para maiores informações consultar, Nascimento et al. (2002, p.4).

⁸⁴ FREIRE, Felisbello. O Colégio Inglês. In: Jornal "O Laranjeirense". Laranjeiras, 03 de dezembro de 1887. p.3.

Segundo o anúncio publicado em dezembro de 1885, o pagamento dos serviços prestados pela escola era feito trimestralmente e tinha custos diferenciados. As alunas internas pagavam 135\$000; as externas que recebiam aulas de piano, 60\$000; e as externas que não freqüentavam as aulas desse instrumento, 30\$000. As famílias que matriculavam duas ou mais filhas recebiam da escola um desconto especial nos preços⁸⁵. Como sua família morava em Laranjeiras, Quintina não foi aluna interna do Colégio assim como sua irmã e ambas freqüentaram as aulas de piano.

Instituições de ensino como o Colégio Inglês⁸⁶ evidenciam a importância que ganhou a educação feminina no Brasil no final do século XIX, e o papel de estabelecimentos privados na escolarização das jovens pertencentes à elite⁸⁷. Do seu conjunto de saberes, sobressaiu a preocupação em diferenciar-se através de práticas como o ensino de línguas estrangeiras que normalmente não estavam presentes no currículo⁸⁸ das escolas do período destinadas à educação das mulheres. Eram poucos os estabelecimentos, como o Colégio Inglês, que ensinavam Alemão, Inglês e Francês. Mesmo no que diz respeito ao conjunto das demais disciplinas, era comum apenas o ensino de Gramática, Aritmética e Religião, além das Prendas Domésticas⁸⁹.

As aulas de piano e canto, a diversidade dos trabalhos manuais ensinados e as diferentes técnicas de pintura e desenho desenvolvidas também traduziam o refinamento da formação

⁸⁵ Jornal “O Horizonte”. Laranjeiras, 24 de dezembro de 1885, n. 28, p.04. Em um outro anúncio publicado no Jornal “O Horizonte”, em 19 de fevereiro de 1886, a Direção informa a alteração dos preços recebendo anualmente por cada menina interna trezentos mil réis, incluindo o piano de quatrocentos mil réis e por cada menina externa, incluindo o piano, quinze mil réis por mês e sem o piano, três mil réis por cada aula por mês. Segundo a nota da Direção, a modificação foi realizada para atender a crise financeira que atingia a Província e a reclamação de muitos pais de família. Jornal “O Horizonte”, em 19 de fevereiro de 1886, n.36, p.04. Em comparação com outros colégios secundários que funcionavam em Laranjeiras neste período, a alteração dos preços permitiu que os valores se aproximassem mais do que era cobrado em outros Colégios, como o caso do Colégio Liceu Laranjeirense, de propriedade do Professor Balthazar Góes. Este estabelecimento de ensino primário e secundário masculino funcionava em regime de internato e semi-internato. Cobrando anualmente trezentos mil réis pagos em três prestações de cem mil réis, ou mensalmente em prestações de trinta mil réis, para os alunos internos e cento e cinquenta mil réis anuais, ou quinze mil réis por mês, os alunos com irmãos matriculados também teriam desconto. Jornal “O Laranjeirense”. Laranjeiras, 23 de janeiro de 1887, n.4, p.4.

⁸⁶ Os primeiros registros na imprensa do Colégio Inglês são de 1885. Os últimos registros sobre o Colégio na imprensa laranjeirense e aracajuana desaparecem no ano de 1890. Em 1894, um anúncio no Almanack de São Carlos (SP) indica que sob a mesma direção, corpo docente e programa o Colégio Inglês estava funcionando em Rio Claro, no Estado de São Paulo. Maiores informações consultar: Hilsdorf (1999, p.115).

⁸⁷ Este aspecto encontra-se presente em diversos estudos, como: Ribeiro (1996); Louro (1997); e Hilsdorf (1999).

⁸⁸ O currículo oferecido pelo Colégio Inglês era constituído por Línguas Estrangeiras – Inglês, Francês e Alemão –, Religião; Português; Aritmética; Geografia; História; Piano; Desenho; Pintura sobre espelhos, aquarela e pintura à óleo; Trabalhos Manuais – bordados diversos e flores artificiais. Religião e Alemão deixam de fazer parte do currículo nos anúncios publicados no início de 1890.

⁸⁹ Na aula pública para meninas dirigida pela Professora Clothildes Vieira Muniz Telles, o registro dos exames públicos, publicado no Jornal “O Laranjeirense” de 2 de dezembro de 1888, p.4, indica que as alunas foram argüidas em Gramática, Aritmética e Religião.

oferecida. Ressalta-se também a preocupação significativa com a ampliação dos conhecimentos das jovens, como o ensino de Geografia e História.

O encerramento das atividades letivas era feito normalmente com pomposas solenidades que incluíam os exames de verificação do rendimento, as apresentações artísticas, exposição de trabalhos manuais e confraternização entre estudantes, professores, familiares e o público interessado em acompanhar as atividades de educação feminina. Os convites para as festividades de final de ano eram publicados por jornais de Laranjeiras e de Aracaju (a capital da Província), a fim de mobilizar os interessados.

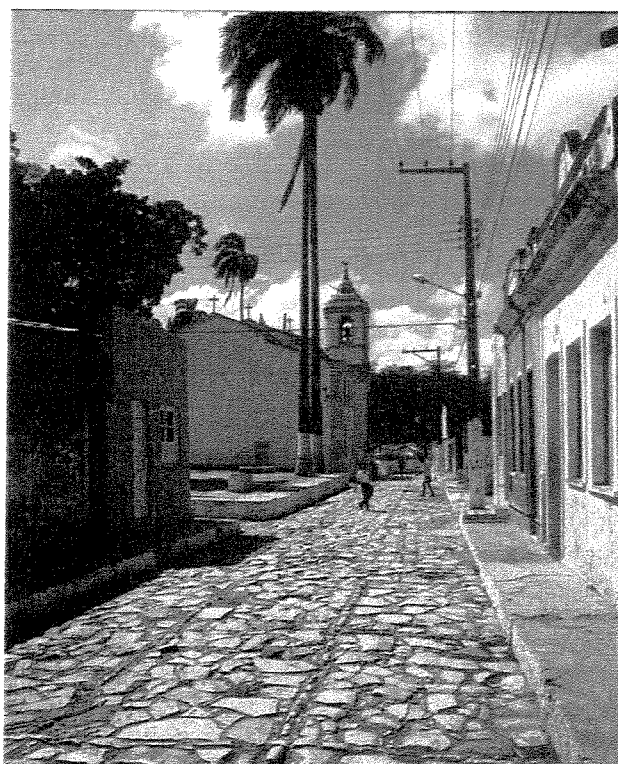


Foto 11 – Rua das Pedras, Laranjeiras (SE).
Fonte: Cidades Históricas. Sergipe/Brasil. Emsetur. s/d.
Autoria não identificada.

Os exames do rendimento escolar eram feitos por uma banca especialmente composta, inclusive com a presença do delegado literário, Thomas Calmon Vinhas. Os membros da banca eram intelectuais e professores de prestígio, nem sempre integrantes do corpo docente da instituição escolar. Nesse tipo de exame, as comissões examinadoras atuavam como se estivessem a prestar contas à sociedade dos resultados do processo de instrução das jovens matriculadas.

Estas solenidades realizadas no final do ano letivo, em geral duravam o dia inteiro, e se tornaram um espaço privilegiado para a visibilidade do refinamento e da distinção que o processo de formação no Colégio conferia às suas alunas. O domínio dos conhecimentos, a fluência nas diversas línguas estrangeiras, a recitação de poemas, as apresentações musicais, a exposição dos trabalhos manuais refinados, permitiam o acesso aos resultados da aprendizagem e também exibiam a cultura da classe dominante, que esperava que suas filhas adquirissem erudição e refinamento.

Esta visibilidade encontrada nos jornais acerca das solenidades escolares apontava para a apropriação de bens simbólicos⁹⁰, e para a externalização deste domínio, permitindo legitimidade entre práticas pedagógicas e sociais. Como salientou Bourdieu (1974, p.297) “o livre jogo das leis da transmissão cultural faz com que o capital cultural retorne às mãos do capital cultural”.

Os exames públicos realizados em 27 de novembro de 1887⁹¹ informavam a participação de Quintina no processo de arguição, bem como nos recitais de poesia. A apresentação musical de sua prima Alice de Oliveira Diniz e a poesia recitada por sua irmã Elisa também foram destaque:

Foi depois d'esta examinada a terceira classe representada pelas mimosas criancinhas Elisa de Oliveira, Quintina de Oliveira, Julieta Brandão e Maria Rosa Almeida, das quaes, mereceu a primeira nota optima e as outras boa, arguidas sobre etymologia. (...) Por Alice de Oliveira Diniz executada (ao piano) L'elisire d'amore de Romell... (...) Por Elisa Oliveira Diniz recitada A Escola inspirada poesia de Homero de Oliveira. (...) Passou-se ao salão onde se achava elegantemenete preparada a exposição de prendas domésticas e trabalhos artísticos e ahi recitou uma bella poesia, analoga ao acto denominada – A Arte – a alumna Quintina de Oliveira Diniz.

Participaram da banca examinadora, neste primeiro ano de funcionamento do Colégio Inglês, Pedro Júlio Barbuda, Felisbelo Freire, Balthazar Góes, Alexandre Freire e Antônio de Siqueira Mota⁹². Nos exames de português, as alunas foram argüidas por Balthazar Góes, sobre análise e lógica gramatical; Pedro Barbuda e Júlia de Oliveira fizeram as arguições de francês, na própria língua, que constavam de traduções de textos de Chateaubriand, testando conhecimentos de etimologia e sintaxe, correção de pronúncia, interpretação e fonética. Era a mesma a natureza da arguição de língua inglesa. O mesmo rigor era observado para as demais disciplinas obrigatórias.

⁹⁰ Para Bourdieu (1974a, p.297): “Os bens culturais enquanto bens simbólicos só podem ser apreendidos e possuídos como tais (ao lado das satisfações simbólicas que acompanham tal posse) por aqueles que detêm o código que permite decifrá-los”.

⁹¹ Publicado no Jornal “O Laranjeirense”. Laranjeiras, 11 de dezembro de 1887. p.3.

⁹² Maiores informações consultar Jornal “O Laranjeirense”. Laranjeiras, 11 de dezembro de 1887. p.3.

Em nenhum dos registros encontrados havia informações a respeito da reprovação de qualquer aluna. As provas de piano eram feitas sob a forma de recital pelas alunas.

No momento dos exames era possível dar visibilidade ao conteúdo dos saberes incorporados pelas estudantes. O êxito nos exames expunha a evolução das alunas através da performance:

Testemunhar os exames do Colégio Inglês importa para nós acreditar que a instrução da mulher sergipana vai sendo já uma realidade, convindo que a luz que difunde-se deste ilumine o maior número possível de mentalidades da nossa sociedade⁹³.

Era uma ocasião na qual se apresentava aos grupos sociais da elite local e às famílias o grau de desenvolvimento das habilidades femininas proporcionado pela escola. Nesse sentido, era possível verificar em que medida a incorporação da erudição e do refinamento de hábitos e práticas sociais proporcionados pela instituição escolar eram apropriados pelas alunas⁹⁴.

No Jornal “O Laranjeirense”, no dia 2 de dezembro de 1888, encontramos um artigo que minuciosamente descreve os exames públicos das alunas do Colégio Inglês realizado em 25 de novembro do mesmo ano. A participação de Quintina Diniz apareceu ampliada, além dos exames, cujos resultados foram plenamente⁹⁵ em Português e aprovada em Geografia. Ela se fez presente na exibição de uma cena dramática e também ao piano juntamente com sua irmã:

Em seguida passaram as alumnas a ocupar a tribuna, declamando trechos poéticos em Portuguez, Francez, Inglez, Allemão, sendo executados nos intervalos lindos trechos de musica dos mais notáveis maestros conhecidos, da seguinte maneira: (...)Por Quintina Gonçalves recitada ‘O que sois mestra’.(...) Por Elisa Gonçalves, Quintina Gonçalves, Maria José Guimarães e Adelaide Guimarães ‘A scena dos Israelitas’ (...) Por Elisa e Quintina Gonçalves um Schottish ao piano⁹⁶.

As vivências de Quintina Diniz no interior do Colégio Inglês foram marcantes em sua trajetória profissional. Quando assumiu a direção do Colégio Sant’Anna, em 1898, Quintina possibilitou, de diversas formas e principalmente através da organização curricular e dos exames públicos, que os ecos das práticas do Colégio Inglês pudessem ser ouvidos e experimentados por muitas gerações.

⁹³ Jornal “O Laranjeirense”. Laranjeiras, 11 de dezembro de 1887. p.3.

⁹⁴ Este processo de apropriação/incorporação pressupõe, segundo Bourdieu (1998, p.74-75) “um trabalho de aquisição pessoal, que é uma ação do ‘sujeito’ sobre si mesmo (fala em cultivar-se). O capital cultural é um ter que se tornou ser, uma propriedade que se fez corpo e tornou-se parte integrante da pessoa, um habitus”.

⁹⁵ A partir deste ano, os registros da imprensa divulgaram o resultado da avaliação através de quatro níveis: distinção, plenamente, simplesmente e aprovado. No noticiário do ano de 1887, apareceram apenas dois níveis: ótimo e bom.

⁹⁶ Publicado no Jornal “O Laranjeirense”. Laranjeiras, 02 de dezembro de 1888. n.97. p.4. colunas 1,2 e 3.

Não foi possível identificar as razões que levaram ao fechamento do Colégio Inglês em Laranjeiras e sua mudança para o interior de São Paulo. Uma hipótese possível está relacionada com a epidemia de varíola que atingiu Sergipe no final do século XIX e na primeira década do século XX. Neste período, muitas escolas deixaram de funcionar e algumas instituições se transferiram para Aracaju, como a Escola Americana e o Colégio Sant'Anna. Laranjeiras foi uma das cidades mais atingidas pela epidemia. Uma outra possibilidade deve-se à itinerância de muitos estabelecimentos de ensino privados, neste período, uma vez que o Colégio Inglês já havia funcionado em Pernambuco antes de abrir suas portas em Laranjeiras e a proprietária e as professoras não pertenciam a nenhuma família sergipana. A busca por melhores possibilidades em outras províncias para o Colégio pode ter influenciado também a mudança. (Cf. NASCIMENTO, et al. 2002 p.4).

Os documentos encontrados sobre a trajetória de Quintina Diniz não informaram nenhuma outra instituição escolar pela qual tenha passado. No entanto destacaram o exercício do magistério precoce, inicialmente na fazenda do seu irmão, Pedro Diniz Gonçalves, se responsabilizando pelo ensino dos filhos dos trabalhadores e posteriormente no Colégio Senhora Sant'Anna, de propriedade da professora Possidônia Maria de Santa Cruz Bragança, vindo a assumir a direção do mesmo estabelecimento a partir do início do ano letivo de 1898, sendo responsável pela transferência do mesmo para Aracaju, em 1906⁹⁷. Em 1911, assumiu a cadeira de Pedagogia e Psicologia na Escola Normal de Aracaju, cargo que exerceu até 1941.

O percurso escolar realizado por Quintina Diniz se aproximou daquele vivenciado por jovens oriundas de famílias tradicionais de outras regiões do Brasil, como se pode perceber a partir do estudo realizado por Maria Helena Bueno Trigo (2001), acerca das trajetórias de alguns membros das famílias "Paulistas de Quatrocentos Anos". Segundo Trigo, a escolarização das jovens destas famílias em colégios internos, garantia a reprodução social do grupo e a socialização de saberes e práticas sociais necessários:

Esses estabelecimentos eram colégios de prestígio, só para moças (a rigorosa separação dos sexos era parte da moral tradicional), e ofereciam um ambiente homogêneo do ponto de vista social. (...) Nenhuma relação interclasses era favorecida e, com isso, era garantida a cada aluna a possibilidade de estabelecer uma rede de relações homogênea, ampliando o capital social de suas respectivas famílias. Tinham oportunidade de fazer amizades úteis para suas vidas futuras. Parece que a frequência a colégios exclusivamente femininos estreitava a convivência entre irmãs e primas, o

⁹⁷ Sobre o Colégio Sant'Anna consultar: Nunes (1984, p.204) e Freire (1981, p.265-274)

que acabava por reforçar uma “rede feminina” nas famílias. Essa forte ligação entre as mulheres do grupo familiar seria fundamental na transmissão dos valores e das tradições do grupo. São mulheres detentoras do conhecimento de certos usos e costumes que fazem o cotidiano das casas e que devem ser transmitidos para a geração seguinte visando a reprodução social do grupo (TRIGO, 2001, p.23).

As jovens oriundas das famílias tradicionais paulistas, do grupo pesquisado por Trigo, eram enviadas para colégios internos religiosos, principalmente o Colégio Des Oiseaux e o Colégio de Sion (TRIGO, 2001, p.53-54). Em Laranjeiras, no período de escolarização de Quintina, não havia nenhum colégio confessional católico os estabelecimentos escolhidos pelas famílias da elite local, para a formação das meninas e jovens, eram o Colégio Inglês e o Colégio Sant’Anna que mesmo não sendo estabelecimentos de ensino confessionais ministraram aulas de orientação religiosa católica.

A educação recebida no lar e na escola para ser uma “moça prendada”⁹⁸ marcou a trajetória de Quintina Diniz e o exercício profissional como diretora do Colégio Sant’Anna e professora da Escola Normal. Mesmo tendo a chance de aprender outras línguas estrangeiras além do Francês e ter estudado História e Geografia, disciplinas ausentes na maioria dos currículos das escolas femininas do período. A ênfase dada aos trabalhos manuais e ao aprendizado da Música revelava a adequação ao ideal de educação esperado para as jovens da elite sergipana.

⁹⁸ Segundo Leite (1984, p.71, apud TRIGO, 2001, p.51-52), “a educação do início do século XX em quase nada diferia da que recebiam as moças do século XIX, quando uma moça bem-educada era aquela que sabia um pouco de francês e de música, era capaz de dançar nos salões, bordar e fazer crochê em casa. Em suma, persistia o ideal da ‘moça-prendada’ ”.

Itala Silva de Oliveira: do Colégio Nossa Senhora de Lourdes à Faculdade de Medicina da Bahia



Foto 12 - Itala Silva de Oliveira (em 1917).
Fonte: Arquivo particular Cássio Augusto M. da Silva.
Autoria não identificada.

Itala Silva de Oliveira (1897-1984), nasceu em Aracaju, filha de Silvano Auto de Oliveira e Marcionila Silva de Oliveira. Seus avós paternos eram: João Paulo de Oliveira e Petronilla Maria de Oliveira. Seus avós maternos eram: Eugênio José da Silva e Argemira São Pedro e Silva. Perdeu a mãe aos oito anos de idade, possuía dois irmãos, Jefferson da Silva de Oliveira e Ansou da Silva Oliveira. Seu pai era primeiro sargento e foi herói na Guerra do Paraguai. Casou novamente após a morte da mãe de Itala e teve outros filhos: Geovana, Walkiria e Adalberto. Ela iniciou seu processo de escolarização no Colégio Nossa Senhora de Lourdes.

Aracaju⁹⁹ era no início do século XX mais do que o centro político administrativo do Estado de Sergipe, mas também um importante pólo industrial e comercial. Observa-se o aumento do

⁹⁹ Aracaju passou a ser capital da província em 1855, no entanto demorou para se desenvolver como uma cidade referência para Sergipe tendo em vista as precárias condições de infra-estrutura. Na última década do século XIX e no início do século XX, inicia-se um crescimento populacional vigoroso. Em 1906 ainda era o terceiro município, precedido por Própria e Itabaiana. Maioria informações consultar: Souza (1985, p. 46).

número de indústrias no período de 1907 a 1920, quando de 41 estabelecimentos, o Estado de Sergipe passa a possuir 237, uma grande parte destas em Aracaju. As duas maiores indústrias têxteis também estavam localizadas na capital: Sergipe Industrial e Confiança¹⁰⁰.



Foto 13 - Praça Fausto Cardoso, Aracaju. Fonte: Acervo Memorial de Sergipe, Coleção Rosa Faria, Seção Iconográfica. Década de 30. Autoria não identificada.

A cidade foi lentamente se modernizando, atraindo não só indústrias, mas também empresas comerciais de grande porte, assim como exportadoras. Grandes proprietários rurais acabaram se estabelecendo na capital nas primeiras décadas do século XX, motivados pela necessidade de educar seus filhos e mesmo em busca de novas atrações da vida urbana. Como salientou Dantas (1983 p.47-49), aos poucos a má fama da cidade foi diminuindo com as obras de infra-estrutura implementadas, ao lado dos calçamentos e das obras de saneamento. Em 1908 foi instalado o sistema de bondes de tração animal e água encanada. Em 1909, o cinema começou a funcionar regularmente. A Ferrovia iniciada em 1914, chegou a Própria (SE) em 1915, passando por

¹⁰⁰ Eram oito as indústrias têxteis funcionando em Sergipe na década de 1920. Maiores informações consultar: Dantas (1983, p.45-46).

Laranjeiras (SE), Maroim (SE) e Muribeca (SE), permitindo que a capital pudesse exercer atuação direta sobre a área açucareira do Cotinguiba, estendendo suas influências até a margem do Rio São Francisco. A energia elétrica foi introduzida em 1923.

O crescimento populacional, alimentado pela migração interior-capital, merece ser destacado, uma vez que em 1900 Aracaju possuía 21.132 habitantes e em 1920 eram 37.440 indivíduos¹⁰¹. Em 1912, foi fundado o Instituto Histórico de Sergipe. No tocante a imprensa, houve um incremento na circulação dos jornais diários, que eram apenas seis no início da década de 20 e antes de 1925 eram treze títulos diferentes que circulavam na capital (DANTAS , 1999, p.75).

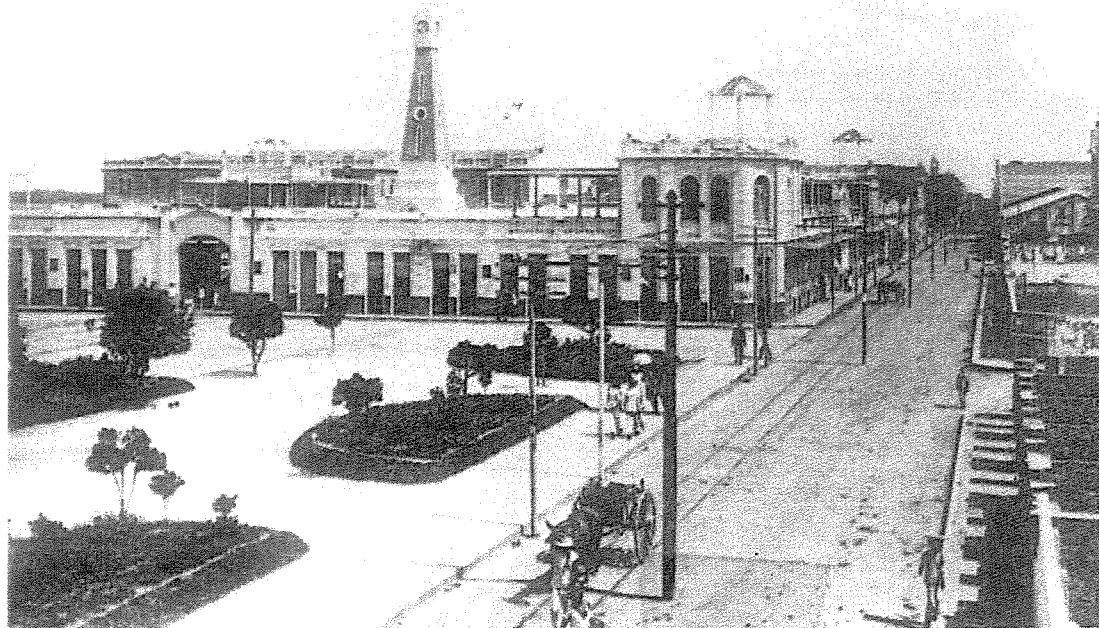


Foto 14 - Mercado Municipal de Aracaju. Fonte: Memorial de Sergipe. Coleção Rosa Faria, Seção Iconográfica. s/d. Autoria não identificada.

¹⁰¹ Além destes, outros dados do IBGE apontam que a migração do interior para a capital, na década de 1920, foi superior em cerca de três vezes a da década anterior. Em 1924, a população de Aracaju era estimada em 42.469 indivíduos. Cf. Dantas (1983, p. 48).

Itala¹⁰² iniciou seu processo de escolarização no Colégio Nossa Senhora de Lourdes¹⁰³ instituição confessional de ensino criada em 1903. Este estabelecimento foi responsável pela educação das jovens da elite sergipana, funcionava em regime de internato, semi-internato e externato, ministrando os ensinos primário e secundário. A partir de 1935, foi equiparado à Escola Normal Rui Barbosa, passando a oferecer também o ensino normal. O Colégio foi fechado em 1973.

Um anúncio sobre a reabertura das aulas no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, publicado no início do ano de 1907¹⁰⁴, informava sobre as instalações físicas, as matérias de ensino, os preços praticados, a composição e qualificação do corpo docente e a diferenciação dos serviços prestados.

Oferecendo instalações físicas adequadas e um amplo programa de conhecimentos, o Colégio garantia uma sólida formação religiosa, além de Ciências Físicas e Biológicas e o estudo musical de diversos instrumentos. Outros critérios de qualidade dos serviços prestados são ressaltados: o ambiente freqüentado por jovens de famílias da elite sergipana, a origem francesa e religiosa da grande maioria do corpo docente. As aulas de música e de desenho eram pagas à parte. No entanto o ensino dos trabalhos manuais estava incluso no preço da mensalidade.

Provavelmente Itala foi interna no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, tendo em vista que sua mãe havia falecido e seu pai era militar. O internamento no estabelecimento correspondia à

¹⁰² Em alguns registros, seu nome aparece como Itala Silva. Ela nasceu no dia 18 de outubro de 1897. Seus avós paternos eram João Paulo de Oliveira e Petronilla Maria de Oliveira. Seus avós maternos eram Eugenio José da Silva e Argemira São Pedro e Silva.

¹⁰³ Maiores informações sobre o Colégio Nossa Senhora de Lourdes consultar: Nunes (1984, p.204) e Freitas (2002a pp.45-65).

¹⁰⁴ “Collegio N. S. de Lourdes – Este Estabelecimento de Educação reabrirá suas aulas no dia 3 de fevereiro próximo proporcionando aos senhores Paes de Famílias os meios de esmerada educação physica, intellectual e moral para as suas filhas. Funcciona em um predio vasto e hygienico, a rua de S. Christovão desta Capital, com accommodações apropriadas, sob a direção das Religiosas Irmãs da Congregação S.S. Sacramento, e garante a observancia dos Estatutos e aproveitamento na medida de suas forças e capacidade das alumnas. No dia 30 de novembro do anno p. findo completou este estabelecimento o 3º anno de serviços prestados as filhas deste Estado, contando até agora com regular frequencia de alumnas das mais importantes famílias desta Capital e do interior, graças ao excellent resultado obtido e lisongeiras notas concedidas nos exames de estudo e trabalhos de agulha, do que forão testemunha muitos Paes e parentes das collegiaes que se dignarão visitar o estabelecimento no periodo dos referidos exames. O ensino é primário e secundario. As materias de ensino são: Leituras, Calligraphia, Lingua Portugueza, Cathecismos, História do Brasil Historia Sagrada, Historia Geral, Geographia, Arithmetica, Noções de Sciencias Physicas e Naturaes, Literatura, Lingua Franceza, Prendas Domesticas, Bordados, etc. Piano, Harmonium, Bandolin e dezenho. Aceita alumnas internas, semi internas e externas – pagando-se-lhe mensalmente as 1as. 40\$, as 2as 20\$;as 3as 5\$. Esta mensalidade dá o direito a alumna de estudos todas as materias supra mencionadas, com excepção da arte musical e dezenho. O corpo docente é composto de seis Religiosas e Irmãs, e de uma Professora Brasileira para o ensino de Portugues. Mais detalhadas informações serão dadas no estabelecimento. Aracajú, 1-1-1907. A Direcção” (Correio de Aracaju, Sergipe, 4 de janeiro de 1907. Ano II, n.19, p.4, col. 4-5 – Seção: “Seção Paga”). Este mesmo anúncio se repetiu na “Seção Paga” em outros números do mesmo jornal, durante os meses de janeiro e fevereiro do ano de 1907.

preocupação com a formação da única filha (do primeiro casamento), de acordo com o projeto de educação feminina que vigorava na época: sólida educação religiosa, domínio de línguas estrangeiras e o acesso a alguns campos de conhecimento, habilidades manuais e musicais.

A composição do corpo docente, indicava que cada professora assumia mais de um componente curricular. Em 1907, era formado por Irmã Maria Gabriella – Piano, Canto, Bandolim e Desenho; Irmã Andrea e Irmã Theophanes (madre superiora e diretora da escola) – Língua Francesa; Irmã Clemência e a normalista diplomada Symphorosa Monteiro – Aritmética, Português, Geografia e História do Brasil; Irmã Brigida auxiliada pela aluna interna, Maria Feliciano Corrêa, Prendas Domésticas¹⁰⁵.

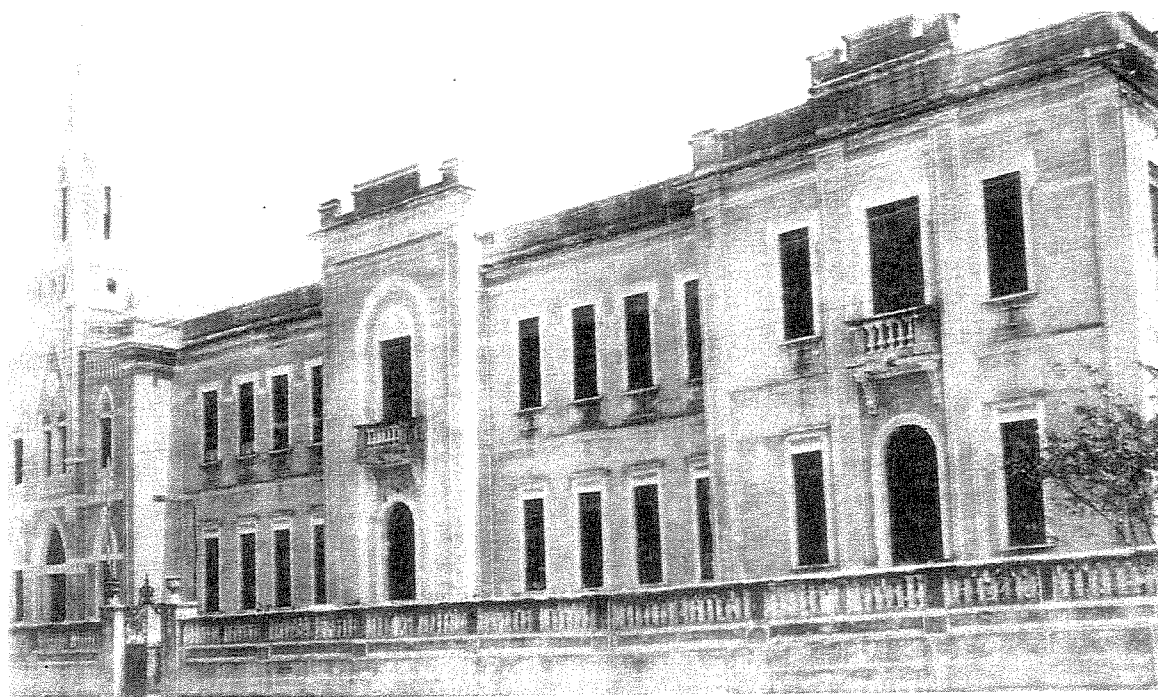


Foto15 - Colégio Nossa Senhora de Lourdes. Fonte: Memorial de Sergipe. Coleção Rosa Faria, Seção Iconográfica. s/d. Autoria não identificada.

As colegas de Itala no Colégio Nossa Senhora de Lourdes foram Annita Gomes, Julieta Ferreira, Eusice Rodrigues, Annita Rolemberg, Pepita Sampaio, Maria Maynard. Celeste Meneses, Adalila Azevedo, Clelia Dantas, Laurinda Vieira, Guiomar Magalhães, Dephina Nobre, Amelia

¹⁰⁵ Conferir anúncio do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, publicado no Correio de Aracaju, 5 de dezembro de 1907. Ano II, n.112, p.2. col 3-4.

Rolemberg, Gildete Dantas, Annita Dantas, Alice Albuquerque, Maria Brandão, Edmée Peixoto Clotildes Henriques, Maria F. Silveira, Cecília Franco, Acydalia Fontes, Lucinda Teixeira, Alice Leal, Maria de Lourdes Vieira, Anna Pitanga, Geovannina Felizola, Risoleta Esbarra, Ester Chaves, Edmée Rodrigues, Dulce Meneses, Alda Mendonça, Maria Rocha, Zelia Lacerda, Violeta Mattos Jandira Pitombo, Celia Leal, Consuelo Vieira, Maria Vieira, Amelia Melo, Nair Brandão, Iracy Fortes, Josepha Vieira, America Freire, Aurelia Leite, Annita Dantas, Aurea Azevedo e Odette Dantas¹⁰⁶.

Como no caso do Colégio Inglês, onde estudou Quintina Diniz em Laranjeiras, percebemos pela listagem das alunas a presença de mais de uma jovem da mesma família. Seus sobrenomes também informam a presença de filhas de famílias detentoras de capital econômico e social, como Rolemberg, Leite, Vieira, Dantas, Maynard¹⁰⁷.

Acompanhando o noticiário dos exames públicos dos colégios de educação feminina na imprensa sergipana, identificamos a presença de Itala no ato solene realizado no final de novembro de 1908. Ela não participou das apresentações musicais, nem mesmo nos recitais de poesia, em geral de autoria francesa, mas se sobressaiu na argüição acerca dos conhecimentos de Catecismo, História do Brasil, Aritmética e Português¹⁰⁸.

O noticiário sobre os eventos realizados no Colégio Nossa Senhora de Lourdes, assim como de outras escolas privadas voltadas para a educação feminina¹⁰⁹, em Aracaju, na primeira década do século XX, ocupava um espaço considerável nas páginas dos jornais diários de Sergipe. O registro minucioso do evento e o enaltecimento das virtudes do corpo docente e da formação desenvolvida no interior dos estabelecimentos, assim como a qualificação da platéia presente, eram recorrentes nesses artigos.

¹⁰⁶ Listagem elaborada a partir do artigo sobre a solenidade dos exames públicos realizados no final de novembro de 1908, em matéria publicada sobre o título “Collegio N.S. de Lourdes” – No Correio de Aracaju, Sergipe, 3 de dezembro de 1908, Ano III, n.213. p.3. col.2.

¹⁰⁷ Os estudos realizados por Dantas (1999, p.52-53) apontam que as 54 usinas registradas no Estado, em 1916, estavam distribuídas entre famílias com os seguintes sobrenomes: 9 Prado; 7 Rolemberg; 5 Dantas, 4 Faro, 4 Maciel, 4 Vieira, Menezes entre outros. Embora algumas vezes estes sobrenomes aparecessem em duas e até três famílias que não mantinham acentuados vínculos entre si, é oportuno fazer notar que alguns desses sobrenomes por vezes se encontravam juntos numa mesma família como os Prado Franco, Faro Rolemberg, Vieira de Melo e tantos outros.

¹⁰⁸ Maiores informações conferir matéria publicada sobre o título “Collegio N.S. de Lourdes” – No Correio de Aracaju Sergipe, 3 de dezembro de 1908, Ano III, n.213. p.3. col.2.

¹⁰⁹ Os registros acerca do Colégio Sant’Anna e o Colégio Boa Esperança também ocupam muitas colunas nos jornais diários de Aracaju deste período. Maiores informações sobre estes estabelecimentos verificar: Freitas (2002a) e Nune (1984).

Apesar de não figurar nos anúncios do Colégio das Irmãs Sacramentinas como docente, o Professor Brício Cardoso¹¹⁰, apareceu como professor de língua vernácula na solenidade realizada no final de novembro de 1908 e também como autor do discurso de formatura proferido pela aluna Annita Gomes:

Fechou o programma citado a talentosa e gentilissima menina Annita Gomes recitando em nome de suas collegas um discurso da lavra do Professor Brício Cardoso, sobre a educação religiosa. Annita Gomes produziu grande impressão no numeroso auditório, formado de senhoras respeitaveis e cavalheiros do primeiro plano social pelo saber e pelas altas posições que occupavam merecidamente. Nos intervalos fez-se ouvir constantemente a harmoniosa fanfarra do 26º Batalhão. Compuseram as bancas examinadoras o Monsenhor Raymundo, a professora do estabelecimento d. Symphorosa Monteiro que senta-se com incontestável competencia na cathedra que lhe foi destinada. Os que estiveram presentes á festa intellectual disseram que tinham passado umas horas felizes, que são as que mais depressa passavam na vida como disse um pequeno anjinho sem outras azas que as da innocencia, recitando uma poesia franceza. O escolista sahiu acreditando no futuro de Sergipe porque veio que se cuida de dar á infancia, columna da sociedade no futuro, a educação sem a qual não pode haver nem grandeza, nem progresso a educação tem como pedra basilar a idéa de Deus, que trança em si os ramalhetes da esperanza e os raios luminosos da felicidade. Á veneranda Supperiora, das Religiosas do Santissimo Sacramento, Ste. Thèophane, manda as suas respeitosas saudações dizendo-lhes: os sergipanos descansam no porvir da familia sergipana porque vos tende encarregado de instruir a menina sergipana, plantando-lhe no coração um jardim de virtudes ¹¹¹.

Percebe-se que a ênfase no processo de formação oferecido pelo Colégio envolve não apenas os conteúdos do processo de escolarização formal, mas também habilidades musicais e manuais, assim como o domínio de línguas estrangeiras (Francês), desenvoltura na oratória, na declamação e na dramatização. A educação moral e religiosa, é enfatizada pelo desenvolvimento de virtudes e de uma certa “modelagem”, para os futuros papéis, geralmente relacionados com o espaço doméstico, o casamento e a maternidade.

O evento social que caracteriza a solenidade de exames públicos, assim como no Colégio Inglês, apresentava com detalhes o processo de acumulação do capital cultural, através da aquisição

¹¹⁰ Brício Cardoso foi um importante professor em Sergipe. Lecionou em diversos estabelecimentos públicos e particulares. No Atheneu exerceu o magistério por mais de quarenta anos. Colaborava em diversos jornais, bem como produziu diversos artigos sobre educação. Autor do Tratado de Línguas Vernáculas, em 1875, obra aprovada pelo Conselho Superior de Instrução Pública na Bahia, em 1878. Maiores informações consultar: Gally (2002, p.183-185); Silva (1992, p. 111-122) e Nunes (1984, p.200-201).

¹¹¹ Maiores informações consultar Collegio N.S. de Lourdes In: Correio de Aracaju, Sergipe, 3 de dezembro de 1908. Ano III, n.213, p.3, col.2.

de conhecimentos, práticas e disposições que distinguiam as alunas de outras jovens da sociedade sergipana.

O discurso de formatura lido por Anita Gomes, aluna do Colégio Nossa Senhora de Lourdes evidencia uma aproximação deste processo de formação e dos ideais a serem atingidos em contraposição ao cientificismo que marcou o início do século XX:

(...) Para isso, é necessario o beneficio de uma educação que nos leve a convisinhar de Jesus, que faça desabrochar em nossos corações a flor da virtude. Essa educação differe essencialmente da cultura excepcional e exclusiva do espirito, que se descobre appparelhos para communicar à distancia o pensamento, com a rapidez instantanea, do raio, atravessar os mares sem o recurso dos remos e das velas, no tempo mais breve possivel, atravessar o espaço em aeroplanos dirigiveis, ler através da espessidão da materia, enche de tanta soberba os seus corypheus, que apaga-lhes no fundo d'alma soberba a idéa de Deus d'esse Deus omnipotente e bom a quem, blasphemando, chamam-uma hypothese dispensavel. (...)A sociedade esta gravemente enferma. A doença que atrophia e mata, é a sciencia desligada da fé, a sciencia pura. Há uma medicina efficaz e salvadora para ella: a educação piedosa da alma, essa educação santa, levantada sobre os alicerces da caridade, contra a qual se desencadeia a gritaria dos que não querem acreditar que o homem não morre todo, tem um destino prenatal. Nós estamos em uma casa onde se distribue á mocidade, educação d'essa especie, educação que salva, que nos ensina que há alguma cousa alem da vida phenomenal, que há Deus, e são feitos de virtudes os degraos da escada de Jacob, por onde a Elle nos alçamos. Aqui nos ensinam as disciplinas litterarias ao alcance da intelligencia da mulher, a quem Deus confiou a missão de conductriz do homem pela estrada do futuro. (...) Almas novas e inexperientes, devemos aos nossos paes o obsequio inapreciavel de terem sabido escolher, entre as grandezas do mundo, a educação conveniente á nossa modestia e ao nosso destino(...). As nossas mestras, não as esqueçamos nunca: são também nossas mães, como seareiras de nossos corações. Não devemos esquecel-as em nossas preces ¹¹².

A modernização dos meios de comunicação e de transporte impuseram de certa forma, a urgência em recuperar os preceitos de uma sólida formação religiosa. Percebeu-se neste discurso um processo de associação entre escolarização, desenvolvimento de habilidades diversas e formação religiosa. A educação conveniente, “à modéstia e ao destino”, era permeada pelos estudos literários e pela necessidade de cumprir o papel de “condutriz” das futuras gerações. Mais uma vez a maternidade encontrava-se vinculada com o magistério feminino, mesmo quando as professoras eram religiosas.

¹¹² Discurso proferido por D. Annita Gomes na solenidade de formatura do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, publicado no Correio de Aracaju, 10 de dezembro de 1908. Ano III, n.215, p.2. col.3. (Grifos nossos)

O Jornal “O Estado de Sergipe”, de 07 de maio de 1909, publicou as provas de composição das alunas de português. O tema era o retrato do professor Brício Cardoso. Juntamente com a descrição feita por Itala do referido docente, ocuparam as colunas do referido jornal os trabalhos de outras alunas: Aurelia Accioly Leite; Odete Dantas; Clélia Dantas; Annita D. Rollemberg; Alzira Nunes; Zuleika Sampaio; Celeste Menezes; Annita M. Dantas; Aurea Azevedo; Amelia Dias G. Rollemberg; Maria de Aguiar Brandão. Este parece ser o primeiro texto de autoria de Itala publicado na imprensa sergipana¹¹³:

Retrato do Professor Brício Cardoso – A minha humilde penna não é capaz de enumerar as qualidades físicas e morais de tão distinto professor. Sua estatura é baixa, muito gordo, usa olhos, lê e ensina muito bem, seus olhos são pretos e pequenos e estão sempre em movimento ora para um, ora para outro lado, o seu bigode é pouco espesso, sua boca é regular. A sua pessoa imprime respeito e admiração, não só pela sua physionomia sympathica como pelos seus modos delicados. Já está velho, e é muito inteligente. É muito educado e é também bastante delicado. Trata muito bem as suas alumnas. Itala Silva de Oliveira¹¹⁴.

Depois de estudar no Colégio das Irmãs Sacramentinas¹¹⁵, foi aluna do Atheneu Sergipense¹¹⁶, estabelecimento público onde realizou o curso secundário. Recebeu o Grau de Bacharel em Ciências e Letras em 13 de dezembro de 1914, tendo sido escolhida oradora da turma. Ressalta-se que Itala, juntamente com um pequeno número de mulheres ocupou de forma pioneira, na primeira década do século XX, os bancos escolares do Atheneu, tradicionalmente reservados aos homens.

Sílvia de Oliveira Ribeiro¹¹⁷ foi a primeira a se formar Bacharel no ano de 1912. Nesta primeira década, além de Itala, se formaram também Hilda Costa Pinto e Ester Guimarães (NUNES,

¹¹³ Itala, a partir de 1914, se tornou colaboradora de importantes jornais de Sergipe, assim como de revistas locais e de outros estados. O professor Brício Cardoso em diversas matérias publicadas sobre as poetisas e escritoras sergipanas elogiou o talento da ex-aluna. Maiores informações, verificar Freitas (2002b, p.157-168).

¹¹⁴ In: O Ensino Particular. Jornal “O Estado de Sergipe”. Aracaju, 07 de maio de 1909.

¹¹⁵ Em sua Tese de Doutorado, defendida em 1927 em Salvador, na Faculdade de Medicina da Bahia, Itala analisou muitos aspectos sobre os internatos e criticou a educação excessivamente católica. Este aspecto será analisado posteriormente.

¹¹⁶ O Atheneu Sergipense passou por diversas reformas curriculares e mudanças de denominação, desde sua criação até as primeiras décadas do século XX. Em 1888, foi legalmente designado como Escola Normal de 2º Grau; em 1925, Colégio Atheneu Pedro II; e a partir da década de 1940 Colégio Estadual de Sergipe. Cf Nunes (1984). No entanto, o nome que mais usado pela população no período em que Itala e Maria Rita foram alunas no estabelecimento, foi Atheneu. Este é o motivo de mantê-lo neste texto.

¹¹⁷ Sobrinha de Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro, destacou-se nesta instituição em diversos momentos, como no discurso que proferiu por ocasião da colocação da pedra fundamental do novo prédio do Atheneu, conforme noticiado no Correio de Aracaju, em 6 de setembro de 1908. Ano III, n.188, p.1, col.1. Alguns anos, após a conclusão do curso, prestou concurso para a Escola Normal, onde já lecionava a tia, Quintina, em 1916.

1984, p.200). Na turma que se formou com Itala, segundo o noticiário do evento, no curso integral, figuravam apenas Adelaide Beutenmuller de Souza, Sebastião Machado Barreto que não compareceu e Odilon Machado. No curso normal diplomaram-se na mesma solenidade Antonio Oliveira e Olympio Hora Machado¹¹⁸.

Apesar das expectativas das autoridades educacionais, o Atheneu era procurado inicialmente apenas como forma de acesso às Academias Imperiais, pelos filhos das famílias proprietárias de latifúndios e/ou de grandes empresas comerciais. As disciplinas cursadas eram aquelas exigidas para o ingresso nos cursos superiores e assim apesar de uma estrutura organizada em quatro anos, o Curso de Humanidades funcionava na prática com aulas isoladas de algumas disciplinas.

A matrícula inicial, em 1871, foi de 143 alunos, dos quais apenas 112 freqüentavam, destes apenas 36 prestaram exames e foram aprovados no Curso de Humanidades e apenas dois realizaram os exames finais do Curso Normal. O governo procurou estimular o acesso ao Atheneu¹¹⁹, dispensando horas de trabalho de funcionários, bem como permitindo que os professores primários tivessem acesso ao Normal (NUNES, 1984, p.114-115).

Nos últimos anos do século XIX, todos os esforços das autoridades educacionais sergipanas, no que tange ao ensino secundário, estiveram voltados para a equiparação¹²⁰ do Atheneu ao Ginásio Nacional (antigo Pedro II) do Rio de Janeiro. Esta necessidade também contou com uma campanha feita nos jornais de Aracaju. Um artigo, sem autoria identificada, publicado em maio de 1908, apontava para a urgência da equiparação:

Tudo que diz respeito aos interesses da Instrução Publica, merece por parte do poder dirigente, como dos órgãos da Imprensa, os mais serios cuidados, as mais meticulosas referenciais. É que ao problema da Instrução está ligada a própria vida, o desenvolvimento, o progresso do Estado, constituindo ella o mais rico patrimonio de um povo. De que serviria todo nosso adiantamento material, aformoseamento de ruas, ajardinamento de praças, iluminação esplendida, calçamento irreprehensivel, se a par de tudo isso, não acompanhasse o desenvolvimento do espirito de nossa mocidade, se essa mocidade não possuísse os elementos indispensaveis para fazer valler esse mesmo espirito, dando entrada nos

¹¹⁸ Colação de grau do Atheneu Sergipense. Diário da Manhã, 15 de dezembro de 1914.

¹¹⁹ No Atheneu, em 1892, estavam matriculados apenas 45 alunos, mas 78 alunos prestaram exames parcelados, sendo 68 aprovados (NUNES 1984, p.189).

¹²⁰ Segundo Cunha (2000, p. 157-158), “as reformas educacionais de 1891, criaram a figura da equiparação dos estabelecimentos de ensino secundário e superior ao Ginásio Nacional e às Faculdades mantidas pelo Governo Federal. No primeiro caso, os ginásios criados e mantidos pelos governos estaduais que tivessem o currículo do Ginásio Nacional e se submetessem à fiscalização do Governo Federal gozariam do mesmo privilégio daquele: os alunos que tivessem concluído seus estudos poderiam se inscrever em qualquer curso superior do país, sem exigência de exames de estudos preparatórios. Em 1901, a equiparação foi estendida aos ginásios criados e mantidos por particulares”.

cursos superiores de ensino nas Academias da Republica, ao preparo necessario enfim, para tomar parte na direcção dos negocios publicos, ingerir no Governo do Paiz? Pois, infelizmente, neste particular, cremos que, como em tudo mais, somos o mais atrasado, ou antes, o mais abandonado pedaço do territorio Brasileiro! Enquanto outros Estados, os institutos publicos de ensino secundario estão constituídos de fôrma áquelles que nelles fazem o curso de humanidades; serem aptos para matricula nas Academias do Pais, enquanto em muitos desses Estados, até collegios particulares e religiosos estão equiparados ao Gymnasio Nacional, gozando os alumnos e discipulos os beneficios e privilegios a elles concedidos, o Atheneu de Sergipe permanece esquecido pelo Governo da Republica, a espera do acto de justiça que o torne proficuo a nossa mocidade. Nesse particular a Republica só trouxe prejuizos a Sergipe, pois, actualmente, a mocidade sergipana tem necessidade de emigrar para encontrar em outro Estado que não acha no seu! (...) Registrar isso é manifestar quão dolorosa é a nossa situação em materia de instrucção. Estamos certos que o Governo do Estado toma todo empenho, na solução da medida que se nos afigura inadiavel. Urge, porém, que faça valer todo seu prestigio para tornar-se, em realidade, aquillo que é a aspiração suprema de todo Estado.(...) Como orgam da Imprensa cujo fim primordial é defender os interesses do povo, fallar em pról das necessidades de Sergipe, nós fazemos daqui o nosso appello ao benemerito Governo da Republica, ao Illustre Sr. Ministro do Interior, para que baixe o Decreto em que seja o Atheneu de Sergipe equiparado nos termos da lei que rege a especie, vindo assim em auxilio da mocidade de Sergipe, que sem isso ver-se-há obrigada a continuar a emigrar, ficando de vez morta a Instrucção Secundária do Estado ¹²¹.

Ao lado da modernização da estrutura física da cidade, o jornalista defendia a equiparação do Atheneu como indício de desenvolvimento e prova contra o atraso. A preocupação com a emigração da juventude sergipana para outros Estados era mais um dos motivos para a apelação às autoridades responsáveis pelos assuntos da educação.

A equiparação do Atheneu tornou-se realidade em novembro de 1908, ato comemorado por alunos, professores e pela imprensa em geral¹²². O Presidente José Rodrigues da Costa Dória (24/10/1908 a 24/10/1911) além da conquista da equiparação providenciou da Europa a vinda dos materiais e equipamentos para os gabinetes de Física, Química e História Natural e Geografia, bem como começou a construção de um novo edifício para o estabelecimento de ensino (Nunes 1984, p.199-200).

Ao buscar o Atheneu para realizar o curso secundário podemos supor que Itala pretendia realizar um curso superior. Uma vez que este era o único estabelecimento de ensino de Sergipe, neste período, equiparado ao Ginásio Nacional (RJ), segundo a legislação vigente esta era a

¹²¹ O Atheneu Sergipense. In: Correio de Aracaju, Sergipe, 14 de maio de 1908. Ano III, n.156, p.1, col.2. (Grifos nossos)

¹²² Cf. Correio de Aracaju, 29 de novembro de 1908. Ano III, n.212, p.2. col. 3; e Correio de Aracaju, 3 de dezembro de 1908. Ano III, n.213, p.1. col.3.

exigência para que os concluintes do ensino secundário pudessem prestar os exames preparatórios para as Faculdades. Se tivesse optado pela Escola Normal, para onde se destinava a maioria das jovens das classes dominantes, naquele tempo, teria que se contentar exclusivamente com o magistério, como futuro profissional.

O curso de Itala durou cinco anos. A composição curricular abrangia Línguas (Latim, Inglês, Francês, Alemão e Português), Matemática, Aritmética, Álgebra, Geometria, Trigonometria, Desenho, História, Geografia, Física, Química, História Natural e Lógica.

O noticiário acerca da colação de grau no Atheneu destacou o discurso de Itala, escolhida como oradora da turma. Como era de praxe, ela iniciou sua fala desculpando-se pela “pouca inteligência”, e apesar disto agradeceu a honra da indicação como representante da turma de formandos. Lembrou importantes heróis da humanidade (entre eles César, Napoleão, Lutero e Colombo) e ressaltou o papel da instrução, da escola e do livro para a sociedade. Comentou sobre a educação na Idade Antiga, na Idade Média e na contemporaneidade. Citando as importantes universidades no exterior, salientou a necessidade de instruir os filhos dos operários e o papel dos formandos.

Antes de encerrar fez uma pequena homenagem à sua mãe já falecida¹²³ e suas últimas palavras foram dedicadas ao Presidente do Estado. Alguns trechos merecem destaque:

Tendo como baluarte o livro e como couraça a vontade irresistível de aprender, conquistamos hoje um diploma e, qual o viandante que fatigado revê feliz o lar abençoado que está ausente há annos, nós também, invadidos do mais nobre e santo orgulho, vimos hoje o termino feliz de um curso aproveitável. Não somos d’ora em deante neophytos: a vida alegre, descuidada do colegial passou para dar logar à preocupação da vida real, e à compostura que deva caracterizar os que vão ser mestres e têm de zelar um titulo conquistado a golpes de perseverança e boa vontade. Difundir o livro, innocular na alma innocente e singela da creança a semente bendita da instrucção é sublime demais, é altamente dignificador. Si o mestre lucha porfiadamente com cérebros incultos, sem noção alguma, o alumno lucha ainda para vencer tenaz e vigorosamente, a ignorância que lhe impera n’alma; é a lucha do bem contra o mal, do conhecido contra o desconhecido; é a lucha do homem, então um ser infeliz contra a natureza, podendo este lançar mão de meios lícitos ou ilícitos para satisfazer os ímpetos do seu coração! E, como refreal-o, como chamal-o ao cumprimento dos seus deveres, como fazel-o um ser perfeito, capaz de fazer parte de uma sociedade culta? Só há um meio, só uma cousa consegue isto – a Instrucção.(...) O seu poder é tão forte, sobe tão alto que muitas vezes vae buscar nos tugúrios míseros e nas choupanas humildes creanças maltrapilhas, famintas e nuas para transformal-as em gênios, em homens cujos talentos illuminam, com o fulgar de suas idéias e de suas invenções, gerações, eras,

¹²³ Também na Tese de Doutorado, defendida na Bahia, Itala homenageou sua mãe.

séculos, emfim. (...) A história, na passagem brilhante de bellos factos deixa nos ver mulhares de homens que collocaram-se no píncaro da gloria, que honraram a pátria, só porque se instruíram. E, porque nós que também sentimos n'alma a anciã que eleva o pensamento – a perfectibilidade – nós que viemos contemplando dia a dia os progressos da instrucção, no mundo inteiro, havíamos de ficar mudos e impassíveis, não procuraríamos ser também pioneiros da causa mais nobre e mais santa, porque não havíamos de, nas aras sagradas de instrucção, offerecermo nos em holocausto?(...) Estudando cuidadosamente a instrucção em nosso Estado vemos o desenvolvimento notável que tem ella tido há alguns annos. Com administrações patrióticas de alguns homens distinctos, vimos a transformação operar em nosso meio educativo. A criação dos grupos escolares e da escola modelo veio cooperar imensamente para o seu incremento. E é por força desta instrucção fecunda e pródiga de valor que hoje nos achamos à vossa presença, illustres ouvintes, para receber o diploma que nos assegura o professorado publico, trabalhada mas consoladora profissão. Agita-se o coração, mas pelo muito que tumultua não pode vir aos lábios quanto de satisfação nos empolga. (...) Sejam as minhas palavras as últimas dirigidas repletas da mais pura verdade ao exmo. Sr. General Presidente. Que ellas exprimam a sinceridade do nosso desejo como sinceros são as nossas intenções de batalhar pelas letras. Diffundir, exmo sr., protegei e fazei todos os beneficios possíveis à instrucção e terei atingido o vosso ideal – a felicidade, o progresso e o bem-estar do nosso amado Sergipe. Aos meus collegas, a todos que me foram bons o meu adeus e a minha saudade¹²⁴.

Além da formatura no Atheneu ser um rito de passagem significativo, uma vez que marcava a separação entre a vida de estudante e a futura vida profissional, ela também possuía um certo efeito de distinção, para Itala e sua família. Seu discurso ressaltou as missões na sociedade e o papel dos formandos no processo de instrução de outras gerações. O empenho em prol da ampliação do acesso ao saber escolarizado, através da existência dos grupos escolares e da escola modelo, citados por Itala, servem como horizontes de atuação dos formandos. Apesar de ser uma turma pequena diante das missões apontadas pela oradora, cientes dos sacrifícios, que teriam que passar, a sagrada missão pedagógica foi erigida como ideal a ser perseguido por todos, não apenas os formandos mas também das autoridades presentes ao ato.

A instrução compreendida como ferramenta para a construção do progresso e da nação e como solução para os problemas sociais, presente no discurso de formatura de Itala, encontrava-se em sintonia, nos ideais proclamados por alguns intelectuais do período. Para Nagle (2001, p.135-136), um movimento, que se materializou em campanhas nacionais de alfabetização, no final da década de 10 e na década de 1920, entre outras ações, pode ser denominado como “entusiasmo pela

¹²⁴ Collação de grão do Atheneu Sergipense. Diário da Manhã, 15 de dezembro de 1914. (Grifos nossos)

educação e otimismo pedagógico”¹²⁵.

Um requerimento de Itala à secretaria do Atheneu¹²⁶, em 1921, solicitando declarações acerca dos exames prestados no estabelecimento, permitiu-nos acessar informações acerca do seu rendimento escolar:

(...) Revendo o livro de actas de exames deste estabelecimento ainda em uso, verifica-se que a ex-alumna D. Itala Silva de Oliveira foi app. em exames finais do curso gymnasial, prestados nas datas e com os graos abaixo discriminados, nas seguintes materias: Folha 72 algebra, plenamente, digo simplesmente trez em 20 de novembro de 1912, fl.79 – inglez plenamente sete, 22 de novembro de 1913, fl.80 verso – geometria e trigonometria, plenamente oito, em 25 de novembro de 1913, fl.85 verso, Historia do Brazil, digo Historia Universal e do Brazil, plenamente 9, em 2 de dezembro de 1914. Fl.83, Latim plenamente nove, em 24 de novembro de 1914. É tudo o que se me offerece dizer a respeito do que requereu a supplicante. Saudações. O director. Jucundino S. Andrade¹²⁷.

O magistério¹²⁸ foi a primeira atividade profissional de Itala. Logo após a formatura no Atheneu, ela abriu um curso noturno para meninas e senhoritas¹²⁹. Foi colaboradora assídua do jornal “Diário da Manhã” e de outros periódicos de circulação regional e nacional.

Entretanto, não aceitou a nomeação, em 25 de maio de 1916, como professora do Aribé, bairro distante do centro da cidade, hoje denominado Siqueira Campos¹³⁰. Neste mesmo ano,

¹²⁵ Segundo Nagle (2001, p.135-136), “O entusiasmo pela educação e o otimismo pedagógico, que tão bem caracterizam a década de vinte, começam por ser, no decênio anterior, uma atitude que se desenvolveu nas correntes de idéias e movimento político-sociais e que consistia em atribuir importância cada vez maior ao tema da instrução nos seus diversos níveis e tipos. É essa inclusão sistemática dos assuntos educacionais nos programas de diferentes organizações que dará origem na década de vinte, está sendo denominado de entusiasmo pela educação e otimismo pedagógico”.

¹²⁶ A solicitação desta documentação foi feita, provavelmente, em função da matrícula na Faculdade de Medicina da Bahia.

¹²⁷ No Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Sergipense (1916-1922): p.168-169. Off.56 – Destino: Exmo. Barão Ramaz Galvão Presidente do Conselho Superior do Ensino. Em, 17 de agosto de 1921. Arquivo do Colégio Atheneu.

¹²⁸ Um único registro biográfico indica que ela teria sido aluna da escola normal (Almanack de Sergipe, 1928, p. 229-330). Mas é bem provável que tenha exercido o magistério sem ter frequentado o curso da escola normal, prática comum no período, como no caso de Quintina Diniz. Em um anúncio, Itala afirma ter realizado no Atheneu o curso normal e o integral (Diário da Manhã, 20 de janeiro de 1916. Ano VI, n.1407. p.3 col.5). Nos documentos localizados no Arquivo do Atheneu Sergipense, esta informação não se confirmou.

¹²⁹ Segundo o anúncio publicado no Jornal “O Diário da Manhã”, Aracaju, Domingo, 17 de janeiro de 1915, Ano IV, n.1.123, p.3, coluna 2, e em números subsequentes: “Itala Silva de Oliveira, diplomada pelo Atheneu Sergipense, abrirá no dia 3 de fevereiro próximo, à praça Benjamim Constant, n.8, um curso noturno de Português, Francez e Arithmetica, para meninas e senhoritas. Aracaju, 14 de janeiro de 1915”. No ano de 1916, também foi encontrado um anúncio referente ao seu exercício do magistério particular: “Itala Silva de Oliveira, diplomada pelos cursos integral e normal do Atheneu Sergipense, reabre as aulas de seu curso a 07 de fevereiro próximo. Rua de Laranjeiras, 48”. Diário da Manhã, 20 de janeiro de 1916. Ano VI, n.1407. p.3 col.5. Este mesmo anúncio foi publicado em números subsequentes durante o mês de janeiro e o início de fevereiro de 1916.

¹³⁰ Cf. Guaraná (1925).

assumiu uma aula noturna de Português, em Aracaju, como professora da Liga Sergipense contra o Analfabetismo e, além de lecionar, Itala foi a primeira secretária desta associação por muitos anos. Atuou neste cargo até 1919, quando foi designada interinamente Conservadora dos Gabinetes da Escola Normal e cumulativamente professora adjunta de Física, Química e História Natural¹³¹. Em 1921, foi para Salvador a fim de realizar o curso de Medicina na Faculdade de Medicina da Bahia, diplomando-se como parteira em 1922. Em novembro de 1927, recebeu o grau de Doutora em Ciências Médico-Cirúrgicas, a partir da defesa de sua tese, intitulada “Da sexualidade e da Educação Sexual”.

As origens da Faculdade de Medicina da Bahia, encontram-se no processo de criação dos cursos formais Anatomia e Cirurgia em Salvador e no Rio de Janeiro, em 1808, segundo Gondra (2000:12):

A criação do curso de formação escolar de médicos na Bahia e no Rio de Janeiro funciona, pois, como indicador de uma nova orientação da (e para a) área da medicina, passando, então, a chamar para si a responsabilidade, autoridade e legitimidade para dispor sobre os corpos, a saúde, a doença, a morte e a vida, recobrando também a preocupação dos mesmos com as relações entre medicina e sociedade, como é possível perceber nos discursos dos médicos enunciados dentro e fora do ambiente de formação oficial. Ao demonstrar tais preocupações, esses homens possuíam e expressavam um duplo objetivo: tornar especializado o domínio da medicina, desautorizando e desqualificando outros discursos e outras práticas, de modo a projetarem-se na vida social como autoridades portadoras de um conhecimento suficiente e necessário para regular tanto a vida do indivíduo como a ordem social.

No início da década de 1830 foram reformulados os estatutos das Academias, transformando-as em Faculdades de Medicina¹³². Assim, são criadas no mesmo ano de 1832, a Faculdade de Medicina da Bahia e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Inicialmente suas portas estavam abertas apenas aos rapazes.

Apesar da legislação educacional brasileira garantir o acesso das mulheres aos cursos superiores, a partir do Decreto n.7247 de 19 de abril de 1879, a primeira médica brasileira¹³³ Maria Augusta Generoso Estrela (1860-1943), se formou nos Estados Unidos, em março de 1881, aos 20

¹³¹ A trajetória profissional de Itala e das outras sergipanas será objeto de análise no próximo capítulo. Estas breves informações servem para indicar que antes da ida para Salvador, ela se dedicou ao magistério e ao jornalismo.

¹³² Maiores informações conferir: Gondra (2000).

¹³³ Há controvérsias sobre o título de primeira médica brasileira, se teria sido a carioca Maria Augusta Generosa Estrela, em 1881, ou Rita Lobato Velho Lopes. Maiores detalhes conferir: Soares (1998,p.23-40); Rago (2000, p.199-225) e Schumacher (2000).

anos, no New York College and Hospital for Women, com a ajuda financeira do Imperador Dom Pedro II¹³⁴.

Em dezembro de 1887, formou-se a primeira médica em uma instituição brasileira, a gaúcha Rita Lobato Velho Lopes (1867-1954), na Faculdade de Medicina da Bahia. Em 1888 e 1889, diplomaram na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, as gaúchas Ermelinda Lopes de Vasconcellos (1866-1952) e Antonieta César Dias¹³⁵. Após estas precursoras da medicina no Brasil, aos poucos algumas jovens foram se encorajando a tornarem-se médicas. Itala foi a primeira sergipana, a realizar o curso de medicina, na Faculdade de Medicina da Bahia, a décima primeira mulher a se diplomar na instituição em 1927. A segunda sergipana a se formar, como médica, na mesma instituição, foi Maria do Céu Santos Pereira em dezembro de 1941¹³⁶.

Acompanhando as trajetórias de algumas médicas paulistas, como Carlota Pereira de Queiroz e Maria Rennotte e outras médicas brasileiras e estrangeiras, do final do século XIX e início do século XX, Mott (2000, p.44, apud Rago, 2000, p.204) percebeu que a maioria tinha exercido o magistério antes de se tornarem médicas, mudaram de profissão com 30 anos ou mais. A estratégia de serem inicialmente professoras, profissão socialmente aceita para as mulheres no período, parecia lhes conferir um certo grau de autonomia e confiabilidade diante da sociedade.

Itala, possuía 30 anos quando se formou e também parece ter apostado nesta mesma estratégia, uma vez que logo após se bacharelar no Atheneu exerceu o magistério. Além disso, a busca por uma certa autonomia financeira e a possibilidade de reunir recursos para seu curso de medicina podem ser elencados como motivações para esta decisão.

Para fazer o exame vestibular¹³⁷ para o curso de obstetrícia, em janeiro de 1921, Itala precisou desembolsar cem mil réis¹³⁸, foi aprovada com distinção, conforme declaração da instituição de março de 1921. A matrícula para o primeiro ano do curso, foi quinze mil réis pagos no início do ano letivo, em 1921. No ano seguinte, em abril, foi preciso efetuar o pagamento de quinze mil réis para a matrícula no segundo ano de obstetrícia. Para receber o diploma de Parteira, em

¹³⁴ Cf. Pina (1994); Soares (1998); Rago (2000); Schumacher (2000).

¹³⁵ Cf. Soares (1998); Rago (2000); Schumacher (2000).

¹³⁶ Cf. Soares (1998), a Dra. Maria do Céu foi a septuagésima mulher a se formar na Faculdade de Medicina da Bahia.

¹³⁷ A legislação educacional, a partir da Reforma Rivadávia Corrêa, em 1911 (Decreto 8.659, de 5 de abril de 1911) instituiu os exames vestibulares obrigatórios para o acesso aos cursos superiores. Mesmo com a Reforma Carlos Maximiliano instituída pelo Decreto 11.530, esta exigência se manteve, em 18 de março de 1915. Maiores informações consultar: Cunha (2000, p.159-160).

¹³⁸ Cem mil réis, neste período, correspondia ao valor aproximado de três meses de mensalidade, de uma aluna interna, em um colégio secundário de elite (como o N. Sra. de Lourdes), em Aracaju.

dezembro de 1922, pagou mais cem mil réis, além de vinte mil réis para os selos. Nos anos seguintes além da taxa de quinze mil réis pagas no mês de março, no sexto ano do curso eram cobradas prestações de frequência no valor de cento e quarenta mil réis. Além destes gastos, é preciso adicionar livros, na sua grande maioria importados, equipamentos, a impressão dos volumes da tese, entre outros custos.

Em termos de rendimento escolar, Itala recebeu Distinção no primeiro ano, na disciplina de clínica obstétrica. No quinto ano, ela repetiu seu feito, em Clínica Cirúrgica e obteve Simplesmente em Anatomia, Medicina Cirúrgica e Terapêutica.

Segundo a listagem de professores¹³⁹ impressa na sua tese, Itala não teve nenhuma professora no curso de Medicina. Ela destacou cinco professores médicos aos quais agradeceu e prestou uma homenagem especial nas primeiras páginas da tese: Almir de Oliveira; Arestides Maltez, Euvaldo Diniz Gonçalves e Estácio de Lima.

Apesar de diversas fontes pesquisadas, não foram encontrados registros da atuação médica de Itala em Sergipe, após a formatura em Salvador. Segundo Nunes (1984, p.234) na década de 1920, muitos bacharéis, médicos e engenheiros, por não encontrarem condições para atuar em Sergipe acabaram migrando para outros centros maiores. Itala figurou entre esses profissionais, migrando para o Rio de Janeiro¹⁴⁰, sendo nomeada médica em um hospital público do subúrbio da cidade, onde anos mais tarde abriu um consultório particular.

Percebemos pelo percurso escolar de Itala que apesar de inicialmente ter sido aluna em um colégio confessional dedicado à instrução feminina, ela ampliou sua formação frequentando as instituições socialmente indicadas para a formação dos jovens e rapazes, o Colégio Atheneu e a Faculdade de Medicina da Bahia. Esta formação diferenciada lhe possibilitou novos campos de atuação.

¹³⁹ A listagem dos professores da faculdade de medicina e as respectivas disciplinas ministradas, encontra-se em anexo. O conteúdo da tese será analisado posteriormente.

¹⁴⁰ Cf. Nunes (1984, p.234). Os outros citados foram Gilberto Amado, Lourival Fontes, Ranulfo Prata, Barreto Filho, Cleómenes Campos, Jackson de Figueiredo, Anibal Freire, Deodato da Silva Maia, Maviel do Prado Sampaio e o pintor Jordão de Oliveira.

Maria Rita Soares de Andrade: do Grupo Escolar à Faculdade de Direito da Bahia



Foto 16 - Maria Rita Soares de Andrade (em 1931). Fonte: Revista Renovação, n. 12. Aracaju, 1931. Autoria não identificada

Maria Rita Soares de Andrade (1904-1998) filha de José Soares Andrade e Filomena Soares de Andrade, nasceu em Aracaju, em 4 de abril de 1904. Teve três irmãos: Faustino Soares de Andrade, Aristides Soares de Andrade e João Batista Soares de Andrade. Fez o curso primário no Grupo Escolar “General Siqueira de Menezes” e o curso secundário no Colégio Atheneu Sergipense. Diferente dos percursos escolares das outras duas sergipanas estudadas, Maria Rita fez toda a sua escolarização em instituições públicas. Seus irmãos também frequentaram escolas públicas. Depois da conclusão do primário, eles foram para Escola de Comércio, Conselheiro Orlando. Segundo alguns registros biográficos, o pai de Maria Rita era de poucos recursos e vendia bilhetes de loteria.

Diferente dos percursos escolares das outras duas sergipanas estudadas, Maria Rita fez toda a sua escolarização em instituições públicas. O currículo do curso primário, vivenciado por Maria Rita, foi bem diverso daquele realizado por Itala e Quintina, que frequentaram escolas privadas, pois não estudou línguas estrangeiras, nenhum tipo de instrumento musical e o ensino religioso não

figurava como componente curricular. No Grupo Escolar, Maria Rita aprendeu Leitura, Escrita, Caligrafia, Instrução Moral e Cívica, Lições de Cousas, Ensino Prático da Língua Portuguesa, Aritmética até a regra de três, Desenho, Noções de Geografia Geral, especialmente do Brasil, História do Brasil, Ginástica, Trabalhos Manuais e Cantos¹⁴¹.

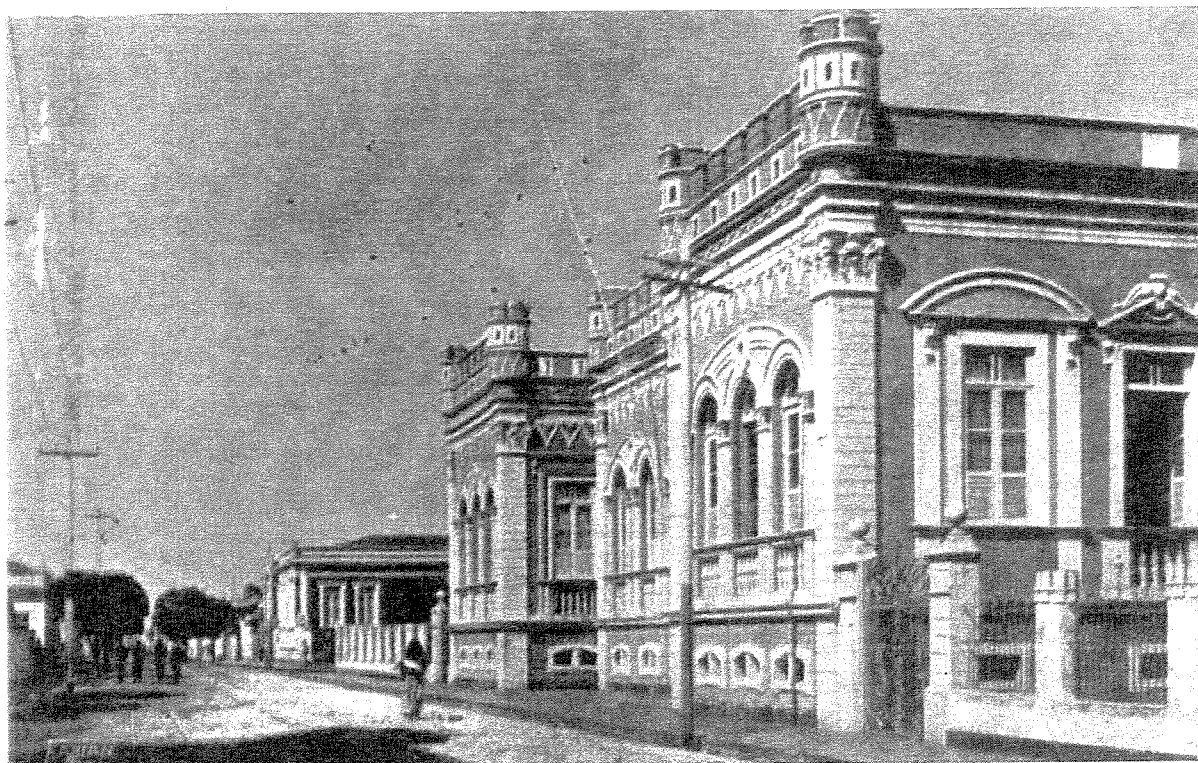


Foto 17 - Grupo Escolar Siqueira de Menezes. Aracaju/SE.

Fonte: Memorial de Sergipe. Coleção Rosa Faria, Seção Iconográfica. s/d. Autoria não identificada.

Provavelmente, ao buscar o Colégio Atheneu Maria Rita teria como expectativa de futuro a realização de um curso superior. A estrutura curricular deste Colégio havia sofrido algumas alterações em comparação com o curso freqüentado, por Itala, possuía ainda cinco anos de duração e era composto por Português, Francês, Inglês, Latim, Geografia Geral, Aritmética, Corografia do Brasil, Noções de Cosmografia, Álgebra e Geometria plana, História Universal, Geometria no espaço, Trigonometria retilínea, Física, Química, História Natural, História do Brasil, Ginástica e Desenho¹⁴².

¹⁴¹ Cf. Decreto 563, de 12/08/1911, apud Nunes (1984, p. 212-213).

¹⁴² Este currículo foi instituído a partir da Reforma Carlos Maximiliano em 1915. Cf. Nunes (1999, p.90-91).

Um ofício de Maria Rita de 04 de outubro de 1921 dirigido ao estabelecimento solicitando declarações do seu rendimento escolar, informava suas notas, nos respectivos exames:

Geographia Geral, Chorographia do Brasil, Noções de Cosmographia e Arithmetica, aprovada em 3 de janeiro de 1919, de acordo com o decreto n.3603 de 11 de dezembro de 1918; Português, plenamente oito, em 4 de dezembro de 1919; Algebra, simplesmente quatro e cinquenta e sete centesimos, em 13 de dezembro de 1919; Francês, plenamente, sete, sessenta e sete centesimos, em 15 de dezembro de 1919; Latim, simplesmente quatro, em 16 de dezembro de 1919; História Geral plenamente seis, noventa e sete centésimos, em 4 dezembro de 1920; Geometria e Trigonometria, simplesmente seis e quinze centesimos, em 9 de dezembro de 1920 Desenho, simplesmente cinco e cinco decimos em 15 de dezembro de 1920¹⁴³.

Concluído o curso secundário, Maria Rita foi para Salvador, em 1923, estudar na Faculdade de Direito da Bahia, formando em 1926, sendo a terceira mulher a concluir o curso na instituição. Era a única mulher na sua turma. Ainda enquanto estudante trabalhou com advogados importantes na Bahia, com Ernesto Paiva e Gerson Faria; em Sergipe, com Leonardo Leite e Oscar Prata (PINA,1994, p.361). A Faculdade de Direito da Bahia foi criada em 1891, no mesmo ano que a Faculdade de Direito de Rio de Janeiro. As outras duas tradicionais instituições de formação de bacharéis em Direito foram fundadas em 1827, em São Paulo e em Recife. Segundo Cunha (2000 p.158), as reformas do ensino superior e do ensino secundário do final do século XIX e início do século XX, permitiram a ampliação do número de instituições e a diversificação dos cursos oferecidos. Entre 1891 e 1910, vinte e sete escolas superiores foram criadas no Brasil: nove de Medicina, Obstetrícia, Odontologia, e Farmácia; oito de Direito; quatro de Engenharia; três de Economia e três de Agronomia.

Apesar de muitas tentativas¹⁴⁴, o ensino superior em Sergipe, só conseguiu se institucionalizar a partir do final da década de 40. Em 1948, foram criadas a Escola de Química e a Faculdade de Ciências Econômicas de Sergipe. Em 1950, começaram a funcionar a Faculdade de Direito e a Faculdade Católica de Filosofia, esta última mantida pela Arquidiocese.

¹⁴³ Livro de Correspondências Expedidas do Colégio Atheneu Sergipense. Aracaju, período 1916-1922. Folhas 177-178. Arquivo do Colégio Atheneu.

¹⁴⁴ Segundo Souza (2002, p. 196), desde o final do século XIX, autoridades do Estado e alguns intelectuais se mobilizaram para fundar uma Academia de Direito. Em 1907, o Presidente Guilherme Campos concedeu uma subvenção para que fosse criada uma Faculdade, que não chegou a funcionar. Em 1913, é fundado o Seminário Episcopal do Sagrado Coração de Jesus, destinado à formação religiosa. O Presidente Maurício Graccho Cardoso instituiu a Faculdade de Farmácia e Odontologia Aníbal Freire e a Faculdade de Direito Tobias Barreto. Nenhuma das duas recebeu a equiparação do Governo Federal. A primeira funcionou por um ano e a de Direito, nem chegou a funcionar. Souza (2002, p.189-208).

Durante sua formação em Direito, Maria Rita lecionou no Colégio Soteropole¹⁴⁵, para pagar o pensionato e os custos da faculdade. Em 1929, Maria Rita prestou concurso no Atheneu para assumir a cadeira de Línguas Latinas e Literatura Brasileira, apresentou uma tese sobre “A mulher na Literatura”¹⁴⁶.

Apesar de Itala e Maria Rita terem morado em Salvador, mais ou menos no mesmo período e posteriormente no Rio de Janeiro, para exercerem suas profissões, não encontramos evidências de que teriam estabelecido laços de amizade.

Além das distinções apresentadas entre Quintina, Itala e Maria Rita, ressalta-se que a família desta última não possuía o mesmo nível econômico e cultural, que a família das outras duas. Em muitos momentos de sua trajetória, Maria Rita chegou a assumir o papel de “arrimo de família”, preocupada com a escolarização de seus irmãos mais jovens. Quando mudou para o Rio de Janeiro, sua mãe já havia falecido e em poucos anos ela acabou levando toda a família para lá. Ao longo de sua carreira profissional como professora e advogada, conseguiu acumular capital social; seus importantes contatos, no Rio de Janeiro, Aracaju e Salvador, lhe permitiram alcançar importantes posições.

Maria Rita exerceu atividades concomitantemente nos campos do Direito, Magistério e Jornalismo, tanto em Aracaju como no Rio de Janeiro.

Aproximações e distanciamentos entre os percursos escolares

A diversificação do campo educacional, a fundação de associações culturais e científicas e o incremento na imprensa, com a criação de novas tipografias, com a circulação intensa de jornais e revistas, permitiram a edificação de uma “República das Letras”¹⁴⁷ em Sergipe, nas primeiras

¹⁴⁵ De acordo com anúncio publicado na Revista Renovação, o Colégio Soterópole funcionava como pensionato feminino e externato misto. Cobrava trezentos e sessenta mil réis pagos antecipadamente por trimestre. (Revista Renovação, Aracaju, em setembro de 1934, n.40, p.s/n.).

¹⁴⁶ Apesar de ter sido aprovada, só conseguiu tomar posse em 1931, com a interferência do Interventor Augusto Maynard, este aspecto será analisado no próximo capítulo.

¹⁴⁷ Para Souza (2002, p.200): “... a análise das instituições sergipanas instaladas nas primeiras décadas republicanas permite concluir que apesar das especificidades inerentes a cada uma, elas convergem quanto aos objetivos centrais: edificar uma República das Letras capaz de legitimar os talentos locais e contribuir para a aceleração do processo civilizatório que sentiam estar em marcha em Sergipe. Instruídos pelas idéias que adoraram nas academias por onde passaram, seus membros buscaram intervir na realidade local, procurando alinhá-la à modernidade, através da formação de um público leitor, da elevação do índice de alfabetização, da promoção do desenvolvimento moral da população, da conscientização das classes trabalhadoras, da moralização da política e do cultivo das letras e das ciências”.

décadas do século XX, apesar da crise política. As primeiras décadas do século XX foram palco de muitas alterações políticas, culturais e sociais no Brasil e em Sergipe. A consolidação da República se fez ao lado da modernização lenta e gradual da cidade de Aracaju, do início da industrialização e do fortalecimento de alguns grupos políticos. A Revolta de 1906, que se opunha à oligarquia dominante e os movimentos tenentistas, de 1924 e de 1926¹⁴⁸, impediram que estabilidade política fosse garantida neste período.

Neste contexto, Quintina, Itala e Maria Rita foram escolarizadas e iniciaram suas carreiras profissionais. Das mulheres sergipanas selecionadas para este estudo, Quintina Diniz foi a que mais conseguiu se projetar dentro do Estado de Sergipe. Oriunda de uma família tradicional, foi educada em uma escola renomada, na cidade de Laranjeiras, no período em que era um importante centro cultural e econômico em Sergipe. A formação recebida no curso primário e secundário garantiu-lhe erudição e refinamento necessários para o exercício do magistério no Colégio Sant'Anna e na Escola Normal.

Constatamos uma certa aproximação entre a escolarização de Quintina e Itala, uma vez que ambas realizam a formação primária em colégios particulares. O Colégio Nossa Senhora de Lourdes, onde Itala estudou, era um colégio confessional e a educação religiosa era a base da formação. No processo de escolarização, Itala e Quintina tiveram acesso aos estudos de Línguas Estrangeiras, Música e Trabalhos Manuais refinados.

Assim como o Colégio Inglês, onde Quintina foi aluna, ambos eram colégios freqüentados pela elite política e econômica do Estado. Apesar de funcionarem em períodos diferentes e em cidades diferentes, o currículo dos dois se aproximava, com ênfase no ensino literário, no desenvolvimento das habilidades manuais e na formação moral.

Mesmo com as aproximações institucionais e a composição curricular do processo de escolarização, cada uma viveu experiências muito distintas. Itala freqüentava a instituição como aluna interna, após a morte de sua mãe, e sua presença é muito pouco evidenciada no noticiário sobre o Colégio. Ao contrário de Quintina, que estudava ao lado de sua irmã e sua prima, como aluna externa, e sua mãe possuía condições de acompanhar o desenvolvimento escolar das filhas de perto, uma vez que também tinha sido escolarizada em Laranjeiras, no Colégio Nossa Senhora Sant'Anna. A visibilidade na imprensa de Laranjeiras e de Aracaju acerca de Quintina e suas

¹⁴⁸ Maiores informações consultar: Dantas (1999).

parentes foi evidenciada não apenas em relação ao Colégio Inglês, mas também em outras atividades sociais.

Quintina fez a instrução primária e secundária no mesmo colégio privado. Esta formação marcou a sua atuação posterior no Colégio Sant'Anna e na Escola Normal. Ela não buscou a realização de um curso superior: a necessidade de deixar o Estado para estudar e o fato de ter assumido a direção do Colégio, ainda muito jovem, podem ter influenciado sua decisão de permanecer em Aracaju. Ela recebeu a nomeação como professora catedrática da Escola Normal em 1911.

A escolarização secundária de Itala foi realizada no Colégio Atheneu Sergipense, ainda majoritariamente freqüentado por rapazes. Esta opção envolvia a perspectiva de tentar um curso superior posteriormente e possuir o título de Bacharel em Ciências e Letras, que lhe abriria novas possibilidades no mercado de trabalho. Nesta instituição, ela teve uma projeção maior, tendo sido escolhida inclusive como oradora da turma.

Itala ficou sete anos sem estudar, uma vez que se formou em 1914 no Atheneu e só ingressou na Faculdade de Medicina em 1921. Durante este período, se dedicou ao magistério, ao jornalismo, campanhas humanitárias e à Liga Sergipense contra o Analfabetismo. Seus artigos na imprensa causaram uma certa polêmica, principalmente uma coletânea (12 artigos) intitulada “Nos domínios da Instrução”, em 1916.

Maria Rita fez formação primária em um grupo escolar na cidade de Aracaju e o curso secundário no Atheneu. Sua formação foi toda realizada em escolas públicas, diferente das outras duas. Após a conclusão do secundário, Maria Rita esperou dois anos para se mudar para Salvador a fim de cursar Direito. Precisou trabalhar para manter-se em Salvador e arcar com os custos do curso realizado.

A mudança para Salvador e a formação superior em instituições tradicionais como a Faculdade de Medicina, no caso de Itala e a Faculdade de Direito, no caso de Maria Rita, foram marcantes em suas trajetórias. Tiveram durante a formação de nível superior poucas colegas do mesmo sexo, assim como no ensino secundário, e precisaram desenvolver estratégias e práticas para resistir ao preconceito em relação a sua presença e atuação neste processo. Retornaram para Aracaju, depois de formadas e foram para o Rio de Janeiro após alguns anos: Itala no final da década de 20 e Maria Rita, no final da década de 30. Na Capital da República se desenvolveram profissionalmente, conquistando postos e cargos de projeção local e nacional.

A experiência com o magistério fez com que as trajetórias destas três mulheres encontrasse um novo ponto de convergência. Assim como Quintina, Itala exerceu o magistério logo após concluir o ensino secundário. Maria Rita deu aulas enquanto cursava Direito e exerceu a advocacia juntamente com o magistério no Atheneu, em Aracaju, e depois no Rio de Janeiro. Como já foi comentado anteriormente, o magistério parecia ser uma estratégia, legítima e legitimada, de penetração nos espaços públicos para as mulheres neste período. Além de permitir uma certa autonomia financeira e distinção na sociedade.

A defesa da escolarização das mulheres, em todos os níveis e graus, foi um outro aspecto em que se observou uma certa aproximação entre as três, através de discursos, campanhas, artigos publicados em jornais e revistas, locais e nacionais, e mesmo através da atuação em instituições públicas e privadas de ensino, em associações filantrópicas e feministas. Quintina, Itala e Maria Rita não se furtaram, cada uma a seu modo, em lutar pela ampliação da educação feminina.

O capital de relações sociais, que foi acumulado ao longo de suas trajetórias escolares, tornou-se um dos fundamentos para o processo de inserção nos espaços públicos.

Desde o século XIX, algumas intelectuais sergipanas se manifestavam em prol da instrução feminina, como é o caso de Etelvina Amália de Siqueira (1862-1935)¹⁴⁹. Ela, em conjunto com a poetisa e professora Leonor Telles de Menezes e outros intelectuais criou, em 1919, a “Hora Literária General Calazans”, precursora da Academia Sergipana de Letras que foi fundada em 1929¹⁵⁰.

Contemporâneas de Quintina, Itala e Maria Rita, outras sergipanas também se projetaram na conquista de títulos superiores e na atuação pública em diversas associações. Destacam-se entre elas a farmacêutica Cesartina Régis (1890-1980), que se formou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1911¹⁵¹; a dentista Guiomar Calazans de Melo, que se formou na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1912 (Nunes 1984, p.256); e a professora Penélope Magalhães, que estudou nos Estados Unidos¹⁵².

¹⁴⁹ Para maiores informações consultar Pina (1994) e Freitas (2002b, p.157-168); Santos (1997); Lima (1998) e Freire (1988) em História).

¹⁵⁰ Mesmo se fazendo presente de forma atuante na “Hora Literária”, na criação da Academia Sergipana de Letra, as mulheres sergipanas somente conquistaram “a imortalidade”, em 1978, com o ingresso da professora, poetisa e escritora, Núbia Marques.

¹⁵¹ Para maiores informações consultar: Pina (1994).

¹⁵² Para maiores informações consultar: Nunes (1984, p.256)e Vilas-Bôas (2000).

A partir da conquista da escolarização ampliada, e da posse de títulos e diplomas reconhecidos e legitimados, Quintina, Itala e Maria Rita tiveram que enfrentar algumas resistências para o exercício profissional. Rompendo barreiras, conservando posições, construindo possibilidades, cada uma desenvolveu experiências significativas, que permitiram encontros e desencontros entre elas mesmas e a sociedade do seu tempo.

Comentando sobre as trajetórias das primeiras francesas a ocuparem espaços em algumas instituições superiores da França, Gardey (2000), destacou entre outros aspectos, a rigidez dos obstáculos sociais, culturais e morais frente a penetração feminina, dispensando a existência até mesmo de restrições regulamentares. As reflexões propostas pela autora, nos ajudam a pensar como a distinção pelo fato de terem sido pioneiras em alguns campos, se constituiu em um mecanismo de fortalecimento da exclusão :

Pionnières, elles sont les premières à franchir la porte de certains lieux – espaces jusqu'alors strictement masculins – qu'elles encombrant de leur présence insolite. Premières, elles sont donc souvent seules et longtemps rares. Elles sont, ici, les premières à obtenir le baccalauréat, puis à s'asseoir sur les bancs de la Sorbonne, là, les premières à pénétrer dans un laboratoire de physique ou de chimie, ailleurs, les premières à encombrer les amphithéâtre prestigieux des écoles d'ingénieurs ou à revêtir une autre robe pour apprendre puis plaider le droit. Tolérées puis admises dans des institutions masculines qui ont rarement pris la peine de se protéger formellement de leur présence, elles sont aussi propulsées, sous l'initiative de personnalités hors norms, dans des lieux créés pour elles. (...). Mais les expériences ne sont ni linéaires ni cumulatives: les difficultés talonnent les succès et les barrières succèdent aux obstacles à peine levés. Long est souvent le processus qui conduit de l'une aux autres, de l'exemple à la règle. (...) Hier comme aujourd'hui, il est alors frappant de constater combien, pour les femmes, la réitération prime sur le commencement, la répétition sur l'invention. (...) J'aimerais dire ici en quoi ces histoires passées me semblent riches d'enseignement pour comprendre aussi les situations présentes. Elles nous conduisent d'abord à réfléchir sur la longue durée des cycles historiques dans lesquels nous situons. Contrairement à certaines idées reçues, le démarrage de la présence féminine dans des cursus supérieurs ne s'inaugure pas au cours du second XXe siècle, mais s'inscrit à la fin du siècle dernier (...) On a donc affaire avec le paradoxe d'une histoire longue et non progressive qui oblige à l'examen plus détaillé des motifs, conditions, motivations des actrices et des acteurs de ces changements mais aussi des obstacles, oppositions, adversaires qu'ils rencontrent. Il est ainsi intéressant de noter que si les obstacles réglementaires ou légaux sont rares, ils s'ont en fait pas de nécessité, les obstacles sociaux, culturels ou moraux constituant des remparts suffisants. On compte finalement moins de vrais conflits que de multiples résistances, plus insidieuses qui témoignent de la force des préventions à l'égard de l'accès des femmes à la formation, à certains domaines du savoir (droit, sciences, techniques) ainsi qu'aux postes d'autorité et de commandement. Devant la longue durée des processus à l'œuvre, il semble que

c'est *in situ*, dans le récit de ces expériences singulières, locales et contingentes, et dans leur comparación, que les mécanismes durables de l'exclusion peuvent éter appréhendés. (GARDEY, 2000. pp.29-31)¹⁵³.

Em que medida as experiências vivenciadas por Quintina, Itala e Maria Rita, como pioneiras, podem ser úteis para nós, no início do século XXI?

Na atualidade, as mulheres sergipanas estão presentes em diversos campos de atuação, ocupando postos de relevância nos poderes Executivo, Legislativo e no Judiciário. Pela primeira vez, temos uma vice-governadora e as deputadas estaduais ocupam um terço do plenário da Assembléia. Na Universidade Federal de Sergipe e nas instituições privadas de ensino superior, elas ocupam a metade das vagas da maioria dos cursos, no mercado de trabalho ainda precisam conviver com as dificuldades de ascensão na carreira e com a luta pela igualdade salarial. Ontem como hoje, aquelas que se sobressaem ainda precisam enfrentar os mecanismos de exclusão e a rigidez dos padrões culturais.

¹⁵³ “(As) pioneiras são as primeiras a transpor a porta de certos lugares – espaços considerados até agora estritamente masculinos – que elas obstruem com sua presença insólita. (As) primeiras são muitas vezes sós e por muito tempo raras. Eles são, aqui (o texto se refere à França), as primeiras a obter o *baccalauréaut* (exame realizado no final do ensino médio, na França), em seguida a sentarem-se nos bancos da Sorbonne, e lá as primeiras a penetrar nos laboratórios de física ou de química, assim como, as primeiras a incomodar os anfiteatros prestigiados das escolas de engenheiros ou a revestir um outro vestido para estudar e em seguida defender os direitos. Toleradas são admitidas nas instituições masculinas, as quais raramente protegem formalmente suas presenças, elas são também impulsionadas como personalidades fora da norma, nestes lugares criados por elas (...) Mas as experiências não são nem lineares nem cumulativas: as dificuldades perseguem os sucessos e as barreiras sucedem aos obstáculos das sanções colocadas. (...) Ontem como hoje, é impressionante constatar a astúcia, para as mulheres, a reiteração primando sobre o começo, a repetição sobre a invenção.(...) Eu gostaria de dizer aqui em quais aspectos estas histórias passadas parecem-me ricas de ensinamentos para compreendermos as situações presentes. Elas nos conduzem, primeiramente, a refletir sobre a longa duração dos ciclos históricos nos quais nós nos situamos. Contrariamente, a determinadas idéias recebidas, o impulso da presença feminina nos cursos superiores não se inaugura no decorrer da segunda metade do século XX, mas se inscreve no fim do século passado. (...) Há um questionamento face ao paradoxo da história longa e não progressiva que obriga a um exame mais detalhado dos motivos, condições e motivações das atrizes e dos atores destas mudanças, mas também os obstáculos, oposições, adversários que eles recobrem. É interessante observar que se os obstáculos regulamentares e legais são raros, eles acabam não se constituindo em necessidades, (pois) os obstáculos sociais, culturais e morais constituem proteções suficientes. Conta-se finalmente menos de verdadeiros conflitos que de múltiplas resistências, mais insidiosas que testemunham a força das prevenções relativamente ao acesso das mulheres à formação, a certos domínios de saber (direito, ciências e técnicas) assim como aos postos de autoridade e de comando. Diante da longa duração do processo trabalhado, parece que é *in situ*, no relato destas experiências singulares, locais ou contingentes, e na sua comparação, que os mecanismos duráveis de exclusão podem ser apreendidos.” (GARDEY, 2000. pp.29-31) (tradução livre).

CAPÍTULO 4 - O EXERCÍCIO PROFISSIONAL: DESAFIOS E CONQUISTAS

O estudo da trajetória profissional de Quintina, Itala e Maria Rita possibilitou conhecer um pouco mais da inserção feminina na sociedade sergipana, assim como a maior ou menor resistência de algumas instituições à presença delas. A partir da documentação localizada e dos depoimentos coletados foram analisados os processos de inserção e desenvolvimento profissional até a sua aposentadoria. Em alguns momentos, evidenciaram-se rupturas e enfrentamentos na construção dos seus itinerários.

Nas primeiras três décadas do século XX em Sergipe e no Brasil foi observada a expansão das oportunidades educacionais para as mulheres. Como salientou Besse (1999) esta expansão aconteceu de forma diferenciada para cada grupo social:

(...) permitiu que uma pequena elite de mulheres alcançasse a auto-realização e a independência econômica por via da realização acadêmica e profissional; e sua visibilidade (se não seu grande número) serviu para demonstrar o “progresso” e a modernidade da nação brasileira. Mas a educação que a maioria das mulheres recebia era ajustada para manter suas aspirações sob controle. (...) A meta do sistema educacional não era fomentar a emancipação intelectual e econômica ou social feminina, mas mobilizar as mulheres para promover a saúde física, a prosperidade econômica nacional e a estabilidade social e política. (...) Como mediadora entre o velho e o novo, a educação feminina associava grandes doses de educação moral e disciplina social à instrução em conhecimentos e habilidades básicas. A tarefa atribuída à mulher era “civilizar”, “elear” e “redimir” o mundo, não transformá-lo (BESSE, 1999, p.141-142).

Portanto às mulheres, segundo Besse (1999), cabia civilizar, elevar, redimir; acompanhando o desenvolvimento do exercício profissional de cada uma delas, foi possível identificar como incorporaram estas “missões” e também como mobilizaram estratégias na perspectiva de construir algumas transformações. Neste sentido, não atuaram sozinhas, mas souberam, por intermédio da imprensa e da criação de associações, incorporar outras mulheres na luta por seus ideais e anseios.

A distribuição da população na passagem do século XIX para o século XX e as atividades profissionais desenvolvidas por homens e mulheres na década de 20 permitiram uma aproximação ao contexto da época em que Quintina, Itala e Maria Rita atuaram profissionalmente.

Observamos que a população feminina tanto no Estado como na Capital representava a maioria, no período de 1872 a 1920. A maior parte da população não sabia ler nem escrever e nem 10% dos sergipanos habitavam a capital em 1920. Percebemos também a diminuição da diferença entre aqueles que sabiam ler e escrever e os que não dominavam estas habilidades na cidade de Aracaju, no período analisado. Em 1872, os alfabetizados chegavam apenas a pouco mais de 10% e no ano de 1920 se aproximava de 50%.

Analisando o número de pessoas casadas, houve uma ligeira queda no período. Em 1872, em Sergipe, representava um pouco mais de 25%, em 1925, os casados não chegavam a este patamar. Em Aracaju, houve uma pequena alteração no período, tanto em 1872, como em 1920, os casados eram 25% da população.

Quadro VI
Principais dados demográficos do Estado de Sergipe e da cidade de Aracaju,
segundo os recenseamentos gerais, no período de 1872-1920.

ESPECIFICAÇÃO		ESTADO				ARACAJU			
		1872	1890	1900	1920	1872	1890	1900	1920
TOTAIS		234.643	310.926	356.264	477.064	9.559	16.336	21.132	37.440
Segundo o sexo	Homens	113.932	150.892	175.184	228.055	4.885	7.552	9.769	16.431
	Mulheres	120.711	160.034	181.080	249.009	4.674	8.784	11.363	21.009
Segundo o estado civil	Solteiros	157.981	217.163	244.623	344.670	6.558	12.336	-	25.725
	Casados	68.261	78.459	92.807	109.318	2.603	3.028	-	9.072
	Viúvos	8.401	15.304	18.834	23.076	398	972	-	2.643
Segundo o grau de instrução	Sabendo ler e escrever	29.134	31.683	88.029	79.635	1.860	3.591	-	16.782
	Não sabendo ler e escrever	147.109	279.243	268.235	397.429	7.699	12.745	-	20.658
Segundo as profissões	Produção, transformação, circulação e distribuição da riqueza	87.919	-	146.537	138.571	-	-	-	9.120
	Administração e profissões liberais	1.809	-	2.320	3.651	-	-	-	1.624
	Outras categorias	86.515	-	207.407	334.842	-	-	-	26.696

Fonte: Sinopse estatística do Estado de Sergipe, 1937. p. 27 e 28.

As atividades profissionais no quadro acima não apresentam a distribuição por sexo. A maior concentração dos trabalhadores foram classificados em “outras categorias”. Percebemos, no entanto, que quase 50% daqueles que exerciam cargos na administração e nas chamadas profissões liberais, em 1920, estavam em Aracaju. Porém, nem 10% dos trabalhadores envolvidos com a “produção, transformação, circulação e distribuição da riqueza”, se localizavam na capital.

O quadro a seguir possibilita uma melhor visibilidade da atuação de homens e mulheres, nos diferentes campos da economia, na capital e no Estado, no ano de 1920. Apesar da maioria dos trabalhadores ter sido classificada nas categorias: “diversos”, “sem profissão, e profissão não declarada”; foi possível perceber que as mulheres sergipanas eram a maioria daqueles que viviam “de rendas”, realizavam “trabalhos domésticos” e atuavam em “profissões mal definidas”. Elas também participavam menos nas ocupações vinculadas com a “administração e as profissões liberais”, e com a “produção da matéria prima” do que nas outras atividades.

Quadro VII
Distribuição da população do Estado de Sergipe e da cidade de Aracaju, segundo as áreas profissionais em 1920.

ESPECIFICAÇÃO			ESTADO	ARACAJU
Segundo o estado civil e o sexo	Solteiros	Homens	166.792	11.545
		Mulheres	177.657	14.179
	Casados	Homens	54.727	4.422
		Mulheres	54.591	4.650
	Viúvos	Homens	6.448	464
		Mulheres	16.628	2.179
	De estado civil ignorado	Homens	88	-
		Mulheres	133	01
Segundo a profissão e o sexo	Produção de matéria prima ^a	Homens	90.824	2.021
		Mulheres	14.040	341
	Transformação e emprego de matéria prima ^b	Homens	20.759	5.423
		Mulheres	12.948	1.335
	Administração e profissões liberais ^c	Homens	2.955	1.364
		Mulheres	696	260
	Diversos ^d	Homens	2.840	539
		Mulheres	5.392	1.081
	Sem profissão e profissão não declarada	Homens	110.677	7.084
		Mulheres	215.933	17.922

Fonte: Sinopse estatística do Estado de Sergipe, 1940. p. 13-17.

a – Produção de matéria prima: exploração do solo e extração de materiais minerais.

b – Transformação e emprego de matéria prima: indústrias, transportes e comércio.

c – Administração e profissões liberais: administração pública, administração particular e profissões liberais.

d – Diversos: pessoas que vivem de suas rendas, serviço doméstico e mal definidas.

Como ainda não possuímos estudos específicos sobre a história do trabalho feminino em Sergipe, fomos buscar algumas inspirações em outros Estados, para compreender algumas das relações identificadas. Constatamos que estatisticamente as mulheres sergipanas eram a maioria da população, desde o século XIX e trabalhavam. No entanto, nas atividades profissionais de maior visibilidade social e com maior chance de rentabilidade econômica, elas estavam representadas em menor número.

A maior parte dos estudos produzidos, que de alguma forma tratam, sobre aspectos da história do trabalho das mulheres brasileiras se referem a profissões específicas e períodos circunscritos¹⁵⁴. As pesquisas no campo da sociologia do trabalho e das relações de gênero, produzidas com maior intensidade, no Brasil, a partir do final da década de 1980, tem oferecido reflexões significativas que possibilitam uma releitura do processo de inserção feminina no mundo do trabalho¹⁵⁵.

Estes estudos também nos permitiram perceber como as relações vivenciadas atualmente são marcadas historicamente. Segundo Segnini (1995), refletindo sobre trabalho doméstico e as novas exigências do mercado, em termos de qualificação e polivalência no setor bancário, identificou como estes vínculos com passado, ainda estão tão presentes:

A mulher, historicamente e culturalmente tem adquirido essas qualificações sociais no espaço privado, notadamente no trabalho doméstico. Na empresa, essas habilidades tendem a se transformar em competência traduzida em índices elevados de produtividade. No contexto do trabalho polivalente as mulheres foram consideradas “campeãs de adaptabilidade”. (...) A conquista do espaço público do trabalho inserido num contexto altamente informatizado, tendo como estratégia um desempenho profissional em conformidade com as novas estratégias de racionalização do trabalho, que se traduz em produtividade elevada, revela uma nova especificidade no uso do trabalho feminino: vivenciar o espaço privado, as tarefas domésticas, passa a ser não mais um fato limitador para a mulher, mas sim um elemento qualificador, frente à possibilidade de ter adquirido socialmente habilidades requeridas para a realização do trabalho flexível. (SEGNINI, 1995, p. 304-305).

Podemos afirmar que as habilidades desenvolvidas na convivência com suas famílias e no interior dos espaços escolares foram significativas para a pluralidade de suas atuações. No Colégio de Quintina, a preparação para o casamento garantida às suas alunas incluía o aprendizado de trabalhos manuais. Alguns dos artigos publicados na Revista Renovação (editada por Maria Rita) valorizaram as atividades domésticas, principalmente a culinária e a organização da casa, em favor do bem-estar e da saúde dos filhos e do marido. Na tese de Itala, os preceitos da higiene e da ordem no espaço doméstico e no cuidado pessoal também foi ressaltado.

¹⁵⁴ Neste sentido, entre outros estudos, encontramos: o trabalho realizado pela Profa. Dra. Margareth Rago e as prostitutas na Primeira República, em Rago (1985;1991); o estudo de Louro (1997), Branco (1996), Reis (1993), Demartini (2002), Campos (2002), Freitas (2002) sobre professoras nas primeiras décadas do século XX; Telles (1997), Siqueira (1995) e De Luca (1999) sobre as mulheres escritoras; Elizabeth Juliska Rago (2000) sobre as médicas; sobre as mulheres operárias, Rago (1997); Pena (1981) e Ribeiro (1988).

¹⁵⁵ Entre outros estudos podemos citar: Kartchevsky-Bulport (1986); Souza-Lobo (1991); Segnini (1998); Rocha (2000); Bruschini e Lombardi (2000); Hirata (2002); Maruani e Hirata (2003).

Para analisarmos o exercício profissional de Quintina, Itala e Maria Rita foi importante recuperar aspectos da sociedade sergipana e de algumas instituições, principalmente aquelas nas quais as três sergipanas atuaram mais de perto. O magistério e a imprensa foram dois campos nos quais as três atuaram de forma direta ou indireta. As atividades de filantropia e de benemerência também reuniram as três em momentos diversos.

Michelle Perrot (1998) ao analisar a presença das mulheres francesas nos espaços públicos, destacou o papel da imprensa e dos meios de comunicação acerca da possibilidade de subversão das fronteiras cada vez mais permeáveis entre o espaço público e o privado:

Uma mulher, na intimidade do seu quarto, pode escrever um livro ou um artigo de jornal que a introduzirão no espaço público. É por isso que a escritura, suscetível de uma prática domiciliar (assim como a pintura), é uma das primeiras conquistas femininas, e também uma das que provocaram mais resistência (...). Certos limites se deslocam mais do que outros. Certas zonas resistem mais do que outras (PERROT, 1998:10-11).

Esta perspectiva da dificuldade do deslocamento de certos limites e da resistência à ocupação feminina dos espaços públicos oferecem pistas para perceber as barreiras enfrentadas por Quintina, Itala e Maria Rita em determinados espaços, em um período em que a sociedade sergipana estava acostumada a ver as mulheres da elite e das camadas médias ainda no interior dos seus lares, ou quando muito exercendo atividades ligadas à educação e à saúde, como professoras e enfermeiras. Encontrar uma deputada, uma médica e uma advogada atuando na imprensa e nas associações intelectuais causava um certo estranhamento e muita suspeição.

Ao descrever Sergipe nas primeiras décadas do século XX Ibarê Dantas (1983) salientou:

Tratando-se de um Estado ainda predominantemente rural, com um índice de urbanização e industrialização muito baixo, mal saído de um regime em que os proprietários rurais e patrões de modo geral consideravam a sua autoridade como absoluta, permeado de valores tradicionais, entre os quais o paternalismo exacerbado, de respeito aos elementos considerados fundamentais: a família, a propriedade, a religião, quaisquer mudança neste sistema de crenças haveria de encontrar resistência de todos os lados (DANTAS, 1983. p.104).

O trabalho das mulheres das camadas menos favorecidas, nas primeiras décadas do século XX, era aceito socialmente como necessário e inerente à sua condição. No entanto, às mulheres escolarizadas, o exercício profissional era encarado como prejudicial à manutenção da unidade familiar e da educação dos filhos. (RAGO,1997)

A construção dos itinerários profissionais de Quintina, Itala e Maria Rita foi realizada a partir de documentos institucionais (atas, relatórios, portarias, nomeações, teses), de depoimentos de colegas de trabalho, ex-alunas, ou de seus contemporâneos, da imprensa e de registros pessoais entre outros. A aparente linearidade, tendo em vista o encadeamento temporal adotado, a partir da perspectiva cronológica, em alguns momentos parece camuflar os conflitos e as dificuldades existentes no momento da vida de cada uma. Como não foi possível entrevistá-las pessoalmente existem lacunas e silêncios que não puderam ser esclarecidos com os documentos localizados. No entanto, é possível inferir que as três sergipanas citadas enfrentaram estereótipos e preconceitos que marcaram suas trajetórias e opções de vida.

Ressalta-se que apesar de serem mulheres que ocuparam pioneiramente o exercício de profissões liberais e um mandato eletivo, no caso de Quintina, foi constatado um certo silenciamento em torno de suas trajetórias. No Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), onde Itala e Maria Rita foram sócias não há nenhuma referência sobre elas, com exceção da Revista do IHGS. No Museu Médico de Sergipe, não consta nenhuma homenagem a Itala. Na Assembléia Legislativa de Sergipe não foi encontrada nenhuma evidência do mandato de Quintina, que foi não apenas a primeira deputada, mas a única sergipana a participar de uma Constituinte.

Ao buscar reconstruir a memória em torno destas três mulheres públicas sergipanas, foi possível perceber como apontou Suely Kofes (2001) que as lembranças e os esquecimentos em torno dos sujeitos é um processo resultado de três pressupostos:

1. Não narrar alguém ou algo é um mecanismo eficaz de instituí-los como mortos;
2. A memória se constrói no jogo entre lembranças e esquecimentos e, no plano dos agentes, no embate entre o que é lembrado e o que é esquecido, entre o narrável e o inarrável;
3. a presença de embates políticos, permeando a constituição das narrativas e permeando a lembrança e o esquecimento. (KOFES, 2001, p.12)

O silenciamento relativo em torno das trajetórias de Quintina, Maria Rita e Itala pode ser compreendido como resultado de muitos embates enfrentados por elas e por muitas gerações de mulheres pioneiras. Cada uma a seu modo deixou suas marcas na sociedade sergipana e nas lembranças de seus familiares e contemporâneos, como se constatou através dos depoimentos colhidos. Verificou-se a vinculação entre a escolarização vivenciada por cada uma delas e o processo de ingresso no exercício profissional.

Quintina Diniz: do magistério à Assembléia Legislativa

Quintina de Oliveira Diniz ao concluir o ensino secundário no Colégio Inglês, em Laranjeiras, foi convidada para lecionar no Colégio Nossa Senhora Sant'Anna¹⁵⁶. Este estabelecimento de ensino foi fundado em 1848 pela Professora Possidônia Maria Santa Cruz de Bragança, em Laranjeiras. Em 1898, Quintina assumiu a direção do referido Colégio, onde juntamente com sua mãe, irmãs, primas e sobrinhas, se responsabilizou pela educação das jovens da elite sergipana. Em 1906, ela e sua família transferiram o Colégio Sant'Anna para Aracaju.

Em 1911, Quintina foi nomeada pelo então Presidente do Estado, o General Siqueira de Menezes, para a cadeira de Pedagogia na Escola Normal¹⁵⁷. A partir de então ela começou a se dividir entre o Colégio e a Escola Normal. Em outubro de 1916, tornou-se membro da Liga Sergipense contra o Analfabetismo¹⁵⁸.

Os jornais diários de Aracaju publicavam, não apenas os anúncios acerca do início do ano letivo, como também o aniversário de Quintina e o registro minucioso das festas e exposições de final de ano. Estas comemorações em geral eram realizadas durante dois ou três dias e contavam além dos exames de cada disciplina, de recital de música e poesias, assim como de apresentação de trechos dramáticos e de uma exposição dos trabalhos manuais. A direção do Colégio apareceu em diversos momentos sendo compartilhada por Quintina com outra pessoa de sua família, em 1907 e 1908, Alice Diniz. Em 1915, foi exercida por Sylvia de Oliveira Ribeiro, sobrinha de Quintina Diniz e também professora da Escola Normal.

Dois anúncios de momentos distintos do Colégio Sant'Anna mostraram que ele passou a oferecer também pensionato para jovens além dos cursos primário e secundário:

Collegio N.S. Sant'Anna – A Directora deste Collegio, Quintina de Oliveira Diniz, comunica aos Senhores Paes de família que no dia 3 de fevereiro próximo, reabrir-se-hão-as aulas deste estabelecimento e como sempre envidará todos os esforços para o bom aproveitamento moral e intelectual das alumnas confiadas a seu zelo

¹⁵⁹

¹⁵⁶ Sobre o Colégio Sant'Anna consultar: Nunes (1984); Pina (1994; 1990); Silva (1920); Freitas (2002a).

¹⁵⁷ Neste mesmo ano foi inaugurado o prédio construído para abrigar definitivamente a Escola Normal. Com arquitetura diferenciada, o estabelecimento recebeu também carteiras importadas dos Estados Unidos e equipamentos modernos para os laboratórios. A Escola Normal funcionou neste prédio até a metade da década de 50. Cf. Freitas (1995).

¹⁵⁸ Cf. Diário da Manhã, 22 de outubro de 1916. Ano IV. N.1623. p.2. col. 2,3 e 4.

¹⁵⁹ Correio de Aracaju, Sergipe, 16 de janeiro de 1908. Ano III, n.123, p.3, col.5. Seção de Anúncios. Este mesmo anúncio foi publicado em números subseqüentes, durante os meses de janeiro e fevereiro de 1908.

Situado à Avenida Barão do Rio Branco¹⁶⁰, em prédio vasto e com todas as condições hygienicas, este conhecido estabelecimento de educação, fundado em 1898, reabrirá as suas aulas a 3 de fevereiro próximo sendo, como sempre professores esforçados e reconhecidamente idôneos. Recebe pensionistas para cursarem a Escola Normal. A Directora. Sylvia de Oliveira Ribeiro¹⁶¹.

A partir do noticiário sobre as festas escolares¹⁶² do estabelecimento de ensino, no período de 1907 e 1908, foi possível recuperar algumas referências dos alunos matriculados. Apesar dos anúncios do Colégio Sant'Anna indicarem ser este um estabelecimento de educação feminina, nestes dois anos citados verificou-se a existência de meninos, sendo argüidos no final do ano letivo. Muitas famílias matriculavam mais de uma filha ou filho, no citado estabelecimento.

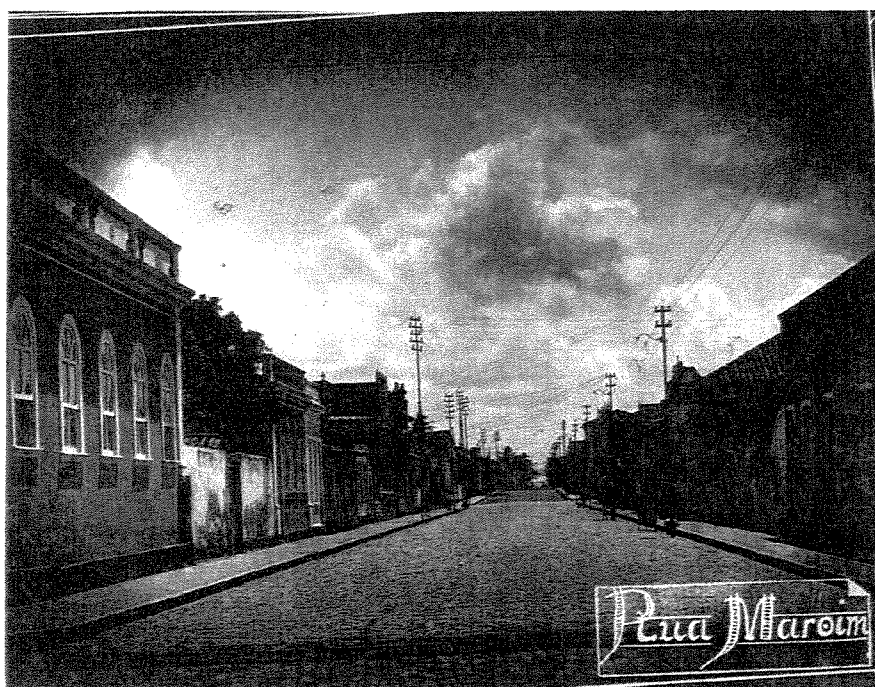


Foto 18 - Rua Maroim, Aracaju. Fonte: Memorial de Sergipe. Coleção Rosa Faria. Seção Iconográfica. s/d. Autoria não identificada.

Em novembro de 1907, realizaram os exames no Colégio, Maria Dulce Telles de Menezes Célia Cabral, Maria Espinheira Montalvão, Noemia França, Lavinia de Oliveira Ribeiro, Maria

¹⁶⁰ O Colégio Sant'Anna funcionou neste endereço por um período curto. No início da década de 1920 ele foi instalado na Rua de Maroim, 224 esta foi a sua localização até ser fechado, em 1941.

¹⁶¹ Diário da Manhã. Quinta-feira, 14 de janeiro de 1915. Ano IV, n.1.120.p.3.col.1

¹⁶² A imprensa sergipana, na primeira década do século XX, além de destacar a atuação de Quintina Diniz e do Colégio Sant'Anna, divulgou também duas outras instituições, o Colégio Nossa Senhora de Lourdes, mantido pelas Irmãs Sacramentinas e o Colégio Boa Esperança, dirigido por Mariana Braga. Esta última foi aluna do Colégio Inglês em Laranjeiras e também era professora na Escola Normal. Sobre estes dois outros colégios, verificar: Freitas (2002a).

Dagmar de Jesus, Maria Bonfim Lima, Carmen dos Santos, Arabela Bonfim Lima, Maria Amélia Barros, Djalma dos Santos e Arivaldo Coelho Machado, Aluizio da Costa Barros, Dalila Barreto, Esther Espinheira, Jovina Bonfim Lima, Renato Coelho Machado, Emilia Bonfim Lima e Jacy dos Santos. A comissão de examinadores foi composta pelo Desembargador Homero d'Oliveira, Álvaro Telles, D. Elisa Diniz, Professor Brício Cardoso, Professor Manuel Francisco de Oliveira e Professora Leonor Telles. Os alunos estavam divididos em cinco classes, incluindo uma classe infantil, e o resultado da avaliação foi expresso nos seguintes níveis de aproveitamento: distinção e louvor, distinção e plenamente. Os conhecimentos avaliados foram: Português, Francês, Geografia, Aritmética, Lições de Cousas, Noções de Pedagogia, História Pátria e Ciências Físicas e Naturais

163.

Nas atividades artísticas e culturais realizadas após os exames, com a apresentação de recitais de piano, poesia e peças dramáticas, os meninos não foram citados. No final do noticiário a Diretora recebeu elogios do redator¹⁶⁴:

(...) enviando á D. Quintina Diniz uma corôa civica formada pelas perolas de nossa admiração. D. Quintina é uma profesora que se destingue e destaca pela competencia pedagogica, delicadeza de methodo e amenidade de maneiras com que pacientemente infiltra as luzes de suas lições nas intelligencias das creanças e o perfume de suas virtudes nos corações dos pequenos anjos que cercão a sua cadeira magistral. A familia sergipana deve muito reconhecimento a tão digna e nobre senhora ¹⁶⁵.

No mesmo jornal, alguns dias mais tarde, um outro registro sobre a mesma festa ressaltou a presença de uma aluna surda, fato que diferenciava o estabelecimento. A atuação das diretoras, Alice e Quintina Diniz, e do corpo docente, foram destacadas:

Sob a direcção provecta das festejadas Directoras D.D. Quintina e Alice Diniz Gonçalves, é este um estabelecimentos de educação de primeira ordem, entre nós, especialmente dedicado ao sexo feminino. Conta as victorias alcançadas na ardua missão de preparar e cultivar o espirito da mulher sergipana pelo numero de annos, já longo, de sua existencia util e fecunda. Uma dessas victorias não menos brilhante que as outras acaba de alcançar, com as provas exhibidas pelas suas alumnas nas differentes materias que constituem o curso de tão util quão digno instituto de ensino. As alumnas que foram arguidas sobre Portuguez, Arithmetica, Francez, Geographia, Sciencias Physicas e Naturaes, Pedagogia e Historia do Brazil receberam distinctas aprovações. Foi esta a primeira parte do programma da alludida festa concluida a

¹⁶³ Correio de Aracaju. Collegio N.S. Sant'Anna. 1 de dezembro de 1907. Ano II, n.111, p.2, col.5.

¹⁶⁴ Não foi possível identificar a autoria do registro da festa realizada no Colégio. Em geral, os artigos que tratavam das festas escolares não eram assinados.

¹⁶⁵ Correio de Aracaju. Collegio N.S. Sant'Anna. 1 de dezembro de 1907. Ano II, n.111, p.2, col.5.

qual passou-se a segunda, uma verdadeira sessão de letras e de arte, onde as alumnas manifestaram, um desenvolvimento de espirito, admiravel para as suas idades, e conhecimentos sobre a musica até a perfeição, sob direcção do conhecido maestro Antonio Martins, sendo digno de nota e merecendo especial menção, a maneira porque uma das alumnas surda Euryce de Carvalho desempenhou ao piano difficeis trechos de musica classica, esforço intelligente das directoras do Collegio, por esse facto que nos parece único entre os estabelecimentos de ensino entre nós, a surda-muda tem por mestra a D. Petrina Ribeiro, auxiliar na parte artistica do estabelecimento. (...) As directoras do Collegio Sant'Anna devem estar satisfeitas com o triumpho final, que acaba de coroar os seus esforços, a sua dedicação sem limites a cauza da Instrucção de suas jovens patricias. Ardua é sem duvida a missão, por isso mesmo é gloriosa a victoria alcançada. Podemos afirmar que o Collegio de N.S. Sant'Anna, honra o Estado de Sergipe que se orgulha, aliás, de seus triumphos na esphera intellectual do Paiz, e bem merece o carinho de todos os chefes de familia que se consagraram a educação de suas estremecidas filhinhas. Daqui enviamos às dignas Directoras do Collegio N.S. Sant'Anna as nossas mais sinceras felicitações e, com ellas, os nossos mais sinceros applausos ¹⁶⁶.

O noticiário sobre a festa realizada por ocasião dos exames dos alunos no final de 1908, não registrou o nome dos jovens da família Coelho Machado. O único menino que apareceu citado foi Oscar Ribeiro Monteiro, e como os demais, nas apresentações artísticas e musicais não foi feita referência sobre a sua atuação. Além das alunas já citadas foram argüidas, Maria Augusta Coelho Machado, Maria de Araújo Chagas, Hilda Costapinto, Dorvelina Vieira de Mello, Maria Vieira de Mello, Beatriz Felizola, Else Fernandes Sobral, Adalgisa Vieira de Mello. Neste ano atuaram como examinadores os professores Alcebiades Paes, Moreira Magalhães e Manoel de Oliveira. O Diretor do Atheneu foi o presidente da banca examinadora. Os exames dos alunos versaram sobre os conteúdos das seguintes disciplinas: Português, Aritmética, Geografia, História do Brasil e Francês¹⁶⁷.

Os sobrenomes das alunas indicam o pertencimento da maioria delas às famílias privilegiadas de Sergipe. Alguns pais eram donos de engenho, outros possuíam empresas comerciais, outras jovens pertenciam a famílias que possuíam intelectuais renomados, outras eram filhas de pais que ocupavam cargos significativos na administração pública, como a filha do Diretor do Atheneu Sergipense.

As ex-alunas de Quintina Diniz, lembraram aspectos da convivência com a professora no Colégio e na Escola Normal, e a influência que ela exerceu no processo de formação que tiveram. A

¹⁶⁶ Correio de Aracaju, Sergipe, 5 de dezembro de 1907. Ano II, n.112, p.2, col.2-3. O destaque no texto através de trechos sublinhados foi realizado pela autora da tese. A partir desta citação esta estratégia será adotada para ressaltar aspectos mais relevantes das citações mais longas. (Grifos nossos)

¹⁶⁷ Correio de Aracaju, Sergipe, 2 de dezembro de 1908. Ano III, n.213, p.2, col.3.

professora, escritora e poetisa Ofenísia Freire foi aluna e pensionista do Colégio Sant'Anna, no período de 1925 a 1930. Contou como aconteceu seu encaminhamento para a Escola Normal, a partir da intervenção de Quintina Diniz:

(...) naquele tempo exigia-se a idade de quatorze anos... não sei se foi erro, ou se foi certo, que a Diretora do Colégio que era uma grande senhora, Dona Quintina Diniz, onde eu era interna no Colégio Sant'Anna, na rua de Maruim. Ela disse: 'Esta menina ela já está pronta demais! Não tenho mais o que ensinar no curso primário! Ela precisa ir para a escola normal!' Pois aqui, naquele tempo, não se recomendavam muito aquelas que fossem estudar no Colégio (Atheneu), não chamava-se Estadual, mas que seria depois o Colégio Estadual... E sim no colégio das moças! No colégio das normalistas! Ela então disse assim: 'Ela precisa era ter idade, porque na Escola Normal só se entrava com 14 anos!' Então meu pai, providenciou um atestado, de idade com mais 3 anos para mim... minha idade oficial é uma não é... então eu entrei com 11 anos na Escola Normal e sai com 16 anos... porque naquele tempo eram cinco anos de Escola Normal ¹⁶⁸!

O controle sobre as pensionistas era semelhante àquele sobre as alunas internas. As jovens pensionistas só deixavam o Colégio para irem à Escola Normal ou para participarem da missa aos domingos, mas sempre acompanhadas por uma das professoras. Na Escola Normal, algumas professoras que atuavam no Colégio também ministravam aulas:

(...) eu passei cinco anos, interna neste colégio... pela manhã, havia a professora de lá do colégio (Sant'Anna) onde eu havia terminado o curso primário, como eu lhe disse, a professora disse não tem mais... Essa professora acompanhava, Dona Lavínia, acompanhava as alunas que iam para a escola normal, ela levava o grupinho de alunas, até lá a porta depois voltava, nós íamos acompanhadas pela professora... (risos) nós só saímos do colégio para ir as aulas, de maneira que de tarde era para se dedicar ao estudo das aulas do dia seguinte... e de noite não se saía não, ia deitar mesmo, era hora de tocar sineta para ir deitar... e de manhã, levantava, tomava banho, e ia para Escola Normal... (...) dia de missa, dia de domingo, vestia a roupa bem passada a ferro e ia para a missa na Catedral! Pronto, também com acompanhante, com a professora... ¹⁶⁹

As pensionistas recebiam também aulas particulares específicas no Colégio. Ofenísia Freire, conforme o desejo expresso do pai à Quintina Diniz, estudou Piano, Francês, Desenho, Pintura, Declamação e Datilografia, diversificando sua formação. Diferente de seus irmãos que foram depois estudar em outros estados, Ofenísia continuou em Sergipe:

¹⁶⁸ Cf. Depoimento concedido por Ofenísia Freire em 1992, em Aracaju. Esta prática de alteração do registro de nascimento para atender as exigências da matrícula nos estabelecimentos de ensino era comum nas primeiras décadas do século XX, maiores informações sobre este processo verificar Freitas (1995).

¹⁶⁹ Cf. Depoimento concedido por Ofenísia Freire em 1992, em Aracaju.

Além de estudar na escola normal, eu fiz curso de datilografia! (...) Estudei piano e estudei também pintura, fazia aqueles abajures, quadros (...) aprendi de tudo, porque meu pai dizia assim, meu pai era senhor de engenho, mas um homem que queria ver assim, os filhos formados¹⁷⁰ meu irmão mais velho que já morreu era médico, o outro se formou em engenharia no Rio de Janeiro, não chegou a seguir a carreira, ficou doente, mas ele queria que os filhos estudassem. Ele disse a diretora (d. Quintina): 'Quero que ensine a minha filha tudo que ela tiver aqui para ela estudar!' Então eu estudei! Além de estudar o francês da escola normal, eu estudei particular lá no Colégio, francês também! E elas ensinavam a declamar, empiricamente, porque não eram professoras de declamação, mas tinham uma noção. Eu estudei pintura e desenho¹⁷¹!

Mesmo com o tratamento familiar dispensado à Diretora e professoras do Colégio, o controle e a rigidez próprios do espaço escolar naquele período permaneciam. Os passos e os atos das alunas e pensionistas eram acompanhados de perto. Apesar de terem sido estimuladas a estabelecer uma relação de proximidade com a direção do Colégio e seus familiares, a tentativa de burlar os limites da vigilância não passava despercebida:

Nesse Colégio, para maior comodidade as alunas chamavam a Dona Quintina, de Tia Quintina... Tia Quintina, Tia Georgina... hoje que muita gente não goste que chame de tia, mas lá era... Tia Quintina, Tia Georgina... Minha avó Petrina, que era a mãe dela! Já velhinha... minha avó Petrina, todo mundo tratava ela assim... Ela era delicadíssima com as alunas... (...) mesmo porque, nosso regime, embora eu no momento, não achasse que fosse rígido, mas era rígido! Era rígido mesmo, a professora ia levar... na hora de ir buscar... era de duas em duas, a professora atrás, ia para o Colégio, pronto, entrava fechou o portão... a gente não sentia porque ficava ali todo mundo brincando, e tal não sentia muito aquilo, por causa da convivência dentro, mas era um pouco rígido... não se sabia notícia de fora, hoje eu acho errado certas coisas, não se lia um jornal!... não se tinha nada... era somente aquele tempo dedicado para os estudos! Uma vez, eu e outras do colégio, saímos da Escola Normal, e entramos numa rua lateral, que é a Rua de Propriá, onde havia um retratista, Barreto, aí nós entramos para tirar nosso retrato, retrato pequeno... Tiramos o retrato, mas aquilo era como se tivesse fazendo uma coisa proibida, né... tiramos aquele retrato... passado uns dias... a diretora do Colégio, Dona Quintina, nos convocou para uma reunião no quarto dela, não foi nem na sala, foi no quarto! E quando nós chegamos lá no quarto, estava lá, na mesa dela, o nosso retrato, quando nós entramos vimos lá, os retratos, para mostrar que tinha descoberto o mal-feito! Ora, ir ali tirar um retrato... Para você ver o que era a época... . jamais poderíamos ter feito, sair da Escola Normal e ir para o recinto de um retratista... não podia fazer nada¹⁷² ! ”

¹⁷⁰ Cf. Depoimento de Ofenísia Freire seus irmãos estudaram neste mesmo período internos no Colégio Salesiano.

¹⁷¹ Cf. Depoimento concedido por Ofenísia Freire em 1992, em Aracaju.

¹⁷² Cf. Depoimento concedido por Ofenísia Freire em 1992, em Aracaju.

O número de alunas com o passar do tempo foi diminuindo. E em 1920 eram 120 alunas. O controle das alunas e pensionistas era exercido pela presença constante de professores e parentes de Quintina Diniz, mesmo no quarto de dormir. A leitura de romances era permitida, mas os momentos de lazer eram restritos:

Mas era assim, umas trinta, quarenta, cinqüenta... por aí assim... Trinta alunas... de forma que dava uma boa convivência, de noite tocava o sino nove horas, subia as escadas e iam dormir tudo lá no sótão! Acho que era assim quinze filas, talvez umas quarenta alunas... e ali mesmo, no mesmo sótão dormia Dona Lavínia e Dona Petrina eram sobrinhas da Tia Quintina... era uma família que tomava conta do Colégio... (silêncio) Se, ficávamos lendo... se tivesse que ler qualquer coisa, ficava lendo, até que ela viesse dizer: 'Minha filha, é hora de dormir!' O tratamento era assim, familiar... (silêncio) Hoje eu já não me ligo tanto em romance... mas eu gostava demais! Acompanhar o enredo, aquela vida, me fascinava! Mas eu perdia, às vezes, até noite! No colégio não dava! Mas se fosse dia de domingo, eu ficava lendo tal e tal... aí Tia Quintina ia na rouparia e dizia: 'Não, é hora de ir para janelas!' A distração da gente era essa! Quando chegava quatro horas em dia de domingo, ia todo mundo para se debruçar na janela do pátio, e ficar olhando a rua ¹⁷³!

O Professor José Augusto da Rocha Lima foi colega de Quintina Diniz na Escola Normal e ressaltou em um artigo publicado na década de 50, aspectos do cotidiano no Colégio, salientando o papel de mestra-mãe desempenhado por ela:

Que pena foi ter desaparecido o Colégio Santana! Há colégios que se parecem a batalhões, outros que lembram conventos: o Colégio Senhora Santana era uma família, um prolongamento do lar, onde as meninas e as jovens, num ambiente sadio, continuavam a vida do lar, preparando-se para a vida do lar e integrando-se na vida do lar! Nem caserna, nem cenóbio, mas doce lar, eis o que era o Colégio Senhora Santana. O mestre não era sargento, nem anacoreta, mas a figura paterna cheia de amor e de afeto. Mais uma vez repito, a educação era uma amizade e o mestre tudo podia fazer, porque amava. Também naqueles tempos, a legislação não enquadrava, como hoje, os colégios entre os estabelecimentos comerciais, nem nós, os professores, éramos computados como comerciantes ou comerciários! (...) O tempora, o mores! Quintina Diniz, a mestra perfeita, se soube equilibrar seus orçamentos, não soube enriquecer: acumulou amor, gratidão nas almas de suas alunas; não acumulou nem teres nem haveres... Sergipe inteiro, ainda se recorda: as meninas do Colégio Senhora Santana, a flor da família sergipana que para lá confluía, meigas e gentis, recolhiam as virtudes e os ensinamentos que ali ministravam e como flores dolorosas e puras, trescalavam o perfume de todas aquelas prendas de inteligências e coração que moravam à sombra da casa benfadaça. Ali não imperava o tético, silêncio fechado de certos educandários, nem o rigor apavorante que por vezes me parece estar estragando e estiolando a mentalidade das modernas gerações. Ali efusava a alegria: recitava-se, cantava-se, dançava-se, brincava-se, tudo isso dentro da vigilância necessária porém nunca

¹⁷³ Cf. Depoimento concedido por Ofenísia Freire em 1992, em Aracaju.

aflitava. Que pena tivesse desaparecido com seu belo espírito o Colégio Senhora Santana! Quando ocorria a festa da padroeira, novenas festivas e risonhas ali se celebravam com encanto e arte, com petiscos saborosos e farta distribuições de presentinhos aos convidados. Era tudo satisfação, pureza, confiança e alegria! Sorridente, Quintina Diniz, a melhor das mães que não teve filhos, a doce mestra, presidia às festividades, a todos agradava, para todos tinha palavras de bondade... Provei de sua estima, fui magno para em tudo isso que descrevi, estava sempre presente aos exames. E em torno dêsse nome tutelar divisavam-se outras figuras de igual bondade, pertencente à mesma família: Georgia, Elisa, Judith, Lavinia, Iaiazinha, Lilita... (LIMA, 1954, p.3. Grifos nossos)

O espaço escolar como prolongamento do lar, afirmação recorrente nos depoimentos e artigos produzidos sobre o Colégio Sant'Anna, indicam entre outros aspectos, que o controle e a vigilância estabelecidas no ambiente doméstico e no espaço escolar em torno das jovens da elite sergipana, encontravam-se relacionados. Exemplificando um dos aspectos desta relação era o fato de que em casa ou na escola elas, geralmente, não saíam desacompanhadas pelas ruas da cidade.

A maternidade construída socialmente como função inerente das mulheres acabava sendo atribuída de forma aleatória, gerando ambigüidade como esta presente no discurso do Prof. José Augusto da Rocha Lima ao referir-se à Quintina, como “a melhor das mães que não teve filhos”. A professora-mãe, mesmo solteira, era a encarnação do ideal feminino, pois desempenhava com dedicação as tarefas de “elevar, civilizar e redimir o mundo” (BESSE, 1999, p.141-142).

No Colégio Sant'Anna as alunas eram preparadas para as atividades relacionadas com as tarefas domésticas, cientes de sua missão como futuras esposas e mães exemplares. Dominavam habilidades artísticas, manuais e musicais, e línguas estrangeiras na tentativa de se aproximarem do ideal de “moça prendada”.

Uma outra ex-aluna do Colégio, a poetisa Ana Leonor, destacou a postura e os conhecimentos da Professora Quintina Diniz:

Eu estudei no Colégio de Quintina (...) pouco tempo, era aluna externa. Ela era uma grande pessoa... educadora nata! E uma grande sergipana... elevou muito o nível do professorado daqui! E o nível de conhecimentos também! Ela tinha bons conhecimentos... ela não saiu daqui nunca, mas você sabe, para aprender não precisa sair, basta ler, não é... (...) O Colégio era pago, era um Colégio bom. (...) Ela era muito respeitada! Acho que jamais ela recebeu a menor afronta de ninguém, porque ninguém tinha coragem! Mesmo que tivesse razão, não tinha coragem ¹⁷⁴!

¹⁷⁴ Depoimento concedido por Ana Leonor Fontes, em Aracaju, em 29 de março de 2002, p.1.

As alunas da Escola Normal também rememoraram aspectos da convivência com Quintina Diniz. A veneração, o respeito, o conhecimento e a amizade, permearam estas lembranças:

(...) e ouvindo a voz grave e serena de nossa veneranda Mestra de Pedagogia do Ensino, que olhava a nós, através do pince-nez com a ternura e a precisão de uma educadora. (Professora Leyda Régis, formou-se em 1920).

Tínhamos também Dona Quintina Diniz que era de Pedagogia e Psicologia, era aquela maravilha de professora, sabe!? Aquilo era assim, era uma pessoa que até a aparência dela... não sabe!? (Professora Eulina Lina de Araújo Fontes, formou-se em 1933).

Dona Quintina, professora da Escola Normal chegou a ser deputada¹⁷⁵ aqui, foi um caso extra, porque as mulheres, já naquele tempo, tinham o direito de votar, mas, os homens não gostavam disso, especialmente uma mulher, uma moça culta como ela era, mas ela foi e teve o mandato completo e trabalhou muito bem na Assembléia Legislativa... (Professora Claudemira Saturnino dos Santos, formou-se em 1933¹⁷⁶).

Foi minha professora e minha amiga... Era uma professora boa e muito amiga dos alunos, foi minha professora e eu queria muito bem a ela. (Professora Áurea Zamor de Melo¹⁷⁷).

Na Escola Normal, além da atuação como docente, Quintina participou da Comissão Organizadora do I Congresso dos Professores Primários de Sergipe, realizado em janeiro de 1926. Os componentes envolvidos na organização do evento eram catedráticos da Escola Normal e do Atheneu. As atas das reuniões preparatórias desse evento foram publicadas no Diário Oficial do Estado em 1925¹⁷⁸. O central foi a relação entre a escola primária e o ensino profissional¹⁷⁹. Esta foi uma das inovações implantadas pelo então Diretor da Instrução Pública e também Diretor da Escola Normal, Prof. Abdias Bezerra, após sua visita a São Paulo, na tentativa de acelerar e modernizar a educação em Sergipe (FIGUEIREDO, 1989, p.44).

No início de março de 1930, a mãe de Quintina Diniz faleceu. O velório aconteceu no Colégio Sant'Anna e o enterro foi acompanhado por familiares e autoridades locais, mobilizando

¹⁷⁵ O processo de eleição e o mandato na Assembléia Estadual Constituinte serão analisados no próximo capítulo.

¹⁷⁶ As entrevistas com as professoras Leyda Régis, Eulina Lina de Araújo Fontes e Claudemira Saturnino dos Santos foram concedidas em 1992.

¹⁷⁷ Entrevista concedida em 20 de março de 2002, em Aracaju.

¹⁷⁸ Cf. Diário Oficial do Estado de Sergipe. Aracaju, 1 de setembro de 1925.pp.5824-5825. "Segundo a acta da segunda reunião preparatória do I Congresso dos Professores Primários, compareceram à reunião Quintina Diniz, Maria Amelia Fontes, Leonor Telles de Menezes, Sirena do Prado e Silva, Manoel José dos Santos Mello, Arthur Fortes, Helvécio de Andrade, Edgar Coelho, José de Alencar Cardoso e Abdias Bezerra."

¹⁷⁹ Cf. Figueiredo (1989, p. 44), os professores sergipanos definiram a seguinte pergunta para o evento: "Que pode a escola primária em relação ao ensino profissional? O que convém ambos os ensinos."

bondes especiais e automóveis. A imprensa salientou em suas colunas a sua descendência e os cargos relevantes que seus filhos e netos ocupavam na administração pública:

A pranteada extinta deixou os seguintes filhos: Cel. Pedro Diniz Gonçalves, adiantado usineiro no município de Riachuelo, D. Elisa Diniz de Carvalho casada com o sr. Luiz Ozório de Carvalho residente na Bahia, D. Georgina Diniz de Oliveira Ribeiro, viúva do saudoso político Cel. Vicente Luís de Oliveira Ribeiro; D. Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro e netos em número considerável, sendo o tronco de uma das maiores famílias de Sergipe. Seus netos: Dr. Pedro de Oliveira Ribeiro Sobrinho, 4º. delegado auxiliar do Districto Federal, deputado Pedro Diniz Gonçalves Filho, Dr. Carlos Carvalho, director de obras do Estado, Dr. Franklin de Oliveira Ribeiro, alto funcionário da Inspetoria Federal de Estradas, Sr. Godofredo Diniz, alto funcionário da Companhia Costeira, D. Sylvia de Oliveira Ribeiro cathedratica da Escola Normal, a senhora do professor Euvaldo Diniz Gonçalves, da Faculdade de Medicina da Bahia, e Washington de Oliveira Ribeiro, fiscal do imposto do consumo neste Estado. O seu enterramento effectou-se hontem, às 17:00 horas, com desusado acompanhamento, em vários bondes especiais e diversos automóveis. O ex sr. Presidente do Estado fez-se representar no acto pelo coronel José Silvério, secretario geral. Renovamos aos membros da digna família Diniz Oliveira Ribeiro, a expressão de nossas condolências ¹⁸⁰.

Mesmo com a dor da perda de sua genitora, Quintina precisava continuar suas atividades como docente, não deixando de atender suas alunas e pensionistas no Colégio e na Escola Normal. Nas primeiras décadas do século XX, a Escola Normal viveu um período de atenção constante por parte das autoridades estaduais. A aquisição de equipamentos modernos, a nomeação de professores experientes e competentes, a atualização dos professores através do encaminhamento de alguns deles para Rio de Janeiro e São Paulo¹⁸¹, a fim de conhecerem os avanços pedagógicos, a contratação de professores paulistas¹⁸² para cursos de aperfeiçoamento, foram algumas das medidas adotadas para que a Escola Normal se constituísse em uma referência para a formação de professores do Estado.

¹⁸⁰ Cf. Gazeta de Sergipe, 8 de março de 1930. n.672. p.1. col.6.

¹⁸¹ Entre os professores que foram enviados para São Paulo e Rio de Janeiro pelo Governo do Estado neste período, pode-se citar Abdias Bezerra, Penélope Magalhães dos Santos, José Augusto da Rocha Lima, Franco Freire e Helvécio de Andrade. Sobre as viagens destes docentes e a modernização da educação em Sergipe nas primeiras décadas do século XX, consultar entre outros: NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. O viajante Abdias. In: Jornal CIFORM. Aracaju, 23 a 29 de setembro de 2002. Caderno de Cultura e Variedades. p.9; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Visões da Modernidade: pedagogos sergipanos em São Paulo. In: Informe UFS. São Cristóvão, 04 de setembro de 2002. p.2.; NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. A Pedagogia Moderna em Sergipe. In: Jornal CIFORM. Aracaju, 01 de julho de 2002. Caderno de Cultura e Variedades. p.10; NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas C. do. Penélope Magalhães, memórias de uma professora In: Jornal CIFORM. Aracaju, 31/03 a 06 de abril de 2003. Caderno de Cultura e Variedades. p.4.

¹⁸² Cf. Hilsdorf (2003, p. 71), “A partir do final da década de 1890 a presença de lideranças de São Paulo no governo federal colabora para disseminação em outros estados do modelo paulista de organização escolar e metodológica, representando como mais adequado para a modernidade republicana: Ceará, Espírito Santo, Mato Grosso, Goiás, Piauí, Sergipe, Santa Catarina e Paraná”.



Foto 19 - Escola Normal Rui Barbosa. Aracaju. s/d.
Autoria não identificada.

Fonte: Jornal da Cidade. Caderno Mais! & Educação.
Aracaju, 23/06/2002. p. 05.

Nas mensagens governamentais (Presidentes de Estado e Governadores), nesse período, a sublime missão do magistério era ressaltada assim como a necessidade de adoção de métodos modernos e científicos.

Em 1920, 163 alunas estavam matriculadas na Escola Normal. O Coronel José Joaquim Pereira Lobo, Presidente do Estado, destacou em sua Mensagem, a eficiência do corpo docente da instituição, a iniciação das normalistas na missão pedagógica e importância na formação das futuras professoras dos preceitos de educação física, pedagogia e higiene:

Instituto destinado a formar professoras do nosso magistério, dando-lhes os conhecimentos técnicos, pedagógicos, indispensáveis à sua difícil e nobre missão, nelle residem em maior parte, o bom ou mau êxito do nosso ensino. É da intelligencia, zelo e competência do seu corpo docente, disseminando as grandezas da Instrucção pelos cérebros ainda jovens das normalistas, que buscam o formoso pabalo espiritual, como a iniciação de um sublime sacerdócio, que advirá para Sergipe uma nova phase de ressurgimento intellectual, elevando as nossas escolas à altura do seu verdadeiro destino. A escolha dos mestres, a sua dedicação ao officio nobilitante de illuminar espiritos e formar corações, a grandiosa tarefa patriótica de plantar a árvore do civismo no seio ameno das escolas, para que frondeje e fructifique, eis o que está reservado à nossa Escola Normal, de cuja sorte me não tenho alheiado um instante. (...) vai ainda um tanto descurada a educação physica nesse estabelecimento. Entretanto ella se impõe como uma necessidade indeclinável e urgente. Sem um methodo rigorosamente scientifico,

com observância aos preceitos da pedagogia e da hygiene, pouco ou quase nada se conseguirá de positivo e proveitoso. A normalista precisa de conhecê-la e praticá-la, para que a possa ensinar com vantagem em todos os graus do ensino, da modesta escola povoada até o Grupo da capital, deste até o curso normal ¹⁸³.

Os preceitos de hygiene e educação física deveriam ser incluídos na formação das normalistas para que elas pudessem se tornar competentes difusoras destes princípios necessários à vida moderna e a urbanização, e consciente da sua missão no desenvolvimento de hábitos regulares e atitudes saudáveis, quando fossem exercer o magistério primário.

Higiene, limpeza, asseio, moralidade, aspectos necessários à educação do povo e conformação aos novos padrões de sociabilidade. Como destacou Rago¹⁸⁴ (1985, p.198) era corrente no início do século XX, a compreensão de que “sozinho, o pobre não se interessa pela limpeza corporal, por andar arrumado, cuidado, cheiroso. É preciso uma pedagogia, uma puericultura que ensine os bons hábitos higiênicos, físicos e morais desde a mais tenra idade.”

A relação entre educação e saúde, nos discursos oficiais, na década de 1920 encontra-se associada com a perspectiva de regeneração da sociedade pela educação, como destacou Carvalho (1997):

No campo da saúde, firma-se, nos anos 20, a convicção de que medidas de política sanitária seriam ineficazes se não abrangessem a introjeção, nos sujeitos sociais de hábitos higiênicos, por meio da educação. No movimento educacional da mesma década, a saúde é um dos pilares da grande campanha de regeneração nacional pela educação (CARVALHO, 1997, p.305).

Na Mensagem do Presidente Maurício Graccho Cardoso (1925) a ênfase no ensino normal volta-se para o estudo prático de agricultura e dos trabalhos manuais. Apesar da resistência do corpo docente da Escola às reformas implantadas no seu governo, ele não deixa de elogiá-lo:

A Escola Normal seguiu a marcha habitual de todos os annos. O ensino pouco evoluiu. As modificações que soffreu com a reforma, não encontraram ainda da parte de alguns docentes a acolhida franca que era de esperar, em se tratando de um corpo ensinante dotado de invejável intelligencia e preparo. Desta sorte, o que existe não falta de capacidade, mas talvez de boa vontade em secundar as diligências do governo. Foi refundido o programa de ensino normal, a que se addicionou a historia geral reduzida à narração dos factos que possam incluir no aperfeiçoamento moral do alumnos; a litteratura como complemento do ensino da lingua nacional; as noções de physica e chimica e historia natural, para o estudo pratico dos phenomenos relativos a estas sciencias; elementos de álgebra e geometria, applicados à resolução d

¹⁸³ Mensagem do Presidente do Estado Coronel José Joaquim Pereira Lobo. Presidente do Estado. 1920. p.16-18.

¹⁸⁴ Cf. Rago (1985).

problemas simples e à avaliação das áreas e volumes de emprego freqüente, e o estudo pratico da agricultura e trabalhos manuaes. Estes dois últimos cursos foram introduzidos no intuito de orientar os futuros mestres para as necessidades novas da pátria, e funcçionam quase provisoriamente, em caracter suplementar, e estão despertando promissor interesse. Concluíram o curso normal elementar vinte e seis normalistas. A meu ver, a revisão por que passaram os estudos da Escola Normal não basta. O problema da selecção dos professores primários e da especialização das vocações para o magistério, longe de estar resolvido, clama por solução radical¹⁸⁵.

O curso normal passou a ter cinco anos de duração na reforma implantada pelo Presidente Graccho Cardoso. Foi criado também um curso profissional feminino voltado para a formação das jovens que não quisessem seguir o magistério, e se interessassem pelo aprimoramento nas consideradas artes femininas¹⁸⁶.

Ofenísia Freire¹⁸⁷ que freqüentou a Escola Normal entre 1925 e 1930 destacou no seu depoimento os laboratórios equipados, a excelência do corpo docente e as atividades educativas desenvolvidas mesmo nos feriados pela instituição:

(...) toda vez que eu passo por ali eu me emociono, foi um local que me deixou muitas recordações... que de fato era um local de estudo... os dias de feriado, havia naturalmente o feriado, o feriado de sete de setembro, outras grandes datas nacionais... mas não eram todos passados assim em branco... íamos para lá, assistíamos a uma palestra... depois voltava para casa, era feriado... então havia sempre um professor que pronunciava uma palestra explicando um dia, havia sempre um aluno que recitava... assim havia uma festa! Uma comemoração ao dia! Era um exemplo admirável de escola. Havia professores importantes, dedicados... já se sabia que ia haver aula mesmo... o gabinete de geografia era fascinante, o gabinete de química e de física era... eu aprendi achando maravilhoso mostrar no birômetro do quadrante que os corpos se dilatam pelo calor... vamos provar! Tinha todos os aparelhos – o som não se propaga no vácuo... e ia provar na máquina, que o som, aquela sinetinha tocando quando a medida que a gente ia tirando o ar o som ia desaparecendo, então era todo equipada a escola normal! Aulas de Pedagogia, Psicologia, Francês, Inglês, Matemática, Geografia, Ciências Básicas, e Literatura... o curso completo! (...) ali me deu principalmente a admiração pelo cumprimento do dever, pelo amor ao magistério que eu notava em muitos professores lá... eu acho que me auxiliou muito também... A minha vontade de ser professora, foi aparecendo aos poucos, aqui quase que não havia opção, aqui não tinha outros cursos... A não ser o curso de professora...

¹⁸⁵ Mensagem do Presidente Maurício Graccho Cardoso, 1925.

¹⁸⁶ Cf. Mensagem do Presidente do Estado Maurício Graccho Cardoso, em 1925. Nesta mesma mensagem ele destaca: “Novas cadeiras foram creadas com o augmento das disciplinas do curso pratico, de modo a ficar este em condições de parallelismo com o normal e preparar, ao mesmo tempo, ao lado de preceptores, profissionaes hábeis em diferentes artes praticas accomodadas às inclinações vocacionaes da mulher.”

¹⁸⁷ Cf. Depoimento concedido por Ofenísia Freire, em Aracaju, em 1992.

Na metade da década de 30, o Governador Eronides Ferreira de Carvalho destacou a necessidade de novas reformas físicas. A instalação de um laboratório de Psicologia e Pedagogia experimental e a implantação do curso de aperfeiçoamento para os professores se tornou necessário:

O edifício da Escola Normal necessita sérios reparos e grande ampliação. Não há um salão para conferências. Não existe uma biblioteca pedagógica. Não se deve retardar, tampouco, a aquisição d'um laboratório pedagógico de psicologia e pedagogia experimental. A reorganização da Escola Normal preocupa o espírito da minha administração. Sem o preparo técnico do professorado, sem a sua conveniente formação de que serviria elaborar regulamentos e sugerir métodos e processos de ensino, cujo amgo estivessem os mestres longe de apreender? O programma seria uma letra morta para taes preceptores. A Escola Normal 'Ruy Barbosa' exige, pois uma reforma radical, inspirada nesta compreensão do papel importantíssimo que ella desempenha na formação das mestras, e por meio dellas na formação espiritual do povo sergipano. Trago estas prementes necessidades ao conhecimento do Poder Legislativo para que elle as remedie, o quanto antes. O curso de aperfeiçoamento, criado pela constituição do Estado, deve ser regulamentado e installado sem tardança ¹⁸⁸.

O período de atuação de Quintina na Escola Normal, nas primeiras décadas do século XX, foi marcado pela atenção e modernização que a instituição recebeu dos poderes públicos. As reformas do currículo, importação de equipamentos, a instalação e manutenção de laboratórios e biblioteca, e a qualificação do corpo docentes são indícios que permitem considerar esse período privilegiado.

Quintina Diniz esteve presente na maioria das reuniões da Congregação da Escola Normal: sua atuação em comissões relevantes e nas bancas de exames de final de ano das alunas ficaram registradas no Livro de Atas da Congregação da Escola Normal.

A primeira reunião registrada neste livro de atas, no dia 26 de maio de 1923, com a presença do Presidente do Estado, Mauricio Graccho Cardoso, e do Secretario Geral do Governo, Hunald Santa Flor Cardoso, tratava da despedida do Prof. José Alencar Cardoso e da posse do Prof. Abdias Bezerra como diretor da Escola Normal. O discurso de saudação foi proferido pela Profª. Etelvina Amália de Siqueira. Além de Quintina Diniz estava presente a maior parte dos docentes¹⁸⁹ da

¹⁸⁸ Mensagem do Governador Dr. Eronides Ferreira de Carvalho, 1935. O curso de aperfeiçoamento foi criado com o objetivo de atualização dos professores e funcionou a partir de 1936 até aproximadamente 1940. O programa era composto por Educação Física, Higiene, Canto Orfeônico, Álgebra, Português, História Natural, Higiene, Física, Química e Pedagogia. A duração era de um ano.

¹⁸⁹ Os docentes citados e que assinam a ata: Abdias Bezerra, Adolpho Ávila Lima, Helvécio de Andrade, Josapha Brandão, Francisco da Graça Leite, Marianna Braga, Filenila do Nascimento Mello, Eloah Monteiro Passos, Marianna Diniz Barreto, Carmen de Souza, Etelvina Amália de Siqueira, Norma Reis, Edgar Coelho, Clothilde Machado, Quintina Diniz, Jose Alencar Cardoso e Cecilia de Oliveira Maia. (Livro de Atas da Escola Normal, 1923-1975, p.2-3)

instituição. Algumas das professoras citadas, foram colegas de Quintina no Colégio Inglês, como Marianna Braga e Filenila do Nascimento.

A Congregação da Escola Normal se reunia em média três a quatro vezes por ano. Estas reuniões serviam para dar posse ao novo diretor e secretário da Escola Normal (no período em que Quintina esteve na Escola, estes cargos foram ocupados apenas por homens, o primeiro era escolhido pelo Presidente e Governador do Estado e o segundo por eleição entre os pares), discutir e apresentar programas de disciplinas e livros didáticos indicados para cada uma delas, apresentar a lista de pontos para os exames, registrar e discutir os atestados de faltas das alunas, debater sobre algum aspecto acerca do regulamento da instituição, elencar os pontos para concurso de professores e montar a comissão examinadora para o mesmo, nomear os professores das bancas examinadoras para os exames anuais das alunas, entre outras atividades.

Nas reuniões que se seguiram Quintina esteve presente na grande maioria delas, e participou das bancas de exames finais, juntamente com outros professores. Em algumas atas não foram identificadas as listagens de professores das bancas, para cada um dos componentes curriculares¹⁹⁰. Naquelas em que este aspecto foi evidenciado, foi possível perceber a participação efetiva de Quintina que:

- Compôs a banca examinadora do 4º ano, na disciplina de Pedagogia, juntamente com os professores Ávila Lima e Cecília Maia; e de História do Brasil, com os professores Francisco da Graça Leite e Carmen Souza, em novembro de 1923¹⁹¹.
- Compôs a banca examinadora de História do Brasil, juntamente com os professores Francisco da Graça Leite e Helvécio de Andrade e de Educação, com Helvécio de Andrade e Edgar Coelho, em novembro de 1924¹⁹².
- Compôs a banca examinadora de Pedagogia, juntamente com os professores Helvécio de Andrade e Edgar Coelho, em 1925¹⁹³.
- Compôs as bancas examinadoras de Pedagogia e Elementos de Psicologia, juntamente com as professoras Carmen Souza e Judith Ribeiro¹⁹⁴, em 1930¹⁹⁵.

¹⁹⁰ A ausência da referência nominal dos professores para cada banca se deu principalmente no período de 1926-1929.

¹⁹¹ Cf. Livro de Atas da Congregação da Escola Normal 1923-1975. Ata de 03 de novembro de 1923, p.5 e 6.

¹⁹² Cf. Livro de Atas da Congregação da Escola Normal 1923-1975. Ata de 17 de novembro de 1924, p.10-11.

¹⁹³ Cf. Livro de Atas da Congregação da Escola Normal 1923-1975. Ata de 14 de novembro de 1925, p.13.

¹⁹⁴ Judith Ribeiro também era parente de Quintina Diniz.

¹⁹⁵ Cf. Livro de Atas da Congregação da Escola Normal 1923-1975. Ata de 18 de novembro de 1930, p. 27.

- Compôs as bancas examinadoras de História Natural, juntamente com os professores Helvécio de Andrade e Josafá Brandão e de Pedagogia e Metodologia Prática, com os professores Helvécio de Andrade e Cacilda Fortes, em 1932¹⁹⁶.
- Compôs as bancas examinadoras de História Natural e do Brasil, como presidente, juntamente com os professores examinadores: Francisco da Graça Leite e José Augusto; e a banca de Pedagogia e Metodologia presidida pelo professor Passos Cabral, como examinadora juntamente com a professora Cacilda Fontes, em 1933¹⁹⁷.
- Compôs a comissão de avaliação das alunas nas disciplinas de Pedagogia e Psychologia juntamente com os professores Helvécio de Andrade e Cacilda Fontes¹⁹⁸.

Ao longo do período em que atuou na Escola Normal, Quintina conviveu com diversos diretores, entre eles: Professor Helvécio de Andrade (que assumiu a direção em três períodos distintos, entre 1913 e 1935), Professor José de Alencar Cardoso, Prof. Abdias Bezerra, Prof. Arthur Fortes e o Prof. Franco Freire.

Além de reencontrar colegas do Colégio Inglês, Quintina também teve entre suas colegas de magistério da Escola Normal, ex-alunas do Colégio Sant'Anna, e familiares como Judith Ribeiro e sua sobrinha Sylvia de Oliveira Ribeiro que foi aprovada em concurso público em 1916, para a cadeira de Português.

O corpo docente ao longo do período em que Quintina atuou na Escola Normal, sofreu pequenas modificações, principalmente efetuadas a partir da aposentadoria de professores. No período de 1923 a 1941, metade do corpo docente, era formado por professoras. Apesar de não ocuparem nem a direção nem mesmo o cargo de secretário, neste período, elas estiveram presentes em bancas examinadoras de alunas e em concursos para professores.

Inicialmente Quintina assumiu a cadeira de Pedagogia e Psicologia. Em 1924, o professor Ávila Lima foi designado para a cadeira de Psicologia Infantil e Fundamental e Quintina Diniz foi indicada para assumir a cadeira de Metodologia pelo Diretor da Instrução Pública¹⁹⁹.

Nas reuniões de 1º de setembro e 14 de novembro de 1925, Quintina Diniz não compareceu, e apesar da ausência nestas reuniões, observou-se que a partir de outubro de 1934, quando foi eleita

¹⁹⁶ Cf. Livro de Atas da Congregação da Escola Normal 1923-1975. Ata de 16 de novembro de 1932, p. 35.

¹⁹⁷ Cf. Livro de Atas da Congregação da Escola Normal 1923-1975. Ata de 16 de novembro de 1933, p.37-38.

¹⁹⁸ Cf. Livro de Atas da Congregação da Escola Normal 1923-1975. Ata de 31 de novembro de 1934, p. 39-40.

¹⁹⁹ Cf. Livro de Atas da Congregação da Escola Normal 1923-1975. Ata de 1 de setembro de 1924, p.8.

para a Assembléia, ela não deixou de participar das reuniões da Escola Normal, nem diminuiu sua participação nas bancas e nas aulas²⁰⁰.

Na reunião de 12 de março de 1932, para eleição da banca examinadora do concurso público para professor de Literatura, Quintina foi a única professora a receber votos para presidente da comissão, mas não conseguiu ser eleita, pois recebeu apenas 3 votos. O outro professor indicado para a presidência e que perdeu foi o Prof. Josafá Brandão que recebeu apenas 1 voto. A comissão ficou então constituída: Professor Francisco da Graça Leite (presidente da comissão, 6 votos); Prof. Manuel José Santos Mello (examinador, 10 votos); e o Prof. José Augusto da Rocha Lima (examinador - 9 votos)²⁰¹. Neste concurso foi aprovado o poeta e jornalista João Passos Cabral²⁰².

Na ata de 23 de fevereiro de 1933, o então Diretor Helvécio de Andrade, solicitou que o corpo docente da Escola Normal, principalmente os professores de História Geral, Literatura, Educação Moral e Cívica, Pedagogia e Ciências Físicas e Naturais, colaborassem no “sentido de dar ao ensino uma orientação nova, de acordo com os mais recentes preceitos pedagógicos de educação primária, a fim de que se obtenha o máximo de resultado em referencia à socialização da criança, integrando-a nas mais vivas correntes do pensamento moderno²⁰³.”

Na ata de 26 de novembro de 1935, o Prof. João Passos Cabral solicitou que se constasse em ata, que apresentou um projeto para criação da “Sociedade Feminina de Preparação para o Magistério”, da qual deveriam fazer parte as alunas da Escola Normal sob a presidência de um professor, eleito anualmente por elas. Declarou ainda que uma via deste projeto se achava com o Diretor Manuel Franco Freire e a outra via estava com a Profª. Quintina Diniz para apreciação²⁰⁴.

A ata de 02 março de 1936, foi a última em que se encontrou o registro do nome de Quintina Diniz, apesar de oficialmente ela só ter aposentado em 1941. Nas atas subseqüentes ela não foi citada, com exceção da ata de 05 de agosto de 1942, onde o Professor José Calazans, se referiu ao falecimento dela²⁰⁵:

²⁰⁰ Cf. Livro de Atas da Congregação da Escola Normal 1923-1975. Atas das reuniões de 1 de setembro e 14 de novembro de 1925, p.12-13.

²⁰¹ Cf. Livro de Atas da Congregação da Escola Normal 1923-1975. Ata da reunião de 12 de março de 1932, p.31-32)

²⁰² João Passos Cabral (1900-1950). Escritor, poeta, jornalista, advogado, deputado, professor de Literatura da Escola Normal, membro fundador da Academia Sergipana de Letras.

²⁰³ Cf. Livro de Atas da Congregação da Escola Normal 1923-1975. Na ata de 23 de fevereiro de 1933, p. 36 e 37)

²⁰⁴ Cf. Livro de Atas da Congregação da Escola Normal 1923-1975. Ata de 26 de novembro de 1935, p.43-44.

²⁰⁵ O enterro de Quintina causou uma comoção popular e foi noticiado pela imprensa minuciosamente. Este aspecto será analisado posteriormente.

O professor José Calazans pede que seja consignado em ata um voto de pesar pelo falecimento recente da saudosa professora Quintina Diniz – uma das grandes educadoras sergipanas – o que foi unanimemente aprovado. Neste momento, a digna professora Judith Ribeiro agradece profundamente sensibilizada as palavras repletas de sinceridade e de justos encômios do jovem orador à muito veneranda falecida, em nome de todos os membros componentes de sua numerosa ,importante e respeitavel família ²⁰⁶.

Quintina na Assembléia

Quintina Diniz foi candidata à deputada estadual pelo Partido Social Democrático²⁰⁷, na eleição de 1934. A campanha em torno do seu nome foi realizada pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) e pela União Universitária Feminina (UUF), representadas em Sergipe, pela advogada Maria Rita Soares de Andrade e por Cesartina Régis. O Manifesto publicado na imprensa sergipana em favor da candidatura de Quintina apresentava aspectos da plataforma de luta das associações femininas a que estavam vinculadas, conclamava as mulheres sergipanas a defenderem o seu voto de forma autônoma, e convidava os eleitores homens a votarem com as mulheres. Alguns trechos do manifesto, merecem ser evidenciados:

A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e a União Universitária Feminina orientadas pelos espíritos superiores das Drs. Bertha Lutz, Carmem Portinho e Maria Luiza Bittencourt, com sede no Rio de Janeiro, e irradiação em todo o território nacional, que não fazem política partidária nem defendem interesses pessoais, animadas pelo ideal superior de assegurar à mulher posição definida na sociedade, com responsabilidade próprias e capacidade integral de assumi-las, por uma educação moral, intelectual e doméstica conforme as necessidades gerais e a evolução social hodiernas, tendo de sustentar os seus princípios na próxima Constituição Estadual e precisando, para fazê-lo eficientemente de uma representante no seio dessa Assembléia, vêm concitar todo o eleitorado feminino do Estado e todos aqueles eleitores que não julgam que o voto da mulher foi consignado em lei só para aumentar o quociente eleitoral dos homens, a sagrar nas urnas o nome da única mulher candidata - a Professora Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro. Fazendo-o, por suas delegadas sub-firmadas, não podem deixar essas Associações de lembrar às eleitoras conterrâneas que devem colocar acima de qualquer interesse, de toda conveniência pessoal, familiar ou partidária, os interesses superiores da mulher, que são os do Brasil – as reivindicações morais e jurídicas humanas, sem distinção de sexo, nem de classes, na defesa intransigente da sua legenda: Deus, Pátria e Família²⁰⁸.

²⁰⁶ Cf. Livro de Atas da Congregação da Escola Normal 1923-1975. Ata de 02 de março de 1936 ,p.44. Ata de 05 de agosto de 1942, p. 52-23

²⁰⁷ O Partido Social Democrático era composto por políticos conservadores e grandes proprietários de usinas de açúcar.

²⁰⁸ “Correio de Aracaju”, em 13 de outubro de 1934, apud Pina (1994, p. 213-214).

A eleição de Quintina aconteceu em um momento de acirramento político no Estado. Após 4 anos como interventor em Sergipe Augusto Maynard contava com seu sucesso no pleito. As bases de apoio à sua candidatura eram as forças do Partido Republicano de Sergipe coligado ao Partido Social Progressista, de Graccho Cardoso. Do outro lado, o grupo que representava os interesses da fração açucareira descontentes com as ações da interventoria na política social e econômica e preocupados com o fortalecimento dos trabalhadores urbanos, representados pelo Partido Social Democrático, com a União Republicana de Sergipe, cujo candidato era Eronides de Carvalho. A Igreja, através da Liga Eleitoral Católica, apoiou o segundo grupo²⁰⁹.

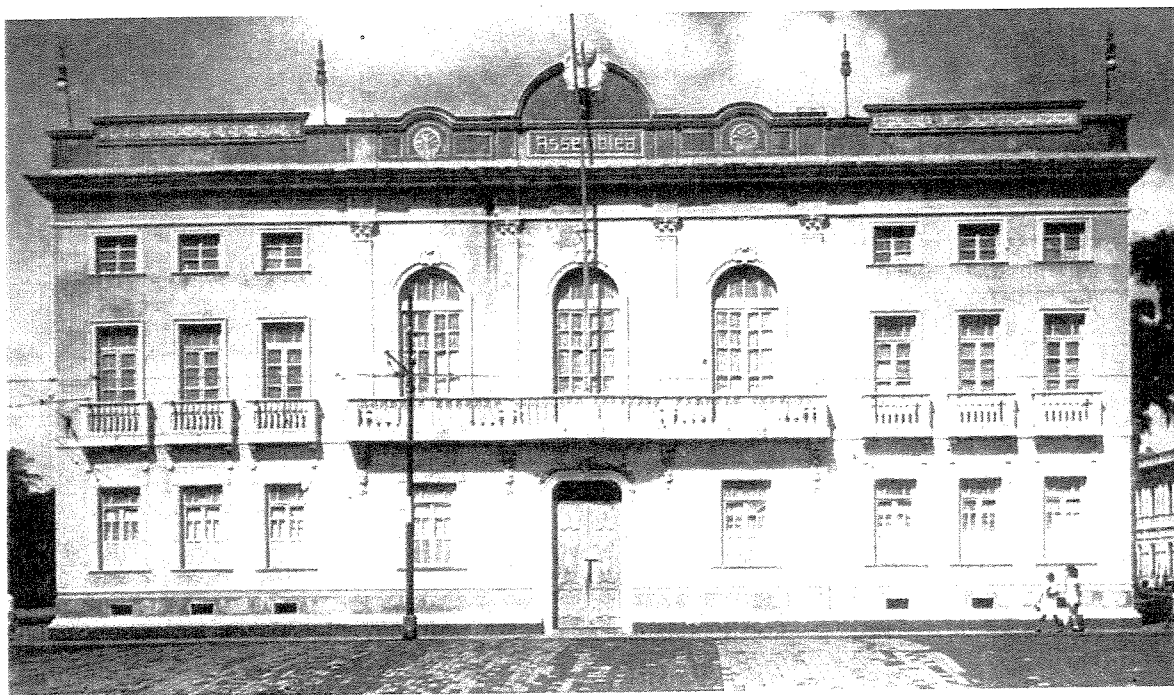


Foto 20 - Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe. Aracaju. s/d.
Autoria não identificada.

Fonte: Memorial de Sergipe. Coleção Veio. Seção Iconográfica.

O resultado da eleição da Assembleia Constituinte com 16 deputados de oposição e 14 da situação deixou o clima mais tenso. A posse dos deputados foi realizada com a presença de forças federais em torno do prédio. Maynard perdeu a eleição e ficou inconformado com o resultado. A imprensa da época denunciava o armamento, por parte da interventoria dos trabalhadores urbanos e

²⁰⁹ Para maiores informações consultar: Dantas (1983, p. 80-83); Dantas (1989).

rurais. O herói do tenentismo em Sergipe acabou renunciando em favor da classe dominante (Dantas, 1983, p.81-83).

“Sergipe Unido” em 1935, publicou em uma de suas páginas uma foto de Quintina Diniz cumprimentando-a pelo sucesso na eleição, elogiando o seu papel como preceptora da Escola Normal e diretora do Colégio Sant’Anna, e comentando alguns aspectos da sua biografia:



Foto 21 – Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro. s/d. Autoria não identificada. Fonte: Sergipe Unido, abril de 1935.

(...) D. Quintina que pertence às tradicionais famílias Oliveira Ribeiro e Diniz Gonçalves, conhecidas em todo Brasil pela fama de inteligência e honradez, terá por certo, na Assembléia, a mesma atuação ainda lembrada dos seus parentes que por ali passaram dando os exemplos mais cabais de talento e lealdade, a par dos desassombros invulgar na defesa de suas idéias e do seu partido. Oliveira Ribeiro, Heraclito Diniz e Homero de Oliveira, nomes jamais esquecidos em Sergipe inteiro. Foi, sem favor, o nome de D. Quintina notado pelos sergipanos que assim recompensaram o sacrifício de quem dedicou todas as suas energias, toda sua inteligência em bem da mocidade sergipana que sempre lhe lembra o nome com respeito e carinho, dados os seus dotes esmerados de educadora culta. Sergipe prestou assim homenagem á mulher brasileira elegendo D. Quintina sua representante na Assembléia Constituinte onde ela irá fulgurar pela sua inteligência e se impor pela força moral respeitável de um nome aureolado.

Sua eleição e o exercício do seu mandato estiveram vinculados ao magistério e às relações familiares e econômicas construídas ao longo de muitas décadas. Na Assembléia Legislativa Quintina era mais um “Diniz de Oliveira Ribeiro” em um cargo relevante. Seu primo Godofredo Diniz, foi nomeado primeiro prefeito de Aracaju, em 1935. Seu sobrinho foi o Presidente da Assembléia Constituinte.

Itala Silva de Oliveira: Magistério, Imprensa e Medicina

Itala Silva de Oliveira iniciou o magistério logo após a sua formatura no Colégio Atheneu, lecionando, para meninas e senhoritas, Português, Francês e Aritmética²¹⁰. Sua atuação na imprensa, como colaboradora assídua em jornais locais, começou um pouco antes, assim como seu envolvimento com causas beneficentes e filantrópicas.

Apesar de não poder ser considerada jornalista no sentido restrito do termo, Itala foi uma polígrafa (podendo ser identificada como publicista), pois escreveu e publicou artigos sobre temas diversos. O Prof. Brício Cardoso ao levantar os dados das escritoras sergipanas, à pedido do Barão Homem de Mello, registrou o nome de Itala, comentando aspectos da sua biografia e do seu estilo. As cartas trocadas entre ambos foram publicadas no Diário da Manhã, entre fevereiro e maio de 1916. Na carta divulgada em fevereiro de 1916, o professor Brício Cardoso destacou: “Litteratas há muitas n’esta terra, mas que andem pela imprensa escrevendo artigos de valor são poucas (...). D. Itala está na idade juvenil e é diplomada pelos cursos integral e normal do Atheneu Sergipense. Procura com gentileza desenvolver as theses preferidas, construindo um estylo todo seu, cheio de vigor e graça²¹¹.”

Na correspondência publicada em maio do mesmo ano, o citado professor afirmou estar enviando junto com a mesma duas conferências. Uma de autoria de sua neta Gudula Lourdes Cardoso de Campos e outra de Itala Silva de Oliveira²¹².

Em 1916, foi nomeada primeira secretária da Liga Sergipense contra o Analfabetismo e primeira professora da aula noturna, instalada em Aracaju. Em 1919, Itala foi designada, interinamente, conservadora de gabinetes na Escola Normal e cumulativamente, professora adjunta de Física, Química e História Natural neste mesmo estabelecimento.

²¹⁰ Cf. Anúncios publicados no Diário da Manhã em 17 de janeiro de 1915. Ano IV, n.123, p.3 col. 2 e números subsequentes: “Itala Silva de Oliveira, diplomada pelo Atheneu Sergipense abrirá no dia 3 de fevereiro próximo à Praça Benjamin Constant, n.8, um curso noturno de português, francez e arithmetica, para meninas e senhoritas.” No Diário da Manhã em 20 de janeiro de 1916. Ano VI, n.1407.p.3. col 5 e números subsequentes encontra-se: “ Itala Silva de Oliveira, diplomada pelos cursos integral e normal no Atheneu Sergipense, reabre as aulas do seu curso a 7 de fevereiro próximo, na Rua de Laranjeiras, n.48”.

²¹¹ Cf. CARDOSO, Brício. Poetizas Sergipanas. In: Diario da Manhã, 5 de fevereiro de 1916. Ano VI, n.1420, p.1. col. 1 a 3).

²¹² Cf. CARDOSO, Brício. Cartas trocadas. In: Diario da Manhã, 21 de maio de 1916. Ano VI, n.1502, p.1. col. 3 e 4). O envio dos perfis biográficos das literatas sergipanas e de algumas de suas produções tinha como objetivo contribuir com o levantamento que a cunhada do Barão Homem de Mello, Carmen Unzer estava realizando sobre as literatas brasileiras.

Ainda muito jovem, segundo Figueiredo (1989, p.14), Itala liderou um grupo de mulheres sergipanas, na campanha para a construção do Asilo Rio Branco para mendigos. Os estatutos desta instituição foram discutidos e aprovados em Assembléia em 1º de outubro de 1911, pelo Presidente do Estado, José Siqueira de Menezes. Organizando quermesses, concertos e mesmo arrecadando o pagamento de ingressos de sessões especiais dos cinemas Rio Branco e Eden, Itala e outras jovens trabalharam na edificação do Asilo. Entre outras, fizeram parte do grupo: Ednéa Simões, Clélia Dantas, Laura Silva, Maria Augusta de Gouveia e Silva, Zoé Silva de Oliveira, Anita Dantas, Maria Petronila de Gouveia e Silva e Idália Amorim.

No “Diário da Manhã” em março de 1916, ela conclamou as mulheres a se engajarem na luta contra o analfabetismo, e elaborou de modo crítico aspectos da situação de algumas mulheres sergipanas. Contrapondo aquelas que habitavam as povoações e vilas e as outras que se envolviam apenas com a moda, em tom desafiador, propôs que as mulheres se engajassem na Liga Brasileira contra o Analfabetismo, como exercício de emancipação e conquista de melhores dias:

“Que nosso paiz é um paiz de analphabetos sabemos muito bem; porque pois não se move o nosso povo para auxiliar a Liga Brasileira contra o Analphabetismo? Hei de fazer uma classe para qual dirijo estas ultimas linhas, e da qual alguma coisa temos a esperar, porque si ella quizer será capaz de muito. Em outros Estados da Federação, talvez este elemento se movimente, e se allie à Liga Brasileira contra o Analphabetismo; no meu, porém, eu tenho duvidas. Este elemento do qual eu acabo de vos falar é o elemento feminino. Estou vendo-vos, leitor, a sorrir e a pôr de um lado este jornal. Não façais isto, porém, embora o vosso riso escarnecedo tenha razão de ser. Acostumaste-vos a ver na mulher um ente incapaz de qualquer iniciativa util, a não ser quando esta iniciativa traga qualquer fundo de religião – por isto assim fazeis, mas o vosso riso não me demove do meu intento, é tão inoffensivo como o que estaes lendo. Quereis ver como a mulher auxiliaria na Liga Brasileira contra o Analphabetismo? Nas povoações ou nas villas, pois é para as mulheres destes logares que eu me dirijo, onde ella vive desperdiçando sua actividade, ella deveria reunir o maior numero possível de creanças, e, durante horas certas por dia, em pleno céu azul, trataria de dividir com estes miseros entes para quem as luzes da instrucção não haviam ainda brilhado, os seus conhecimentos, por menores que fossem. Ella teria em paga este serviço relevante a consciência a bemdizer lhe a meritoria acção. Si esta idéa que aqui exponho fosse levada a effeito, si do Rio Grande do Sul ao Amazonas todas as mulheres que tivessem se instruído quizessem assim fazer, eu não só acreditaria, sinceramente na extincção – porque vos não dizer? – completa do analphabetismo no Brasil como veria nisto o primeiro passo dado pela mulher brasileira para sua emancipação. Modesta e simples como sabe ser a mulher das nossas povoações e villas, não se preocupando com a moda que é a mola que move a mulher do centros mais adiantados, ella, na sua linguagem simples e despida de atavios, iria preparando a creança inculta para um futuro digno de um povo fadado a ser o maior do mundo. Como acho, sem pessimismo, a mulher sergipana, n’um atraz

intellectual lamentavel, como vejo n'ella o producto de gerações que o jesuitismo amoldou como melhor lhe aprouve, vacillo de que a idéa vingue. Si ella quizesse provar o contrario do que digo, si quizesse me desmentir, eu sorriria de satisfação e ainda assim pagar lhe ia com palavras de gratidão o seu gesto vingativo. Aqui fica pois a minha idea, possa ella germinar, possa a mulher, não só do meu Estado como também de outros, se movimentar e pôr a sua actividade ao serviço de tão santa causa, é o que desejo. Seja a Liga Brasileira contra o Analphabetismo o primeiro signal da nossa reorganização e o prenuncio de melhores dias para nós ²¹³.

Itala e a Liga Sergipense contra o Analfabetismo

Como secretária e primeira professora da Liga Sergipense contra o Analfabetismo instalada em 21 de setembro de 1916²¹⁴, Itala publicou diversos artigos na imprensa sergipana, sobre a questão da falta de instrução do povo e defendendo a mobilização em favor da alfabetização da população.

A atuação de Itala na Liga Sergipense contra o Analfabetismo lhe conferiu distinção no ambiente cultural sergipano. Por ocasião da posse da primeira diretoria da associação, ela foi a primeira mulher a ocupar a tribuna do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, para agradecer a sua nomeação como primeira secretária²¹⁵. Além dos textos publicados como colaboradora assídua do “Diário da Manhã” em prol da Liga como primeira secretária da associação ela assinava as atas publicadas na imprensa sergipana, no período em que exerceu o cargo.

Na ata de outubro de 1916 constava a listagem dos sócios propostos e aceitos um grande número de intelectuais, políticos, médicos e bacharéis, entre outros profissionais liberais. Apenas algumas professoras aparecem citadas nesta listagem. A maioria delas exercia o magistério na Escola Normal: Amélia Cardoso, Norma Reis²¹⁶, Quintina Diniz, Sylvia Oliveira Ribeiro, Cecília Maia²¹⁷.

²¹³ OLIVEIRA, Itala Silva de. Liga Brasileira contra o Analfabetismo. In: Diário da Manhã, 15 de março de 1916, Ano VI, n.1.451. p.2. colunas 1 e 2. Grifos nossos.

²¹⁴ Segundo Figueiredo (1989, p.13), a Loja Maçônica Cotinguiba estava envolvida na criação e manutenção da Liga, entre outras associações particulares. Além dos sócios contribuintes, a Liga Sergipense contra o Analfabetismo contou em alguns momentos com apoio do Governo Estadual e Municipal.

²¹⁵ A magna sessão do Instituto Historico, a Fundação da Liga contra o Analphabetismo. Diário da Manhã, 26 de setembro de 1916. Ano VI, n.1.601, p. 1. col 1 e 2.

²¹⁶ Professora da Escola Normal, Diretora do Instituto América (1920-1935), estabelecimento de educação feminina, cujo corpo docente era formado por professores renomados. Cf. Nunes (1984, p. 234).

²¹⁷ OLIVEIRA, Itala Silva de. Liga Sergipense contra o Analphabetismo - Acta. In: Diário da Manhã. 22 de outubro de 1916. Ano VI, n.1623. p.2. col. 2,3 e 4.

O Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), Amintas Jorge propôs que Itala e a professora Leonor Telles de Menezes fossem recebidas como sócias na referida associação²¹⁸. Apesar da presença constante na imprensa sergipana, Itala não publicou nenhum trabalho na Revista do Instituto e foi localizada apenas uma única referência feita a ela nesta publicação²¹⁹.

Em novembro de 1916, foi publicada mais uma Ata da Liga no “Diário da Manhã”. Um pequeno número de professoras e mulheres oriundas das famílias tradicionais do Estado aparece como sócias:

... dd. Leonisia Gentil Fortes, Etelvina Amalia de Siqueira, Luiza Paes Guedes, Penelope Magalhães, Judith de Oliveira Ribeiro, Carmem de Souza, Clotildes Machado, (...) dd. Cecília Curvello, Glorinha Chaves, Cecília Fontes, Esther Moreira, Maria Emilia de Mello, Maria Paes Guedes, Maria Luiza do Prado Sampaio, Rosa Fontes Ribeiro, Josephina Pinto Calazans, Maria Rosa, Elvira Guerra Fontes, Sinha Peixoto, Balthazarina Góes, Almerinda Góes, Lavinia de Oliveira Ribeiro, Laureta Araujo, Gudula Cardoso, Edith Hora, Mariana Braga, Zinah Montes, (...) dd. Maria Bemvindo Ramos, Leonor Telles, Nolita Motta, Dulce Motta, Adilia Campos, Risoleta Esbarra, Esther Regis²²⁰...

A primeira aula da Liga funcionou em um dos Salões do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, sob a regência de Itala Silva de Oliveira. A matrícula foi encerrada pelo presidente da associação, apesar da grande procura, com 100 alunos²²¹.

No encerramento do ano letivo, mais uma vez Itala aparecia, no noticiário, em destaque²²²: “Encerraram-se hontem as aulas dessa Liga, as quaes foram de real aproveitamento no pouco tempo de sua função, graças aos ingentes esforços do seu presidente, o illustre dr. Avila Lima e a professora da Liga, a intelligente senhorita Itala Silva de Oliveira.”

²¹⁸ Ata da reunião ordinária do dia 06 de outubro de 1916. In: Livro de Actas do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, no período de 1912-1931. Aracaju: IHGS, 1916. Cf. FREITAS, Itamar. A “casa de Sergipe”: historiografia e identidade na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1913-1929). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. (Dissertação de Mestrado).

²¹⁹ Em um texto intitulado “Reminiscência e impressões do V Congresso Brasileiro de Geografia”, de autoria de Luiz José Costa Filho, ele comentou a participação de Itala Silva de Oliveira e Rodrigues Dória, além da boa acolhida do seu trabalho, no V Congresso Brasileiro de Geografia, realizado em Salvador. Cf. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju: n.7, p.113-124, 1917. FREITAS, Itamar. A Escrita da História na ‘Casa de Sergipe’ – 1913-1999. São Cristóvão: Editora da UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002. p.83. Os intelectuais sergipanos vinculados ao IHGS publicavam regularmente na Revista e quando faleciam seus nomes constavam da “lista de sócios falecidos” que era reproduzida no final de cada número da referida publicação.

²²⁰ OLIVEIRA, Itala Silva de. Liga Sergipense contra o Analfabetismo - Acta. Diário da Manhã. 05 de novembro de 1916. Ano VI, n.1.632. p.3. Col. 1 e 2.

²²¹ As aulas da Liga. Diário da Manhã, 28 de outubro de 1916. Ano VI, n.1.627, p.1 coluna 5.

²²² Liga Sergipense contra o Analfabetismo. Diário da Manhã. 17 de dezembro de 1916. Ano VI, n.1.666. p.1. Coluna 5.

Segundo Nagle (1997, p.263-264), as primeiras décadas da República são marcadas pelo “entusiasmo pela educação.” Em busca da “republicanização da República”, intelectuais e educadores defendem a expansão do ensino e superestimam de forma romântica, o papel da educação, como “regenerador do homem” e por consequência “regenerador de toda a sociedade”. Após a formação em 1916 da Liga de Defesa Nacional, a partir das conferências de Olavo Bilac, difundem-se as pregações cívico-patrióticas pela fundação das Ligas Nacionalistas. Em geral havia na constituição destas ligas, uma preocupação com a alfabetização, aliada a aquisição dos direitos políticos, pela maior parte da população, uma vez que os analfabetos não tinham direito ao voto.

A necessidade de difusão da instrução primária foi marcada pela criação e multiplicação de escolas e campanhas, muitas vezes oriundas da iniciativa particular com o apoio do governo estadual, por todo país, nas primeiras décadas do século XX. O interesse dos grupos em ascensão, principalmente aqueles relacionados com a industrialização em relação à alfabetização popular, se expressava na perspectiva de que o “esclarecimento” advindo da educação pudesse contribuir futuramente para o combate ao poder das oligarquias.

A primeira escola e a primeira sede da Liga Sergipana contra o Analfabetismo funcionaram no mesmo prédio onde estava alojado o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. A primeira diretoria, empossada em 24 de setembro de 1916, era composta por: Presidente Honorário – Deodato Maia; Presidente Efetivo – Adolpho Avila Lima; Orador – Desembargador Evangelino de Faro; 1ª Secretária – Itala Silva Oliveira; 2º secretário – Florentino Menezes; Tesoureiro – José da Silva Ribeiro; Vogaes: Padre Possidônio Pinheiro da Rocha; Edgar Coelho e Prof. José Maria dos Santos Melo ²²³.

Por sugestão do Professor Costa Filho, deveria ser solicitado o patrocínio do Governo para o trabalho desenvolvido pela Liga Sergipana contra o Analfabetismo. Para tanto foram nomeados “protetores” da Liga os chefes do Executivo, Legislativo e Judiciário, respectivamente: o General Valadão, o Orestes de Andrade e o Caldas Barreto ²²⁴.

Apesar da grande procura pelos alunos, o Presidente da Liga Sergipana publicou em 22 de novembro de 1916 uma carta reclamando publicamente dos sócios faltosos na contribuição dos 500 réis mensais, ameaçando-os com a exposição nominal na imprensa local. O Presidente apelou para o patriotismo e a sensibilidade dos sócios, em favor das realizações da Liga:

²²³ Cf. Correio de Aracaju, 26 de setembro de 1916, ano IX, n.1894. p.1.

²²⁴ Cf. Correio de Aracaju, 26 de setembro de 1916, ano IX, n.1894. p.1.

Se em tal empreendimento, não nos falhar a cooperação de nossos coestadanos, por certo a associação, que ora nos empolga e arrebatou o espírito, será no futuro um dos mais fortes elementos da nossa evolução social. É ainda meu intuito eliminar todos aqueles consócios que se recusarem ao pagamento de suas contribuições mensais de 500 réis, declinando seus nomes pela respectiva, na imprensa local. E neste tocante, teremos ocasião de ver que os maiores adversários da ‘Liga Sergipense contra o Analfabetismo’ são justamente aqueles que ocupam as altas posições sociais do Estado, dizendo-se aliás apóstolos do direito, da educação, da literatura, e do progresso e trinta mil outros atributos, que lhes formam o caráter ainda inferior a avesso às grandezas do bem público, que constituem a felicidade da pátria. Num país como este em que não existem ainda os preciosos sentimentos de solidariedade e de patriotismo, senão de meia dúzia de almas educadas e generosas, esta campanha contra o analfabetismo encontra e há de encontrar sempre os mais sérios e temíveis obstáculos²²⁵.

Mesmo com toda dedicação às atividades da Liga Sergipense contra o Analfabetismo, e suas aulas particulares, Itala encontrava tempo para colaborar para jornais e revistas, e ainda produzir trabalhos acadêmicos para congressos. Entre poucos intelectuais sergipanos, ela se inscreveu para participar do 5º Congresso Brasileiro de Geografia:

O ‘Diário de Notícias’ da Bahia, de 23 do expirante (agosto) registra as memórias, até aquela data, apresentadas à apreciação do 5º Congresso Brasileiro de Geographia, a reunir-se brevemente na cidade vizinha de S. Salvador. Entre as 26 memórias apresentadas, contam-se 5 intelectuaes sergipanos, como se vae ver: - pelo Dr. Armino Guaráná, ‘Glossário etymologico dos nomes da lingua tupi na geographia do Estado de Sergipe’; - pelo dr. Florentino de Menezes ‘Influencia dos factores geographicos na formação da sociedade brasileira’; - pelo dr. Luiz José da Costa Filho, ‘A geographia e a guerra’; - pela bacharela d. Itala Silva de Oliveira, ‘Necessidade do Ensino da Geographia’ (Geographia Escolar); - pelo Dr. Helvecio de Andrade ‘Do ensino da Geographia’ (regras e nomenclaturas)’²²⁶.

Itala foi representada no Congresso por Costa Filho. O seu trabalho foi aprovado no referido evento, embora não constasse nos Anais publicados. Foi também percebida a ausência de outros trabalhos aprovados:

Pelo nosso illustre e jovem patricio dr. Costa Filho foi entregue o diploma dando as honras de congressistas a nossa intelligente patricia senhorita Itala Silva de Oliveira por ter adherido e apresentado Memoria ao 5º Congresso Brasileiro de Geographia, que se realizou na cidade S. Salvador, capital do Estado da Bahia, a qual foi aprovada. Nossos parabens á esperançosa patricia²²⁷.

²²⁵ Cf. Diário da Manhã, de 22 de novembro de 1916.

²²⁶ Diário da Manhã 30 de agosto de 1916. Ano VI, n 1580, p.1 col. 3.

²²⁷ Diário da Manhã, 27 de setembro de 1916. Ano VI, n. 1602. p. 1. Col. 5.

Em 1920, a Liga contava com 8 escolas noturnas, espalhadas pelo interior do Estado. No ano seguinte, eram 12 escolas que alfabetizavam na capital e no interior do Estado. Em Aracaju, a Liga espalhou escolas nos bairros distantes do centro da cidade, e contava também com um periódico oficial denominado “Pela Pátria”, desde 1919 ²²⁸.

Ainda em janeiro de 1920, Itala apareceu como primeira secretária da Liga, em um convite para reunião ordinária dos membros da diretoria da associação e dos professores das escolas mantidas pela mesma ²²⁹.

Com seu afastamento da cidade de Aracaju para fazer o curso de Medicina em 1921, em Salvador, Itala deixou de exercer esta atividade mais diretamente associada à Liga. Outras mulheres também atuaram neste cargo de primeira secretária da associação. Entre elas encontramos: Cesartina Régis ²³⁰, a partir de 1925 e a professora Elvira Honorina Guerra Fontes ²³¹ em 1930.

Apesar da expansão do atendimento pela Liga, os problemas para garantir os trabalhos realizados continuavam. Em janeiro de 1924, uma matéria publicada no Correio de Aracaju, ressaltava a falta de contribuições dos sócios. O texto é assinado por Lyrio Coelho:

Parece ter razão os que prognosticam vida efêmera para as associações em Sergipe. Apesar de todo ardor da propaganda inicial, o desânimo facilmente se apodera dos mais extremados e logo a associação começa sentir-lhe falsear-lhe a base, sintoma claro de morte iminente, inevitável. Mas, pergunta-se porque tanto entusiasmo degenera em indiferença, tanta convicção transforma em descrença, esquecendo-se completamente os ardorosos propagandistas da arraigada crença antiga esse deixando dominar pela preguiça e má vontade? (...) Todas ou quase todas as sociedades de Sergipe estão sofrendo do letal esquecimento, principalmente dos sócios mais ardorosos do começo. E a Liga Sergipense contra o Analfabetismo, patriótica como as que mais o sejam, está condenada ao desaparecimento, porque os seus associados, outrora tão numerosos, reduzem-se constante e frequentemente, por uma economia de 500 réis mensais (...) mas é melhor para eles jogar 500 réis no bicho que empregar esta quantia para a alfabetização dos abandonados da fortuna. E os entusiastas arraigados de ocasião replicavam: viverá, aqui estamos para gastar tudo em defesa de sua grande cruzada de desanalfabetização dos pequenos brasileiros. Passam-se os tempos. Na Liga nem se fala. As convicções ardentes desertaram ²³².

²²⁸ Para maiores detalhes consultar Freitas, Itamar (2000, p. 92).

²²⁹ Liga Sergipense contra o Analfabetismo. Diário Oficial do Estado de Sergipe. 12 de janeiro de 1920. p.816.

²³⁰ Cesartina Régis (1890-1980), primeira farmacêutica de Sergipe. Maiores informações verificar Pina (1994).

²³¹ Elvira Honorina Guerra Fontes, poetisa, escritora e professora. A partir de novembro de 1927, Cesartina e Elvira passaram a integrar o quadro de sócios do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

²³² COELHO, Lyrio. O ocaso da Liga. In: Correio de Aracaju, 12 de janeiro de 1924.

Uma nova diretoria passou a presidir a Liga Sergipana e a partir de 1925, não se encontrou mais nessa associação a presença de Itala. Foi presidente o Almirante Amintas José Jorge; a primeira secretária Cesartina Regis; e o novo orador, Clodomir Silva. Naquele ano, estavam em funcionamento turmas de alfabetização, nas seguintes escolas, mantidas pela Liga: ‘Pereira Lobo’, ‘Firmino Melo’, ‘José Augusto Ferraz’ e ‘Olímpio Campos’, em Aracaju; ‘Comendador Travassos’ em Santo Amaro; ‘Severino Cardoso’ em Estância; ‘Gumerindo Bessa’, em Itabaianinha; ‘Maria de Faro Rollemberg’, em Japaratuba; ‘Messias Alves’, em Propriá; ‘Silvio Romero’, em Gararu; e ‘General Comerino’, em Vila Nova (Figueiredo, 1989, p.44).

Apesar de todas as dificuldades já expressadas sobre a manutenção da Liga, ela conseguiu empreender suas ações por muitas décadas em Sergipe. Graça²³³ (1996, p.99-100) registrou que em 1951, o então prefeito de Aracaju, Conrado de Araújo, fez a doação de um terreno para a referida associação, com o objetivo de construir uma escola para adultos.

Itala e sua atuação na imprensa: propostas e polêmicas

No período de 1914 a 1917, além de publicar artigos no Jornal “Diário da Manhã”, Itala colaborou em Sergipe nos seguintes periódicos: “O Estado de Sergipe” e “O Democrata”. Fora de Sergipe, no “O País” do Rio de Janeiro²³⁴, e na Revista Feminina²³⁵, editada em São Paulo. No final da década de 20, contribuiu no Almanack de Sergipe²³⁶ que tinha entre seus fundadores seu irmão Jeferson Silva de Oliveira.

Seus artigos versavam sobre: instrução, alfabetização, o papel da mulher, o casamento civil, a luta pelo voto feminino, as causas feministas, entre outros temas. Ela defendeu a instrução das

²³³ Cf. Graça; Souza; Santos (1996).

²³⁴ Segundo Pina (1994, p. 300), Itala escreveu: “A mulher face da Guerra Atual” (Diário da Manhã, Aracaju, 10/09/1914); “Notas sobre a Guerra” (Diário da Manhã, Aracaju 10/10/1914); Discurso de Formatura (publicado no Diário da Manhã e no O Estado de Sergipe, em 15/12/1914); “Natal” (Diário da Manhã, 25/12/1914); “Salve” (Diário da Manhã, 31/12/1914); “Pela Instrução” (Diário da Manhã, 14/03/1915); “Tiradentes (Diário da Manhã, 21/04/1915); “Asilo Rio Branco (Diário da Manhã, 29/04/1915); “Casamento Civil” (Diário da Manhã, 21 e 22/08/1915); “Contra o Analfabetismo” (Diário da Manhã, 8/04/1916); “Conferência – Sessão Magna – Primeiro de Maio” (O Estado de Sergipe, 06 a 10/05/1916); “Pelo Feminismo” (Diário da Manhã, 27 a 30/05/1916); “Nos domínios da instrução” – série de 12 artigos (Diário da Manhã 07, 26/10 a 17/12/1916); “A mulher e o voto” (publicado no Rio de Janeiro, no Jornal “O País” e em Aracaju, no “O Democrata” em 03/06/1917).

²³⁵ A Revista Feminina foi editada em São Paulo, entre 1914-1936, por Virgínia Souza Salles, maiores informações sobre a publicação consultar entre outros: Schumacher (2000); Martins (2001).

²³⁶ O Almanack de Sergipe teve sua primeira edição em 1927, era organizado por Jeferson da Silva Oliveira, José Rodrigues Novaes e Manoel Messias dos Santos e como diretor intelectual figurava o tio de Itala, Clodomir Silva. Era uma obra de cunho literário, comercial, industrial e informativo.

jovens operárias, assim como a necessidade de comemoração das datas nacionais, nas escolas, a importância da formação dos professores na Escola Normal, entre outros. Também se utilizou da imprensa para denunciar injustiças e as negligências das autoridades educacionais do Estado.

Em abril de 1916, com o título “Contra o Analphabetismo”, Itala refletia sobre alguns dos aspectos acerca da educação feminina para a mulher operária. O texto também elogiava Tales Ferraz, diretor gerente da Fábrica Sergipe Industrial, que acabava de instalar uma escola noturna feminina:

Há dias tive uma idéa, que me foi aos poucos dominando e que teve a força de me fazer ir até a imprensa defendel-a . Queria, como ainda hoje quero que o Centro Operário fundasse uma escola nocturna para a mulher operaria. Não havia em nosso meio uma só escola nocturna feminina, e eu desejava que Sergipe, imitasse os grandes Estados da Federação, no tocante a este assumpto. (...) Houve alguém, porém, que antes d’esta de manifestar a respeito do assumpto, comprehendeu o que ia de bom na minha idéa, e a satisfez, si bem que indirectamente. Este alguém, esta pessoa a quem eu, hoje, venho trazer pela imprensa as minhas saudações, pela nobreza do acto que praticou, é o dr. Thales Ferraz, director gerente da fabrica Sergipe Industrial. Moço educado nos grandes centros industriaes, onde o operario gosa de direitos, elle vem, de algum tempo a esta parte, se impondo à minha admiração. Há poucos mezes, indo a passeio no Bairro Siqueira Menezes, visitei o Gremio Industrial, nucleo educativo para os filhos dos operarios; a impressão que aquella casa de aspecto sympathico e de salas espaçosas e hygienicas produziu em mim foi agradabilissima. Em um dos salões do Gremio acaba de ser installada poucos dias antes uma bibliotheca, não é de grande desenvolvimento: com o tempo porém, ella promette augmentar, comtudo já era alguma coisa feita em beneficio do operario. O dr. Thales, porém, não se satisfez só com a fundação da bibliotheca; quis e creou uma escola nocturna feminina e esta funciona no salão em que durante o dia a creançada estuda, se preparando para a vida futura. E a creou sem o espalhafato que domina o nosso povo, quando pratica qualquer acto louvavel. Creou-a com a simplicidade, de que se revestem as acções do homem que só presta contas á sua consciencia, julgadora dos seus actos, e é justamente por isto que a sua acção tem para mim um duplo valor. (...) Trata-se de educar a mulher, amanhã esposa e mãe, a fim de que esta saiba, mais tarde, espalhar pelo seu lar a semente bemdita da moralidade, da virtude, da honradez e do trabalho. Assim é que eu comprehendo o patriotismo. O patriota é aquelle que prova com acções o amor que tem ao seu paiz e não o que se satisfaz em proclamal-o aos quatro ventos, sem coisa alguma fazer que prove o mesmo. Educar a mulher quer dizer preparar gerações futuras para o trabalho e para o engrandecimento da patria, porque ella, companheira do homem e sua auxiliadora na educação da prole, há de, instruindo-se comprehender a honradez em que se consiste, e comprehendendo-a forçosamente transmittirá aos filhos as noções d’esta virtude. (...) Sendo levada a effeito sem o ruido dos applausos, que na maioria das vezes prejudicam a marcha das boas acções, ella visa tornar a mulher membro perfeito da collectividade, igual ao homem, em tudo, tendo sobre ella a vantagem de ser mais caritativa e mais humanitaria. E eu não lhe regateio applausos pois vejo nisto o prenuncio de um epocha melhor para as nossas operarias. Instruida e educada, sabendo o que é, e

como deve viver, a mulher há de indiscutivelmente melhorar as suas condições sociais²³⁷.

A referência do feminismo como a ação/atuação da mulher instruída foi recorrente nos textos de Itala. Ao defender a instrução das operárias ela reafirmava a necessidade de preparação para o exercício dos papéis socialmente construídos para as mulheres como esposas dedicadas e mães exemplares. Moralidade, virtude, honra, trabalho e patriotismo deveriam ser a base desta educação. As propostas de educação elaboradas por Itala encontram-se vinculadas ao discurso liberal feminista do período. Como indicou Rago (1995/1996, p.22):

(...) em muitos pontos, liberais e anarquistas utilizavam os mesmos argumentos, sobretudo aqueles que elevavam a mulher enquanto símbolo da regeneração moral e enquanto portadora de um futuro humano mais igualitário. Valorizando o ideal da “mãe civilizadora”, procuravam dignificar e politizar a maternidade, considerando que o que estava em jogo era a formação do cidadão da pátria, para as primeiras, e do “novo homem” da sociedade libertária, para as segundas. Daí a importância da educação para umas e outras.

Convidada pelo Centro Operário Sergipano²³⁸, para proferir uma conferência dentro da programação do dia do trabalho, em 01 de maio de 1916, Itala abordou a condição da mulher operária. Seu discurso recebeu grande repercussão na imprensa sergipana, tendo sido alvo de comentários por outros intelectuais. A oradora defendeu o direito das mulheres à educação e à instrução, ressaltou a importância de criação de escolas noturnas para operárias e operários, destacou a autonomia feminina através do exercício de uma profissão e da independência econômica. Eis alguns trechos da conferência:

Enquanto ela (a mulher) procurar um marido, não como amigo e companheiro, mas sim como arrimo, esta pequena guerra latente entre os casais não se extinguirá.(...) Reclamo e reclamarei sempre a instrução para a mulher, a pretensa inferioridade da mulher repousa na falta de instrução! (...) Faz-se mister que o figurino de modas seja substituído pelo livro que instrui. (...) O homem só será bom e perfeito quando a mulher formar o seu caráter, depois de bem instruída e educada. Eduquem-se homens e mulheres para a independência da razão equilibrada e para a consciência do dever social.(...) O Feminismo não é uma força que se levanta contra o homem, é a voz da mulher instruída, que aspira um lugar ao lado de seu

²³⁷ OLIVEIRA, Itala Silva de. Contra o Analfabetismo. In: Diário da Manhã. 8 de abril de 1916. Ano VI, n.1.472. p.1. Colunas 4 e 5. (Grifos nossos)

²³⁸ A programação deste evento foi divulgada através do Diário da Manhã, 28 de abril de 1916. Ano VI, p.2 Coluna 2. O Centro Operário Sergipano foi fundado em 1911 e congregou os trabalhadores urbanos até 1964. Cf. Dantas (1983, p. 86).

companheiro, a fim de participar dos seus trabalhos, das suas dores e das suas alegrias. (...) Mulheres da minha terra, uní-vos todas sem distinção de classe²³⁹.

O tema do direito à instrução e a necessidade de educação e preparação das jovens “para o trabalho e para a pátria”, era recorrente em seus artigos. Preocupada com o tipo de educação dispensada às meninas e jovens, escreveu em 1919, um texto em defesa da formação para o trabalho: “a educação, tal como se administra hoje às moças, fã-las mais depositárias de fórmulas confusas, que seres pensantes, cuida mais de formar bonecas, que de educar obreiras do progresso social²⁴⁰.”

A inserção feminina no mercado de trabalho em Aracaju, se diversificou nas primeiras décadas da República. Além do exercício do magistério, público e particular, as mulheres estavam presentes nas fábricas de tecelagem, no comércio, em atividades ligadas à enfermagem, no campo das artes, e nas atividades relacionadas com o âmbito doméstico (governantas, cozinheiras, arrumadeiras, passadeiras, engomadeiras, lavadeiras, doceiras, entre outras).

No artigo “Datas Nacionais” publicado em maio de 1916, Itala criticou a falta de atenção das escolas e professoras/es em comemorar as datas cívicas Nacionais. Comentou a preocupação patriótica na educação das suas alunas.

Eu, também, sou professora, e me orgulho de o ser, mas no espirito em botão de minhas pequenas alumnas, eu desenvolvo, antes de tudo, o amor a patria, sei cultivar-lhes acima, de qualquer outro sentimento, o do patriotismo, porque penso e creio que só dos bancos das escolas hão de sair os salvadores do Brazil; que só a instrução poderá levar ao seu organismo social depauperado, a força vital. E porque assim pense e creia é que emito, aqui, agora, a minha opinião, sobre o não se dar aos feriados a precisa atenção. O meu protesto contra tal costume aqui fica lavrado pois²⁴¹.

Em “Pelo Feminismo I e II”, publicados no final de maio de 1916, Itala apresentou críticas à educação feminina e ao feminismo mais radical. A motivação destes artigos, era a defesa do seu tio, Clodomir de Souza Silva²⁴². Ele havia prestado concurso na Escola Normal para cadeira de Português e, no entanto, a banca examinadora, formada pelas docentes Etelvina Amália de Siqueira,

²³⁹ Diário Oficial do Estado, 06 a 10 de maio de 1916. Apud FIGUEIREDO, A. Op. cit., 1989, p.15. (Grifos nossos).

²⁴⁰ Cf. Artigo publicado no Jornal “Século XX”, em 7/5/1919, apud NUNES, M. T. Op. cit., 1984, p.255.

²⁴¹ OLIVEIRA, Itala Silva de. Datas Nacionais. In: Diário da Manhã, 11 de maio de 1916. Ano VI, n. 1.495, p. 1 Col. 3 e 4.

²⁴² Antes destes dois artigos de Itala, Clodomir Silva já havia publicado no “Diário da Manhã”, uma coletânea (composta por cinco artigos) intitulada “Uma Bella Comédia”, no período de 21 a 26 de maio de 1916, em que tratou do concurso e do resultado com muita acidez criticando a banca examinadora e o diretor da Escola Normal de forma veemente.

Norma Reis e Clotildes Machado aprovou, em primeiro lugar, a sobrinha de Quintina Diniz, Sylvia de Oliveira Ribeiro. Itala criticou severamente o resultado e a composição da banca. Nestes dois textos ela refletiu também sobre o padrão vigente de escolarização feminina, que se restringia ao aprendizado de certas habilidades sócio-culturais:

É na defesa de um direito, que eu julgo ser meu, que, aqui, me acho agora. E si eu penso defender um direito que julgo ser meu é porque a instrução que eu recebi me fez comprehender o meu valor; é porque o meu espirito despido de credices e abusos, paira em uma atmospheria, onde só conhece a igualdade, o direito e a justiça, desprezando qualquer outra coisa, que não se relacionando com estas só o pode prejudicar. Este direito, que eu defendo, aqui é o feminismo. Não deverá, pois, surprehender a alguém, que eu assim o faça. Todos os que lêem o que eu escrevo sabe que mais de uma vez tenho defendido esta causa tão sympathica para mim. Mas, ninguém pense que ser feminista é ser revolucionaria; não; por que isto eu não sou, si aspiro para a mulher regalias a que o homem tem direito é porque sou das pessoas que julgam que tendo capacidade e instrução ella pode desempenhar os mesmos cargos que seu companheiro. Si isto lhe faltar, porém, isto é, não tendo habilidade e desprovida de saber, nem de leve passe pelo espirito de quem quer que seja o chamal-a para qualquer cargo, porque então o seu escopo será: desordem e arbitrariedade. Isto que se dá com as mulheres também se repete com os homens, quando estes não reúnem capacidades para os lugares que occupam. (...) Tobias Barretto certa occasião, analysando a instrução, ministrada na sua época, ás mulheres brasileiras, relata que moças que saíam de estabelecimentos de ensino, afamados pelos reclames, e ás quaes se pedia que tocasse um nocturno de Chopin diziam ingenuamente: Eu não sei. E estas moças dansavam, cantavam bem, gaguejavam duas linguas melhor ainda, mas o essencial faltava-lhes, não sabiam conjugar nem os verbos irregulares na lingua vernacula. Tinham o verniz que cobre a mulher brasileira, na sua quasi totalidade, e que se chama: - Instrução. Eu, na minha maneira de pensar chamaria a isto em vez de instrução o que absolutamente não é, pedantismo, simplesmente. Mas o celebre philosofo se ainda hoje vivesse ouviria coisas identicas e talvez mais interessantes. Teria o desprazer de ver mestras dizerem o povo foram ou vi ella, em plena classe de portuguez, dando explicações; coraria de vergonha vendo a lingua vernacula assim mutilada, mas nada diria, porque a verdade, hoje, não se diz; constitue crime isto fazer. Si bem que eu saiba isto, e que conheça, tambem, que por esta razão não sou muito bem vista por muita gente, eu digo: estas mestras assim fazem porque não tendo competencia são chamadas para reger cadeiras de estabelecimentos superiores onde a responsabilidade é dupla. O resultado deste erro é gravissimo, fazem d'aquillo propriedade sua, e a sua vontade vão pondo e dispondo de tudo, sem a consciencia do dever e sem a noção da justiça, ao mesmo tempo que vão ensinando os seus alumnos a serem injustos e máos fazendo nascer nos seus espiritos ao lado de um pessimismo doentio, um horror accentuado pelo estudo. Os parentes, os amigos, os protegidos estes tudo conseguem; os bons, os estudiosos, que visam cumprir o dever e adquirir certa independencia na vida, por meio da instrução, estes são olhados desdenhosamente e até ridicularidos. Matam lhes, assim, quase sempre, as mais bellas illusões da mocidade, as mais puras aspirações da juventude. Ah! Mestras ou mestres que assim procedeis, mereceis o mesmo

castigo que o assassino ou o ladrão, porque si estes roubam a vida ou os haveres, vós fazeis mais: matais as esperanças do que a patria possui de melhor, que é a mocidade, embotais lhe a sensibilidade, tornais os moços cynicos e (...) o recente e já tão celebre concurso da Escola Normal de Aracajú. Estas phrases, que se revestem de uma picante ironia, dão a quem as ouve a ideia de quem as profere tem muita razão. Não é assim, porém. Não é difficil que em se tratando ouça se o seguinte: ‘onde as mulheres se mettem é isto’ ou então ‘quero vêr si deante disto ainda pensam em conceder á mulher os mesmos direitos que tem os homens. Eis ahi o resultado da intervenção das mulheres nos negocios publicos.’ A quem diz assim eu pergunto si esta regra é geral²⁴³.

No artigo publicado na seqüência, Itala reforçou as críticas ao corpo docente da Escola Normal e retomou suas posições conservadoras frente ao feminismo. Em relação ao Diretor da Escola Normal, Helvécio de Andrade, registrou as perseguições sofridas por ela mesma:

E notorio e sabido que na Escola Normal de Aracajú o elemento do feminino sobrepuja o masculino. Isto deveria se constituir grande satisfação para as feministas. Com pezar, porém, eu digo, não se dá tal. Com raras e honrosas excepções as mulheres da Escola Normal do meu Estado constituem uma ridicularização para o feminismo. Certamente direis: com assim, si alli se acha o que Sergipe possui de melhor em intellectualidades? Isto é um méro engano. Haveis de ouvir, alli, professores que dizem, que vão ás aulas, domar feras, ou então vereis no meio de um silencio a voz de alguma professora dizer quando eu ver e licencia!!! E este é o estabelecimento de ensino onde se preparam as professoras dos vossos filhinhos, caros leitores. Tambem alli a calunnia tem seu santuario cuidadosamente erigido. Quem se não subordina a aquella politica, paga bem caro o seu tributo. A humilde escriptora d’estas linhas tambem tem sido victima dos caprichos d’aquelle blóco, e principalmente do Director da Instrucção Publica. Ao sabor da sua vontade s.s. tem movido contra mim uma guerra baixa. E porque? Em primeiro logar porque externei o anno passado, pela imprensa a minha opinião sobre a conferencia de alguém com quem s.s. é desaffiado. Depois porque sabe que, moça cheia de aspirações e desejos eu não me acho a par do grande movimento pedagogico moderno só por meio de revistas e jornaes, e porque conhece que tive um professor de Pedagogia, de quem s.s. boas licções tem recebido, e que primus inter pares, soube me fazer comprehender a missão nobilitante do educador contemporaneo da qual s.s. tem uma noção muito vaga. Esta é a razão porque esta lucta vil é movida contra mim. Uma vez que isto sahiu ao correr da penna cumpre me dizer que lhe que tenho a consciencia do meu valor proprio e a altivez necessária para em tempo opportuno mostrar lhe que o futuro é meu, porque estudo e creio no poder da instrucção e do trabalho. Melhor seria que s.s. me tratasse leal e sinceramente como é dever de todo homem cortez e educado. (...) Não era, pois, de admirar que tendo um tal Director e mulheres sem capacidade o concurso tivesse o resultado que teve. Tirados da sua obscuridade para regerem cadeiras de materias que nunca estudaram ellas (as componentes da bandalheira) arbitrarías como são, em geral, as pessoas sem instrucção,

²⁴³ OLIVEIRA, Itala Silva de. Pelo Feminismo I. Diário da Manhã, 27 de maio de 1916. Ano VI, n. 1.507. Aracaju, p. 2. Col. 1 e 2. Seção: Collaboração. (Grifos nossos).

procederam da forma que todos já devem saber. Eis explicado o motivo porque no concurso da Escola Normal essas mulheres procederam de tão feio modo. Não pense, pois, mais ninguém que o que ellas fizeram todas fazem, não, que quanto a mulher ou o homem são educados e instruidos como devem, quando elles sabem aquilatar o valor dos demais não pela belleza physica, ou pela riqueza, estes factos não se dão. Si o feminismo só contasse no seu seio d'estes elementos, o seu triumpho seria sempre uma utopia, e a obra que milhares de cerebros conceberam, durante centenas de annos, ruiria por terra. Valha-nos a certeza de que estes maus elementos são annullados pelos esforços dos que sabem que é justiça que é direito e que é instrucção. Sejam eliminados, pois, os maus elementos, seja a sociedade livrada d'elles, porque o seu contagio é perigosissimo. Chama-se a mulher para colaborar, mais directamente, na obra social, mais isto só quando se lhe tiver dado bôa educação e melhor instrucção, e então não mais ver se á estes factos se repetirem; não mais ter-se-á a lamentar certos procedimentos. Aqui, fica a minha defesa feita em nome do feminismo, sublime e nobre ideal que alimenta hoje uma grande parte da humanidade, e que promette abrir á mulher novos horizontes e melhores dias. Perdoai, caros leitores o ter dito duramente a verdade, mas assim era mister²⁴⁴.

Os textos publicados de sua autoria no final do ano de 1916 referem-se aos problemas da educação sergipana. Itala elaborou críticas veementes em relação às atividades e posturas do Diretor da Instrucção Pública e professor de História Natural da Escola Normal. O primeiro artigo escrito em forma de carta-aberta à direção do jornal “Diário da Manhã”, comentou sobre o inquérito instalado pelo citado Prof. Helvécio de Andrade e analisou os problemas da formação das normalistas:

Aracaju, 13 de setembro de 1916 – Ilmo. Sr. Redactor do “Diário da Manhã” – Saudações respeitadas. – Na qualidade de collaboradora deste conceituado jornal e offendida por uma insinuação ativada contra minha pessoa, pelo Director Geral da Instrucção Publica, rogo vos a publicação das linhas que seguem, nas columnas deste ‘Diario’. Toléro a covardia na mulher, porque, sendo ella, como dizem por ahi, do sexo fraco, este defeito lhe póde ser perdoado. Não toléro, porém, no homem este defeito: penso que elle deve ser ativo e leal, sabendo ser o que é. (...) O director da Instrucção Publica, do meu caro e malfadado Sergipe é um destes homens cuja baixeza vai ao extremo, que nunca enfrenta os seus adversarios, é um covarde, n’uma palavra. (...) Decorridos poucos mezes coube me a honra insigne de escrever um artigo sobre a nossa instrucção, e n’elle estudei desapaixadamente a acção do director da Instrucção Publica. E s.s. zangou se, e n’um surto de coragem teve a audacia de mandar chamar, particularmente, á secretaria da Escola, uma minha irmã para tratar, dizia s.s., de assumptos de instrucção. Estes assumptos de instrucção versavam sobre o meu artigo, mas ella não foi lá porque não escreveu nenhum artigo, e mandou-lhe dizer que os negocios entre director e alumna são

²⁴⁴ OLIVEIRA, Itala da Silva de. Pelo Feminismo II. Diário da Manhã, 30 de maio de 1916. Ano VI, n. 1509. p. 1. Coluna 5. p 2. Col. 1. Seção: Collaboração. (Grifos nossos).

publicos. (...) S.s. nada objectou, mas á hora de leccionar, no auge da cólera, reprimiu sem razão e disse então ‘que sobre o 4º anno pairava uma calúnia, escripta n’um jornaletto baixo e vil, que indignamente percorre ass ruas da cidade, calúnia escripta por uma moça que não comprehendia o que era’.E dominado pela cólera, fez ver que na secretaria do estabelecimento se encontra aberto um inquerito a que todas as alumnas vão responder; terminou chamando as alumnas do 4º anno de deladoras e calumniadoras. Que impagável director!E como pese sobre a minha pessoa uma insinuação, aqui me acho para defender me.Primeiro que tudo saiba s.s. que ninguém, talvez, melhor do que eu comprehende o que eu sou e o que eu valho, que ninguém comprehende mais do que eu o que é uma mulher, e qual o seu valor. Que s.s. não saiba e não comprehenda, isto a culpa não é minha. Penso, porém, que não assiste a s.s., que é baixo até no tamanho, dizer que eu, uma moça, cuja conducta aqui todos conhecem, não comprehendo o que sou. E demais s.s. devia dirigir se pessoalmente a mim, que quando fiz o artigo, o assignei, e não dizer por fóra o que muito bem lhe aprouver. Pense bem s.s. na responsabilidade que cria com esta sua maneira de proceder, e veja que eu sou adversaria leal e sincera que o que tiver de dizer lhe não mandarei por terceiros.E agora vejamos qual a calúnia por mim atirada contra s.s.No meu artigo escripto no “Seculo XX”, e pelo qual tantas felicitações tenho recebido, disse eu que s.s. em vez de pratica e amavelmente ensinar as suas alumnas dava lições sobre casamentos, sobre a propriedade que têm certas pessoas de se transformar em fructas e explicações de physiologia e anatomia que faziam suas alumnas corar. Menti por acaso? Não. (...)E eu sei perfeitamente quaes são as explicações que as fizeram corar. Si preciso for, dil as ei pela imprensa modificadas as phrases, si bem que não todas, porque hão explicações que a minha dignidade de moça que se preza manda que n’as diga, mormente de publico. Saiba o director da Instrução Publica que no Atheneu Sergipense, onde conquistei dois diplomas, eu também estudei Historia Natural. Tive, porem, sr. Redactor, um professor correcto e distincto que sempre soube respeitar me, que só me explicava o que devia e como as regras da decencia pediam, a que nunca nas suas explicações foi malicioso, nem indecente.(...)Que moralidade extemporanea é esta?!Se s.s. algum dia tivesse estudado instrucção civica, deveria saber que quase todas estas meninas não podem responder a este inquerito, pois são menores.E além disto é mais que certo que ellas nada dirão porquanto s.s. já as ameaçou de suspensão e no fim do anno as reprovará indubitavelmente.(...) O director da Instrução Publica compenetre se do que é, e da sua nullidade, venha pela imprensa defender se da calúnia, que eu lhe atirei, como diz, e fique certo de que na defeza dos meus idéaes e dos meus direitos eu darei até a vida si necessario for. Explique se s.s. e eu então historiarei os factos que me tornam tão antipathica aos seus olhos.É um homem de altas e nobres qualidades, como diz, pois saiba que eu sou uma moça conscienciosa do que é, e para o qual s.s. só tem sido um empecilho aos seus projectos e aos seus calculos. Ahi esta, sr. Redactor, a defesa que faço das insinuações do sr. Director da Instrução Publica, que devera ter mais compostura e dignidade.Julgando que attendereis ao meu pedido sou com estima e consideração admiradora constante e grata²⁴⁵.

²⁴⁵ OLIVEIRA, Itala Silva de. Pela Instrução. Diário da Manhã, 14 de setembro de 1916. Ano VI, n. 1.591. p. 2. Col. 3 e 4. (Grifos nossos).

Entre 07 de novembro a 17 de dezembro de 1916, Itala publicou uma coletânea composta por doze artigos, intitulada “Nos domínios da Instrução”²⁴⁶. O tema central desta coletânea foi a análise das ações e posições do Diretor da Instrução Pública. Helvécio de Andrade, que além de ocupar este cargo, era também, Diretor da Escola Normal, Diretor dos Grupos Escolares e da Escola Anexa, além de Professor de História Natural e Professor de Ginástica.

As denúncias apresentadas por Itala eram sérias e comprometedoras. Elencavam, entre outros temas, perseguições a alunos, aulas com temas constrangedores, e até mesmo arbitrariedades na organização dos exames e nos processos de conclusão de curso. Na maioria deles a autora insistiu que o Presidente do Estado tomasse as devidas providências, afastando o citado Diretor da Instrução Pública das responsabilidades de direção e magistério.

A Escola Normal e o processo de formação docente foram também alvos de críticas pela autora. A falta de compromisso dos professores e da direção, assim como a ênfase excessiva na memorização de conceitos apareceram em diversos artigos, desta coletânea. Ela fundamentou suas reflexões citando, entre outros autores, Claparède, Payot., Spencer e Parker.

Itala e a Revista Feminina

Em 18 de maio de 1916, uma nota intitulada “Revista Feminina”²⁴⁷, informou que Itala havia sido convidada a colaborar na Revista Feminina editada em São Paulo, pelo seu agente em Aracaju, Péricles Muniz Barreto.

A Revista Feminina²⁴⁸ criada por Virgínia de Souza Salles em 1914, circulou até 1936, por todos os Estados brasileiros recebendo colaborações da Academia Brasileira de Letras e de

²⁴⁶ Esta coletânea será analisada posteriormente.

²⁴⁷ Revista Feminina. In: Diário da Manhã, 18 de maio de 1916. Ano VI, n. 1.500. p.1.col.1. Autoria não identificada.

²⁴⁸ Para maiores informações consultar entre outros: Reis (1993); Besse (1999); Schumacher (2000); Rago (1995/1996); Martins (2001).

feministas como Maria Lacerda de Moura²⁴⁹ e de Ana Castro Osório²⁵⁰, entre outros autores consagrados²⁵¹.

Defendendo a ampliação da escolaridade feminina e o direito ao voto a Revista Feminina não deixava de exaltar a feminilidade através da comercialização de produtos destinados às mulheres, como cremes de beleza e livros de culinária. Segundo Reis (1993, p.33) a referida publicação era um dos veículos mais populares das reivindicações femininas.

As posições defendidas nas páginas da Revista tentavam conciliar a atuação das mulheres nos espaços públicos e os papéis tradicionais vinculados ao casamento e à maternidade:

No decorrer de mais de uma década, a Revista Feminina defendeu a educação das mulheres e mesmo a profissionalização, desde que não colocasse em risco seu principal papel de mãe e dona de casa, procurando valorizar o trabalho no interior do lar. Seus conselhos e advertências visavam afastar novos costumes e modas que expusessem a mulher a posturas por demais emancipadas e colocassem em risco o equilíbrio familiar. Mesmo assim, em diversos artigos a publicação evidencia as mudanças de comportamentos que aos poucos abalavam a imagem santificada em que pretendia congelar a mulher (REIS, 1993, p.32).

Em janeiro de 1915, a Revista Feminina contava com 4.325 assinantes e era uma publicação mensal com aproximadamente 20 páginas. Em 1916, o número de assinaturas aumentou para 12.568, e passou a ter mais de 100 páginas de texto e contava com muitas ilustrações. Dois anos mais tarde a tiragem de cada número variava entre 20 mil a 25 mil exemplares (Besse, 1999, p.27)

Em junho de 1916 Itala publicou um artigo intitulado “Revista Feminina”, no “Diário da Manhã” onde comentou, entre outros temas, acerca da importância do citado periódico como, canal de instrução e educação das mulheres, sobre o papel das mulheres na sociedade e o feminismo:

²⁴⁹ Sobre Maria Lacerda de Moura, consultar entre outros: LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Editora Ática, 1984. e Schumacher (2000).

²⁵⁰ Ana de Castro Osório feminista portuguesa, autora de manuais escolares e livros didáticos, lutou pelo voto feminino em Portugal e manteve correspondências e intercâmbios com Bertha Lutz. Para maiores informações consultar: REMÉDIOS, Maria José. Ana de Castro Osório e a Construção da Grande Aliança entre os povos: dois manuais da autoria da escritora portuguesa adoptados no Brasil. In: ANAIS do I Congresso Brasileiro de História da Educação. Educação no Brasil: História e Historiografia. Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Educação; Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, 6 a 9 de novembro de 2000. [cd-rom].

²⁵¹ Cf. Reis (1993, p. 26-27). Entre os autores consagrados que colaboraram na Revista Feminina segundo BESSE (1999, p.234), estavam: “Olavo Bilac, Coelho Netto, Magalhães de Azeredo, Felix Pacheco, Affonso Arinos, Cláudio de Souza (escrevendo tanto sob seu próprio nome quanto sob o pseudônimo de Anna Rita Malheiros, Amadeu Amaral, Cerqueira Mendes, Luis Guimarães Filho, Antonio Austregésilo Lima, Afrânio Peixoto, Monteiro Lobato, Guilherme de Almeida, René Thiollier, Cyro Costa, Julio César da Silva, Julia Lopes de Almeida, Francisca Julia da Silva, B. Mendonça de Lima, Cecília Bandeira de Melo Rebelo de Vasconcelos (pseudônimo Chrysantème), Albina Pires de Campos, Dra. Alzira Reis, Presciliana Duarte de Almeida, Laurita de Lacerda e Anna César.”

(...) Que a mulher é capaz de, condignamente, influir nos problemas sociaes; que ella, quando instruida, prova tão bem como o seu companheiro, é um facto real e palpavel, que se nos apresenta tão claro como claro são os raios do sol, nos dias estivaes. Antigamente constituia excepção a mulher que na litteratura ou em qualquer outro ramo do saber humano se destacasse; hoje não. (...) É que ella comprehendeu que assumptos mais importantes, que o debatido problema do amor, reclamam a sua attenção. As multiplas transformações, que o correr dos tempos, se vão operando nas sociedades, lhe fazem vêr a necessidade que tem de applicar a sua actividade melhor do que a tem aproveitado até agora. Há dias lemos uma interessante chronica apreciando a mudança sensivel que se produziu no character da mulher franceza, depois d'estes longos mezes de guerra, e tivemos mais uma vez a convicção de que ella marcha a passos largos em procura da sua emancipação.(...) Quem acreditava até hoje que o logar da mulher era no lar, no interior das casas, que ella não podia desempenhar os mesmos cargos que o homem, sem que isto não viesse perturbar o socego do lar domestico, está vendo o contrario, no velho continente conflagrado. Como as aguas das inundações que pouco a pouco vão augmentando de volume até attingirem consideravel altura, assim o movimento feminista cada dia que se passa mais se desenvolve, (...) e võe alta em procura da liberdade. Nós, brasileiras, que temos tanto interesse, e que seguimos com cuidado o que fóra do paiz se pássa, afim de imitar, não nos lembramos de procurar o que pode trazer desenvolvimento á vida do paiz; preocupamo-nos com as mil tolices da moda e com as futilidades, com que os outros povos occupam as suas horas de ocio. (...) Não obstante, porém, o nosso atrazo em materia de dar-se á mulher o que, fora d'aqui, ella em outros paizes está em via de conquistar, já vemos, comtudo, exemplos raros, que nos mostram que, também no Brasil, ella já começa a ensaiar os primeiros vôos para a reivindicação dos seus direitos, até hoje negados. (...) Assim é que ella fundou a Revista Feminina, que se destina a cooperar para a instrucção da mulher brasileira, e que, ao nosso ver, será como um pharol mostrando ás gerações vindouras que já, hoje, há no Brasil quem trabalhe em beneficio da instrucção feminina. (...) É preciso que saibamos que não é sómente o livro que instrue, que tambem o jornal e a revista largamente contribuem para a diffusão da instrucção, e nós, que n'este ponto de vista temos tudo a fazer, devemos procurar adquiril-a por todos os meios. (...) Foi por sabermos isto, e por termos lido o seu appello que achamos justo, que algo dizemos as patricias sergipanas que procurem lel-a. Não se trata de um revista onde o amor piegas e aborrecido se ostente, unicamente, e talvez que esta seja a razão pelo qual não tenha essa revista a acceitação que merece; mas, é preciso que a mulher saiba que hoje este sentimento não deve constituir a única preocupação da sua vida; que o desenvolvimento da humanidade faz ver que a mulher precisa de substituir este thema banalissimo, que só deve servir de assumpto para os poetas e poetisas, pela instrucção que elva e dignifica. A Revista Feminina como magazine util a toda mulher, pela variedade de assumptos, deve ser procurada por todas vos pois a sua leitura a todos interessa²⁵².

²⁵² OLIVEIRA, Itala Silva de. Revista Feminina. Diário da Manhã, 23 de junho de 1916 Anno VI, n.1529. p.1. col. 4 e 5. p.2 col. 1. Este mesmo artigo foi publicado na Revista Feminina, n. 27 publicada em agosto de 1916, segundo nota divulgada no Diário da Manhã, 20 de agosto de 1916. Ano VI. n. 1572, p. 1 col. 5. (Grifos nossos).

Neste mesmo artigo, Itala sugeriu publicamente à Diretora da Revista que fossem criadas duas novas seções, uma dedicada à História do Feminismo e outra à Pediatria, com conselhos úteis para as mães, além de convocar as sergipanas a se tornarem leitoras da publicação:

Agora seja permitida aqui uma ligeira nota: - A Revista Feminina que como o seu nome indica é nossa, necessita para complemento da sua acção, de duas coisas, que são, primeiro, a criação de uma secção, unicamente, dedicada à historia do feminismo no Brasil, que é bem verdade, quasi não tem historia, mas, que servirá para assignalar-lhe o começo, fazendo-nos ver em que industrias, artes ou quaesquer outros ramos do saber humano a mulher emprega sua actividade, e, de um outra secção de pediatria especialmente dedicada ás mães de familia. Amplie illustre D. Virgilina a revista com o que acima dizemos, e estamos certa de que a sua acção tornar-se-á mais ampla. (...) concitamos as nossas patricias a que procurem a Revista Feminina que além da leitura util e agradável, tem o merito de ser uma publicação feminina²⁵³.

Em setembro de 1916, foi publicado na Revista Feminina, um texto de Itala intitulado “O Analfabetismo”. Como em outros artigos publicados na imprensa sergipana sobre o tema, Itala conclamou as mulheres a se engajarem nas ligas contra o analfabetismo:

Há dias, pela imprensa do meu Estado, escrevi sobre a Liga brasileira contra o analfabetismo, e disse que as mulheres brasileiras deviam formar ligas filiadas à primeira, isto é, a que tem sua sede na capital da República, contribuindo assim para a extinção do analfabetismo, no Brasil.No meu entusiasmo, na minha ancia de ver o Brasil impor-se á todas as nações, pela cultura dos seus filhos, eu fui mais adiante aconselhei ás mulheres do meu paiz, principalmente as que vivem no campo, onde as mais das vezes falta-lhes distracção – não porque o campo não tenha mais do que qualquer outro lugar, mas porque ellas não sabem comprehender na plenitude da sua belleza livre – porque isso, não só havia de distrahir-as, como tambem porque seria nobre e bello.O ensino tem tantos attrativos ! Dedicar a existencia a socorrer creancinhas, dando-lhes instrucção, é tão consolador! (...)Seriam, pois, as gentis leitoras da ‘Revista Feminina’ o que abaixo escrevo, meditem e não recusem seu esforço em prol de um dos problemas vitaes da nossa patria.Conheço a força de vontade da mulher quando é capaz, e sei que quando ella deseja qualquer coisa, rompe impossiveis, sulca barreiras, e vence quasi sempre; e é porque a ella me dirijo.Moral e intellectualmente o Brasil definha.Falta-lhe a instrucção primaria ministrada, com criterio, nas escolas, bem como a educação bem dirigida no seio das familias; falta, em uma palavra, ao seu povo – instrucção.E um povo sem instrucção, bondosas leitoras, é um povo indigno de viver ao lado dos demais povos. (...)Desejo que o Brasil seja libertado da mancha negra do analfabetismo, e quero que elle deva á mulher esta redempção. Para isto torna-se necessario que todas vós, que me estais lendo, procureis diffundir a

²⁵³ OLIVEIRA, Itala Silva de. Revista Feminina. Diário da Manhã, 23 de junho de 1916 Anno VI, n.1529. p.1. col. 4 e 5. p.2 col. 1.

instrucção que recebestes, reunindo todos os dias, em vossas cosas, si habitaes na cidade, ao ar livre si viveis no campo, um numero de pessoas, que queiram se instruir, sejam ellas creanças ou não, e que durante duas horas por dia, procureis, a força de tenacidade e amor, projectar nos seus espiritos os raios divinos da instrucção. O que eu proponho é facil de ser executado, porque rara é a mulher que durante o dia não dispõe de duas horas, que assim poderão ser applicados. Fazei isto, caras leitoras, e eu estou certa que d'aqui a alguns annos havemos de ver surgir no Brasil actual um outro que deverá a sua gloria e a sua grandeza ao amor e à tenacidade de suas filhas. O que eu desejo ahi fica exposto quando os meus affazeres me permittirem consagrarei nesta revista, algumas linhas em favor de uma Liga de mulheres brasileiras contra o analphabetismo, que devemos crear, e que S. Paulo, como luzeiro da instrucção no Brasil, deve ser o primeiro a dar exemplo. Perdoai, gentis leitoras, a minha massada, e trabalhai para o soerguimento do Brasil²⁵⁴.

O empenho de Itala pela mobilização em torno da alfabetização avançou para além das fronteiras de Sergipe. A pretensão do soerguimento da nação pela instrução e do engajamento das mulheres nesta missão patriótica através da alfabetização era recorrente nos textos de Itala.

Não foram encontradas evidências de outras sergipanas que colaboraram na Revista Feminina. Segundo Besse (1999, p.28) “a Revista oferecia espaço para que as escritoras famosas ou menos conhecidas publicassem seus trabalhos, estimulando com isso as mulheres a serem produtoras quando consumidoras dos meios de comunicação”.

Não foi encontrado nas páginas da Revista Feminina e nem mesmo nos textos publicados por Itala, neste periódico, propostas transformadoras em relação à condição feminina. A emancipação das mulheres foi defendida de forma conciliadora, valorizando a família e os papéis tradicionais socialmente construídos para as mulheres. A atuação/intervenção na sociedade proposta às leitoras estava relacionada com a educação, higiene, saúde, moralização de hábitos e com as tarefas domésticas.

Itala e o exercício da Medicina

Após a sua ida para Salvador, a imprensa sergipana perdeu a colaboradora assídua dos jornais. Em 1927, Itala defendeu sua tese de doutoramento em Ciências Médicas e Cirúrgicas, com o

²⁵⁴ OLIVEIRA, Itala Silva. O Analphabetismo. In: Revista Feminina. São Paulo: n. 28, Ano III, setembro de 1916. (Grifos nossos).

título: “Da Sexualidade e da Educação Sexual”. Segundo depoimentos de seus primos, o tema escolhido causou uma certa celeuma em torno de Itala.

Na sua tese, acerca da importância da educação sexual, Itala retomou o tema da educação feminina, dando ênfase à necessidade de desmistificar o tema da sexualidade. Baseada em argumentos eugênicos e higienistas, ela se empenhou em defender o conhecimento amplo, científico e sem preconceito do corpo humano, principalmente dos aparelhos reprodutores feminino e masculino, das funções e desejos sexuais. Na introdução do seu trabalho ela esclareceu as dificuldades de tratar do tema escolhido e criticou a instrução ministrada às mulheres:

Presinto, já de hoje, que muitos o classificarão de ridículo, porque vai ferir legítimos melindres; outros o acoimarão de impróprio, visto quererem haja uma sexualidade para o espírito como para o corpo; alguns levarão as mãos à cabeça, a perguntarem onde o decoro das mulheres de hoje, e, na falta disso tudo, haverá ainda quem me apelide de insensata, sem pudor, senão immoral. (...) A mim se me dá pouco a opinião dos que assim me julgarem e pensarem. A todos eu direi: o sofrimento, a dor, agonia só gramaticalmente têm gênero. Elles prendem, ennostram nos seus tentáculos o homem, assim como a mulher. E essa pobre metade do gênero humano torturada e consumida, tem também o direito de se fazer ouvir, no seu benefício próprio, que é o benefício dos seus filhos amanhã. (...) Eu sei no entanto, que a mulher soffre muito mais do que o homem nessas questões de amor sexual. A ella tudo se proíbe; tudo é-lhe vedado. De vontade fraca, porque a educação assim se formou, ella tem mister ser instruída, ser educada, só então ella marchará para o amor serena e tranquilla, sem embustes, sem fraudes, sem artificios, dando a sua virgindade em troca de augustos mysterios e sublimes idéaes (OLIVEIRA, 1927, p. XII-XIII; XVII).

A tese de Itala tinha 210 páginas e estava dividida em três partes. A primeira parte foi dedicada à descrição fisiológica e funcional dos aparelhos reprodutores masculino e feminino. A segunda parte tratou da fecundação e de alguns aspectos sobre a necessidade sexual, fundamentada em argumentos da eugenia e da higiene, ressaltou a importância do casamento e analisou alguns “desvios sexuais”. O exercício da medicina foi ressaltado diversas vezes, pela autora, para além da simples prescrição de medicamentos:

A medicina não tem por único escopo guarnecer males physicos e não é alinhando no branco do papel medicamentos ou substancias, cuja somma libertada no organismo beneficiará tal ou qual districto da economia, que as dores humanas se amainarão. A medicina é sacerdócio também e o medico, digno deste nome, há de ser ou ter algo de psychologo, devera de saber onde o mal se assesta e a simulação se esconde, para agir e actuar utilmente. É mister dar aos 2 sexos uma educação que os eleve e os faça comprehender a vida com as suas dores e as suas luctas, mas com as suas compensações e alegrias que ella também as tem, sim (OLIVEIRA, 1927, p.111).

A terceira parte foi totalmente dedicada à necessidade e importância da educação sexual. Criticou o excesso de pudor das mulheres católicas e insistiu que as mulheres deveriam ter acesso a informações científicas sobre seu corpo, menstruação, gestação e parto. Itala, ao longo da tese, citou diversos autores, nacionais e estrangeiros. Entre os mais referenciados encontram-se Forel, Lívio de Castro, Roux e Mathé.

Salientou em diversos momentos da tese o papel dos pais, da escola e dos médicos no esclarecimento e na formação de crianças e jovens sobre o tema da sexualidade, em favor da felicidade e da realização de homens e mulheres. Itala insistia que a instrução deveria se constituir em aliada da educação da vontade e da regulação dos instintos. Demonstrou preocupação com o excesso de sensualismo, no cinema, nas danças e na moda, no final da década de 20 e prescreveu atenção redobrada aos romances e leituras eróticas.

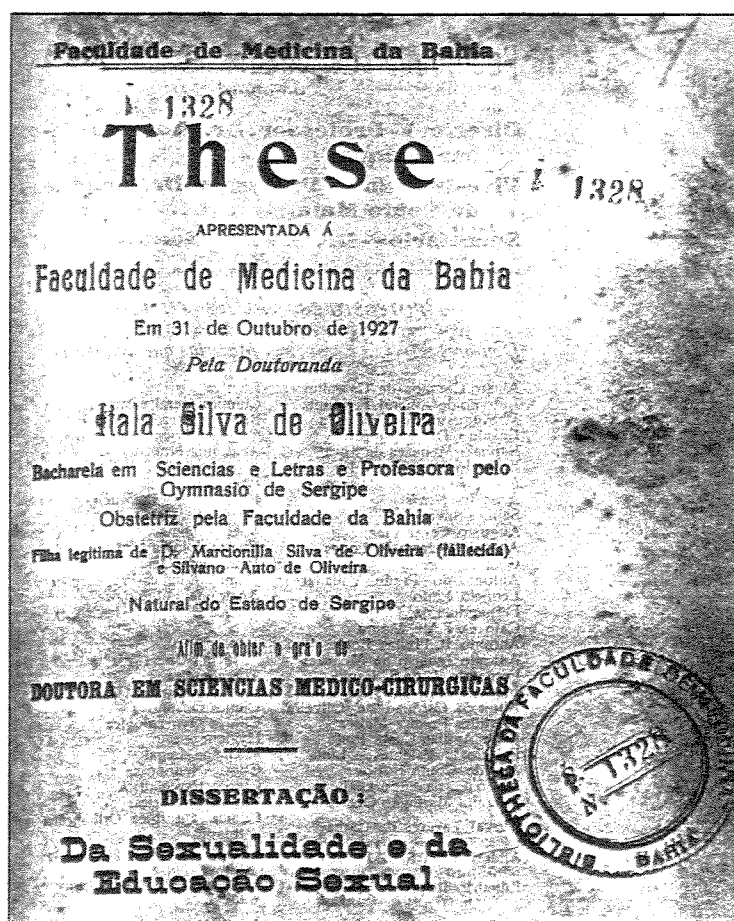


Foto 22 - Capa da Tese de Medicina de Itala Silva de Oliveira, 1927. Faculdade de Medicina da Bahia.
Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora.

Defendeu ainda a co-educação como uma forma de convivência importante para meninos e meninas, rapazes e moças, a fim de que no futuro, como maridos e esposas, pudessem compreender a importância de compartilhar experiências. A educação sexual das jovens foi apresentada como garantia de estabilidade no casamento. Reforçando preceitos eugênicos e higiênicos que vigoravam no período, as práticas sexuais deveriam ocorrer respeitando os padrões de moralidade e moderação.

Assim a educação sexual, para Itala, exercia um papel preponderante para a existência e manutenção das práticas sociais em torno do amor-casamento, e do sexo-procriação, tão propalado por médicos e intelectuais nas primeiras décadas do século XX.

A educação sexual feminina, para ela, era essencial, independente do estado civil, casada, solteira ou celibatária, sendo também uma das propostas do movimento feminista do período:

(...) casada, ella comprehenderá as alegrias felizes e sadias de maternidades physiologicas, não se furtará ao destino natural da mulher, trabalhando sã e alegremente ao lado do homem, será sua collaboradora de corpo e de espirito, procurando filhos fortes, robustos, sadios. Solteira, rija a vontade, educada, sentindo-se satisfeita de viver, libertada de grilhões atavicos, ella sorrirá para a vida esperando poder um dia, sem anseios, sem embustes, integralisa-la, completá-la ao lado do companheiro escolhido. E si o seu destino de esposa e de mãe falhar, ella encontrará, ainda, no trabalho, o mais efficaz remedio ás mutações do character que na idade critica as torna maldizentes, querelentas, insupportaveis solteironas. Ainda comprehenderão bem a vida, saberão que si a existencia sexual em commum tem alegrias e prazeres renovados, aquella que, no meio social em que viveu, não achou um ser que lhe quizesse como companheira e amiga, terá occupações nobres, fontes vivas e puras de alegrias e a prostituição que ellas saberão um mal e uma chaga no corpo social, não as tentará. Esta a preocupação do feminismo educar a mulher para ser mulher, esposa excellente, mãe de familia exemplar, honesta trabalhadeira (OLIVEIRA, 1927, p. 168).

Além dos papéis tradicionais a serem exercidos pelas mulheres, Itala ressaltava que a instrução das jovens seria útil também em situações extremas, ou mesmo no caso das solteiras para que pudessem se manter, exercendo alguma profissão digna, quando, novamente os modelos eugênicos e higiênicos eram recuperados pela autora:

E a solteira, a viuva ou a casada que as circunstancias da vida obrigam a concorrer para as despesas do lar, por meio de uma profissão qualquer, não se entregarão ao desespero, nem mendigarão protecções humilhantes, não acceitarão piedades revoltantes, saberão empregar sua instrucção de um modo lucrativo. É urgente instruir a mulher racional e proveitosamente, si não em seu beneficio, ao menos da especie (OLIVEIRA, 1927, p. 169).

Itala Silva de Oliveira defendia a educação feminina como estratégia e processo de formação para os papéis de esposa exemplar e mãe dedicada. Abordava na sua tese um tema importante no período: apesar de assumir posições severamente conservadoras, quanto a moda, a vaidade feminina, ao cinema, danças e mesmo à literatura, insistindo na importância do auto-conhecimento e do prazer sexual das mulheres.

Na imprensa de Sergipe, os últimos vestígios de seus textos foram localizados no Almanack de Sergipe, em 1927. Com um texto sobre Bertha de Suttner, autora do livro “Abaixo as armas”, que recebeu o prêmio nobel em 1905, ela comentou sobre as idéias pacifistas da referida premiada, e terminou seu texto a partir de uma questão provocativa:

Agora, pergunto: será um dia o pacifismo uma realidade? Si como disse algures: ‘se progrès n’est pas autre chose que la série des utopies réalisées’ talvez um dia ‘paz e concórdia’ seja o lema das sociedades futuras, e assim ver-se-ão os desejos da illustre pacifista realizados. Annos, porém, decorrerão para que a consummação do ideal seja um facto. (...) Eu duvido, porém, da realidade d’isto, porque vejo, depois que innumeras conferencias de paz foram realizadas, e creados tribunaes de arbitragem, povos de differentes paizes empenhados em uma guerra sem antecedentes, que si tem o serviço da Cruz Vermelha, que suavisa os seus horrores, é comtudo, mil vezes mais violenta devido ás poderosas invenções que a sciencia moderna poz ao dispor do homem. Não obstante, deixo aqui patente a minha admiração pela baroneza de Suttner, honra e gloria do feminismo (OLIVEIRA, 1927, p.67-71).

A última referência encontrada sobre Itala foi um texto intitulado “Dra. Itala Silva de Oliveira”, publicado no Almanack de Sergipe para o ano de 1928, que registrou alguns fatos marcantes da sua vida, analisados anteriormente, e destacou a sua atuação fora do Estado. O texto é extremamente elogioso e parabeniza o sucesso da colaboradora:

A Dra. Itala é uma das mais formosas intelligencias sergipanas, posta sempre ao serviço das boas causas sociaes, como bem relembra a sua acção em nosso meio quando da vida de estudante nesta capital (...) Concorreu a um dos ultimos Congressos de Geographia na Bahia, com uma these que logrou approvação, sendo-lhe por isso, expedido o diploma de associada.(...) O Almanack de sergipe, registrando o auspicioso acontecimento, envia á sua distinta colaboradora a expressão do seu cordialissimo parabem por mais esse brilhante triumpho, confiando em que a illustrada sergipana sabera, como até agora o tem feito, elevar fora das nossas fronteiras o nome do nosso pequeno Estado ²⁵⁵.

²⁵⁵ Cf. Almanack de Sergipe para 1928, pp. 229-230. O referido texto não possui autoria identificada.

Maria Rita Soares de Andrade, ao estudar a presença feminina na literatura²⁵⁶, dedicou um parágrafo a Itala, indicando que estaria em Salvador, em 1929:

Dra. Itala Silva de Oliveira, a primeira médica sergipana, que, na capital da Bahia, depois de firmar seu nome nas mais prósperas localidades do interior, está exercendo com inextinguível brilho a sua profissão, escreve com rara perfeição; o trato contínuo da ciência não a inibe de ser uma habil artista da penna e da palavra (ANDRADE, 1929, p.159).

Professora, médica, jornalista, escritora, empenhada na luta da emancipação feminina, através da educação e do exercício profissional, a trajetória de Itala se aproxima muito da experiência de vida de Maria Rita, principalmente porque ambas deixaram Sergipe, quando estavam em pleno desenvolvimento de suas carreiras profissionais e foram presenças marcantes na imprensa local.

Não foram encontrados indícios que Itala teria exercido medicina²⁵⁷ em Sergipe. Segundo o depoimento de parentes e de uma amiga, logo depois da formatura ela foi para o Rio de Janeiro. Trabalhou durante muitas décadas na Penha, se dividindo entre o posto de saúde e seu consultório particular no mesmo bairro.

Durante muitos anos morou em uma pensão localizada no Bairro Botafogo. A atividade de colaboradora em jornais e revistas parece ter ficado restrita ao período em que morou em Aracaju e Salvador. A dedicação ao exercício da medicina pode ter dificultado esta prática. Sua amiga, Sonia Salmeron, que a conheceu em 1948, lembrou um pouco do seu cotidiano:

Doutora Itala me contava detalhes de conversas com suas pacientes que eu gostava de ouvir. Ela conversava com suas pacientes e recebia muitas vezes confissões e desabafos. Havia mesmo maridos de pacientes que vinham falar com ela sobre suas situações matrimoniais, pedindo conselhos. Doutora Itala como médica era uma verdadeira educadora de casais. No meu olhar de hoje, eu diria que ela possuía a verdadeira escuta do psicoterapeuta. A simpatia e a solidariedade que dedicava àquela população de um subúrbio pobre do Rio de Janeiro era admirável. Ela fazia 4 a 5 vezes por semana o trajeto de 1 hora e quinze minutos de ônibus na ida e na volta de seu trabalho. Nunca ouvi nenhuma queixa. O seu trabalho era a sua vida. Um dia ela me contou um detalhe tocante e engraçado de sua relação com paciente. Ela trabalhava na parte da manhã num Posto de Saúde Público, onde as consultas naturalmente, eram gratuitas e à tarde no seu consultório particular no mesmo subúrbio. Ela cuidou no Posto de uma mulher que antes de vir consultá-la, não conseguia levar avante sua gravidez. Havia abortado várias vezes

²⁵⁶ Tema de sua tese produzida para o concurso de livre-docente à cadeira de Literatura e Línguas Latinas no Atheneu, em 1929.

²⁵⁷ Em visita recente ao ‘Museu Médico de Sergipe’, mantido pela Sociedade Médica de Sergipe e pela Academia de Medicina de Sergipe, verificou-se a ausência de referências acerca de Itala e de sua trajetória profissional.

naturalmente. Desta vez com os tratamentos e cuidados da Dra. Itala, a jovem mulher chegou ao fim dos nove meses em boa saúde e a criança também. Na última consulta onde veio acompanhada pelo marido, o jovem pai tirou uma nota de uns poucos cruzeiros e ofereceu à doutora. Dra. Itala recusou: ‘não, o senhor não me deve nada’. Ele insistiu, e num gesto decidido pôs a nota no bolso superior do avental branco da médica dizendo: ‘faço questão doutora, é para sua cervejinha’. Ela aceitou²⁵⁸.

Maria Rita Soares de Andrade: Direito, Imprensa e Magistério

No mesmo ano que iniciou o curso de Direito na Faculdade de Direito da Bahia, Maria Rita solicitou ao Tribunal de Relação do Estado de Sergipe o seu provisionamento²⁵⁹. Após a apresentação dos Atestados e Certidões solicitados, ela realizou um exame escrito, tendo sido aprovada. Passou então a atuar como advogada provisionada a partir de setembro de 1923, legalmente habilitada para advogar por quatro anos, nas Comarcas de Sergipe. Foi a única mulher, em Sergipe, a solicitar o provisionamento no período de 1920 a 1943²⁶⁰. Ainda como estudante trabalhou com advogados importantes na Bahia, como Ernesto Paiva e Gerson Faria, em Sergipe, com Leonardo Leite e Oscar Prata (PINA, 1994, p.361).

Maria Rita foi recebida como sócia do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, a partir de outubro de 1927²⁶¹, tendo sido a primeira mulher a participar da comissão de redação da Revista²⁶² dessa associação, que congregava os principais intelectuais sergipanos, desde 1912. Em novembro desse mesmo ano, mais duas mulheres entraram como sócias, Emitéria Rollemberg e a professora Elvira Guerra Fontes²⁶³. A partir de então, a cada ano, mais jovens e professoras se associaram ao Instituto²⁶⁴.

Espaços de consagração da elite intelectual sergipana o Instituto Histórico Geográfico de Sergipe (fundado em 1912) e a Academia Sergipana de Letras (criada em 1929) resistiram à

²⁵⁸ Sonia Salmeron. Depoimento por carta. Paris, 25 de outubro de 2002.

²⁵⁹ Credenciamento provisório como advogada em primeira instância.

²⁶⁰ Cf. Documentos existentes no Arquivo Geral do Judiciário. Fundo TJ/GP – Sub-série: Provisão. Caixa: 03. Número Geral: 1845. Acervo: 01. Período 1920-1943. Módulo IV.

²⁶¹ Cf. Ata da Sessão de 06 de outubro de 1927. In: Livro de Actas do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1917-1931). p.174.

²⁶² Em 1929, Maria Rita foi eleita juntamente com o poeta Passos Cabral, e o escritor Pires Wynne para compor a comissão responsável pela publicação da Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Cf. Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Ano XIV. Aracaju: IHGS, 1929.

²⁶³ Cf. Ata da Sessão de 19 de outubro de 1927. In: Livro de Actas do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1917-1931). p.176. Nesta mesma sessão a Profa. Elvira pronunciou um discurso acerca das conquistas das mulheres, salientando o fato da presença feminina no Instituto foi mais uma prova deste avanço.

²⁶⁴ Cf. Ata da Sessão de 06 de setembro de 1928. In: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Ano XI e XII. Aracaju: IHGS, 1926-1928. p.120-121. Na listagem de proposta de admissão de sócios efetivos, nesta ata, figuram entre outros nomes, as professoras Maria Amélia Fontes e Leonisia Gentil Fortes e as senhoritas Graziela Cabral e Maria Waldete Mello.

participação feminina. Em 1931, Maria Rita chegou a ser indicada para a Academia por Passos Cabral²⁶⁵, mas teve seu nome rejeitado. A primeira mulher a se “tornar imortal” em Sergipe, foi a poetisa e escritora Núbia Marques, em 1978.

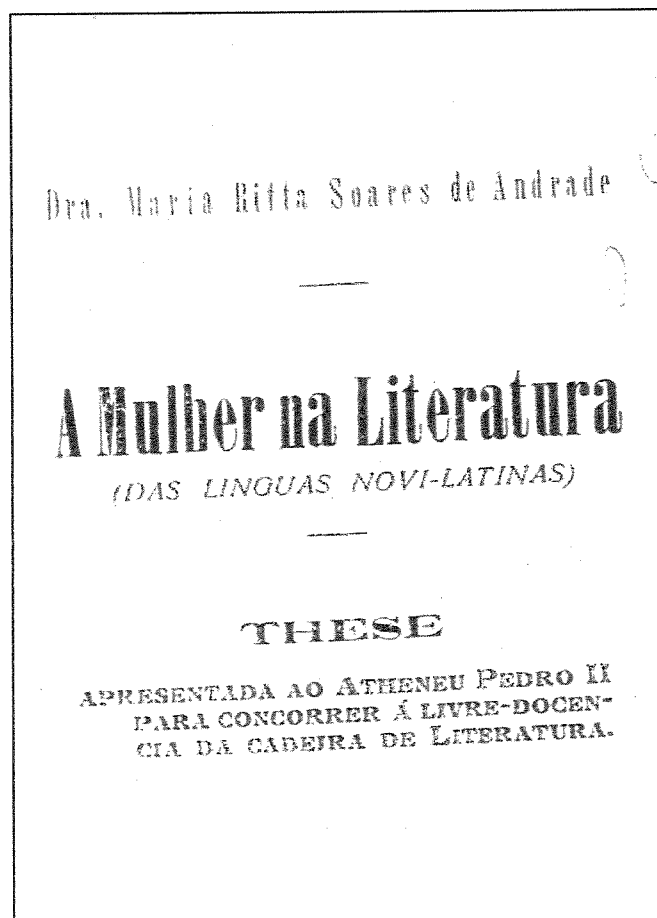


Foto 23 - Capa da Tese de Concurso de Maria Rita Soares de Andrade.

Apresentada ao Atheneu em 1929. Aracaju.

Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora

²⁶⁵ Cf. Nota publicada no Jornal “A Ordem”, Ano I. n.41. Aracaju, 14 de janeiro de 1931. p.2. col.3. Intitulada: “Academia Sergipana de Letras. A posse da sua nova Directoria. Os oradores. A grande assistência”. Segundo a nota o poeta Passos Cabral, “após tecer elogiosos comentarios ao trabalho da Academia, despediu-se dos seus collegas por ter de ir fixar residencia no Rio de Janeiro, e propunha o nome da bacharela Maria Ritta, lidima representante da cultura feminina em Sergipe, para preencher sua cadeira.”

Apesar de ter sido aprovada com média 8,6 no Concurso Público para Livre- Docência no Colégio Atheneu, em 1929, e da tese apresentada na ocasião, intitulada “A mulher na Literatura”²⁶⁶, ser uma referência para os estudos da presença feminina no mundo das letras, ela só conseguiu tomar posse, em 1931, com a interferência do Interventor do Estado, Augusto Maynard, depois de entrar com um processo contra a direção da referida instituição e ter sido processada pelo Diretor Leandro Diniz de Faro Dantas. Nas páginas da Revista Renovação, e na imprensa local principalmente no Jornal “A Ordem”²⁶⁷ houve ampla divulgação dos acontecimentos²⁶⁸.

No primeiro semestre de 1930, Maria Rita participou da Conferência Penal e Penitenciária no Rio de Janeiro, onde apresentou a tese “Admissão da mulher no Tribunal do Juri”, que foi aprovada. Nessa ocasião, sua estada no Rio de Janeiro, foi amplamente divulgada pela imprensa carioca. Ela concedeu entrevistas, que foram publicadas ao lado de sua foto, assim como participou de reuniões na sede da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (fundada por Bertha Lutz, em 1922). O contato e a convivência com Carmem Portinho (fundadora da União Universitária Feminina) e Bertha Lutz, no Rio de Janeiro, por alguns meses, estreitaram os laços de amizade entre elas, e permitiram o seu envolvimento com o movimento feminista organizado no Rio de Janeiro²⁶⁹. Ao retornar a Aracaju, se empenhou na luta pela sua nomeação para o Atheneu.

Maria Rita e os processos para o exercício do magistério no Atheneu

Maria Rita foi a única candidata a se apresentar ao Concurso de Livre Docência de Literatura e Línguas Neo-Latinas do Atheneu. Sua tese, publicada pela Gráfica “Casa Ávila”, era composta por

²⁶⁶ Esta tese de Maria Rita, foi editada pela Casa Ávila, em 1929. Foi citada em diversos estudos sobre a presença feminina na literatura. Entre outros, PAIXÃO, Sylvia Perlingeiro. Narcisa Amália. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (org.) Escritoras brasileiras do século XIX. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC 1999, pp.534-552.; e VASCONCELLOS, Eliane. Rita Joana de Sousa. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (org.) Escritoras brasileiras do século XIX. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. pp.45-49. ; MUZART, Zahidé Lupinacci. Inês Sabino. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (org.) Escritoras brasileiras do século XIX. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. pp.591-615.

²⁶⁷ O Jornal “A Ordem” cujo diretor era José Maria Fontes, acabava de entrar em circulação quando começou a publicar os artigos de Maria Rita e os textos do Professor Franco Freire. A polêmica entre eles deve ter favorecido o seu ingresso como vespertino, entre os jornais que já circulavam em Aracaju, neste período.

²⁶⁸ Mais detalhes sobre o episódio verificar em Figueiredo (1989, p.229-230), na Revista Renovação, principalmente os números 4 ao 10, na coluna intitulada “Os escândalos e desmandos da Direção do Atheneu Pedro II, na imprensa e na justiça”, publicada em 1931, e no Jornal “A Ordem”, no mês de novembro de 1931.

²⁶⁹ No Arquivo Nacional, no Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, estão depositadas as cartas trocadas entre Maria Rita Soares de Andrade e Bertha Lutz, a partir de junho de 1930 até setembro de 1937. Estas cartas e a sua militância no movimento feminista serão analisadas posteriormente.

164 páginas, divididas em oito capítulos. Na pequena introdução que antecede o texto propriamente dito, Maria Rita salientou algumas das dificuldades para realizar o trabalho, entre elas a necessidade de conciliar suas atividades no campo do Direito. Destacou a “nobreza do magistério” e seus atributos pessoais, na perspectiva de influenciar positivamente a avaliação da banca:

Mas a minha força de vontade, a ânsia de vencer, a tentadora illusão do QUERER É PODER, fazem que apresente meu trabalho, cheia de esperança e de fê, certa de que, nesta casa tradicional que foi o berço do meu espírito, os mestres saberão medir o verdadeiro mérito do meu esforço. Deponho, pois, em vossas mãos este modesto opúsculo, que, se outro valor não tiver, terá o de demonstrar que muito podem a coragem e a força de vontade contra as hostilidades e premência do meio (ANDRADE, 1929, IV).

O primeiro capítulo foi dedicado à análise dos diferentes conceitos e funções da literatura. Entre outros temas destacados por Maria Rita figuram: ciência/arte; literatura/filologia; literatura/belas artes; filologia e lingüística. No segundo capítulo discutiu a capacidade intelectual da mulher, contrapondo o pensamento de Jellinek e Tobias Barreto. Citou a atuação de mulheres célebres brasileiras²⁷⁰ e estrangeiras e a importância da instrução feminina. A aproximação entre mulher e a literatura foi apresentada pela autora como “natural”, fundamentada na perspectiva de que “a mulher é a encarnação da emotividade”. Ao apresentar a estrutura da tese, Maria Rita explicou:

Infelizmente, porém, não podemos, no momento, prestar a devida homenagem a todas as mulheres que têm revelado com intelligencia e cultura a alma e o coração em bellas phrases de arte e emoção. Falaremos apenas daquellas que, pelo talento, pelo espírito e pela cultura, mas nos attrahiram a conhecel-as, estudal-as e sentil-as, na França, em Portugal, na Itália, na Espanha, na América Latina, especialmente no Brasil.

Maria Rita citou mais de 290 autoras ao longo da tese, oriundas de diferentes países, da Renascença à década de 1920. Sendo que entre as brasileiras e sergipanas ela identificou 140 escritoras e poetisas. Em cada um dos capítulos²⁷¹ procurou definir as características mais marcantes de cada estilo citando trechos de obras em francês, italiano e espanhol. Maria Rita não apresentou as

²⁷⁰ Entre as brasileiras citadas, Maria Rita destacou as feministas do período: Carmem Portinho, Nise Silveira, Garcez Froes, Itala Silva de Oliveira, Myrthes de Campos, Alice Cardoso, Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura.

²⁷¹ Os capítulos seguintes aos já comentados foram intitulados respectivamente: “A mulher na literatura francesa”; “A mulher na literatura italiana”; “A mulher na literatura portuguesa”; “A mulher na literatura hispano-americana”; “A mulher na literatura brasileira” e “A literatura feminina em Sergipe”.

referências bibliográficas da sua tese, mas se referiu diversas vezes a um estudo produzido pela poetisa, escritora e feminista Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça²⁷².

Ao longo do trabalho foi recorrente a defesa da instrução feminina e da necessidade de que as mulheres pudessem perder o pudor de tornarem públicas suas produções. Ao se referir a Sergipe destacou as restrições culturais e de formação das mulheres:

A mulher de Sergipe é dotada das mesmas faculdades que o homem; acontece, porem, que a sua educação, até pouco, não lhe permittia desenvolver essas faculdades; para os nossos, a compreensão e educação da mulher não podia e nem devia ultrapassar as necessidades materiaes do lar; não lhe permittiam o direito de cultivar o espírito, mesmo porque a mulher culta, infelizmente ainda hoje, é, em grande parte do mundo, um phenomeno excepcional (ANDRADE, 1929, p.153).

Antes de encerrar o texto, Maria Rita prestou uma homenagem ao poeta Passos Cabral, salientando sua contribuição e incentivo para o florescimento dos talentos literários femininos, abrindo espaços nas colunas da “Gazeta de Sergipe” à colaboração feminina. Para encerrar a autora explicitou os objetivos de seu trabalho e sua posição como feminista e advogada:

Encerrando este trabalho, pequena contribuição para a divulgação da mentalidade feminina, feita com o duplo fim de elevar o sexo e concorrer à livre docência da cadeira de Literatura do Atheneu Pedro II, vi que esta duplicidade de intenção me fez, de quando em vez, sair desse horizonte bello de quem sonha, da literatura, na sua verdadeira significação, para o campo pratico da defesa dos direitos da mulher. Pode constituir isto um defeito do meu trabalho; é, entretanto, a mais expressiva demonstração da sinceridade e franqueza com que me revelo: eu sou, em verdade, mais advogada, advogada da mulher, do que propriamente literata (ANDRADE, 1929, p.164).

Após diversas tentativas, documentadas com ofícios à Direção do Atheneu, para tomar posse legalmente como professora de Literatura e Línguas Latinas, conforme aprovação em concurso público, Maria Rita publicou no dia 19 de novembro de 1930 um artigo intitulado “Autopsia na direcção do Atheneu Pedro II”, onde entre outras denúncias afirmava:

A minha maior surpresa, ao se constituir o governo revolucionário, foi a permanência, no cargo de Director do Atheneu Pedro II, cargo de commissão, de confiança, que devia se expirar com o próprio governo extinto pela revolução, do Dr. Leandro Diniz de Faro Dantas. Ora o Dr. Leandro Diniz é uma mentalidade perfeita de ‘politico’ conservador, amoldável, accomodatício às situações dominantes contanto que não lhe privem da gratificação da Directoria do Atheneu, que elle exerce só para effeito de vantagem material, porque, na realidade, o Atheneu vive acephalo, sem direcção, sem disciplina, sem ordem (...). Só agora,

²⁷² Para maiores informações sobre Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça consultar, entre outros: Schumacher (2000, p. 47-48).

vae o governo saber: que o Dr. Leandro Diniz é um relapso no exercício do cargo (...); que é um faltoso (...); que é um politiquero oportunista (...); que é um algoz de seus collegas porque persegue e desprestigia os professores mais respeitáveis do estabelecimento; (...) que é um déspota, porque não cumpre com as decisões da Congregação(...); que é um injusto (...); que é um arbitrário (...); que é um insincero, um desleal (...). Só agora o governo saberá da anarchia na direcção do nosso estabelecimento de instrucção secundaria, e saberá com a minha responsabilidade, que me comprometo a provar todas as accusações (...). É assim que todo revolucionário consciente deve proceder. Apontar ao governo os maus elementos demonstrando porque elles são maus. Só assim contribuímos para a obra de reconstrucção, de soerguimento nacional que ora se inicia.²⁷³

No dia seguinte, 20 de novembro, foi publicado no mesmo periódico um texto intitulado “Lamentavel Attitude”, que criticava veementemente a postura de Maria Rita, desqualificando suas denúncias, de forma preconceituosa. Foi assinado por “um leitor”:

A impressão deixada pela leitura da apaixonada verrina escripta por D. Maria Ritta contra o Director do Atheneu Pedro II é de lastima e de pasmo. Que lamentável attitude a de uma ex-alumna deante do respeitável pessoa de seu velho professor! É de feito mais para ter-se pena della accusadora, sem compostura e medida, que delle accusado, sem justiça e sem critério. Que juízo faz D. Maria Ritta dos homens da revolução? (...) Seria o Dr. Leandro Diniz de Faro Dantas certamente contemplado com todas aquellas cousas horribéis ditas ás avessas se houvesse collaborado nos manejos de D. Maria Ritta para perceber a gratificação de professor cathedratico do Atheneu Pedro II, hoje tão malsinado pela irrequieta menina. (...) Assistimos ao concurso que fez D. Maria Ritta perante a douta congregação do Atheneu. Lá fomos movidos pela natural curiosidade de ouvirmos a defesa de these e a dissertação de literatura feita pela jovem aspirante a uma cathedra em tão respeitável instituição. E, infelizmente de lá trouxemos uma deplorável impressão do pouco que revelou saber a jovem bacharela nos domínios da literatura pátria e universal. Revelou manifesta inaptidão para as dissertações oraes. Faltava-lhe o methodo, a clareza, a precisão no expor as idéas sem a graça da boa dicção, tão commum á condição do sexo fraco. A these, cuja leitura fizemos, é um trabalho cheio de altos e baixos que marcam as compilações apressadas, onde avultam os deslises da linguagem, as imperfeições de estylo, os erros de interpretações e as monótonas repetições da mesma matéria. (...) é uma obra medíocre. (...) Não menos decepcionadora foi a prova oral feita pela jovem candidata perante a congregação do Atheneu Pedro II. (...) A despeito de todas essas demonstrações praticas de não estar a candidata em condições de ensinar a cadeira na livre docência, a congregação, impellida talvez pelas considerações sentimentaes de ser uma jovem, a primeira que se apresentava candidata ao titulo da livre docência áquelle estabelecimento, approvou-a com gráo excessivamente baixo. Dias após, já D. Maria Ritta dizia á douta e complacente congregação a que vinha. Ella punha simplesmente o intuito na gratificação pecuniária, sem outras considerações que impõem naturalmente o respeito e o sentimento especial da sua condição de moça educada. (...) É essa a historia contada por um observador

²⁷³ Cf. ANDRADE, Maria Rita Soares de. Autopsia na direcção do Atheneu Pedro II. In: Jornal “A Ordem”. Aracaju, 19 de novembro de 1930. Ano I. n.1. p.3. (Grifos nossos).

imparcial dos factos, provocados pela desenvoltura duma pobre moça, em quem só avulta o titulo de bacharela em sciencias jurídicas e sociaes e cujos modos afenosos, irrequitos, impertinentes, já despertaram no senso critico do povo a ridícula autonomasia de Ritta Cacete²⁷⁴.

Com o título “Ainda a Autopsia na Direcção do Atheneu Pedro II – Covardia” Maria Rita indignada com o artigo anterior, rebateu cada uma das acusações feitas pelo anônimo, ressaltando a covardia do mesmo em não assumir suas colocações. Mais longo que o primeiro, este artigo ampliou as críticas e denúncias anteriormente apresentadas:

Com surpresa minha, porém, deparo agora, com um gesto de suprema e revoltante covardia; um artigo, anonymo, onde, ao par das injustiças que me são assacadas, outras tantas e ainda mais graves, são atiradas à Congregação do Atheneu Pedro II. Não costumo responder a anonymos; si se tratasse só de mim, diria, apenas ao incógnito leitor da ‘A Ordem’: covarde, tire a mascara e venha provar quaes os actos indecentes e de falta de compostura eu já pratiquei, repto que ora lhe faço. (...) Como tratando do meu concurso, assaca as mais graves offensas à Congregação do Atheneu, vou provar quanto esse anonymo é indecentemente mentiroso.(...) Agora mais um apello ao covarde que fere anonymo: não procure desviar a verdadeira identidade o injuriante: quem escreveu aquella serie de mentiras e injurias não foi nenhuma das pessoas que assistiram ao meu concurso; só o assistiram – o Dr. Passos Cabral, a oral, os Srs. Manoelito Campos e Pires Wynne, ambas as provas, e, nenhum delles, seria capaz de semelhante covardia. (...) Contra factos publicos e notórios, documentados e documentáveis a qualquer momento, não há argumentos. Si há quem se revolte contra o que eu digo do Director do Atheneu Pedro II, si há quem julgue injustas as minhas acusações, que prove que ellas são inverídicas, que os factos que eu aponto não se passaram. Para isto, porém, seria necessário destruir o archivo e o protocollo do Atheneu e da Secretaria do Estado, do Departamento Nacional de Ensino e as Secção de Fiscalização da Bahia, alem dos muitos em meu poder²⁷⁵.

No dia seguinte, em outro artigo, Maria Rita esclarecia que entendia a solidariedade de alguns dos professores do Atheneu, em assinar um manifesto em defesa do Diretor que considerava a Congregação “digna e altiva” e que tinha consciência que em relação ao seu concurso, em nenhum momento tinha se manifestado contra o seu direito, no entanto como Leandro Diniz não referendava as posições contrárias a sua vontade, ela precisou tornar público “a anarchia ” que se instalara no referido estabelecimento²⁷⁶.

²⁷⁴ Lamentável Attitude. In: Jornal “A Ordem”. Aracaju, 20 de novembro de 1930. Ano I, n.2. p.3. (Grifos nossos).

²⁷⁵ ANDRADE, Maria Rita Soares de. Ainda a Autopsia na direcção do Atheneu Pedro II – Covardia. In: Jornal “A Ordem”. Aracaju, 21 de novembro de 1930. n.3. p.3 e 4. (Grifos nossos).

²⁷⁶ ANDRADE, Maria Rita Soares de. Ainda a Autopsia na direcção do Atheneu Pedro II – A solidariedade dos professores. In: Jornal “A Ordem”. Aracaju, 22 de novembro de 1930. n.4. p.3.

O professor Franco Freire escreveu à Direção do Jornal “A Ordem” solicitando retificações nas informações presentes no artigo de Maria Rita, procurando esclarecer que ele não tinha influenciado nenhum dos professores do Atheneu para que assinassem o documento de apoio ao Director do Atheneu. Seu artigo foi publicado no mesmo número do periódico que o anterior de Maria Rita e terminava ressaltando:

Factos como o que motivou o protesto de solidariedade dos professores despertam tão naturalmente no seio das classes sociaes movimentos tão espontâneos, como os frutos nascem das flores. Com maioria da razão na nobre classe a que me ufano, sinceramente, de pertencer. A nem um dos illustres collegas teria eu forças para cathechisar, como se arrisca no dito artigo. São todos homens de bem. E é desse titulo que eu mais me ufano. Não carecem elles de minha defesa por essa imponderada increpação. Nem mesmo, asseguro a V. S., a magia feminina nas palavras de uma jovem advogada, actuando no rico filão do sentimento que lastreia o espirito de todos os homens, seria capaz de tão prodigioso milagre. Nem mesmo assim²⁷⁷.

No dia 24 de novembro, Maria Rita retomou as críticas presentes na carta do Prof. Franco Freire e analisou cada uma minuciosamente, repetindo algumas de suas ponderações presentes nos artigos anteriores²⁷⁸. Em “A mulher do piolho” o professor Franco Freire afirmou ser a última referência que faria ao “caso Maria Rita”, publicado no dia 25 de novembro. Neste texto os estereótipos femininos foram usados como apelo para que Maria Rita pudesse reencontrar “sua natureza feminina”:

Em D. Maria Ritta a volúpia feminina da porfia é mais forte que a intelligencia. A coragem é o que mais assombra nas suas atitudes. Não é a santa coragem feminina, de morrer por uma afeição, nos grandes lances das abnegações humanas. (...) Tem mesmo a coragem do impossível essa ardorosa senhorita. Tem mesmo a coragem do absurdo essa irreflectida advogada. E é por isso que esquece no accesso das verrinas, que está pleiteando uma causa sua, para ajudar, no futuro o meigo esposo na constituição dum lar feliz, onde talvez sobrarão as letras e nunca escaseará o pão²⁷⁹. Lembre-se, D. Maria Ritta, que à mulher não assentam as diabrites, a torva literatura de escândalo, nem um estylo agressivo, todo empolado de urtigas. A mulher é a caricia, a doçura e o amor. Não aspire nunca mudar de sexo ou assumir, um dia, as feias atitudes de certos exemplares pouco elogiáveis do sexo barbado. Convença-se, de que a mulher foi feita para perdoar, e não para offender; para amar, e nunca para os arrancos grotescos do ódio. Amanse seu estylo de potro chucro e fará, na certa, as delicias das intelligencias superiores. (...)

²⁷⁷ FREIRE, Franco. Carta à direcção. In: Jornal “A Ordem”. Aracaju, 22 de novembro de 1930. n.4. p.7. (Grifos nossos).

²⁷⁸ ANDRADE, Maria Rita Soares de. Ainda a Autopsia na direcção do Atheneu Pedro II – A carta do prof. Franco Freire. In: Jornal “A Ordem”. Aracaju, 24 de novembro de 1930. n.5. p.3 e 6.

²⁷⁹ Referência ao relacionamento mantido entre Maria Rita e o poeta, jornalista e professor Passos Cabral.

Reflecta nas suas palavras uma alma profundamente feminina, que o seu physico, desajudado pela natureza, há de illuminar-se de uma graça ineffavel, que ficara indifferente às injurias do tempo e da idade. Suas mãozinhas não foram feitas para as maldições sem remédio; mas para as doçuras angelicaes da prece. (...) Da astúcia, só as formas superiores encarnadas na táctica e na estratégia, virtudes essencialmente militares, despertam proseyitos e podem mudar a feição de uma época ou o destino dos povos. Só confie na insuperável força do amor. Nada suppre nas mulheres que, aureoladas com a alta idealidade da morte se transfiguram nas heroínas e nas santas. Não offenda as conveniencias, desconhecendo aos homens, pela palavra e pelos actos, as virtudes que lhes pertencem. Não diga as cousas com atrevimento injurioso. (...) Não faça tão grande opinião do seu próprio mérito, para não diminuíl-o ainda mais. Não demonstre uma opinião excessiva de si própria, para não cair nos irremediáveis mallogros. (...) Seja menos feliz do que tem sido até aqui; mas raciocine, esforce-se por chegar a mais absoluta comprehensão do alcance dos seus próprios actos. Vença a incomprehensão, em que tem demonstrado laborar, do meio a que serve sua profissão, a qual para ser victoriosa exige uma discreção sem contraste, uma actividade de arroio que não pára, com todas as virtudes das águas que não estagnam. E, assim, descobrirão seus olhos as mais recônditas bellezas, que jazem em torno de nós, mas que a intelligencia em fúria não vislumbra. (...) Descomplique a sua vida. Só são felizes aquellas que desconhecem a maldade. Seja simples, apaixonada das cousas bellas, e a vida lhe valerá muito mais. Conceda um cantinho do seu espírito ao sonho, para não se dar de todo ás cruas materialidades da existência e ella lhe florirá, sorridente e feliz²⁸⁰.

De modo didático o professor Franco Freire apresentou o perfil feminino, que alguns homens e mulheres ainda acreditavam ser possível identificar, no início dos anos 30. Mas, no caso de Maria Rita e de outras mulheres do seu tempo, que conquistavam a cada dia mais autonomia, não apenas do ponto de vista dos padrões estabelecidos, mas também rompendo com barreiras, consideradas intransponíveis a algumas gerações, era impraticável vislumbrar. Ser professora catedrática no Atheneu, ainda que interinamente, era um avanço considerável, tendo em vista que era o único reduto do magistério masculino em Sergipe. Naquele período, a maioria das outras instituições escolares, públicas e privadas, em Sergipe, tinha o corpo docente majoritariamente composto por professoras.

Impedir que as mulheres se manifestassem publicamente, e defendessem seus direitos, lutando pela ampliação de sua atuação em relação aos problemas sociais, construindo seu processo de profissionalização, em favor de um discurso de valorização das virtudes e atitudes “femininas”, como a reclusão, a caridade, a tolerância, a passividade, a dedicação ao outro, a complacência, o

²⁸⁰ FREIRE, Franco. A mulher do piolho. Jornal “A Ordem” 25 de novembro de 1930. n.6. p.2. (Grifos nossos).

amor, o respeito, o silêncio, a humildade, a compreensão, a beleza, o medo, a ingenuidade, era anacrônico além de preconceituoso.

Afinal, desde o final do século XIX, as mulheres publicavam libelos nos jornais em defesa da abolição da escravatura, da sua escolarização, do direito à cidadania, entre outros temas. Mulheres ocupando espaço na imprensa, na década de 30, era um caminho sem volta, uma vez que além de escreverem em jornais diários, a imprensa feminina, nessa década, possuía publicações de circulação nacional e tinha um público leitor invejável²⁸¹.

Maria Rita, apesar dos conselhos do renomado professor, manteve sua postura e vigor na defesa dos seus direitos. Publicou artigos no Jornal “A Ordem” quase que diariamente, durante o mês de novembro e dezembro de 1930, e solicitou na Justiça uma audiência para apresentação da autoria do texto “Lamentável Attitude”. Entrou com uma representação na 1ª. Vara da Comarca de Aracaju contra o Diretor do Atheneu e professor de Francês Leandro Diniz de Faro Dantas e contra o professor de Inglês Manuel Franco Freire, no dia 26 de novembro de 1930. Nesta representação ela anexava os artigos publicados no Jornal “A Ordem”. A audiência, realizada em 2 de dezembro de 1930, contou com a presença de Maria Rita, dos professores citados e de José Maria Fontes, diretor do Jornal “A Ordem”.

De acordo com os autos, uma das polêmicas travadas foi o fato do artigo “Lamentável Attitude”, publicado no citado periódico em 20 de novembro de 1930, não possuir autoria identificada, e trazer em suas colunas injúrias e difamações contra Maria Rita. Foi esclarecido que a autoria do artigo era de Manuel Franco Freire, que havia produzido o mesmo depois dos textos repletos de graves denúncias publicados por Maria Rita, no mesmo jornal. Todos os presentes pleitearam a responsabilidade do ato perante a Justiça por motivos diversos: o Diretor do Jornal, por ter sugerido ao professor Franco Freire uma resposta aos ataques de Maria Rita e ter aceito o artigo sem assinatura; o Prof. Franco Freire por ter assinado como “Um leitor” o referido artigo e o Diretor do Atheneu por ter sido defendido pelo Prof. Franco Freire.

O resultado da audiência realizada em 2 de dezembro de 1930 segundo o despacho datado de 30 de dezembro de 1930, pelo Promotor Público Enoch Santiago, foi o arquivamento do processo movido por Maria Rita. A conclusão do parecer do citado promotor merece destaque:

²⁸¹ Como foi possível perceber no comentário sobre a Revista Feminina anteriormente. Sobre a participação feminina na imprensa no final do século XIX e início do século XX consultar, entre outros: Muzart (1999); Reis (1993); Schumacher (2000); Martins (2001); Leite (1984); Bernardes (1988); Buitoni (1986); De Luca (1999); Lima (1998); Siqueira (1995); Morais (2001); Telles (1997); Revista da Biblioteca Mario de Andrade. Imagens de Mulher. São Paulo: jan/dez, 1995.

Assim, vejamos a disposição do artigo 148, do Código do Processo Criminal do Estado. Artigo 148. Não se admittirão denúncias ou representações: VII. Do inimigo capital. Ora, pelo que se contem da representação e dos documentos a ella apensos a digna advogada trouxe para a Promotoria os resabios de uma inimizade para com os dois professores representados. Pensamos, pois, que se impõe o archivamento da representação. Aracaju, 30 de dezembro de 1930. Enoch Santiago ²⁸².

Na mesma data (26 de novembro de 1930) em que Maria Rita entrou com a representação na Justiça, o Diretor do Atheneu enviou ao Promotor Público Enoch Santiago, um ofício manuscrito anexado à uma coletânea de artigos publicados no jornal “A Ordem”, nas datas de 19, 20, 21 e 24 de novembro de 1930, em Aracaju, de autoria de Maria Rita Soares de Andrade, como prova de acusação de injúria e calúnia promovida pela citada, contra sua pessoa e solicitou a abertura de inquérito judicial.

A representação de Maria Rita, pelo motivo de injúria e difamação pública no mesmo jornal, havia sido arquivada. No entanto, a solicitação do Diretor do Atheneu, Leandro Diniz de Faro Dantas, gerou um processo criminal contra Maria Rita, que só foi encerrado em 12 de junho de 1931²⁸³. Os passos do processo foram amplamente divulgados na imprensa diária e nas páginas da Revista Renovação²⁸⁴.

O Promotor Público Enoch Santiago juntou a esta petição um comentário analisando o teor dos artigos de Maria Rita, reforçando o crime de injúria e difamação pela imprensa, enquadrando-a “nos artigos 315, 316 e 317 letras a e b do Código Penal da República, combinado com o art. 1º, n.3º do decreto 4743, de 31 de outubro de 1923”.

A primeira audiência do processo foi marcada para o dia 17 de dezembro de 1930. Nesta circunstância Maria Rita solicitou “vista dos autos”, conforme a legislação, uma vez que era qualificada para apresentar sua defesa. Comunicou na mesma oportunidade ao Juiz que argüiria *exceptio-veritatis* de todos os atos criminosos atribuídos a Leandro Diniz de Faro como diretor do Atheneu Pedro II, e que apresentaria todas as provas das denúncias divulgadas na imprensa.

²⁸² O processo analisado e este parecer podem ser localizados no Arquivo Geral do Judiciário, em Aracaju, no Fundo 1ª. Vara Criminal. Subsérie: Diversos. Data do documento: 1930. Caixa:2646. A petição de Maria Rita e o Termo da Audiência também foram publicados no Jornal “A Ordem”. Aracaju, 27 de novembro de 1930. Ano I, n.8, p.7.

²⁸³ Os documentos que compõem este processo podem ser localizados no Arquivo Geral do Judiciário. Fundo: AJU/CTJ-Penal. Apelação Crime. Cx 14 – período 1927-1930. Acervo: 01. Módulo III. N. Geral –1401.

²⁸⁴ Renovação era uma publicação cultural-literária dirigida e mantida por Maria Rita Soares de Andrade, que circulou, em Aracaju, entre 1931-1934.

Constou como peças do processo, após o registro da primeira audiência, as declarações de Maria Rita que possibilitaram atuar em sua própria defesa como garantia a lei vigente. Em um ofício datado de 20 de dezembro de 1930, Maria Rita registrou minuciosamente as dificuldades de acesso à documentação necessária do Atheneu, o exagero na cobrança dos selos exigidos para a entrega da mesma, além das irregularidades cometidas pelo Diretor no concurso e na nomeação de professores e na realização dos exames dos alunos, entre outros. Solicitou que fosse suspenso o processo até que conseguisse as certidões solicitadas no Atheneu. Citou também que não vigorava mais a lei a que tinha sido enquadrada, pelo Promotor, “uma vez que a Revolução (24 de outubro de 1930) também tinha sido feita para garantir a liberdade de pensamento na imprensa”.

A partir desse ofício ela conseguiu a suspensão do processo até que fossem prestadas as declarações solicitadas. Esta suspensão não durou muito tempo, uma vez que em ofício datado de 27 de dezembro de 1930, o Diretor afirmava que as declarações solicitadas por Maria Rita se encontravam na Secretaria do Atheneu aguardando o pagamento dos selos necessários para liberação e se dizia surpreso pela suspensão do processo. Em ofício, datado de 30 de dezembro de 1930, Maria Rita comunicava o recebimento das declarações do Atheneu e solicitava que o prazo legal para vista dos autos e para apresentação da defesa prévia fosse contado a partir desta data.

Em 10 de janeiro de 1931, Maria Rita entregava sua defesa, composta por 22 páginas datilografadas, onde analisava detalhadamente o sentido dos termos usados nos artigos publicados no jornal “A Ordem”, além de citar e anexar o Relatório de Inspeção Extraordinária de Bernardino José de Souza como Delegado Especial do Departamento Nacional de Ensino, realizado no Atheneu, em 1926²⁸⁵.

Na sua defesa citou outras arbitrariedades cometidas pelo Diretor como por exemplo a suspensão do Professor Clodomir Souza e Silva, a perseguição a alguns docentes e alunos, a falta de lisura nos exames, fundamentando suas afirmações com a cópia das Atas do Atheneu. Maria Rita juntou ao processo os documentos da representação que tinha proposto contra a Direção do Atheneu e que tinha sido arquivada, bem como cópias do “Diário Oficial do Estado”, do Jornal “A Ordem” e do Jornal “O Norte”.

Em 19 de janeiro de 1931, o parecer do Promotor Público Enoch Santiago, indicava que:

²⁸⁵ O relatório de Bernardino José de Souza, havia sido publicado no Diário Oficial da República em 26 de abril de 1926.

A defesa escripta e a documentação que a denunciada vem juntar não lhe exclue a responsabilidade de seus crimes capitulados na denuncia. Somos pela pronuncia nos termos e nos artigos em que está ella denunciada.

A apreciação e o julgamento do Juiz Olympio de Mendonça foi feita através de um documento manuscrito de 17 páginas, datado de 29 de janeiro de 1931, que absolvía Maria Rita. Apesar de desqualificar aspectos da defesa de Maria Rita, principalmente as três preliminares por ela apresentada como prejudiciais ao processo: 1. a incompetência do juízo, por ser o crime de natureza funcional e da competência exclusiva do Tribunal Especial; 2. A falta de vigor do decreto 4743, de 13 de outubro de 1923, após a vitória da Revolução, em que foi baseada a representação e a denúncia; 3. a falta de qualidade do Diretor do Atheneu Pedro II para o privilégio da ação pública, prerrogativa só conferida aos chefes de Governo e Magistrados.

Na análise do Juiz, o Diretor do Atheneu teve razão em apresentar o processo, uma vez que a narração dos fatos publicados se tratava de crimes funcionais. No entanto, a denunciada, tinha sido movida pela necessidade de denunciar as irregularidades ao Governo, assumindo publicamente a responsabilidade pelos seus atos, pautada na legislação vigente e o Diretor deveria ter aguardado a manifestação da autoridade competente tendo sido precipitado com a solicitação de instaurar o processo. O Juiz concluiu pela absolvição de Maria Rita:

Acontece, porém, que a denunciada, narrando taes factos contra o Dr. Leandro Diniz, em artigos por ella assignados, o fez em forma de denuncia ao Governo, dizendo mesmo que se até aquella data o Governo ignorava que o Atheneu Pedro II não tinha direcção nem disciplina, isto porque ninguém até aquella data havia dennunciado o seu Director assumindo a responsabilidade da denuncia, ella o fazia agora, passando a narrar uma serie de factos e concluindo o seu primeiro artigo com as seguintes palavras: 'Só agora saberá o Governo da anarchia na direcção do nosso estabelecimento de instrucção secundaria, e saberá como a minha responsabilidade, que me comprometto a provar todas as accusações, e desafio o Director do Atheneu a apresentar provas em contrario de cada um dellas e a proceder contra mim, como de direito, si eu as não provar. É assim que todo revolucionário consciente deve proceder: mostrar ao Governo os máos elementos, demonstrando porque elles são máos. E só assim contribuímos para a obra de reconstrucção nacional que ora se inicia.' A Dra. Maria Ritta podia assim proceder? Certamente. Na declaração de diretor de que trata o art. 72, parágrafo 9º da Carta Constitucional da antiga Republica, mantida neste particular pelo art. 4º do Decreto n.19.398 de 11 de novembro de 1930, que instituiu o Governo Provisório, é expresso o direito de qualquer cidadão de representar aos poderes públicos, denunciar abusos das autoridades e promover a responsabilidade dos culpados.(...) Que o Governo tem poderes para receber directamente as representações ou dennuncias e que essas podem também ser feitas pela imprensa, é coisa que se não pode contestar (...). Convem lembrar, entretanto, que a denuncia

da Dra. Maria Rita foi competentemente assignada., comprometendo-se ella de provar todos os factos que allegou e incitando a que se procedesse contra ella no caso de ser a sua denunciação calumniosa. É bem de ver que a dra. Maria Ritta, tendo publicado o seu último artigo no jornal “A Ordem”, de 24 do mez de novembro do anno findo, aguardava a solução do seu pedido ao Governo, quando, logo depois, a 26 do referido mez, foi suprehendida com a representação do Dr. Leandro Diniz ao Promotor Publico da Comarca, para proceder contra ella pelos crimes de calumnia e injuria. É claro que o Governo na sua alta funcção tem competência para receber ou repellar as denuncias quer lhe são dirigidas, directamente ou indirectamente, sem mais satisfações, (...) mas não se pode negar que, no caso houve precipitação por parte do Dr. Director do Atheneu do modo a ficar sem tempo o Governo para deliberar sobre a denuncia.(...) Pelo exposto: Julga improcedente a denuncia de fls.2. para absolver como absolvo a denunciada Dra. Maria Rita Soares de Andrade da accusação que lhe foi intentada. (Grifos nossos).

Apesar de todo desgaste, na imprensa e nas audiências, Maria Rita ainda não poderia comemorar a absolvição. O Promotor Público Enoch Santiago, ao tomar conhecimento do parecer da sentença do Juiz Olympio Mendonça, redigiu um officio apelando da decisão, em 05 de fevereiro de 1931. O texto da apelação era manuscrito, composto por 14 páginas e datado de 18 de fevereiro de 1931. Este documento merece destaque, uma vez que desqualificou o intento de Maria Rita e julgou seu proceder de forma preconceituosa, comparando-a de forma irônica a Joanna d’Arc:

A argumentação que de inicio fizemos em nossa denuncia, como era de comprovada evidencia e acentuada demonstração, o intuito da jovem e irrequieta denunciada em calumniar e injuriar o engenheiro Leandro Diniz de Faro Dantas, no correndo processo que lhe instauramos pela requisição da autoridade ofendida, no seu character de Director do Atheneu Pedro II, desta capital, mais e mais se acentuou, com a linguagem da defesa prévia, onde a par de uma incontida verbosidade, mais se busca deprimir o conceito de antigo funcionario. (...) Se na denuncia referida, o engenheiro Leandro Diniz de Faro Dantas é um relapso no exercicio das suas funções; politiqueiro oportunista; um algoz; um déspota; um injusto²⁸⁶, etc. Na defesa das doze folhas maiores injurias são atiradas sobre elle pela denunciada. Ora, se ella tentasse dizer que o seu intuito e o seu animo não fora jamair injuriar o engenheiro Leandro não se poderia no entretanto dar credito a elle, taes as expressões novas e intencionalmente procuradas para offendel-o . (...) Basta emprehender a sua leitura para que se chegue à evidencia desse facto, pela continuidade de expressões injuriosas e calumniosas com que a denunciada se atira contra a administração e a pessoa do seu antagonista. Não havemos de acreditar que ella tenha perdido a serena comprehensão dos factos, e que, com um desatino impróprio de sua posição social, lustre de sua classe de mulher inteligente e elevada sobre o nível das demais pelo pergaminho que lhe realça o nome e attesta o invejável talento, ao mesmo passo que a ennobrece no seio dos advogados patricios, se atenha ao mister de porfiadamente, atacar ao seu mestre de outrora, attencioso e delicadíssimo para a mocidade, nome hoje tradicional no ensino publico. Por que a porfia? Não queremos fazer à jovem doutora a injustiça de

²⁸⁶ Estas expressões encontram-se sublinhadas no texto original.

acreditar que ella esquecesse que o mais certo caminho para o seu desgosto em não ter visto compensado o esforço do seu concurso para a livre docência da cadeira de Literatura seria uma acção intentada contra a Fazenda para compellar o Estado ao dever, se elle o tivesse, de lavrar sua nomeação. Nunca, jamais, essa attitude de Joanna d'Arc libertadora do Atheneu, como ella se faz crer, pois que, com a liberdade de sua linguagem apenas patenteia a intenção directa de uma vingadora, que pondo de lado o que o seu direito tem de defensável entra pela vereda do que elle tem de indefensável.” (Grifos nossos).

A defesa de Maria Rita, foi apresentada no dia 24 de fevereiro de 1931, através de um texto de nove páginas manuscritas, que possuía como epígrafe um pensamento de Viveiros de Castro, famoso jurista:

Um dos serviços mais relevantes que a imprensa pode prestar é, justamente, o de denunciar as malversações, a frouxidão, ou subserviência, dos funcionarios públicos, submettendo-os ao julgamento da opinião publica, cuja censura é a única pena de que podem ter receio os que se sabem amparados pelos próceres da politicalha.

No seu texto ela retomou as denúncias e comentou a apelação do Promotor Público. No final de sua defesa insistiu para que o Interventor Federal pudesse tomar as medidas cabíveis para o caso:

Collendo Tribunal: o Dr. Promotor Publico diz que nos arvoramos em Joanna d'Arc, libertadora do Atheneu, acceitamos a ironia da Justiça Publica, como acceitaríamos a nossa punição si a denuncia dada contra o Director do Atheneu não estivesse exhaustivamente provada. Quizemos, ou melhor, queremos libertar o Atheneu Pedro II de um director negligente, prevaricador, hyppochrita, que vem desmoralizando esse instituto de Ensino; para tanto não medimos esforços, até às iras dos potentados, de uma camarilha inteira que se aproveita dos crimes desse director; não recuámos, não recuamos, nem recuaremos. Appellamos para o Interventor Federal nesse Estado, de cujo espirito de justiça esperemos as necessárias providencias; appellamos para V.Exc., a quem exhibimos as provas dos crimes do Director do Atheneu; appellariamos ainda para o Tribunal Especial si aqui todas as portas fossem fechadas o que não podemos acreditar. E, nobres juizes, deante das provas destes autos, ainda que deportada ou nas grades de uma prisão, continuaríamos a affirmar que o Dr. Leandro Diniz de Faro Dantas, nas funções do Atheneu Pedro II, é um injusto, um arbitrário, um desigual, um déspota, um politiqueiro oportunista, um subserviente, um accomodado às situações, um ladrão dos direitos alheios, o ladrão do nosso direito, dos nossos vencimentos, o homem cuja permanência na direcção deste instituto de ensino será uma vergonha para a Administração. (Grifos nossos).

Em 26 de fevereiro de 1931, o Juiz Olympio Mendonça confirmou sua sentença absolvendo Maria Rita, através de um parecer curto, de apenas algumas linhas, sem mais nenhuma justificativa, encaminhando os autos ao Egrégio Tribunal da Relação. O Procurador Geral Edison Oliveira

Ribeiro, se pronunciou, em 12 de março de 1931, contra o parecer do Juiz Olympio Mendonça solicitando a análise da *exceptio veritatis*, evidenciada por Maria Rita.

No relatório final do processo, assinado pelos Procuradores Lupicínio Barros, Loureiro Tavares, Octavio Cardoso, Gervásio Prata e Edison de Oliveira Ribeiro, em 5 de junho de 1931, foi realizado uma análise minuciosa dos autos, e um estudo sobre o animus diffamandi e o sentido da calúnia. Chegou-se a conclusão que não havia a presença dos elementos que compõem o *animus diffamandi* nos artigos de Maria Rita, pois sua intenção era “invocar a atenção do poder competente para a abertura de uma sindicância sobre os factos a que allude.” No final do parecer, foi comentado que não cabia pena de compensação uma vez que através do artigo “Lamentável Attitude”, ficou provado a “reciprocidade de injuriar entre o suposto offêndido e a querellada, que por isso não é passível da pena pedida”. Segundo os autos a decisão foi publicada em 12 de junho de 1931.

Maria Rita registrou emocionada em uma carta, endereçada de forma coletiva a Bertha Lutz, Carmen Portinho e Maria Luiza Bittencourt, alguns dias depois, aspectos da sua vitória:

Carmen, Bertha e Maria Luiza²⁸⁷:

Viva a Revolução! Viva Sergipe! Viva Maynard! Estou arrebatando de contentamento! Quero um abraço grande, forte, de Vocês três ao mesmo tempo. Venci a minha causa, a minha grande causa! Sou hoje a professora de Literatura do Atheneu Pedro II. Isto dito assim, não parece nada. Mas, só eu sei o que me custou. Com um concurso feito desde outubro de 1929, eu tinha contra mim, o Director do Atheneu, o Fiscal, o Prof. Franco Freire, um genro de um sogro que o deixou rico, o Dr. Augusto Leite, o melhor cirurgião da família mais poderosa daqui, que estava regendo a minha cadeira, o Dr. Aristides Fontes, outro ricoço e sobre estes o Dr. Carvalho Netto, presidente do Instituto dos Advogados e da Academia de Letras para quem o Dr. Augusto guardava a cadeira. Veêm? Era uma trupe forte dinheirosa de homens contra mim, sozinha, pobre e mulher. Empenhei-me numa luta tremenda! Fiz uma terrível campanha pela Imprensa contra o Atheneu. Mantive ferrenha polemica com Franco Freire. Só não o chamei, e ao Director do Atheneu de santo e de bonito dentro da denuncia bem entendido. Fui processada por calúnia e injuria. Processei ao Franco Freire. Defendi-me pela *exceptio veritatis*. Fui absolvida. E, agora, o Interventor, que é um bravo e um justo, deu uma lição de civismo a todos. (...) Si vocês soubessem o quanto me custou! Offereceram-me todas as vantagens para eu ceder, mas não cedi um ponto. Reclamei o meu direito à cadeira de Literatura e fiz pé firme: ou ella ou nada. Os meus adversarios usaram de todos os ardis: calumnias, injurias, perversidades de todos os quilates. E eu, sozinha, com o meu direito venci-os. O Maynard é, inegavelmente um grande homem: um heroi sobre todos os pontos de vista; um novo patriota. Estou num entusiasmo louco. (...) Para a cadeira de Canto Orpheônico elle nomeou uma moça (...) Waldette de Mello, diplomada pelo Conservatório d’ahi. (...) Muitos abraços e todos os louvores para o Interventor de Sergipe, que meu deu ganho de causa contra mais de meia duzia de homens ricos, poderosos e (...). Vocês estão notando que não estou muito certa? O contentamento me entontece. Sempre a Maria Ritta.

²⁸⁷ Data da carta: 18/05/1931. Esta carta na íntegra encontra-se no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro no Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Caixa 54, AP46-FBPF, pacotilha: expediente – FBPF; data limite: 1931. As destinatárias desta carta eram Carmem Portinho, engenheira civil e presidente da União Universitária Feminina, Bertha Lutz, presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e Maria Luiza Bittencourt, advogada baiana, que se encontrava no Rio de Janeiro. Maiores informações sobre elas consultar entre outras fontes: Schumacher (2000); Portinho (1999); Sohiet (1974).

Na carta seguinte, datada de 25 de maio de 1931, entre outros assuntos, Maria Rita comentou ainda sobre suas aulas no Atheneu: “(...) tive no Atheneu solemne recepção: discursos do prof. Costa Filho, Prof. Santos Mello, etc. Já dei duas aulas, assistidas por mestres e alumnos que, seja porque foi, as têm applaudido.²⁸⁸”

Mesmo antes do processo ter sido encerrado, Maria Rita foi nomeada²⁸⁹ pelo Interventor Augusto Maynard Gomes, como professora cathedratica interina de Literatura do Atheneu Pedro II, pelo Decreto de 14 de maio de 1931²⁹⁰.

Enquanto o processo se desenrolava na Justiça, Maria Rita dirigia a Revista Renovação, ministrava conferências²⁹¹, se envolvia na organização de eventos culturais beneficentes, como para arrecadação de verbas para a construção do Jardim de Infância²⁹², além de manter seu escritório de advocacia em funcionamento. Foi também consultora jurídica de algumas empresas entre elas, a Empresa de Tracção Elétrica.

Inicialmente seu escritório funcionava no mesmo endereço da redação da Revista Renovação, rua de Maroim, n. 265. Nas páginas da Revista, Maria Rita publicava anúncios dos seus serviços, através de pequenas notas²⁹³. A partir do n.35, o anúncio dos seus serviços, apareceu de forma mais diversificada:

A dra. Maria Rita comunica aos seus clientes e amigos que reabriu, no prédio à Rua João Pessoa, 67, 1º andar, o seu escritório de advocacia. Avisa também a todos a quem interessar possa que anexo ao seu escritório haverá um departamento de procuradoria, para tratar de quaisquer negócios junto às repartições publicas, inclusive recepção de vencimentos, administração de imóveis, vendas, alugueis,

²⁸⁸ Carta endereçada à Bertha Lutz, datada de 25 de maio de 1931. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Caixa 54, AP46-FBPF, pacotilha: expediente – FBPF; data limite: 1931.

²⁸⁹ Sua nomeação foi notícia nos jornais diários, e também na Revista Renovação, n.10. Nesta última, o decreto de nomeação foi publicado logo abaixo de sua foto, na mesma página em que foi publicado o decreto e a foto da Maestrina Maria Waldette de Mello.

²⁹⁰ Nesta mesma data, foi nomeada também a professora de Música interina a Maestrina Maria Waldette de Mello. Elas foram as primeiras docentes interinas no Atheneu. A primeira professora cathedrática efetiva foi Maria Thetis Nunes, nomeada pelo Decreto de 25 de janeiro de 1946, para a cadeira de Geografia Geral. Sobre a trajetória da Professora Maria Thetis Nunes, consultar entre outros, SANTOS, Maria Nely. Professora Thétis: uma vida. Aracaju: Gráfica Pontual, 1999.

²⁹¹ Como ela mesma afirma em carta a Bertha Lutz, “fiz no dia 16 (16 de maio de 1931), a convite da Directoria da Instrução Pública uma conferencia, da série da Semana da Educação, sob o título – “A Escola Regional sobre os seus multiplos aspectos urbana, rural, maritima e fluvial. A localização do trabalho como factor do Progresso”. Tive uma casa cheia e dizem que agradou.” Data da correspondência: 18/05/1931. Esta carta na íntegra encontra-se no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro no Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Caixa 54, AP46-FBPF, pacotilha: expediente – FBPF; data limite: 1931.

²⁹² Um desses eventos foi realizado em Salvador, onde Maria Rita pronunciou uma palestra intitulada “O magno problema”. Maiores informações verificar a Revista Renovação, n.11 e n.12. No “Diário Oficial do Estado de Sergipe” nos meses de agosto e setembro foram publicadas diversas notas informando a entrega de verbas e material angariados por Maria Rita ao interventor para a construção do Jardim. “A Dra. Maria Rita depositou em mãos de S. Ex. o Sr. Interventor a importância de 150\$000 pró Jardim da Infância, produto da venda, na exposição feminista, no Rio de Janeiro, de alguns quadros daqui enviados para aquele certamen.” (Diário Oficial. Ano XIII, n.3373. Aracaju, 13 de agosto de 1931, p.25363, col.3.)

²⁹³ Cf. Anúncios dos serviços de advocacia de Maria Rita, nas páginas de Renovação, nos n.4, n.33. n.34 e n.35.

arrendamentos, cobrança, em geral, sob comissão módica. Dispõe de auxiliares inteligentes e ativos. Aceita causas para todo Estado, mediante prévio contrato. Assistência judiciária à mulher pobre²⁹⁴.

Como Maria Rita foi designada pelo Interventor Augusto Maynard Gomes para representar Sergipe juntamente com a farmacêutica Cesartina Regis, no II Congresso Internacional Feminista no Rio de Janeiro, em junho de 1931, precisou pedir afastamento das atividades docentes, tendo sido substituída pelo Prof. Manuel José dos Santos Mello²⁹⁵. Neste evento apresentou as teses: “Dos crimes contra a honra”, “Do adultério como crime de ação pública” e “Polícia Feminina.”

Maria Rita e a Revista Renovação

Era uma publicação cultural-literária, de acordo com o seu primeiro editorial, e tinha, entre outros objetivos, o de oferecer espaço para os talentos locais, além de educar o povo:

Há, porem, grande parte de intelligencia moça, que se atrophia, incognita, nos nossos estreitos limites; que tem surtos de evolução e progresso mas que se retrae e esconde, com o pudor, talvez, de apparecer. Entre os homens isto, às vezes, se dá; entre as mulheres é regra geral. (...) A emigração tem sido a consequencia dos ideaes da evolução. Pensamos, porém, neste momento em que tudo no Brasil se renova, em que tudo se reorganiza, em dar ao nosso pequenino Estado ensejo de sair desse ambiente estreito e retrogado; educar o povo para o culto ao talento e ao trabalho; instruir o povo no incentivo aos surtos de intelligência, ás revelações de capacidades; convencer o povo de que escrever si é a mais bela das artes é, ainda a mais agradável e útil das distrações; de que a leitura enleia ao leitor e muito mais a quem se sabe lido por um grande público (ANDRADE, M. R. S. Revista Renovação, n.1. Aracaju: janeiro de 1931, p.1).

Entre os seus principais colaboradores figuravam escritoras e poetisas sergipanas e brasileiras, além de renomados autores sergipanos. Seus editoriais defendiam a ampliação da participação das mulheres nos espaços públicos e, em sua maioria, eram assinados por Maria Rita.

²⁹⁴ Revista Renovação, Aracaju, abril de 1934. n.35, contra-capa.

²⁹⁵ De acordo com o Livro de Correspondências Expedidas do Atheneu Pedro II. p.374. Há uma correspondência do Diretor do Atheneu, Leandro Diniz de Faro Dantas ao Diretor da Secretaria Geral, datada de 09 de junho de 1931. “Communico a V. Ex. que, em vista de ter viajado hontem para fora do Estado a Dra. Maria Rita Soares de Andrade, que vae representar Sergipe no Congresso Feminista a se reunir na Capital Federal, designei hoje para reger a cadeira de Literatura Brasileira e das Línguas Latinas, enquanto durar o impedimento da referida Dra. Maria Rita Soares de Andrade, cathedratica interina da cadeira em questão, o professor cathedratico de Portuguez, Manuel José dos Santos Mello, que hoje mesmo deu começo à substituição que lhe foi determinada Attenciosas saudações..”

Foram localizados até o presente momento 40 edições. O ciclo de vida da Renovação²⁹⁶ pode ser dividido em três fases distintas, tomando como base o critério da periodicidade. A primeira na qual a revista era quinzenal (de janeiro de 1931 a abril de 1932 – 27 edições); a segunda, quando era editada mensalmente (de maio a outubro de 1932 – 4 edições); e, a terceira, quando ocorreu o “ressurgimento” da revista, em 1934, com periodicidade mensal (janeiro a setembro de 1934 – 9 edições). Em 1933, nenhum número foi publicado.



Foto 24 - Bertha Lutz, na Capa da Revista Renovação.
Aracaju. s/d. Autoria não identificada.
Fonte: Revista Renovação n.12. 1931

²⁹⁶ Infelizmente não foram localizados dados mais específicos sobre a caracterização dos leitores da Revista, nem sobre a tiragem da mesma. Pode-se inferir que tendo em vista o fato de ser mantida através de assinaturas e das verbas arrecadadas junto aos anunciantes, que ocupavam espaços de publicidade, e pelo ciclo de vida (3 anos), que ela possuía um público leitor assíduo e que, de certa maneira, atendia as suas expectativas. Esta publicidade ocupava em média 6 páginas inteiras de anúncios (considerando a capa e contra-capas, fora os pequenos anúncios entre as seções – cada número da Renovação tinha em média 22 páginas.) A Revista publicava freqüentemente cartas dos leitores, comentando textos e matérias lidas.

A participação feminina ocorria através da publicação de poemas, cartas e pequenas crônicas. As ações de benemerência, os espetáculos e os concursos literários promovidos pela própria Revista ou pela Escola Normal, também permitiam a visibilidade dos talentos femininos.

As páginas de Renovação serviram para divulgar os manifestos, as atividades, e os boletins da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino²⁹⁷ (FBPF), e da União Universitária Feminina²⁹⁸ (UUF). Em diversos momentos estas duas agremiações juntaram seus esforços e suas filiadas em atividades e campanhas comuns, como: congressos, seminários, representação em eventos internacionais, o censo eleitoral feminino, entre outros. Em Sergipe, Cesartina Régis²⁹⁹ e Maria Rita Soares representavam as duas associações.

Os últimos números da Revista (a partir do número 33) apresentavam a seção “A arte de ser mulher” na qual eram tratadas questões de economia doméstica, e foram divulgadas receitas culinárias enviadas pelas leitoras. Nesta seção foi lançado também o “Concurso de arte e economia doméstica”, onde as concorrentes deveriam preencher um cupom (data, assinatura e pseudônimo) e enviar para a redação da publicação respondendo a questão: “Como sonha o seu futuro lar?”

Mesmo com seções especiais para as leitoras, Renovação não pode ser caracterizada estritamente como uma publicação feminina ou mesmo feminista. Segundo a própria diretora, a publicação era um “magazin literário”. O espaço dedicado aos poetas, cronistas, romancistas, críticos literários e imortais da Academia Sergipana de Letras é amplo. No entanto, a seleção das colaborações efetuada por Maria Rita Soares de Andrade era rigorosa no tocante às representações veiculadas, sendo esclarecedora uma pequena nota onde registrou a recusa de um texto: “a outra produção enviada por P. W. para a Revista não será publicada por ele ter sido irreverente com a mulher (...) Renovação nasceu da mulher, para a mulher e pela mulher.” (maio de 1934, n.36).

Renovação funcionava como veículo de divulgação literária do Estado, comprovado pelas cartas dos leitores enviadas de vários Estados do Brasil, como registro dos eventos sócio-culturais locais e como mecanismo de visibilidade de algumas mulheres e suas lutas.

²⁹⁷ A FBPF foi criada em 1922 no Rio de Janeiro e durante muitos anos teve como presidente Bertha Lutz, entre outros objetivos lutou pela ampliação da participação política das mulheres, como o acesso ao voto e a elegibilidade. Maiores informações sobre a FBPF, consultar: Schumacher (2000, p. 106-112); Sohiet (1997, p. 99-124).

²⁹⁸ A UUF fundada por Carmem Portinho, em 1931 também no Rio de Janeiro, tinha como principal meta o apoio, através de chás e reuniões, às alunas universitárias e as recém-formadas nos cursos superiores, com empenho para colocação no mercado de trabalho. Sobre a UUF, verificar: Portinho (1999, p. 40-49); Schumacher (2000, p. 135-137).

²⁹⁹ Sobre Cesartina Régis consultar Pina (1994).

As expectativas em relação ao “novo regime” implantado a partir da Revolução de 30, a memória cultuada do movimento tenentista (com matérias ilustradas com muitas fotos), assim como a presença dos heróis locais deste movimento, especialmente do Interventor Major Augusto Maynard Gomes, permearam diversos números da Renovação.

Maria Rita Soares de Andrade ressaltava, nos editoriais, as esperanças que o “novo regime” se preocupasse com a educação do povo e garantisse maior participação feminina. Em alguns momentos, as páginas de Renovação pareciam reeditar o “entusiasmo pela educação”³⁰⁰, conclamando todos a se engajarem em campanhas educativas e construindo expectativas de mudanças políticas através do processo educativo. O empenho de Maria Rita na defesa da educação popular e feminina se aproxima das propostas defendidas por Itala Silva de Oliveira.

As expectativas eram muitas. Maria Rita usou os editoriais inicialmente para (ano de 1931) registrar as esperanças de que as mulheres seriam agora respeitadas e valorizadas, em todas as suas dimensões, especialmente no tocante à cidadania, tendo como garantia o acesso à educação superior, ao exercício de profissões liberais e à possibilidade de ocupar cargos públicos importantes, o direito ao voto e à elegibilidade. Em um segundo momento (final de 1932), a advogada cobrava espaços na “democracia sem mulheres” instituída por Getúlio Vargas.

Segundo Borges (1998), na década de 30 a “história política brasileira foi marcada por forte instabilidade e vivo debate” e também por rupturas representadas pela Revolução de 30 e pela decretação do Estado Novo (1937). No entanto, as questões e os problemas estruturais.

aparecem ainda como os mesmos e por vezes as mesmas soluções são apresentadas que de certa forma também propiciaria uma visão de continuidade: a questão da República, do fim do liberalismo, que aos poucos se transmuta na questão da democracia-não-democracia, da ditadura militar e do desprestígio da política, a questão nacional, a questão da federação, do regionalismo, a industrialização, a reforma agrária, a busca de um caráter (depois da identidade nacional). Todas essas questões e problemas nos anos 30, parecem se agrupar em, torno da idéia de uma ruptura revolucionária (BORGES, 1998, p.160).

As dificuldades vivenciadas por Maria Rita na manutenção da Revista Renovação, diversas vezes manifestadas em seus editoriais, relacionadas a problemas financeiros e mesmo a exigência de uma dedicação que ela não poderia assumir, tendo em vista as atividades profissionais que desenvolvia como advogada, esbarraram, também, nos preconceitos da sociedade aracajuana quanto às idéias feministas que defendia através de um veículo de informação impresso.

³⁰⁰ Sobre o entusiasmo pela educação, consultar: Nagle (1997, p. 261-291).

Em cada um dos números da Revista, a presença da colaboração feminina identificada, variava em média de 30% a 40%. Em média, cada uma das edições possuía de 20 a 24 páginas, sendo que o número doze, publicado em 15 de junho de 1931, foi uma exceção pois tinha 58 páginas. Era especialmente dedicado ao II Congresso Internacional Feminista, realizado no Rio de Janeiro, no mesmo mês.

A elaboração do perfil dos colaboradores da Revista foi prejudicada pelo fato da maioria dos autores se utilizar de pseudônimos, de iniciais ou apenas do primeiro nome. Apenas 20% dos autores se identificaram assinando seus nomes completos. Muitas autoras se restringiram a apenas uma participação, e em geral de poemas. Entre as autoras de maior representação ³⁰¹, que puderam ser identificadas, figuravam: profissionais liberais (advogada, cirurgiã-dentista, farmacêutica); poetisas e escritoras sergipanas consagradas; professoras e alunas da Escola Normal e outras escolas.

No tocante ao estilo de colaboração, ao longo dos números analisados verificou-se: 58 poemas; 35 textos diversos; 31 editoriais (30 assinados por Maria Rita Soares de Andrade e um por Amália Soares de Andrade³⁰²); 12 cartas; 10 textos feministas; 10 fotos; 05 textos que tratavam de temas relacionados à economia doméstica; 04 discursos; 01 palestra; 01 hino escolar; 01 coletânea de provérbios.

Algumas colaborações procuravam focalizar as ações de benemerência, os espetáculos – principalmente apresentações de pianistas, declamadoras e de peças teatrais, assim como os concursos literários. Os poemas românticos e adocicados dividiam espaço com as cartas e crônicas que retratavam as desilusões femininas, principalmente com o casamento, a indiferença do marido, as dificuldades de cuidar dos filhos e da casa, a própria ingenuidade.

As propostas de educação feminina eram veiculadas na Revista Renovação através de diversas formas, mas principalmente nos editoriais; nos textos relacionados às lutas e conquistas Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e União Universitária Feminina; em seções específicas como a “Arte de ser mulher” e “Pela Assistência Cristã Feminina” (estas duas seções só estão presentes no último ciclo da Revista, no ano de 1934); nas correspondências; nos textos literários, principalmente nos contos e poesias.

³⁰¹ Entre as autoras que assinaram mais colaborações estão: Maria Rita Soares de Andrade (46 textos); Amália Soares de Andrade (23 textos); Graziela Cabral (4 textos); Seleneh de Souza (3 textos); Violeta Andrade (2 textos); Etelvina Amália de Siqueira (2 textos); Ana Leonor Fontes (2 textos)

³⁰² Prima de Maria Rita, poetisa e secretária da Revista Renovação.

Essas propostas se diferenciam no decorrer das fases da revista, sendo que nos primeiros anos (1931-1932) a defesa do direito feminino ao ensino público e do acesso ao ensino superior apareceram constantemente. A vinculação entre escolaridade feminina e exercício de uma profissão liberal também foi marcante. Além disso, a maioria dos textos proclamava que a emancipação feminina seria construída a partir da escolarização e do exercício de uma profissão, e deveria ser pensada como uma conquista da Revolução de 30 e uma demonstração de patriotismo.

Uma outra estratégia verificada nas páginas da Revista era apresentar mulheres que se realizaram no exercício de uma profissão e eram mães exemplares, esposas dedicadas. Advogadas, médicas, aviadoras, cientistas e professoras foram ressaltadas como exemplos a serem seguidos. Alguns textos apresentaram as conquistas das mulheres nos Estados Unidos e na Europa, no tocante ao acesso ao ensino superior e a cargos públicos de prestígio como um estímulo para as mulheres brasileiras e sergipanas.

As viagens de algumas mulheres ligadas à União Universitária Feminina e à Federação pelo Progresso Feminino também foram registradas. Em muitos casos, existiu um “chamamento” explícito para que as mulheres se associassem a estas organizações, pois a expectativa era que com o “congraçamento” de todas elas, seria possível alcançar objetivos mais amplos e duradouros. As injustiças sofridas e as conquistas das mulheres sergipanas, dentro e fora do Estado, foram visibilizadas através de matérias específicas ou notas.

Pode-se perceber que as propostas veiculadas pela Revista Renovação se destinavam a mulheres privilegiadas, que moravam nas cidades, em especial nas capitais, que ainda estavam, de certa maneira, restritas ao ambiente doméstico, se arriscavam em colaborações literárias, exerciam atividades de benemerência, entre outras. Frequentavam o cinema, participavam dos recitais promovidos pela Academia Sergipana de Letras, pela Escola Normal e pela própria Renovação. Em casos extremos, se exerciam algum tipo de profissão, eram aquelas relacionadas com a extensão das atividades realizadas no lar, que envolviam o cuidado, a atenção e a educação, como magistério, enfermagem e serviço social, entre outras.

Estas mulheres teriam condições econômicas de realizarem cursos superiores, de participarem de eventos no Rio de Janeiro e em outros países; de se organizarem em torno das lutas defendidas nas páginas da Revista, principalmente quanto ao voto feminino e a elegibilidade, de exercerem uma profissão liberal.

A busca pelas leitoras de Renovação me fez chegar a duas professoras, Áurea Zamor de Melo e sua irmã Normélia Melo. E ambas se mostraram muito contentes em rever a Revista e comentarem sobre a vida e trajetória de Maria Rita. No depoimento de Áurea ela destacou:

Assinava a Revista. (...) Muita gente lia... A Renovação era uma revista muito boa... muito importante... Maria Rita, foi uma grande advogada, muito amiga das pessoas humildes e ela se destacou como professora, depois foi para Salvador, e depois para o Rio e lá ela se destacou muito (...). mas o que sabemos é que ela além de ser uma advogada era escritora, participava de Congressos e tudo, e viajou para o exterior também... tinha uma família, tinha um pai, tinha três irmãos José Soares, Aristides e Fausto e estes três foram... uma preocupação que ela teve para formá-los e trazê-los para sociedade, e eles se colocaram muito bem, inclusive ela. E Maria Rita era além de tudo, uma amiga muito grande de todas as pessoas que se aproximavam dela, ela viajava mas era simples, mas era muito corajosa como advogada... tanto que às vezes tinha algumas desavenças assim, porque ela tinha preocupação de ser honesta! Não era uma advogada só pelo nome, mas trabalhava muito! E ajudou muito no Santo Antonio (bairro) a umas casas simples e pobres, isto eu sei, isto eu me lembro muito bem dela...(...)Tudo que era feito por Maria Rita, eu fazia parte!³⁰³

As jovens sergipanas que trabalhavam nas indústrias têxteis e em outras indústrias, aquelas que atuavam no comércio, na prestação de serviços, nos trabalhos domésticos, que tinham a escolaridade restrita ao ensino primário, ou em casos raros, possuíam o diploma de normalista, bem como as que eram arrimo de família, aquelas que estavam na zona rural ou em pequenas cidades do interior do Estado não apareciam nas páginas de Renovação, nem mesmo poderiam ser visibilizadas como público alvo das propostas veiculadas no tocante a educação feminina.

Neste sentido, a crítica realizada por Rago (1997, p.591) referente aos discursos feministas liberais, veiculados na imprensa periódica do início do século XX, é procedente em relação a Revista Renovação. Segundo a autora, “afetava muito pouco o conceito que elas próprias tinham das operárias e das demais trabalhadoras pobres.” Em muitos casos, mesmo defendendo propostas de filantropia no tocante a educação feminina das jovens pobres, como no caso de Renovação

³⁰³ Depoimento da Profª. Áurea Zamor de Melo. Aracaju, 20 de março de 2002. A professora Áurea Zamor ensinou em diversos colégios públicos e particulares de Aracaju. Foi fundadora da Associação Cristã Feminina e viajou para mais de 30 países.

através da “Assistência Cristã Feminina”³⁰⁴, não pareciam ser elas o alvo principal das suas ações em defesa da escolarização e profissionalização feminina.

Contrariando a posição de médicos higienistas, juristas e de alguns intelectuais que viam no trabalho feminino fora do lar a causa da desagregação da família e a decadência moral da mulher, desde o início da Primeira República, as feministas liberais pregavam os benefícios da profissionalização feminina. No entanto, como aponta Rago (1997), este discurso liberalizante considerava sobretudo “as dificuldades que as mulheres de mais alta condição social enfrentavam para ingressarem no mundo do trabalho controlado pelos homens”. Para além da conquista do diploma de curso superior, elas “tinham muitos obstáculos a superar para se firmarem profissionalmente”(1997, p.590).

Por isso defendiam, em seus periódicos, a educação feminina para atingir ao ideal da: “mulher profissionalmente ativa e politicamente participante, comprometida com os problemas da pátria, que debatia questões nacionais. Certamente teria melhores condições de desenvolver seu lado materno” (Rago, 1997, p.590). Este ideal era assumido por Maria Rita Soares de Andrade e outras profissionais liberais e estava expresso nos diversos editoriais analisados.

Novos processos na justiça para garantir o exercício profissional

Maria Rita se envolveu com a campanha eleitoral de 1934, trabalhou na tentativa de garantir o alistamento eleitoral feminino e a eleição de mulheres para a Assembléia Constituinte. O seu empenho nesta luta acabou fazendo com que se licenciasse do trabalho como professora no Atheneu por seis meses, sem vencimentos³⁰⁵.

Após terminar sua licença assumiu as atividades docentes no Atheneu, no mês de outubro de 1934. No entanto, assim que as eleições se encerraram no dia 14 de outubro, ela foi demitida do

³⁰⁴ A intenção de Maria Rita através desta Associação era a regeneração das prostitutas e educação-preventiva das jovens pobres que necessitavam lutar pela sobrevivência. A primeira realização foi a criação de um curso prático feminino, que contou com a participação de grandes nomes do magistério feminino sergipano e tinha como matérias Português, Francês, Inglês, Alemão, Aritmética, Geografia, Datilografia, Taquigrafia, Escrituração Mercantil, Educação Moral, Economia Doméstica e Arte Culinária. (Renovação.1934, n.39, p.12). De acordo com as evidências encontradas o curso funcionou, mas a Associação Cristã Feminina, vinculada à sede no Rio de Janeiro, só foi instalada alguns anos mais tarde pela Profª. Áurea Zamor de Melo.

³⁰⁵ Os registros de licença de Maria Rita Soares de Andrade, podem ser localizados no Livro de Registro de Títulos do Atheneu Sergipense, no Arquivo do Atheneu, de 13 de setembro de 1904 a 6 de dezembro de 1940. No caso das licenças de Maria Rita elas foram concedidas pelo próprio Interventor Federal Augusto Maynard Gomes. Além deste período de 6 meses entre março e setembro de 1934, ela já tinha recebido 30 dias de licença sem vencimentos para tratamento de saúde, em abril de 1932.

Atheneu, pelo Interventor Augusto Maynard e da Empresa de Tracção Elétrica onde era Consultora Jurídica³⁰⁶ sendo que o Interventor era o principal acionista daquela empresa. Era o início de um novo processo na justiça e de mobilização na imprensa, agora feita pelo “Correio de Aracaju”³⁰⁷.

O primeiro artigo na imprensa a tratar do tema, foi intitulado “Gesto Deselegante”, sem autoria identificada. Relacionava a demissão a questões políticas, uma vez que Maria Rita tinha defendido publicamente a candidatura de Quintina Diniz, pelo Partido Social Democrata. Além de Maria Rita, sua prima Amália Soares de Andrade também tinha sido demitida da Escola de Comércio Conselheiro Orlando:

Depois do pleito pelo ‘Diário Oficial’ de hoje lemos os decretos de exoneração do cargo de professora interina de literatura do Atheneu Pedro II da Dra. Maria Rita Soares de Andrade e da professora interina de Francez da Escola de Commercio Conselheiro Orlando d. Amália Soares de Andrade. O gesto do sr. Maynard vem como castigo à Dra. Maria Ritta pelo seu manifesto apresentado, em nome dos suffragios do eleitorado a candidata do P.S.D. Profa. Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro. É do clima dos tempos. A causa publica vive como bugiganga nas mãos desses dominadores de poucos dias. Eles não respeitam o patrimônio alheio na politicagem desenfreada de desespero em que se encontram. Isto terá fim

³⁰⁸

Maria Rita entrou na Justiça com mandado de segurança, em 23 de outubro de 1934, para ser reintegrada no cargo de professora do Atheneu e de Consultora Jurídica na Empresa de Tracção Elétrica. No caso da empresa, por se tratar de uma associação privada ela não conseguiu ser readmitida, apesar de recorrer da decisão da Justiça diversas vezes, até 1937. No caso do Atheneu depois de um longo e desgastante processo, ela foi reintegrada no cargo de professora de Literatura Brasileira e Línguas Latinas no Atheneu, pelo Governador Eronides Ferreira de Carvalho, em dezembro de 1935.

A discussão em torno da demissão pelo Interventor logo após as eleições foi feita nos autos alegando a falta de direito de vitaliciedade no cargo, uma vez que ela era uma docente livre, nomeada interinamente, podendo ser demitida sem maiores encargos. No entanto, ela juntou

³⁰⁶ A demissão de Maria Rita dos dois cargos foi publicada no Diário Oficial de Sergipe, no dia 15 de outubro de 1934.

³⁰⁷ Sobre a demissão de Maria Rita do Atheneu e da Empresa de Tracção Elétrica consultar: Correio de Aracaju, 16 de outubro de 1934, n.179, p.1. col 4-5; Correio de Aracaju, 19 de outubro de 1934, n.182, p.1. col.3.; ; Correio de Aracaju, 20 de outubro de 1934, n.183, p.2. col.1.; Correio de Aracaju, 23 de outubro de 1934, n.185, p.4. col.4.; ; Correio de Aracaju, 25 de outubro de 1934, n.186, p.4. col.1/2. Uma parte dos artigos foi assinada por Maria Rita e a outra por Passos Cabral. Maria Rita publicou no jornal, inclusive, os mandados de segurança em favor de sua readmissão no Atheneu e na Empresa de Tracção Elétrica. Não foi localizada nenhuma matéria sobre o tema na Revista Renovação, uma vez que o último número (n.40) data de setembro de 1934.

³⁰⁸ Correio de Aracaju, 16 de outubro de 1934. n.179, p.1. col. 4-5.

diversas provas, até mesmo relacionadas com o primeiro processo, em relação a sua posse, assim como consultas a juristas renomados na Bahia. O Presidente do Instituto dos Advogados da Bahia, Rogério de Faria e o Diretor da Faculdade da Bahia, Felinto Bastos, produziram pareceres em seu favor que foram anexados aos autos. A jurisprudência de casos semelhantes em outros Estados, e até mesmo de professores do próprio Atheneu foi evidenciada, completando a fundamentação do seu direito. Em 29 de janeiro de 1935, a Corte chegou a conclusão de não tomar conhecimento do pedido feito por ela, por ser incompetente à Justiça do Estado e mandou que fosse cumprido o disposto no artigo 71 da Constituição Federal, devendo o caso ser analisado por um Juiz Federal³⁰⁹.

O Decreto de 13 de dezembro de 1935, que reintegrou Maria Rita na cadeira de Literatura e das Línguas Latinas do Atheneu Pedro II, através de uma exposição minuciosa de motivos, garantiu a vitaliciedade constitucional uma vez que entre o período de nomeação em maio de 1931 e da sua exoneração ilegal em outubro de 1934, havia decorrido mais de três anos de exercício. E que além das disciplinas para qual prestou concurso ela também havia ministrado, em 1932, aulas de Francez e de História da Civilização, tendo “revelado na regência de todas essas cadeiras os requisitos de idoneidade moral e intellectual, capacidade pedagógica e applicação ao ensino”. Sendo assim ela deveria portanto ser reintegrada com as garantias e as vantagens que a lei lhe assegurava³¹⁰.

Um outro decreto de 14 de abril de 1937 designou Maria Rita para exercer, em comissão, as cadeiras de História do Comércio, Indústria e Agricultura e de Estatística do Curso de Perito Contador da Escola de Comercio “Conselheiro Orlando”³¹¹.

Maria Rita e a mudança para o Rio de Janeiro: conquistas e perdas

Em 1938, Maria Rita mudou-se para o Rio de Janeiro, onde exerceu advocacia, foi professora de Literatura no Colégio Pedro II e de Processo Civil na Faculdade Técnica de Comércio. Sobre a mudança, há várias versões. Um dos registros indicou que ela teria ido para o Rio acompanhar seu noivo, o poeta Passos Cabral³¹². Uma outra possibilidade é que ela tenha se encaminhado para o Rio em busca de ampliar seus horizontes profissionais. Além do magistério e da

³⁰⁹ Os documentos deste processo, podem ser encontrados no Arquivo Geral do Judiciário, em Aracaju. Fundo: AJU/CTJ. Série: Civil. Subserie: Embargo. Caixa 19. Período: 1936. Acervo: 01. Módulo: III. N. geral: 1373.

³¹⁰ Cf. Decreto de 13 de dezembro de 1935. Governador Eronides Ferreira de Carvalho.

³¹¹ Cf. Decreto de 14 de abril de 1937. Governador Eronides Ferreira de Carvalho.

³¹² Esta versão está presente em um texto publicado no Jornal do Brasil de 9 de abril de 1984, intitulado: “Maria Rita Soares de Andrade – Uma feminista convicta sempre cercada de amigos e trabalhos.”, sem autoria identificada.

atuação junto à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, como consultora jurídica, e à União Universitária Feminina, ao se instalar no Rio de Janeiro, abriu um escritório de advocacia com Maria Luiza Bittencourt e Maria Alexandrina Ferreira Chaves.

Após a mudança para o Rio de Janeiro, Maria Rita foi levando aos poucos os seus familiares para o Rio. O pai, os irmãos e sua prima Amália Soares moraram muitos anos com ela até se estabelecerem. Sua casa, no Bairro de Santa Tereza, era considerada o “consulado de Sergipe”, local de encontro dos sergipanos no Rio de Janeiro, segundo o depoimento de sua sobrinha³¹³.

Em abril de 1950, Passos Cabral faleceu. Havia entre Maria Rita e Passos Cabral uma relação de reciprocidade e de partilha, de conquistas e ideais. Ele foi o principal colaborador da Revista Renovação e durante os processos que foram movidos contra ela, em Aracaju, publicou artigos na imprensa sergipana em sua defesa. Esteve presente no seu concurso no Atheneu e incentivou-a na participação dos congressos feministas. Ela foi responsável pela organização e publicação de seus livros de poemas “Espelho Interior”³¹⁴(1932), “Ilha Selvagem”³¹⁵ e “Poesias Completas”³¹⁶. Maria Rita mandou erigir no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro, um mausoléu, em sua homenagem, que segundo depoimentos era visitado por ela constantemente.

Segundo depoimentos, após a morte de Passos Cabral, Maria Rita visitava o mausoléu que havia mandado erigir no Cemitério São João Batista, no Rio de Janeiro.

³¹³ Depoimento de Maria da Graça Soares de Andrade Caldas, filha de Fausto Soares. Rio de Janeiro, em 22 de maio de 2001.

³¹⁴ CABRAL, João Passos. *Espelho interior*. Aracaju: Casa Ávila, 1932. Este livro foi distribuído entre os assinantes da Revista Renovação, logo após seu lançamento. A Revista publicou também vários comentários elogiosos referentes a obra, vindos de diferentes regiões do Brasil.

³¹⁵ CABRAL, João Passos. *Ilha Selvagem*. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1940. Prefaciado por Murilo Araújo.

³¹⁶ CABRAL, João Passos. *Poesias Completas*. Rio de Janeiro: Editora Cátedra; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1981. Este último foi prefaciado por Maria Rita



Foto 25 - Mausoléu construído em homenagem ao poeta João Passos Cabral. Cemitério São João Batista, Rio de Janeiro/RJ. s/d. Autoria não identificada.

Fonte: Arquivo particular da pesquisadora

Mario Cabral, sobrinho de Passos Cabral, descreveu o poeta e a relação dele com Maria Rita:

Passos Cabral é uma figura singular no meio literário sergipano. Um talento. Um caráter. Uma nítida vocação de escritor. Um homem que nasceu para sonhar e para sofrer. A vida, madrastra, negou-lhe quase tudo. Foi um irmão constante de

pobreza: esquecido, humilhado, ofendido. A maior cultura humanística do seu tempo. Conhecia o grego e o latim. Falava e escrevia, fluentemente, além do português, o francês, o inglês, o alemão, o italiano e o espanhol. (...) Maria Rita que lançou Espelho Interior e Ilha Selvagem, Verônica do Gólgota lírico de Passos Cabral, no dizer, expressivo de Murilo Araújo, soube, agora, com paciência e valentia, reunir em Poesias Completas a sua obra diversificada. O acervo é valioso. E traz de novo, ao cenário literário brasileiro, o nome desse intelectual, não só poeta, não só crítico, não só ensaísta, professor, advogado, parlamentar e jornalista, como também, as coordenadas essenciais e um espírito que define um homem raro. Um homem justo, culto e correto. E cuja luminosa inteligência mergulhou no inferno da loucura intermitente. Uma vida aprisionada, assim, em uma situação-limite que lembra as paredes absurdas de Camus e à qual só a poesia poderia abrir uma nesga de luz e de liberdade. A morte, aos cinquenta anos, cheio, ainda, de seiva e de força, foi o prêmio maior que lhe coube na partilha dos interesses vivenciais. (...) Que lhe seja outorgada, agora, na morte, a justiça que sempre lhe foi negada, outrora, na vida. A ele e a essa mulher admirável – Maria Rita, que lhe seguiu, passo a passo, o áspero, fremente e doloroso caminho³¹⁷.

A professora Normélia Mello, destacou em seu depoimento que se hospedava na casa de Maria Rita, mesmo tendo parentes no Rio de Janeiro. Maria Rita, mesmo depois da morte de Passos Cabral, não deixava passar seu aniversário, sem comemorar em grande estilo, com comida típica sergipana:

No Rio, ela recebia muito eu às vezes, eu tinha sobrinho no Rio, mas eu me hospedava na casa dela, e ela recebia todo mundo e muito bem... Agora, aqui na política, foi a primeira advogada sergipana (...) os advogados não olhavam muito bem para isso... porque era uma mulher se metendo na vida jurídica... mas ela sabia também, sabia responder as coisas... (...) Ela era muito franca, escrevia e dizia o que queria dizer... mas era um valor! Valor como advogada e como pessoa humana! (...) Interessante é que depois da morte dele (Passos Cabral), todo aniversário dele de vida, ela festejava... fazia uma festa na casa dela, era um banquete! Ela mandava comprar muita coisa típica daqui de Sergipe, ia pelo avião... e então, tinha aquela recitação... aqueles rapazes recitando os poemas dele.. ele era um poeta, um fino poeta! E recitava... era um sarau mesmo! Uma festa animada! (...) fui a uma dessas festas, numa mesa reuniram só os sergipanos, (...) Padre Olívio, Noemi Oliveira, eu e minha filha, uma mesa só de sergipanos, depois ela nos mandou nos levar no cais³¹⁸.

A professora, escritora e poetisa Lígia Pina também foi recebida por Maria Rita no Rio de Janeiro e fez questão de destacar em seu texto, publicado pela Academia Sergipana de Letras, a forma como foi acolhida e a presença/ausência de Passos Cabral na cada dela:

³¹⁷ CABRAL, Mario. Passos Cabral, o poeta. Mimeografado. (1 de setembro de 1981). (Grifos nossos).

³¹⁸ Depoimento da Profª. Normélia Melo. Aracaju, 20 de março de 2002.

Era com satisfação que recebia aos sábados e domingos para almoço, uma legião de amigos e desconhecidos sergipanos. Para ela, sergipano era seu parente. Afirmo de cátedra e assino. Eu mesma sem conhecê-la telefonei pedindo-lhe uma entrevista e logo ela me convidou para o almoço, no sábado.(...) Fiel no trabalho, fiel nas amizades, fiel no amor. Um único e extraordinário amor que preencheu a sua vida mesmo depois da morte do seu amado – o poeta sergipano João Passos Cabral. A sua casa é um relicário de retratos e lembranças dele. Maria Rita cuidou do noivo todo o tempo em que esteve doente. E após a sua morte construiu-lh um mausoléu e todos os domingos pela manhã ia levar-lhe flores³¹⁹.

Um outro depoimento da professora e poetisa Carmelita Fontes³²⁰ retomou a relação entre Maria Rita e Passos Cabral:

Mas na vida da advogada brilhante, incide outra luz, a da inteligência e amizade do poeta João Passos Cabral que vai marcar até os dias de hoje sua caminhada de mulher e de guerreira na direção de um horizonte existencial do qual nunca desviou os olhos e para o qual sempre dirigiu os passos. Do encontro dessas duas luzes tecem-se duas histórias diferentes, mas num só texto: o da ternura infinita. Nesta admiração respeito e afeto tudo foi dado, nada se perdeu nas mãos femininas que se enchem e se derramam como catadupas pelas escarpas pedregosas da vida. Dessa extraordinária mulher, disse o próprio poeta Passos Cabral: “Dá o que pensar essa feminina convicta. Não conhece o cansaço, nem a indecisão. Excessiva no ardor com que combate os seus adversários. Um tanto violenta na linguagem com que ridiculariza as pobres calças tantas vezes inúteis. Respondendo às indiretas com fulminantes indiretas. Advogando, redigindo revista, sentando-se às mesas dos cafés, relacionando-se com toda gente. Não tem serenidade, não sabe esperar, não confia nas compensações infalíveis do futuro, vive na hora presente (Renovação³²¹, n.12, 1931)”. (...) Na atividade do Direito, no ofício literário, na batalha pela emancipação feminina, sua história honra o seu século. Aqui, naqueles anos 30, o exercício brilhante da advocacia foi sua forma ativa de rasgar os moldes de subserviência provinciana aos presunçosos e prepotentes.(...) Fez-se poeta, cronista, exímia epistológrafa, palestrante. Como mulher, lançou o grito da emancipação feminina, impondo-se uma postura austera de trabalhadora intelectual, fazendo-se um modelo vivo, próprio, autônomo para suas companheiras, para sua geração.

Em meados da década de 50, retornou a Aracaju, para atuar como advogada de defesa de Milena Mandarino, acusada de ter mandado matar seu marido, o Dr. Carlos Firpo. Ela também defendeu o pai de Milena, Nicola Mandarino, acusado de envolvimento no crime. Este caso teve bastante repercussão na imprensa local e nacional. O único documento localizado deste processo foi

³¹⁹ Cf. Pina (1999, p. 185-188).

³²⁰ Cf. Fontes (1988, p. 178-180).

³²¹ Muitas páginas da Revista Renovação, em diversos números, foram utilizadas para publicar a troca de elogios entre Maria Rita e Passos Cabral.

a defesa de Maria Rita publicada no Rio de Janeiro, pela editora do Jornal do Brasil³²². No início desta publicação foi transcrito um texto intitulado “Ser advogado”, de autoria de Maria Rita, onde ela abordou aspectos da sua profissão-missão:

Ser advogado. É ser crente. Ter fé. E ter coragem. Não há profissão mais incompreendida e malsinada. A maioria não entende que o advogado exerce um ‘munus’ publico. Como tal não lhe assiste o direito, em certas circunstâncias, de escolher causas. Recusar a assistência a uma criatura quando multidões exacerbadas e donos do poder outorgam a faculdade de julgar, condenar, sem justiça e até sem caridade, é perjuro. O advogado não deve cortejar a opinião publica. Seus favores oscilam com os ventos. Muito menos ceder à pressão dos poderosos. A advocacia é uma missão, e como toda missão requer espírito de sacrifício e fortaleza de ânimo. Exercê-la na exata compreensão do ‘munus’ que ela encerra é renunciar ao conforto, à estabilidade, à segurança pessoal, não raro. Sem essa capacidade de renúncia, sem a coragem de enfrentar situações difíceis, sem sofrimento e heroísmo, não se pode cumprir os deveres da missão de advogado. Não há causas simpáticas ou antipáticas, par quem se capacita da significação desse alto mister. (...) A advocacia é antes missão que profissão. Profissão, apenas, porque dela haurimos a subsistência. No fundo ela é uma alta e nobre missão³²³.

Maria Rita esteve presente no Primeiro Congresso Feminino Hispano-Americano em Madri, em 1951, apresentando nesta ocasião a tese “Situação Jurídica da Mulher - Reivindicações”. No I Congresso Jurídico Nacional, pelo centenário de Clóvis Beviláqua, realizado em Fortaleza, em 1959, defendeu a retirada do inciso II, do art 6º do Código Civil sobre a incapacidade da mulher casada.

Foi redatora do Jornal do Brasil de 1954 a 1963, publicando vários artigos com temas jurídicos e em defesa da ampliação da participação feminina na sociedade.

Intercedeu em favor dos perseguidos políticos do Estado Novo, e segundo depoimentos, neste período em todas as ocasiões andava com uma rolha pendurada no pescoço, em protesto contra a ausência de liberdade de expressão, imposta pela ditadura de Vargas. Entre os casos de repercussão nacional que participou está a defesa de militares rebeldes da Aeronáutica, envolvidos no “Movimento Aragarças”, entre eles o Almirante Amorim do Vale e o Tenente- Coronel Antonio Carlos de Andrade Serpa, na década de 50.

Foi nomeada em 1967, para o cargo de juíza federal do Estado da Guanabara se tornando a primeira juíza federal do Brasil, como titular da 4ª Vara, onde exerceu a magistratura até a sua

³²² ANDRADE, Maria Rita Soares de. O crime da Rua de Campos. Defesa prévia, alegações finais e razões de recurso. Rio de Janeiro: Editora do Jornal do Brasil, 1958.

³²³ Este mesmo artigo foi publicado no Jornal do Brasil, em julho de 1958.

aposentadoria em 1974. Maria Rita, foi a primeira mulher membro do Conselho da Ordem dos Advogados do Brasil, integrando o Conselho da Guanabara, sendo por delegação deste a primeira advogada a participar do Conselho Federal da Ordem dos Advogados.

Em 1973, participou da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava a discriminação existente contra a mulher no Brasil, e reclamou uma maior participação feminina nos postos de prestígio da política brasileira, denunciando o Itamarati, que na época não permitia a mulher atingisse o ápice da carreira diplomática.

Depois de aposentada, continuou advogando. Em 1974, Maria Rita recebeu uma homenagem do Tribunal Federal do Rio de Janeiro, por ocasião da sua aposentadoria.

Uma década depois, em uma entrevista para o Jornal do Brasil, questionada sobre a principal vitória feminina, dos últimos anos, respondeu: “o acesso à universidade, de lá as mulheres tiveram acesso às profissões liberais e conseqüentemente à independência econômica e à possibilidade de interferir no momento atual. A universidade foi mais importante do que a conquista do voto feminino.”³²⁴

Maria Rita Soares de Andrade, faleceu no Rio de Janeiro no dia 5 de abril de 1998. A Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, organizou no Rio, em julho de 1998, uma exposição em sua homenagem, intitulada “Maria Rita Soares de Andrade - Uma vida de amor à justiça”. Na abertura da exposição, um pequeno texto, procura apresentar a homenageada afirmando:

Advogada em tempo integral, participou ativamente de sua época, abrindo frentes para atuação da mulher em áreas predominantemente masculinas. Seu amor à Justiça a fez defender causas impossíveis. Sua generosidade e dedicação a todos que a ela buscaram auxílio se refletem no carinho imenso que uma legião de amigos lhe dedica. A Justiça Federal do Rio de Janeiro teve a honra de registrar em seu primeiro quadro de magistrados, uma mulher à frente do seu tempo. E tem o dever de apresentar, em fotos, documentos, registros e depoimentos o retrato da juíza, advogada, feminista e cidadã Maria Rita, uma homenagem àquela a quem a Justiça significou a própria vida³²⁵.

³²⁴ In: Jornal do Brasil, 9 de abril de 1984. , intitulado: “Maria Rita Soares de Andrade – Uma feminista convicta sempre cercada de amigos e trabalhos.” Sem autoria identificada.

³²⁵ Material da exposição “Maria Rita Soares de Andrade – Uma vida de amor à justiça”, realizado pela Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, gentilmente cedido pela Assessoria de Comunicação Social. TRF-2ª Região.

Encontros e desencontros

Nas primeiras décadas do século XX, a presença das mulheres no magistério primário era majoritária, assim como nas indústrias têxteis e nas atividades relacionadas com o âmbito doméstico. Mas algumas áreas profissionais ainda se encontravam menos permeáveis ao trabalho feminino. Segundo Besse (1999):

Na prática, a inclusão de mulheres de classe média e alta na força de trabalho provavelmente mais beneficiou a economia do Brasil do que beneficiou as próprias mulheres. Somente um pequeno número delas conseguiu verdadeira satisfação e independência com o trabalho assalariado, enquanto a economia em rápida expansão ganhou uma grande reserva de mão-de-obra facilmente explorável, que podia ser encaminhada para empregos rotineiros e de baixo status. Além disso, o ingresso de uma elite de mulheres em carreiras novas mais prestigiadas só muito gradativamente modificou os estereótipos da “natureza” feminina. O impacto potencialmente radical do emprego feminino foi solapado pela segregação da ampla maioria de trabalhadoras em cargos “femininos” que lhes proporcionavam remuneração muito baixa, exigia apenas qualificação mínima e não permitia exercício algum de autoridade – em suma, cargos que as mantinham impotentes (BESSE, 1999, p.180-181).

Apesar da insistência nos discursos femininos liberais, na década de 1920 e 1930, em torno da profissionalização das mulheres e da inserção no mercado de trabalho como mediação para autonomia e para a independência, a valorização do trabalho das mulheres no tocante ao acesso aos postos mais elevados na hierarquia e o reconhecimento do seu valor em termos salariais ainda se configuram como reivindicações atuais.

Quintina, Itala e Maria Rita, cada uma a sua maneira, defenderam a ampliação da escolarização feminina e a ocupação do espaço público pelas mulheres. De forma mais direta, ministrando aulas, publicando artigos, editando a Revista Renovação, ou de forma indireta ocupando as páginas do noticiário local, as três professoras marcaram presença na imprensa e desenvolveram processos de resistência e acomodação aos padrões sociais e culturais do seu tempo.

O processo de escolarização realizado por elas, no ensino primário e secundário, e o exercício do magistério, independente da formação superior que adquiriram, indicam que elas se utilizaram de forma estratégica das possibilidades aceitas pela sociedade. As posições ocupadas nos espaços públicos estiveram relacionadas com as relações familiares e sociais estabelecidas ao longo de sua formação.

O envolvimento com campanhas de alfabetização, associações – culturais, literárias, recreativas, esportivas, profissionais – e atividades de filantropia, permearam a trajetória das três sergipanas. A Liga Sergipana contra o Analfabetismo, a Associação Cristã Feminina, o Asilo Rio Branco, o Jardim de Infância Augusto Maynard, foram algumas das instituições que se beneficiaram diretamente do prestígio e do trabalho de Itala, Maria Rita e Quintina.

Analisando a imprensa periódica feminina e pedagógica das primeiras décadas do século XX, Almeida (1998) indicou como serviram para divulgar idéias e costumes no país. Abordando o papel dos jornais e revistas femininas, ela afirmou que:

(...)permitiram a emergência de um universo literário feminino que, por sua vez, permitiu uma maior visibilidade das mulheres. As reivindicações surgiram e possibilitaram a abertura de uma discussão que, transpondo as fronteiras do lar, alcançou o espaço público e mostrou que o sexo subordinado e até então confinado à domesticidade passava a exigir direitos e maior liberdade (ALMEIDA, 1998, p.33).

Mesmo não podendo caracterizar a Revista Renovação como um periódico exclusivamente feminista ou feminino, como já foi abordado anteriormente, sem dúvida se aproxima destes nos editoriais e em seções específicas. Esta publicação sergipana permitiu visibilidade aos talentos literários sergipanos – promovendo autores e autoras; e também ao processo de luta/conquista de direitos políticos e civis das mulheres no Brasil.

As representações acerca da educação feminina veiculadas nas páginas de Renovação, apresentaram, em um primeiro momento propostas liberais. No final do ciclo de vida da publicação, a atuação feminina no espaço doméstico foi reforçada com seções específicas, e apesar desta alteração, aparentemente, expressar uma contradição da linha editorial do periódico, estava plenamente de acordo com o feminismo do período. Como ressalta Sohiet (1997),

aquele feminismo não questionou as implicações de se atribuir à mulher a responsabilidade total pelas atividades domésticas e pela socialização dos filhos. A conquista dos novos direitos de participação na esfera pública não implicaram numa reformulação no âmbito das obrigações familiares entre os dois gêneros. Continuava-se, portanto, a considerar o espaço doméstico como inerente à mulher (1997, p. 116).

Neste sentido, pode-se perguntar, será que Maria Rita, Itala e Quintina conseguiram “subverter fronteiras”³²⁶ ou apenas se acomodaram em outros espaços? Será que a luta das mulheres

³²⁶ Cf. PERROT, M. Op. cit., 1998.

sergipanas envolvidas na FBPF e da UUF, serviram apenas para “modernizar as relações de gênero³²⁷” ou se “constituíram em uma pedagogia da ocupação dos espaços públicos³²⁸”?

Como foi possível perceber, os três movimentos questionados acima estão presentes na Revista Renovação e nas trajetórias das três sergipanas analisadas: a subversão de fronteiras, a modernização das relações de gênero e a pedagogia de ocupação dos espaços públicos. A criação e a manutenção de um veículo da imprensa escrita no período em que os jornais e revistas eram dirigidos apenas por homens, em Sergipe, apontam para a primeira perspectiva, a tentativa de subversão de fronteiras³²⁹, no caso de Maria Rita. O enfrentamento público das perseguições, as denúncias e polêmicas encontradas no “Diário da Manhã”, no caso de Itala e no Jornal “A Ordem”, no caso de Maria Rita, também são indícios significativos deste primeiro movimento.

As matérias veiculadas nas páginas de Renovação e os artigos de Itala, em sua grande maioria, mesmo quando reivindicavam a ampliação da participação social e política feminina, estabeleciam a necessidade de modernização das relações de gênero, uma vez que os papéis tradicionalmente construídos para as mulheres não eram questionados. Nas propostas defendidas por elas seria possível conciliar o perfil de mulher instruída-emancipada-profissional-esposa dedicada-mãe exemplar.

A campanha nas páginas da Renovação e a eleição da Profa. Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro para a Assembléia Constituinte em 1934, poderiam ser compreendidas como o resultado de uma “pedagogia da ocupação dos espaços públicos” desenvolvida ao longo de alguns anos. A escolha da veneranda professora de Pedagogia da Escola Normal em detrimento da atuante farmacêutica Cesartina Régis e da irrequieta advogada Maria Rita, fez parte de uma estratégia

³²⁷ Cf. BESSE, Susan. Op. cit., 1999.

³²⁸ Cf. SOHIET, R. Op. cit. 2000.

³²⁹ Mesmo na atualidade quando muitas redatoras e jornalistas estão presentes na imprensa escrita e falada em Sergipe, a criação de uma publicação por um grupo de mulheres, aparece em destaque: “A Revista – Segundo os mais intolerantes machistas, quando muitas mulheres se reúnem, trata-se sem dúvidas, de algo ameaçador para a vida alheia. Há dez anos algumas mulheres começaram a se reunir em Aracaju. Encontram-se semanalmente, e, desafiando o preconceito machista, trataram de coisas do espírito, de poesia, de literatura, de cultura de um modo geral. Surgiu a Academia Literária de Vida, liderada por Lígia Pina e composta, entre outras por Leyda Regis, Hermínia Caldas, Shirley Maria Santana Rocha, Cléa Brandão, Ivone Mendonça de Souza, Maria Conceição Ouro, Aldeci Figueiredo, Maria Luiza Prado, Josefina Cardoso Braz, Maria Mônica Ouro Reis e Ângela Margarida Torres de Araújo. Agora completando dez anos, a Academia exclusivamente de saias e, sobretudo, de excelentes cabeças, publica a Revista da Academia Literária de Vida. Excelente publicação, com artigos e reportagens sobre variados assuntos, a revista merece ser lida; enriquecerá, sem dúvida quem o fizer.”Jornal da Cidade. Aracaju, domingo 9 e segunda 10 de fevereiro de 2003. Caderno Variedades. p. A5.

construída pelas lideranças da FBPF, não só em Sergipe, mas em todo Brasil³³⁰, para garantir a presença feminina nos cargos eletivos, em 1934.

Itala e Maria Rita defenderam o casamento e a maternidade responsável, mas nunca se casaram e nem tiveram filhos. A legislação do início do século XX, principalmente a partir do Código Civil de 1916, impedia qualquer possibilidade de autonomia das mulheres casadas³³¹.

Diferente de suas irmãs e primas, Quintina Diniz também não se casou. Preparava “moças prendadas” para o casamento no Colégio Sant’Anna e de certa forma também na Escola Normal, mas não encontrou pretendente ou não estabeleceu o matrimônio como meta de vida.

Itala e Maria Rita foram para o Rio de Janeiro em busca de espaço e condições mais favoráveis para o desenvolvimento de suas carreiras profissionais. O afastamento dos familiares e dos amigos não deve ter sido muito fácil para ambas. No caso de Maria Rita, a mudança para o Rio envolvia também a relação afetiva mantida com o poeta Passos Cabral. As questões econômicas depois das eleições de 1934, foram significativas para sua decisão de partir. No caso de Itala poucos indícios foram localizados que pudessem ampliar a compreensão em torno de sua saída do Estado.

Maria Rita visitava Aracaju com uma certa frequência, os vínculos de amizade e laços construídos com a família de Passos Cabral, mantiveram a convivência mesmo depois de seu falecimento em 1950. Segundo os primos de Itala, ela nunca mais retornou a Sergipe.

Através do estudo dos textos produzidos por Itala Silva de Oliveira e por Maria Rita Soares de Andrade, pode-se perceber que elas foram mulheres marcadas pelo seu tempo, pelas teorias e tendências do início do século XX, mas também ampliaram fronteiras através da imprensa e da forma como atuaram nos espaços que conquistaram. Quintina Diniz como professora da Escola Normal e diretora do Colégio Sant’Anna influenciou a formação de grande parte das intelectuais sergipanas da atualidade.

³³⁰ As cartas trocadas entre Maria Rita e Bertha Lutz, e entre a diretoria da FBPF e as lideranças filiadas em todo Brasil, são evidências deste processo e serão analisadas no próximo capítulo. Suely Kofes (2001), analisou no seu estudo as cartas trocadas entre Bertha Lutz e Consuelo Caiado (liderança goiana ligada à FBPF), no início da década de 30 e identificou as estratégias e táticas de aproximação entre as lideranças feministas e os candidatos para eleição de 1934.

³³¹ Cf. Reis (1993, p. 48), “No Código Civil de 1916, diz o artigo 242: a mulher não pode, sem autorização do marido, aceitar ou repudiar herança, ou legado; ser tutora ou curadora; exercer profissão, litigar em juízo civil ou comercial; contrair obrigações que impliquem em alienação de bens do casal ou aceitar mandatos.”

5. AÇÃO POLÍTICA: MULHERES SERGIPANAS NO ESPAÇO PÚBLICO

Entende-se neste estudo a ação política como atuação no espaço público. Portanto, desde o momento em que deixaram o restrito ambiente doméstico para freqüentar escolas e exercer atividades profissionais, Quintina, Itala e Maria Rita estiveram atuando no espaço público. O objetivo deste capítulo é registrar e analisar algumas das outras atividades que elas empreenderam, como: o mandato na Assembléia Legislativa, as denúncias veiculadas pela imprensa e o envolvimento com o feminismo.

Segundo Arendt (1995), o termo público implica em dois fenômenos relacionados. Em primeiro lugar, “tudo que vem a público pode ser visto e ouvido por todos e tem a maior divulgação possível. Para nós, a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade”. Em contraposição a esta perspectiva,

as maiores forças da vida íntima – as paixões do coração, os pensamentos da mente, os deleites dos sentidos – vivem uma espécie de existência interna e obscura, a não ser que, e até que, sejam transformadas, desprivatizadas e desindividualizadas, por assim dizer, de modo a se tornarem adequadas à aparição pública. (ARENDT, 1995, p.59-60).

Em segundo lugar, para Arendt (1995), o termo público tem como significado o próprio “mundo, na medida em que é comum a todos nós e diferente do lugar que nos cabe dentro dele”:

Este mundo, contudo, não é idêntico à terra ou à natureza como espaço limitado para o movimento dos homens e condição geral da vida orgânica. Antes, tem a ver com o artefato humano, com o produto de mãos humanas, com os negócios realizados entre os que, juntos habitam o mundo feito pelo homem. Conviver no mundo significa essencialmente ter um mundo de coisas interposto entre os que nele habitam em comum, como uma mesa se interpõe entre os que se assentam ao seu redor; pois, como todo intermediário, o mundo ao mesmo tempo separa e estabelece uma relação entre os homens (ARENDT, 1995, p.62).

A metáfora da mesa, nos faz perceber que por muitos séculos as mulheres foram impedidas de tomarem assento ao redor dela, suas funções no mundo estiveram confinadas aos espaços

privados³³². No caso deste estudo, ao retomar as trajetórias das pioneiras sergipanas, foi possível compreender que as representações construídas por elas e em torno delas se relacionam com o modo como se inseriram em determinadas atividades, em geral exercidas apenas por homens, naquele período. A cadeira na qual se sentaram ao redor da mesa, foi forjada pelos diferentes tipos de capital (econômico, cultural e de relações sociais) que conseguiram mobilizar. A permanência de cada uma delas nas posições conquistadas foi construída a partir de acordos, tensões, ambigüidades e contradições, que se referiam não somente a elas mas também aos grupos com os quais se relacionava.

Neste sentido, ao nos aproximarmos da “rede de sociabilidades” em que cada uma delas esteve inserida, tivemos chance também de estabelecer contato com suas individualidades. As diferentes interações que estabeleceram para a ação no espaço público, permitiram novas conexões para outras gerações e produziram conquistas pessoais. Como salientou Elias (1994):

Do mesmo modo, as idéias, convicções, afetos, necessidades e traços de caráter produzem no indivíduo mediante a interação com os outros, como coisas que compõem seu “eu” mais pessoal e nas quais se expressa, justamente por essa razão, a rede de relações de que ele emergiu e na qual penetra. E dessa maneira esse seu eu, essa “essência” pessoal, forma-se num entrelaçamento contínuo de necessidades, num desejo e realização constantes, numa alternância de dar e receber. É a ordem desse entrelaçamento incessante e sem começo que determina a natureza e a forma de sua solidão, até o que ele sente como sua “vida íntima”, traz a marca da história dos seus relacionamentos – da estrutura da rede humana em que, como um de seus pontos nodais, ele se desenvolve e vive como indivíduo.(ELIAS, 1994, p.36)

A tolerância com que foram tratadas em alguns momentos, assim como o preconceito e a suspeição de que foram vítimas se revelaram também na forma como são lembradas na atualidade. Na busca incessante por registros e marcas que Quintina, Itala e Maria Rita deixaram pelas instituições por onde passaram, o silêncio e o apagamento foram também reveladores.

Segundo Jacques Le Goff (1984, p.13), “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva. (...) Mas a memória coletiva é não somente uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder”.

³³² Não se pretende neste momento aprofundar a relação entre público e privado, no entanto, Arendt (1995, p.83-84) aborda esta relação de forma muito instigante quando aponta para a dificuldade em estabelecer os limites entre uma esfera e outra: “Embora a distinção entre o privado e o público coincida com a oposição entre a necessidade e a liberdade, entre a futilidade e a realização e, finalmente, entre a vergonha e a honra, não é de forma alguma verdadeiro que somente o necessário, o fútil e o vergonhoso tenham o seu lugar adequado na esfera privada. O significado mais elementar das duas esferas indica que há coisas que devem ser ocultadas e outras que necessitam ser expostas em público para que possam adquirir alguma forma de existência. Se examinarmos essas coisas, independentemente de onde as encontramos em qualquer civilização, veremos que cada atividade humana converge para a sua localização adequada no mundo. Isto se aplica às principais atividades humanas da vida activa – labor, trabalho e ação.”

No jogo político das lembranças e dos esquecimentos procuramos perceber como Quintina, Itala e Maria Rita desenvolveram suas diferentes atuações, que táticas³³³ mobilizaram e como construíram suas marcas na ocupação do espaço público.

Quintina na Assembléia Legislativa: eleição e atividades

Como afirmou Dantas (1989, p.100-101) a Revolução de 30 não pode ser vista como um “movimento linear, já que teria nascido contemplando os interesses dos grupos conservadores”. No caso do Nordeste, como a industrialização não foi incrementada de forma tão vigorosa como no Sudeste e Sul do país, as atividades produtivas continuavam fundamentadas em “complexos açucareiros, têxteis e pecuários”. Com os sistemas de interventorias, a partir da Revolução, os Estados do Norte e Nordeste, desempenharam um papel significativo na constituição de um “bloco de Estados voltado a prestar apoio às políticas reformistas do Governo Central e tentar neutralizar as investidas dos setores conservadores.”

Em um primeiro momento, até o início de 1932, muitos tenentes que ocupavam interventorias no Nordeste, eram contra a constitucionalização do país, alegavam que as eleições poderiam permitir o retorno das oligarquias ao controle da política nacional. Apesar de assumirem uma postura de aversão à política partidária e aos políticos tradicionais, as principais lideranças que se consideravam “revolucionárias” procuraram seu fortalecimento através da legitimidade social (DANTAS, 1989, p. 101).

Quintina participou da primeira eleição para a Assembléia Estadual pós-Revolução de 1930. Em Sergipe, o resultado do pleito de 1934, com a eleição de Eronides Ferreira de Carvalho e a união entre dois grupos conservadores fortes como a União Republicana e o Partido Social Democrático, representavam o retorno dos “senhores do açúcar, especialmente dos usineiros”, à centralidade do poder. A oposição local às prisões e repressões realizadas pelo novo Governador, seguindo o

³³³ Compreendemos tática a partir da concepção de Certeau (1994, p.100-102): “A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter para se manter à distância, numa posição recuada, e de previsão e de convocação própria: a tática é movimento dentro do campo de visão do inimigo (...) e no espaço por ele controlado. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. (...) Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância de poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.”

“padrão” de Getúlio Vargas³³⁴, e os movimentos nacionais como a Intentona Comunista, marcaram com grande instabilidade a década de 30 em Sergipe.

Logo após a confirmação da sua eleição para a Assembléia Constituinte Quintina Diniz escreveu uma carta de agradecimento a Bertha Lutz (FBPF) e a Carmem Portinho (UUF). Nesta correspondência, ela afirmou seu compromisso em defesa dos direitos femininos, destacando a sua maturidade, a luta pela justiça e suas relações com o Partido Social Democrático.

Exmas e distintas representantes da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e da União Universitaria Feminina
Muito me desvanece o gesto nobre das Distintas Patricias offerecendo o seu valioso apoio a minha candidatura à Assembléa Estadual Constituinte. Fallecendo-me embora, o entusiasmo da mocidade esperançosa que sabe vibrar, no momento oportuno, por tudo quanto é generoso e grande, sobra-me entretanto, a experiencia da vida e o desejo ardente de colaborar em prol do engrandecimento da nossa Terra em defeza dos direitos da mulher brasileira. Envidarei todos os esforços para corresponder à distinção e confiança com que me honrou o Grande Partido Social Democratico. Tendo a Justiça por Lema, estarei sempre ao lado dos valiosos e leais paladinos da lei e do direito. Sirvo-me da oportunidade para agradecer-lhes, em nome do Directorio do P.S.D, os applausos das feministas brasileiras e apresentar-lhes os protestos de elevado apreço e solidariedade.
Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro
Aracajú, 11 de outubro de 1934³³⁵.

Outras filiadas e colaboradoras da FBPF foram eleitas em 1934, entre elas: Maria Luiza Bittencourt na Bahia; Lili Lages, em Alagoas; Antonieta de Barros, em Santa Catarina; Maria do Céu Perreira Fernandes, no Rio Grande do Norte; Maria Tereza Nogueira de Azevedo e Maria Tereza Silveira de Barros Camargo, em São Paulo; Zuleide Bogéa e Rosa Castro, no Maranhão (SCHUMAHER, 2000, p. 223).

³³⁴ Cf. Figueiredo (1989, p. 368), entre outras arbitrariedades cometidas por Getúlio Vargas em 1935, ele mandou fechar de acordo com o Decreto de 19 de julho de 1935, por seis meses os núcleos, sedes ou escritórios da União Feminina do Brasil em todo Brasil, considerando que esta sociedade “tem exercido atividade subversiva de ordem política e social.”

³³⁵ Carta datilografada datada de 11 de outubro de 1934, sem assinatura, apenas com o nome de Quintina Diniz datilografado, endereçada à Bertha Lutz e Carmen Portinho. CAIXA 55, AP46-FBPF, pacotilha: expediente da FBPF – data limite: 1934 e sem data. Acervo: Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

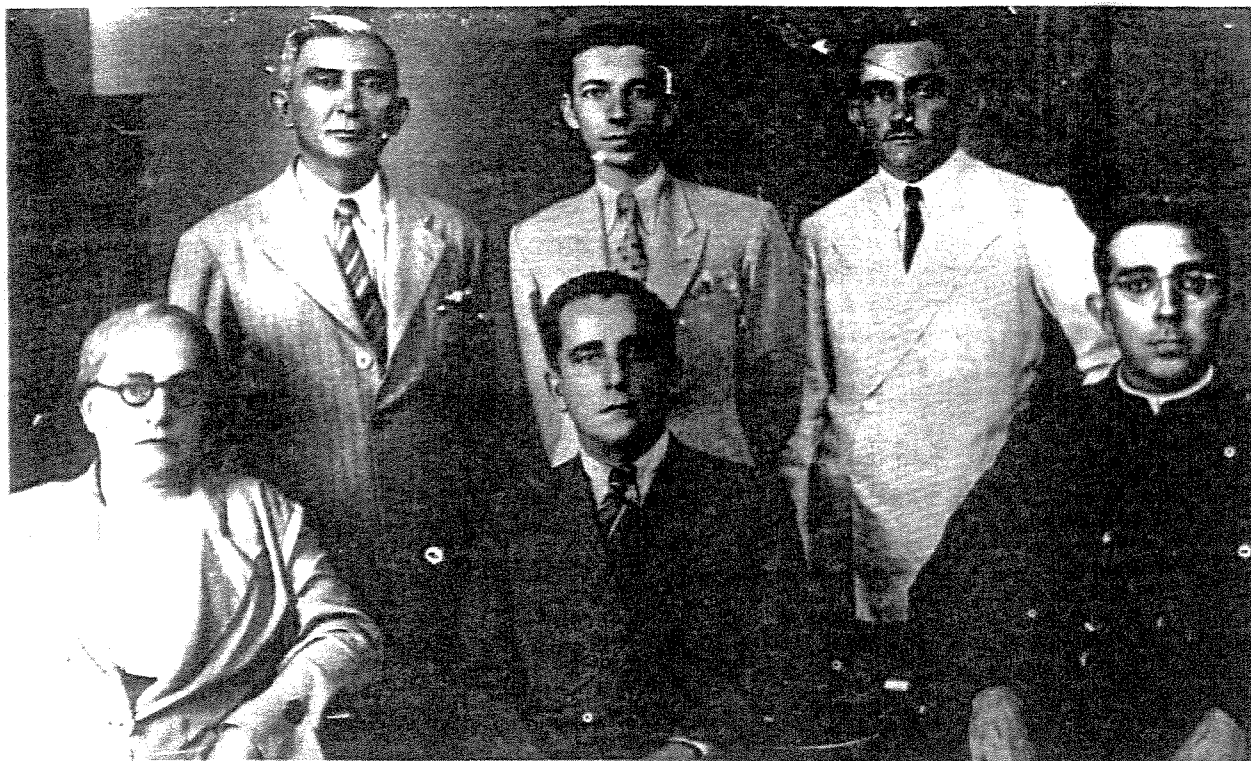


Foto 26 – Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro, acompanhada dos Deputados: Pedro Diniz Gonçalves. Cónego Miguel Monteiro Barbosa, Otoniel da Fonseca Dória, Luiz Garcia e Otávio Aragão. Aracaju, 1935. Autoria não identificada. Fonte: Pina (1994, p. 209).

O processo eleitoral, em 1934, e a posse de Quintina da Assembléia Constituinte em 1935, aconteceram em um momento político conturbado e pleno de tensões. Após quatro anos de gestão interventorial de Augusto Maynard Gomes, a oposição organizada pelos usineiros em torno do capitão e médico Eronides Ferreira de Carvalho conquistou o poder. Depois de um recesso forçado desde a Revolução de 30, a Assembléia Legislativa Estadual voltou a funcionar em 1935, com a incumbência de eleger o novo Governador e elaborar a nova Constituição. Eram 30 deputados, sob a presidência do proprietário rural, do município de Laranjeiras, Pedro Diniz Gonçalves Filho, também conhecido como Pedrinho do Brejo³³⁶, sobrinho de Quintina Diniz.

A composição Constituinte Estadual foi realizada por três legendas: Partido Republicano Progressista³³⁷, Partido da União Republicana de Sergipe³³⁸ e pelo Partido Social Democrático de

³³⁶ Cf. SERGIPE. 100 Anos de História Constitucional. Aracaju: Assembléia Constituinte do Estado, 1992. (p.45-46)

³³⁷ Foram eleitos pelo Partido Republicano Progressista: José Rodrigues da Costa Dória, Pedro Amado, Francisco Leite Neto, Nélson de Freitas Garcez, Manoel de Carvalho Nobre, Gentil Tavares da Mota, Francisco Nobre de Lacerda Filho, Esperidião Noronha, Niceu Dantas, Antônio Manoel de Carvalho Neto, Carlos dos Santos Correa, Manoel de Ávila Nabuco, Teófilo de Freitas Barreto, José Sebrão de Carvalho. Cf. Dantas (1989, p.118).

Sergipe³³⁹. O pleito aconteceu em 14 de outubro de 1934. A vitória dos conservadores, fez com que o Interventor Augusto Maynard mobilizasse uma certa resistência na entrega do cargo, contando com um pequeno grupo de apoio. Mas apesar de suas investidas em busca de apoio local e no Governo Central não surtiram o efeito desejado, para não transmitir o cargo aos adversários Maynard acabou por renunciar em 27 de março de 1935, em seguida viajou para o Rio de Janeiro (DANTAS, 1989, p.119).

A primeira sessão da Assembléia Constituinte ocorreu no dia 31 de março de 1935, serviu apenas para empossar os deputados eleitos e diplomados e contou com a presença do Desembargador João Dantas de Britto, na qualidade de Presidente do Tribunal Regional. A segunda sessão aconteceu no dia seguinte, com a presença de forças federais em torno do prédio, fato que fez com que vários deputados se mostrassem contrariados, segundo os registros feitos na ata. Inicialmente os deputados foram convidados a prestarem o compromisso legal, após a apresentação dos diplomas. Ainda nesta sessão, foram selecionados alguns deputados para compor a Mesa Provisória para a eleição do Presidente, Vice-Presidente e Secretários da Assembléia Constituinte. Foram então eleitos: Pedro Diniz Gonçalves como Presidente; Orlando de Calazans Ribeiro como Vice-Presidente, como 1º. Secretário Manoel Carvalho Barroso e 2º. Secretário Luiz Garcia. como suplentes, Francisco Leite Netto e Francisco Carneiro Nobre Filho. A eleição do primeiro governador constitucional, em seguida, causou uma certa polêmica. Alguns deputados se manifestaram contra e tentaram obstruir os trabalhos. Entretanto, a eleição foi feita. Eronides Ferreira de Carvalho recebeu 16 votos e o Major Augusto Maynard Gomes 14 votos. A posse do novo governador foi marcada para o dia seguinte, 2 de abril de 1935. Esta sessão ainda elegeu os senadores federais Augusto César Leite (8 anos) e Leandro Maynard Maciel³⁴⁰.

Na terceira sessão da Assembléia, ocorreu a posse do primeiro governador constitucional do Estado de Sergipe. Quintina Diniz foi designada pelo Presidente Pedro Diniz Gonçalves para

³³⁸ Foram eleitos pelo Partido da União Republicana de Sergipe: Manoel Dias Rolemberg, Adroaldo Campos, Orlando Calazans Ribeiro, José Barreto Filho, Manoel de Carvalho Barroso, Clodoaldo Vieira Passos, Godofredo Diniz Gonçalves, Luiz Garcia, Pedro Diniz Gonçalves, Cônego Miguel Monteiro Barbosa. Cf. Dantas (1989, p. 118).

³³⁹ Foram eleitos pelo Partido Social Democrático de Sergipe: Orlando Vieira Dantas, Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro, Otoniel da Fonseca Dória, Arnaldo Rolemberg Garcez, Alfredo Rolemberg Leite e José Ribeiro do Bonfim. Cf. Dantas (1989, p. 118).

³⁴⁰ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 31 de março de 1935, encerrado no dia 19 de outubro de 1936. pp.1-4. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.1.

compor a comissão que receberia e introduziria Eronides Ferreira de Carvalho ao plenário, juntamente com os Deputados Rodrigues Dória e Carvalho Barroso³⁴¹.

Além de compor outras comissões de recepção e de despedida de autoridades ao plenário, como era previsto no cerimonial da Casa, Quintina também foi designada para outras atividades. Juntamente com os Deputados Barreto Filho, Manoel Nobre e Manoel Dias Rolemberg, ela foi indicada para a Comissão responsável pelo Projeto de Regimento Interno³⁴². Depois ela foi eleita para a Comissão de Elaboração do Projeto de Lei da Constituição Estadual, juntamente com os deputados José Rodrigues da Costa Dória, José Barreto Filho, Luiz Garcia, Nyceu Dantas, Adroaldo Campos e Orlando Ribeiro. Todos receberam quinze votos. No entanto, os deputados Nyceu Dantas e Adroaldo Campos renunciaram. O Presidente indicou para a substituição José Ribeiro do Bonfim e Alfredo Leite, este último também não aceitou e seu lugar foi ocupado por Miguel Barbosa³⁴³.

O debate em torno do projeto de lei proposto pela referida Comissão foi longo e árduo. A primeira apresentação em plenário aconteceu no início de maio. Durante o processo de votação (título por título) o Presidente da referida Comissão renunciou como presidente e como membro da mesma. Quintina Diniz, que desde a posse não havia faltado a nenhuma sessão, não esteve presente em três seguidas realizadas no final de junho e início de julho. No entanto, ela foi responsável pela apresentação da versão final, já revista, do projeto constitucional, na sessão realizada em 10 de julho de 1935³⁴⁴.

Em 16 de julho de 1935, em sessão solene com a presença do Governador Eronides de Carvalho e outras autoridades foi promulgada a Constituição do Estado de Sergipe³⁴⁵. Apenas

³⁴¹ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 31 de março de 1935, encerrado no dia 19 de outubro de 1936. pp.4-5. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.1.

³⁴² ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 31 de março de 1935, encerrado no dia 19 de outubro de 1936. pp.6-8. Ata de 04 de abril de 1935. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.1.

³⁴³ A Comissão do Projeto da Constituição ficou finalmente constituída pelos seguintes deputados: José Rodrigues da Costa Dória, José Barreto Filho, Luís Garcia, Quintina Diniz, José Ribeiro, Miguel Barbosa e Orlando Ribeiro. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 31 de março de 1935, encerrado no dia 19 de outubro de 1936. pp.15-16. Ata de 22 de abril de 1935. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.1.

³⁴⁴ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 31 de março de 1935, encerrado no dia 19 de outubro de 1936. Ata de 10 de julho de 1935. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.1.

³⁴⁵ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 31 de março de 1935, encerrado no dia 19 de outubro de 1936. pp.66-65 Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.1. Logo após a promulgação da Constituição do Estado, há um termo de encerramento do Livro de Atas da Assembléia Estadual Constituinte e um termo de reabertura do mesmo para as Atas da Assembléia Estadual Legislativa cujos trabalhos se iniciaram a 17 de julho de 1935. p.67.

alguns deputados assinaram o texto constitucional³⁴⁶. A Constituição do Estado Sergipe não apresentava inovações diante do texto da Constituição Federal. Alguns artigos sofreram apenas algumas adaptações. De acordo com o Relatório da Comissão Constitucional, os ante-projetos Constitucionais de São Paulo, Minas, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Alagoas, Paraíba e Bahia, juntamente com a Constituição Federal serviram de parâmetros para os trabalhos da referida comissão³⁴⁷.

O relatório ainda esclarecia que a Constituição Estadual estava baseada em uma perspectiva paternalista-intervencionista:

a preocupação social de que vem animada, no intuito de amparar as classes menos favorecidas, atender melhor os reclamos da justiça social, e deslocar o Estado de sua posição de abstenção, para autorizá-lo a intervir activamente como controlador das iniciativas individuais em certas matérias (1935, p.3-4).

A família considerada a “célula natural da colectividade” necessitando de amparo e proteção do Estado, de acordo com o texto constitucional, precisava da difusão da educação como “fator decisivo da renovação moral” a ser empreendida. Para tanto, o ensino religioso se tornava a mola mestra para a “formação integral da personalidade”³⁴⁸, devendo ser ministrado em escolas públicas de acordo com a confissão religiosa dos alunos (art.111).

Segundo Horta (1996, p.151), a defesa do ensino religioso estava vinculada ao esquema político autoritário implantado no Brasil a partir de 1930, cuja culminância aconteceu a partir de 1937. Servia, ao mesmo tempo, como “instrumento de formação moral da juventude, um mecanismo de cooptação da Igreja Católica, uma arma poderosa na luta contra o liberalismo e no processo de inculcação dos valores que constituíam a base ideológica do pensamento político autoritário.”

A proteção especial garantida para família, formada através do casamento indissolúvel, previa o amparo à maternidade e à infância (art.115). Para a realização deste princípio o texto legal estabelecia a preferência para a mulher nos cargos criados por lei, relacionados com a maternidade e com a infância, desde que possuísse os conhecimentos científicos necessários. A aparente “reserva

³⁴⁶ Cf. Figueiredo (1989, p. 371), os deputados constituintes que assinaram o texto foram: Orlando Calazans Ribeiro, Pedro Diniz Gonçalves Filho, Manoel de Carvalho Barroso, Luiz Garcia, Alfredo Rollemberg Leite, Arnaldo Rollemberg Garcez, Quintina Diniz, José Barreto Filho, Manoel Dias Rollemberg, Adroaldo Campos, Otávio Aragão, Otoniel Dória, Luiz Simões, Moacir Sobral Barreto, Miguel Barbosa, Manoel Nobre Lacerda Filho José Ribeiro do Bomfim.

³⁴⁷ Cf. SERGIPE. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE Projecto da Constituição do Estado de Sergipe. Aracaju: Imprensa Oficial, 1935. p.13.

³⁴⁸ Cf. SERGIPE. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE Projecto da Constituição do Estado de Sergipe. Aracaju: Imprensa Oficial, 1935. p.13.

de mercado” apenas legalizava atividades que já eram socialmente atribuídas às mulheres. A diferença estava na “conquista dos conhecimentos científicos necessários”. O ideal dos educadores e higienistas do início do século XX em torno da divulgação dos princípios da higiene no ambiente escolar e da instrução das mães, associado à ampliação da escolaridade feminina a partir do final da década de 20, pareciam contribuir para a perspectiva que as mulheres ocupassem prioritariamente os postos de trabalho vinculados ao cuidado, à saúde, e à educação das crianças. O único exemplar do Projeto da Constituição de 1935, localizado no Arquivo da Assembléia, possui o nome de Quintina na capa.

Mesmo tendo participado de Comissões importantes nesta primeira parte do seu mandato parlamentar o estudo do livro das Atas indicou um certo silenciamento de sua voz nas discussões e nos debates que se seguiram na Assembléia Legislativa depois da Constituição. Não foi localizada nenhuma defesa de emenda, nem apresentação de projeto de lei. Na “ordem do dia” a deputada Quintina Diniz também não apareceu, durante o ano de 1935.

Quintina depois da promulgação da Constituição foi designada pelo Presidente para a Comissão de Elaboração do Regimento Interno da Assembléia Legislativa juntamente com os deputados Barreto Filho, Gentil Tavares, Adroaldo Campos e Octavio Aragão³⁴⁹. Juntamente com Barreto Filho e Gentil Tavares, Quintina foi designada para compor uma comissão de análise e emissão de parecer de quatro projetos³⁵⁰, ainda no mês de julho.

O regimento interno foi aprovado em 20 de agosto de 1935. Durante o processo de discussão dois deputados renunciaram a participação na comissão de elaboração: Barreto Filho e Gentil Tavares. No início de setembro Quintina foi indicada para compor as seguintes comissões: Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas; Comissão de Instrução, Saúde e Obras Públicas; e Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio e Transporte³⁵¹. Quintina esteve ausente

³⁴⁹ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 31 de março de 1935, encerrado no dia 19 de outubro de 1936. pp.67. Ata da sessão de 22 de julho de 1935. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.1.

³⁵⁰ Os projetos tratavam dos seguintes temas: concessão de licença ao Governador do Estado, sobre subsídio e representação do Governador do Estado, abertura de crédito para suprir a verba de material da secretaria da Assembléia, para pagamento da ajuda de custo e subsídio dos deputados. Cf. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 31 de março de 1935, encerrado no dia 19 de outubro de 1936. pp.70. Ata da sessão do dia 27 de julho de 1935. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.1.

³⁵¹ Cf. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 31 de março de 1935, encerrado no dia 19 de outubro de 1936. pp.88-89. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.1. Os outros deputados que participaram das comissões citadas foram: Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas - Rodrigues Dória, Nelson Garcez, Gentil Tavares e Octavio Aragão; Comissão de Instrução, Saúde e Obras Públicas - Rodrigues Dória e Lacerda Filho e na Comissão de Agricultura, Indústria, Comércio e Transporte - Alfredo Leite e Pedro Amado.

em diversas sessões consecutivas no mês de setembro de 1935. No início de outubro atuou pela primeira vez como segunda secretária ³⁵².

Os trabalhos da Assembléia no ano de 1935 se encerraram, segundo o livro de Atas no início de dezembro. Quintina, que tinha sido assídua no primeiro semestre, faltou dezesseis sessões seguidas no final do mês de novembro e início de dezembro. Na última sessão realizada em dezembro de 1935, foram eleitos os novos cargos da mesa diretora da Assembléia. Como Presidente o deputado Manoel Dias Rollemberg, para Vice-Presidente o deputado Pedro Amado, na condição de primeiro secretário Néelson Garcez e como segundo secretário Lacerda Filho. Após a eleição foram encerrados os trabalhos daquele ano ³⁵³.

As atividades da Assembléia foram retomadas no início de setembro de 1936. Quintina nesta legislatura foi indicada apenas para a Comissão de Instrução, Saúde e Obras públicas, juntamente com os deputados Leite Netto, Manoel Nobre, Adroaldo Campos e Orlando Ribeiro ³⁵⁴.

Na sessão realizada em 15 de outubro foi apresentado um requerimento do Presidente Manoel Rollemberg renunciando ao cargo. Quintina compôs uma comissão para solicitar ao deputado Manoel Rollemberg que desistisse da renúncia, mas ele afirmou ao grupo de deputados que a decisão era irrevogável ³⁵⁵. Os projetos de lei discutidos neste período versavam sobre temas diversos, entre eles: o ensino religioso nas escolas; o Recreio Club, considerado como de utilidade pública; o vencimento dos professores primários, dos professores do Instituto Profissional Coelho e Campos e da Escola Normal Ruy Barbosa; o fechamento do Centro Operário, da Liga Anti-fascista e Anti-guerreira; a construção de casas para funcionários públicos; arbitrariedades do Chefe de Polícia do Estado na capital e no interior; e equiparação de colégios ou institutos mantidos por associações ou por particulares à Escola Normal; concessão de prêmios a trabalhos de arte;

³⁵² Isto aconteceu na sessão realizada no dia 05 de outubro de 1935. Cf. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 31 de março de 1935, encerrado no dia 19 de outubro de 1936. pp.108-09. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.1.

³⁵³ Isto aconteceu na sessão realizada no dia 05 de outubro de 1935. Cf. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 31 de março de 1935, encerrado no dia 19 de outubro de 1936. pp.161-162. Ata da sessão do dia 7 de dezembro de 1935. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.1.

³⁵⁴ Cf. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 31 de março de 1935, encerrado no dia 19 de outubro de 1936. pp.167-168. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.1.

³⁵⁵ Fizeram parte da referida comissão, os deputados: Rodrigues Dória, Luís Garcia, Orlando Ribeiro, Carvalho Barroso, Adroaldo Campos e Aldebrando Franco. Cf. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 31 de março de 1935, encerrado no dia 19 de outubro de 1936. pp.194-198. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.1.

modificação do regimento da Escola Normal; vencimentos do diretor da Biblioteca Pública; curso de aperfeiçoamento para professores primários e a criação do Conselho Estadual de Educação.

Mesmo com temas tão diretamente relacionados com a trajetória pessoal e profissional da deputada Quintina Diniz, suas opiniões e manifestações sobre os projetos de lei não foram consignados nas páginas das atas da Assembléia.

No início de novembro de 1936, Quintina apresentou juntamente com o Deputado Luís Garcia um projeto propondo o aumento dos vencimentos dos professores adjuntos da Escola Normal Rui Barbosa e do Instituto Profissional Coelho e Campos³⁵⁶. Em 11 de novembro de 1936, Quintina foi nomeada juntamente com os deputados Carvalho Barroso, Rodrigues Dória, Orlando Ribeiro e Pe. Edgard Britto, para representarem a Assembléia Legislativa nas comemorações do jubileu do Bispo D. José Thomaz Gomes da Silva³⁵⁷.

No final de novembro de 1936, pela primeira vez, segundo os registros levantados, Quintina solicita a votação em regime de urgência do Projeto n.29, que tratava do aumento dos vencimentos dos funcionários públicos titulados e dava outras providências, o requerimento foi votado e rejeitado³⁵⁸.

Em diversas sessões no período de 1936-1937, Quintina, juntamente com outros deputados, se retiravam do plenário, em conjunto, com o objetivo de impedir que se configurasse o quórum mínimo para as votações. Em geral, nestas “saídas estratégicas”, os deputados Nyceu Dantas, Manoel Nabuco, Pedro Diniz, Otoniel Dória, Gentil Tavares, ajudavam a compor o grupo que abandonava os trabalhos. Em algumas sessões onze, doze e até dezenove deputados abandonavam o plenário.

Em 08 de setembro de 1937 assumiu a Presidência da Assembléia Manoel de Carvalho Barroso. Quintina Diniz foi indicada para a comissão de Instrução, Saúde e Obras Públicas, juntamente com os deputados Leite Netto, Manoel Nobre, Adroaldo Campos e Nobre de Lacerda

³⁵⁶ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 21 de outubro de 1936, encerrado no dia 7 de maio de 1947. pp.18 e 19. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.2.

³⁵⁷ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 21 de outubro de 1936, encerrado no dia 7 de maio de 1947. pp.25 e 26. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.2.

³⁵⁸ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 21 de outubro de 1936, encerrado no dia 7 de maio de 1947. pp.54-56. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.2.

Filho. Nesta comissão, Quintina foi eleita Vice- Presidente da Comissão e o deputado Manoel Nobre Presidente³⁵⁹. A última ata deste período foi registrada em 9 de novembro de 1937.

Quintina e as homenagens recebidas

Em 1951, foi inaugurada uma escola municipal com o nome de Quintina Diniz localizada no Bairro Siqueira Campos³⁶⁰, que continua em funcionamento. Itala e Maria Rita mesmo tendo sido professoras não receberam a mesma homenagem. Não foi localizada nenhuma rua, avenida ou praça que tivesse sido “batizada” com o nome de uma das três, na cidade de Aracaju.

Alguns autores sergipanos³⁶¹ que produziram textos e discursos em homenagem à Quintina, após a sua morte, e exaltaram sua formação autodidata, suas virtudes e conhecimentos didático-pedagógicos. É bem provável que tenha continuado estudando mesmo sem freqüentar nenhuma instituição escolar depois do Colégio Inglês. O ambiente doméstico favorecia esta prática uma vez que sua mãe e suas irmãs também possuíam formação escolar e dividiam com ela o exercício do magistério no Colégio Sant’Anna. A Escola Normal também se constituía um espaço significativo para a atualização dos conhecimentos pedagógicos, uma vez que era a porta de entrada das inovações educacionais em Sergipe.

Os depoimentos de ex-colegas, professores da Escola Normal e de ex-alunas apontavam para uma atualização constante dos ensinamentos da professora que dominava autores e concepções associados à pedagogia ativa³⁶². Quintina apresentava em suas aulas temas e procedimentos renovadores, assim como ressaltava o papel do professor no processo de educação das futuras gerações. O depoimento do Professor José Augusto da Rocha Lima³⁶³, seu colega de docência na Escola Normal, destacou alguns destes aspectos:

³⁵⁹ ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 21 de outubro de 1936, encerrado no dia 7 de maio de 1947. pp.88;97. Ata da sessão de 20 de setembro de 1937. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.2.

³⁶⁰ Cf. Graça; Souza (2000, pp. 64-66).

³⁶¹ Cf. Lima (1954, p. 3); Freire (1981, p. 265-274); Pina (1994; 1990, p. 21-26).

³⁶² Foi possível perceber nas Atas da Congregação e nas Mensagens Governamentais das décadas de 1920 e 1930 a insistência na adoção dos métodos ativos e da pedagogia moderna. A vinda de educadores de São Paulo e o envio de alguns educadores de Sergipe para o Sudeste (principalmente São Paulo e Rio de Janeiro), como já foi comentado anteriormente, denotam o empenho das autoridades sergipanas na modernização da educação em Sergipe, neste período.

³⁶³ Em 1953, foi lido no Programa “Jóias Humanas de Sergipe”, da Rádio Liberdade, uma crônica do Professor Augusto da Rocha Lima, com os “traços biográficos de Quintina Diniz”, o referido programa era patrocinado pelo “Palácio das Jóias”, o texto apresentado foi posteriormente publicado no Correio de Aracaju (1 de janeiro de 1954). A maioria dos estudos sobre os dados biográficos de Quintina Diniz citam trechos desta crônica do Professor Augusto Rocha Lima, como: Pina (1994, p. 211-221); Graça; Souza (2000, p. 64-66); Freire (1981).

Descendente de ilustre família sergipana, soube aumentar o lustre de sua estirpe com excepcionais virtudes, com uma existência laboriosa dedicada ao ensino e à formação da mocidade de seu Estado. Desde cedo se lhe manifestou a vocação: ser mestra, modelar almas, inculcar virtudes, esclarecer inteligências, apontar roteiros... (...) Predicados de mestra exímia não permitiriam que ali terminasse uma grandiosa missão. Reservada lhe estava a substituição de uma educadora prolecta. (...) Mas aí é que admiro. Sem ter frequentado escolas superiores nem universidades assimilou através de leituras um acervo respeitável de conhecimentos, sobretudo em Pedagogia, matéria que lecionava na Escola Normal. E seja-me permitido historiar, para evidenciar o que afirmo, o que entre mim e ela ocorreu numa discussão que em palestra mantivemos acerca da educação jesuítica. Eu, naquela ocasião defendia ardorosamente, a Ratio Studiorum e os processos didáticos dos inacianos. Ela opunha restrição com tamanha clareza e erudição, que hoje, passados tantos anos, acho que com ela estava a razão, quando preferia D. Bosco a Santo Inácio. (LIMA, 1954, p.3).

A origem familiar e social de Quintina aliada à virtudes “femininas”, como bondade, simplicidade, modéstia e os conhecimentos da moderna pedagogia, marcaram os registros do Professor Augusto. Ele não deixou de salientar as habilidades poéticas, da professora:

No meio em que viveu, nunca exibiu ciência nem estadeou conhecimentos. Era naturalmente retraída, excessivamente modesta, conhecia perfeitamente as doutrinas de Montessori, de Decroly, de Dewey e de todos os expoentes atuais do pensamento pedagógico, assisti a algumas de suas aulas: dicção impecável, português seguro, exposição clara e persuasiva. Foi uma das maiores mestras de Sergipe, na intimidade recitava versos que depois vim a saber de sua lavra (LIMA, 1954, p.3).

Em 29 de outubro de 1957, a direção do Colégio Jackson de Figueiredo³⁶⁴, estabelecimento de ensino privado, prestou uma homenagem a Quintina Diniz, inaugurando um retrato seu, em uma sala de aula da referida instituição. Ofenísia Freire que tinha sido sua aluna, foi convidada para fazer o discurso que marcou o evento³⁶⁵. Alguns trechos do seu discurso merecem ser destacados:

Pouco a pouco, persistentemente, Quintina Diniz armazenou cultura geral sólida e especializada em pedagogia e psicologia. Como conseguiu ilustra-se tanto, sem universidades? Ai! As universidades formam os doutores, mas os doutos nem sempre saem delas. No que tange à cultura dos autodidatas, pululam dela exemplos na crônica de todos os povos e, para não cansar os ouvintes com uma longa série, onde não faltariam Machado de Assis, Alfred Nobel, Alexandre Herculano e tantos outros autodidatas lapidares, no aticismo, na ciência histórica, eu vos lembraria tão somente Rousseau, cuja influência tem sido poderosa desde sua época até hoje no terreno da educação. (FREIRE, 1981, p.268)

³⁶⁴ O Colégio Jackson de Figueiredo era dirigido por Judith Rocha de Oliveira, fundado em 1938. Ministrava o curso primário e o ginásial. A referida diretora foi também aluna de Quintina Diniz no Colégio Sant'Anna.

³⁶⁵ Este discurso foi publicado no Diário Oficial de 7 de setembro de 1957 e depois em Freire (1981).

A existência exemplar, as virtudes morais, a personalidade e a dedicação ao magistério são realçados pela ex-aluna, em outro trecho do seu discurso:

‘A educação é o exemplo e amor – nada mais’. Foi pelo exemplo que Quintina Diniz mostrou à imensa legião de suas sobrinhas espirituais, às jovens que frequentavam o tradicional Colégio Senhora Sant’Anna ou suas aulas de psicologia e pedagogia na Escola Normal Rui Barbosa, a trilha do dever. O mestre é exemplo. O mestre há de dizer e fazer, porque se disser e não fizer, as crianças não farão o que lhes foi recomendado e, mais tarde, se esquecerão dessas palavras ao vento. De fato, o exemplo é poderoso agente da educação. E quem melhor poderia educar pelo exemplo do que aquela veneranda mulher, que aliava o porte de patricícia romana a inteireza moral, conduzida no curso da vida admirável, modelo intemerato de peregrinas virtudes? A estética ideal, o esplendor da verdade, ela o possuía de maneira total. Tinha a formosura invulgar da pureza indelével, que a beleza externa e efêmera tão somente não consegue dar, porque seduz, porem não impressiona; aquele encanto irradiava de sua forte personalidade. (...)Não só pelo exemplo e pelo amor, ela educou também pelo saber. A ingrátissima das profissões ainda que de todas a mais nobre, ela a exerceu proficientemente. O verdadeiro mestre ama o ensino como o artista a arte. Seu magistério digno arrebanhou prosélitos (FREIRE, 1981, p. 270-271).

Ainda no depoimento da ex-aluna os conhecimentos aprendidos na Escola Normal acerca dos procedimentos relacionados com a pedagogia ativa, a partir das aulas de Quintina Diniz. Autores e concepções atualizadas, permeavam as aulas da referida professora e incitavam suas discípulas a assumirem novas posturas diante dos seus alunos, mesmo com as dificuldades de equipamentos e materiais adequados:

Fui sua aluna de Pedagogia e Psicologia no quarto e quinto ano da Escola Normal. Com ela aprendi muito. E, se na escola primária onde inicialmente ensinei pude aplicar, embora lutando com dificuldades dada a falta de aparelhagem técnica, os testes para homogeneizar as turmas; se conheci o ensino globalizado e pude comprovar a utilidade dos centros de interesse de Decroly; se me familiarizei com as duas orientações diferentes, a européia e a americana, representadas de um lado por Binet e Decroly e do outro por Dewey e Kilpatrick; se tomei conhecimento do conteúdo educacional da filosofia deweyniana, antes mesmo das traduções excelentes de Anísio Teixeira e Godofredo Rangel; se conheci os testes de Binet no domínio da psicologia aplicada à educação; se aprendi a amar Maria Montessori através de seu método que foi uma libertação da criança pela escola ativa (...) se muito mais aprendi devo a Quintina Diniz, às suas aulas de Pedagogia e Psicologia, ministradas através de uma linguagem castiça e de uma dicção harmoniosa e clara (FREIRE, 1981, p.272).

Na homenagem prestada pelo professor Augusto da Rocha Lima à Quintina Diniz o enterro da referida professora foi destacado. A comoção popular que tomou a cidade em 22 de julho de 1942, foi rememorada mais de uma década depois:

Sergipe estremeceu como se um cataclismo o houvera sacudido. Que pena faz morrer quem pelas suas virtudes deveria ter a imortalidade dos anjos! Aracaju raramente tem prestado aos seus mortos queridos uma homenagem semelhante. A morte é o limiar da Glória para os justos e os heróis. Verdadeira apoteose lhe foi o enterramento naquela tarde triste, os jardins de Aracaju despojaram-se de flores para o esquife da mestra idolatrada. As ruas da capital repletas de gente, num mudo preito de admiração e estima, viram-na passar para a morada derradeira enquanto lágrimas sentidas se vertiam, nascidas de corações que a estremeciam e a acatavam. E a pobreza foi sua principal guarda de honra, quando chorosa a aguardava no cemitério Santa Izabel numa demonstração de gratidão que a todos comoveu e compungiu. Eis o valor humano que hoje celebramos, valor humano, não convencional, nem condicionado a circunstâncias do momento, mas valor humano verdadeiro, raro, profundo, que deve perdurar na memória de todos para a glória do povo sergipano (LIMA, 1954, p.3).

Quintina Diniz formou gerações de normalistas. Segundo Pina (1994, p.211) e apesar de não ter tido filhos “foi mãe intelectual de milhares de jovens a quem educou, além das sobrinhas, filhas de irmãos falecidos, a quem ela substituiu tanto na subsistência como na educação e no amor”.

Segundo sua sobrinha Marizete Diniz Gonçalves, Quintina era “extremamente simples”, morava no quarto mais humilde da casa, próximo da cozinha, mobiliado somente com duas camas, um guarda roupa e uma mesinha de cabeceira. Vestia-se sempre de linho branco³⁶⁶. Vestir-se de linho branco e manter uma certa austeridade no cotidiano são características distintivas que ajudaram a compor a descrição presente em diversos tipos de depoimentos, da professora que foi Quintina Diniz.

Itala e a instrução pública: polêmicas na imprensa

A relação de Itala com a grande imprensa sergipana, abordada anteriormente, mostrou que desde muito jovem ela publicava artigos conclamando outros sergipanos a se engajarem em campanhas filantrópicas e educativas. O espaço conquistado nos periódicos locais e de outros Estados, sem negar seus atributos pessoais, pode ser compreendido apartir de suas relações familiares. Seus irmãos, o poeta Ansou Silva e Jefferson Silva, contribuíram também para a imprensa sergipana. O último foi produtor e diretor do Almanack de Sergipe. Seu tio Clodomir Silva

³⁶⁶ Marizete Diniz Gonçalves foi criada pela tia, Quintina Diniz, desde os 4 anos de idade, depoimento concedido a Maria Lígia Madureira Pina. Cf. Pina (1994, p. 211).

era jornalista e escritor, além de professor do Atheneu e deputado estadual em duas legislaturas consecutivas (1920-1922 e 1923-1925)³⁶⁷.

Desde o final do século XIX, as mulheres sergipanas ocupavam a imprensa para a defesa de seus ideais em favor da abolição da escravidão, da ampliação da escolaridade feminina, publicando poemas e crônicas³⁶⁸. Entretanto uma sergipana assumindo publicamente o debate com críticas morais e denúncias a uma autoridade local, apontando divergências de concepções e censurando posturas ainda não tinha sido visibilizada nas páginas dos jornais de Sergipe. Itala, através da série de artigos publicados entre 7 de novembro e 17 de dezembro de 1916, no “Diário da Manhã”, polemizou com o Diretor da Instrução Pública de Sergipe, o médico e professor Helvécio de Andrade (1864-1940).

Os doze artigos intitulados “Nos domínios da instrução” criticam abertamente a atuação de Helvécio de Andrade, como professor e como Diretor da Instrução Pública e da Escola Normal. Nos últimos artigos da série, ela solicitou ao Presidente do Estado que ele fosse destituído do cargo. Helvécio foi o intelectual que passou mais tempo na direção da Instrução Pública do Estado de Sergipe, em três períodos diferentes (1913-1918; 1926-1927 e 1930-1935) e sob administrações de tendências políticas diversas. Sua trajetória como professor da Escola Normal se iniciou em 1911, como professor de Pedagogia e História Natural. Em 1912 assumiu o ensino de Ciências Físicas e Naturais³⁶⁹.

Logo após o primeiro período de sua gestão como Diretor da Instrução Pública e cumulativamente Diretor da Escola Normal e do Grupo Escolar Modelo, Itala foi nomeada professora e conservadora dos Gabinetes de Química e Física, pelo Presidente do Estado. Pelos indícios apreendidos através dos artigos pode-se afirmar que havia entre os dois uma disputa por posições na Escola Normal e de legitimidade no tocante ao discurso pedagógico.

Um outro intelectual sergipano alguns anos antes de Itala havia se pronunciado na imprensa contra Helvécio de Andrade. Foi Ávila Lima. Entre 7 e 22 de agosto de 1914, no “Diário da Manhã” Ávila Lima publicou uma sequência de doze artigos intitulados “Críticas e ensaios de

³⁶⁷ Cf. Araújo (1976).

³⁶⁸ Cf. Freitas (2002b, p. 157-168).

³⁶⁹ Cf. SOUZA, Josefã Eliana. Em busca da construção do “homem novo”: Helvécio de Andrade e a Educação em Sergipe. Aracaju: s.n.t. 2002. (Projeto de Pesquisa)

psicologia pedagógica”, criticando o Manual Curso de Pedagogia³⁷⁰ publicado por Helvécio³⁷¹, em 1913. Entre 22 de agosto e 13 de setembro de 1914, foi publicada pelo jornal “O Estado de Sergipe”, uma série de dezoito artigos da lavra de Helvécio, em respostas às críticas apresentadas. Ávila Lima não deixou por menos estabelecendo um diálogo com os textos do Diretor da Instrução Pública, publicando mais dezoito artigos, intitulados “Réplicas e Tréplicas”, no “Diário da Manhã”, entre 25 de agosto a 15 de setembro do mesmo ano³⁷².

Adolpho Ávila Lima (1882-1960), bacharel em Direito, foi promotor e professor do Atheneu na disciplina de Pedagogia no curso normal, a partir de 1914. Em 1924, assumiu na Escola Normal as aulas de Psicologia, depois da saída de Helvécio de Andrade. Atuou como Inspetor Geral do Ensino e colaborou em diversos jornais em Sergipe. Foi membro do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, e colaborou com diversos jornais em Sergipe³⁷³. Foi presidente efetivo da primeira diretoria da Liga Sergipense contra o analfabetismo, em 1916, quando Itala atuou como primeira secretária. É bem provável que Itala tenha sido sua aluna no Atheneu.

Para Sirinelli (1996, p. 249-250) a compreensão das estruturas de sociabilidade³⁷⁴ onde os intelectuais estão inseridos é fundamental para o entendimento das relações de “atração, amizade e, ao contrário, a hostilidade, a ruptura, a briga e o rancor”, entre os grupos. No caso de Itala, Ávila Lima e Helvécio, os debates e as polêmicas travadas pela imprensa apresentaram alguns indícios

³⁷⁰ Curso de Pedagogia. Lições práticas elementares de Psicologia, Pedagogia, Metodologia e Higiene Escolar, professadas na Escola Normal de Aracaju pelo ex-lente de Pedagogia e atual de Ciências Físicas e Naturais da mesma Escola. Cf. LIMA, Jackson da Silva. Os estudos filosóficos em Sergipe. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995. pp.122.

³⁷¹ Na década de 1930, foram publicados diversos trabalhos de autoria de Helvécio de Andrade sobre questões educacionais, entre outros: O lar e a escola. Aracaju: Casa Ávila, janeiro de 1931. ; A Escola e a nacionalidade. Aracaju: emp.typ. d’O Luctador, abril de 1931; Plano de Organização do ensino em Sergipe apresentado à Associação Brasileira de Educação. Aracaju: Casa Ávila, 1935.

³⁷² Cf. Lima (1995, p. 121-122).

³⁷³ Guaraná (1925, p. 2).

³⁷⁴ Segundo Sirinelli (1996, p.249-250; 252), “as estruturas de sociabilidade variam, naturalmente, com as épocas e os subgrupos intelectuais estudados. Assim, se os “salões”, na fronteira entre os dois séculos, constituíam uma casa importante no jogo do ludo dos intelectuais, com suas musas da sociabilidade, eles não figuram mais entre os elementos decisivos que hoje quadriculam e submetem a intelectualidade. Seria portanto aleatório tentar esboçar uma tipologia desses elementos. Mas, em todo caso, é possível e necessário fazer sua arqueologia, inventariando as solidariedades de origem, por exemplo de idade ou de estudos, que constituem muitas vezes a base de ‘redes’ de intelectuais adultos. É lógico, sobretudo no caso dos acadêmicos, remontar a seus jovens anos escolares e universitários, numa idade em que as influências se exercem sobre um terreno móvel e em que uma abordagem retrospectiva permite reencontrar as origens do despertar intelectual e política. (...) Quantas polêmicas, que às vezes definiram parcialmente a atmosfera intelectual de uma época, foram ditadas a seus autores pela preocupação de que o ‘outro’ respondesse publicamente a esta última pergunta?”

entre os grupos (ou redes) que estão disputando posições no campo intelectual. A exposição e a visibilidade permitem que sejam mobilizadas estratégias e táticas que são específicas deste campo.

No 5º Congresso de Geografia da Bahia as teses apresentadas por Itala e por Helvécio de Andrade foram exatamente sobre o mesmo tema, a questão do ensino de Geografia. Nenhuma das duas foi publicada nos Anais do citado evento. Itala, em um dos artigos, procurou apresentar os motivos da ausência. Em alguns momentos, ela comentou sobre os artigos publicados por Helvécio. Entretanto, até agora eles não foram localizados.

O artigo que iniciava a série afirmava, diante do direito à liberdade de expressão, a necessidade patriótica em defesa da educação de Sergipe e do Brasil. Citando autores importantes para o pensamento pedagógico, Itala criticou a organização e estrutura do ensino em Sergipe:

Com a serie de artigos que hoje inicio aqui, e da qual é este o primeiro, não tento me transformar em censora dos erros e dos defeitos alheios, quero, somente, expôr aos vossos olhos uma longa demonstração de males, que pedem uma immediata correcção; aliás estes males já por vós todos são conhecidos; as necessidades da ocasião, porém, e uma lista de factos, pedem que eu proceda deste modo. E o faço sciente de que como habitante de um paiz em que dizem todos gozar liberdade, tenho o direito de usar da minha palavra, quando o achar conveniente e quando se o fizer mistér. Si, algumas vezes, no decorrer dos artigos, que envio para a imprensa, tenho mostrado, a olhos nus, certos e horriveis males que prendem nas suas garras de ferro a nossa instrucção, que é quasi uma utopia, é porque lendo e relendo sempre Herbert Spencer, Alexandre Bain, Francis Parker, João Cesca, Faria de Vasconcellos, J. Payot e innúmeros outros, verdadeiras e luminosas figuras nos dominios da Pedagogia, lendo e relendo estes homens que sonharam a perfeição da especie humana, e que para ella trabalharam, tenho a noção clara de que ensinar não é coisa facil, como pensam por ahi incompetentes no assumpto. Ensinar é um problema complexo, que exige do educador não pequena somma de conhecimentos. Não é, porém, o despeito, nem ambição mallograda, nem esperança desfeita, nem audacio repellida o que me move. (...) Poderá, porventura, quem tem 19 annos, quem começa a conhecer a realidade da existencia, há bem pouco tempo, estar já assim desesperançada, desilludida e vendo todas as suas ambições mallogradas? (...)O movel que me leva a falar sempre é a ancia de perfectibilidade, que domina minha alma, que sonha e que almeja para a sua patria dias de progresso e de felicidade. Quando, em quaesquer trabalhos meus, revêlo certas verdades, digo-as com toda a sinceridade que domina a minha alma de moça, felizmente educada fóra das hypocrisias, das mentiras e das convenções que são o escopo dos que, nada sabendo, só fazem bajular e nada mais. É licito desnudar os delictos contra a verdade. Sou ainda muito jovem, e si estudar, como até hoje tenho feito, sei que o futuro me será propicio dentro ou fora de Sergipe, porque o trabalho tem tambem o seu valor. E é por comprehender isto que direi sempre a verdade, ainda que os resultados que d'ahi advenham me não sejam satisfatorios. Como não sei adular, porque tenho a consciencia do que sou, cinjo me a dizer a verdade como ella é, isto é, sem preconceitos, nem

machiavelismo. Não sera demais que um dia venha a tombar victima desta abnegação. Enquanto puder, falarei o quanto fôr preciso. Se não conseguir extinguir todos estes males, gloria que não almejo, tenho a satisfação de formar ao lado dos que espósam a mesma causa que eu. Precisamos insistentemente de instrucção e de educação, e só quando estas fôrem perfeitas, alcançaremos dias de relativa calma.(...)Eu te prometto pois, eu te juro, oh! Meu Brasil, com todo o fervor da minha alma de moça, trabalhar pelo teu progresso e pela tua ventura. E é neste propósito que ora inicio estes escriptos. É o dever de brasileira que a isto me impelle: é a minha alma que assim o quer ³⁷⁵.

Itala, neste primeiro artigo, fez questão de marcar sua posição, como jovem estudiosa que possuía domínio dos clássicos da Pedagogia, patriota, preocupada com a denúncia dos problemas da educação. O destaque ao “próprio valor” e a certeza de que poderia sofrer retaliações foi recorrente nos textos seguintes.

No segundo, as críticas à Escola Normal foram o tema central. A ausência de preparo específico do corpo docente, uma vez que eram diplomados em outros campos, como Direito, Medicina e Engenharia foi abordada. Citando Rui Barbosa a autora procurou ressaltar o papel da Pedagogia e da importância de suprimir as práticas de memorização na formação dos futuros professores. A suspensão das alunas e a falta de correção na linguagem utilizada na Escola Normal preocuparam Itala:

Depois de fazer o meu curso de Pedagogia, quando me diplomei como normalista, que vi o que era a instrucção publica do meu Estado, horrorizei-me. Tive a impressão de quem, sonhando que se achava n’um campo, onde a natureza se ostentava sempre bella, foi transportada ao acordar para um terreno inculto, onde a semente germina, mas não é cercada dos cuidados que requer. Compreendi, então, que no Brasil, em geral, uma coisa concorre poderosamente para que a instrucção publica não satisfaça os fins que visa. É a escolha de individuos que não tem a minima noção do que é instruir e educar. Sim, porque por se ser bacharel, medico ou engenheiro, se não induz d’ahi que se seja educador. Quem sabe lidar com criminosos, com doentes, ou quem sabe medir terras, não se presume que tenha o direito de saber educar cérebros juvenis. (...) Imagine se só que Ruy Barbosa, o egrégio Ruy Barbosa, disse as seguintes palavras da Escola Normal do Rio de Janeiro: ‘Ainda não houve instituto que menos correspondesse ao nome adoptado. Chamem-n’a de collegio, lyceu, atheneu, escola livre, em summa do que quizerem, mas escola para formar professores, é o que absolutamente não póde ser. Falta-lhe todo o carater technico, a realidade profissional, a acção pedagógica. Nem a livra desta pécha a existencia da cadeira que possui, de Pedagogia e Methodologia. A

³⁷⁵ OLIVEIRA, Itala Silva de Nos domínios da Instrucção. Diário da Manhã. 07 de novembro de 1916. Ano VI, n. 1.633. p. 2. col. 3. (Grifos nossos)

Pedagogia já não é uma especialidade provativa da educação para o magistério elementar. Entra hoje até no programa de universidades. O que associa peculiarmente a Pedagogia às escolas normais é a expressão pratica, o curso rigorosamente experimental das suas lições. Essa physionomia de applicação estricta, sevéra, incessante, é precisamente o que de todo o ponto fallece á nossa intitulada Escola Normal. Ensinar a ensinar, educar no methodo de educar, eis o que constitúe a essencia e o fim deste genero de estabelecimento. Ora, tudo é possível que se aprenda, e á maravilha na Escola Normal; mas a ensinar, mas a educar, é que não, é que absolutamente não.’ (...) No entanto, da Nossa Escola Normal peor e muito peor que aquella, andam por ahi interessados dizendo ser ella um primor, ser uma obra magnifica e exemplar. Na nossa Escola Normal não se ensina, mas sim preparam se, e muito mal, alumnas para exames... A Alumna é uma especie de machina humana, que na epoca dos exames, ou mesmo durante o curso, só faz decorar e decorar sem tréguas. Estuda para ganhar notas e por força d’ellas “passar no fim do anno”. E não merece o nome vaidoso quem anda pela imprensa se dizendo reformador de uma tal instituição? Por ventura é modelo o estabelecimento, onde seu principal reponsavel falta ao bem saber cumprir os seus deveres; onde os horarios não obedecem ás regras pedagogicas, mas sim á vontade dos professores; é modelo o estabelecimento, onde se suspendem alumnas por um simples propósito, por uma simples arbitrariedade, acto sem razão justificavel em summa, o estabelecimento, onde se desconhecem as mais comezinhas regras da lingua vernacula, a ponto de se baixarem portarias, dentro do estabelecimento, com erros de portuguez, que chegam para as alumnas corrigirem?! Não; isto não póde ser modelo de fôrma alguma; as vantagens de um estabelecimento assim, é obra de um espirito futil e sem escrúpulos. E calar-se a gente diante de seus erros, não divulgal-os por esta ou aquella razão é commeter um crime quasi, é ser connivente com este ou aquelles louvaminheiros, que fazem da instituição um monopolio seu, quando aquillo é nosso, é do povo que, com os impostos, que paga, mantém alli os professores em beneficio da collectividade. Não são detractores, nem calumniadores os que pões a olhos vistos o que é a nossa instituição. Não, elles são, pelo contrario, os amigos da verdade, e não temem dizel-a, sabendo mesmo que isto trará como consequencia as blasfemias de um grupo, que visa governar despoticamente. É nobre a função do cirurgião que denuncia a gangrena em membro do corpo precioso. Descansem, pois, não são artigos onde a incoherencia predomina que me farão calar. Isto eu só farei quando, compenetrada da verdade, vir que a instrucção tendo á frente um educador consciencioso e verdadeiro, tende a corrigir-se seguindo rumo differente do que tem seguido até hoje. E eu posso e muito bem falar da instrucção em Sergipe, porque sei ella o que é, e como é organizada. O meu saber é real e não abstrato, e isto pode attestar a firmeza com que combato os argumentos sinuosos e incoherentes de um dos mais pobres espiritos de minha terra³⁷⁶.

“Nos domínios da Instrução III”, as críticas à Escola Normal foram retomadas. Os processos mnemônicos e a ausência de compromisso dos professores e direção tiveram destaque novamente. Itala salientou a necessidade do exemplo moral dos professores para a educação da criança. A

³⁷⁶ OLIVEIRA, Itala Silva de Nos dominios da Instrução II. Diário da Manhã. 09 de novembro de 1916. Ano VI, n. 1.635 p. 2. Colunas: 4 e 5. (Grifos nossos).

função da imitação no processo de educação e a defesa da educação como formação moral fizeram com que ela apresentasse Helvécio como péssimo exemplo:

Pois bem, de uma Escola Normal, a cuja frente se acha, se bem que interinamente, um director, que ignora o que é Pedagogia hodierna, pois ainda apregôa as vantagens do processo decorativo, pôde se confiar no bom exito da instrucção alli ministrada? Quaes as garantias de successo que offerece este estabelecimento, garantias tão apregoadas? Si escrever resolução e accabar, me parece, começando trecho, e prenciar xema a palavra schema é garantia, estão é esta a sua, e si isto não garante o seu successo, então não sei! Quaes os relatórios apresentados, nos quaes o director da Instrucção Publica, com a petulancia que lhe é propria, diz sustentar as opiniões do dr. Azevedo Sodré? Para onde vão estes relatorios, que ninguém sabe si existem? O único que se conhece é aquelle que confunde pingue com magro. E, bom é que elles assim fiquem no esquecimento, porque, sendo publicados, mais ainda nos envergonhariam, não só porque lhe falta o preparo pedagogico, para manifestar-se sobre o assumpto, como porque a pobre lingua vernácula passaria por innumerables invencionices e torturas ainda uma vez a mais. Preparar mestres de creanças, futuros homens e futuras mães ou mestrás, é o que, absolutamente, não faz a nossa intitulada Escola Normal. Porque eu não combino com que se diga ser a instrucção somente que prepara o homem para a grande luta da vida. Não; a educação é mais valiosa do que esta, instruir sem educar não deve ser o escôpo do educador moderno; não, todos os factos, todos os exemplos da vida real, ou quasi todos, fornecem assumptos para lições de moral, que infelizmente se não dão, porque o mestre cuida mais do adornar o espirito com futilidades, cuida mais em fazes da creança um receptáculo de formulas, do que de ensinar lhe a ser bom, justo e honesto. E não obtendo, muita vez, na familia estas noções, de nada serve o que se aprende nas escolas primarias, normaes ou mesmo superiores. Assim sendo, a Escola Normal não satisfaz aos fins que talvez tenha em mira alguns dos professores que lá lecionam. Si assim digo é porque comprehendo e sei que o decorar alli impéra, que os mestres (não digo todos) não são exemplos de bondade e justiça. E mostrar-se quão bella é a virtude, e dizer-se o seu valor inestimavel sem ser se virtuoso e bom é o mesmo que pretender-se endireitar a sombra da vara torta. É justo e é direito que o mestre seja o modelo vivo da bondade e da perfeição. Está mais que provado até onde vai a faculdade de imitação da creança. Si o mestre fôr justo e bom a creança tambem o será, si, porém, ao contrario, fôr elle intrigante e máu, não resta a menor duvida que ella tambem o será. O exemplo da educação da infancia, e mesmo da mocidade, é um factor poderoso para o educador conseguir o que deseja. E si elle souber tirar partido disto, si elle souber a suggestão como inflúe na educação, terá conseguido quasi tudo para bem cumprir a sua missão. Nós não fazemos mais do que imitar o que os nossos antepassados e maiores têm feito, e si se seguir o que diz o Spencer, quando proclama que a creança reproduz as phases do desenvolvimento historico da humanidade, veremos então que a imitação occupa na educação um logar saliente. Bem comprehendido e dito isto, vê se que a Escola Normal de Aracajú não offerece e não pôde, nas circunstancias actuaes, offerecer garantias de successo, porque si a creança que alli aprende tem um director não só sem a precisa compostura e competencia que o cargo requer como intrigante e máu, si a creança que alli aprende, repito, buscar neste homem um modelo para os seus actos, este modelo será imperfeitissimo e além disto resentir se-á das qualidades mais necessarias ao individuo, de um ou de

outro sexo para a vida, e que são a lealdade e a sinceridade nos actos, nas intenções e mesmo nos pensamentos. A creança precisa de ser educada em uma athmosphera de direito e de justiça, porque, si acontecer o contrario, então educaremos déspotas para o futuro. Com amor e com brandura é que devemos guial-a ao cumprimento do dever. E eis porque não julgo e não posso julgar modelo um estabelecimento onde o contrario disto se dá³⁷⁷.

O Diretor da Instrucção Pública foi novamente alvo das críticas de Itala. O exercício cumulativo de cinco cargos, as atitudes arbitrárias na Escola Normal, o plágio de obras pedagógicas e as tentativas contra a liberdade de imprensa foram visibilizadas por Itala, que não deixou de ressaltar outros males da condução dos assuntos educacionais em Sergipe, no quarto artigo da série.

(...).Deve-se tratar de com acções melhorar tanto o possivel o estado actual da nossa instrucção, e não de andar-se a dizer que o que ella é deve a este ou a aquelle. Ninguém perde a ser modesto, e ninguém sem meritos proprios deve andar fazendo preconicios de si proprio. Deua a instrucção isto ou aquillo a quem dever, deixemos que a historia da nossa terra registre, nos seus annaes, os nomes destes que trabalharam para o seu soerguimento. E dizer isto, que é a verdade, não é atacar nenhuma obra, mas sim aquelles que a executam estropiando-a, a seu bel-prazer. Os governos poderão ter muito bôa vontade de reformar tal ou qual instituição, mas, por um destes acasos que pullulam na vida humana, poderão escolher, para chefes desta instituição, individuos que não correspondem ao que era de se esperar. (...)Não estamos mais em regimen monarchico onde nem tudo se diz: vivemos em uma republica, mercadejada embora, mas que o não deixa de ser, no regimen do povo pelo povo, e no qual a liberdade de pensar e de agir não deve seu uma utopia. (...)O que requer uma medida energica, o que pede uma séria providencia, o que a moral e o direito condemnam, é o individuo ir buscar para apresentar, como sendo seus, escriptos de homens que há já annos desapareceram do scenario da vida humana. Isto é o que o direito condemna, isto é o que requer uma medida repressiva. No caso contrario a liberdade do individuo é uma utopia e o crime do plagio uma inverdade. A liberdade de escrever não anda á mercê de qualquer: na sociedade em que vivemos não é o director da Instrucção Publica censor ou árbitro; aqui não lhe é facultado fazer o que é feito lá pela Escola Normal, onde o feudalismo ainda impéra. Ninguém póde condemnar os esforços do chefe supremo do executivo, mas s. ex. há de convir commigo, que a nossa instrucção tem ainda erros, que exigem correção séria, e para os quaes s. ex. deve voltar a sua attenção. Um destes erros é o accúmulo, por um só individuo, de 5 cargos, o que é absolutamente impossivel. Com o devido consentimento do exmo. Sr. General presidente do Estado pratiquei durante 4 mezes, em um dos grupos da capital, e, durante todo este espaço de tempo, sómente 5 vezes foi lá o director interino do mesmo grupo. Um estabelecimento que tem um tal director não póde de forma alguma ser modelar, nem satisfazer aos fins que visa. E o exmo. Sr.

³⁷⁷ OLIVEIRA, Itala Silva de. Nos domínios da Instrucção III. Diário da Manhã. 11 de novembro de 1916 . Ano VI, n. 1.637. p. 2. col. 4 e 5. (Grifos nossos).

General presidente do Estado deve comprehender bem que ninguem póde ocupar 5 cargos. (...) Para que se não diga que exaggéro ou minto, exponho aqui quaes estes cargos: 1º director geral da Instrucção Publica; 2º director da Escola Normal; 3º director dos Grupos Escolares e da Escola Annexa; 4º professor de História Natural com applicações á zootechnia e de Hygiene Geral e Escolar e 5º, finalmente, professor de gymnástica, nomeado por elle próprio (...)³⁷⁸.

No quinto texto, a ênfase recaiu nos problemas administrativos da Escola Normal. Itala fez questão de esclarecer que não é “por paixão ou por maldade” que divulga críticas tão comprometedoras e sérias contra o Diretor da Instrução Pública. A autora aproveitou para comentar sobre suas experiências no Grupo Escolar e a distância entre as propostas pedagógicas para a alfabetização defendidas por Parker e o processo desenvolvido com as crianças nas salas de aula. A prática realizada por Itala assemelhava-se a um período de estágio. Itala indicou uma pista sobre o início das “desavenças” entre ela e Helvécio, o comentário sobre uma conferência. Neste período era muito comum a realização de conferências públicas promovidas pelo Instituto Histórico Geográfico de Sergipe, com os intelectuais associados. Provavelmente, ela se referiu a uma destas conferências que teria comentado pela imprensa. Sua insinuação, no entanto, mostrava mais uma face de Helvécio:

Todos conhecem o celebre regulamento da Escola Normal, a quem o Director da Instrucção Publica não cessa de alludir, e cujo cunho scientifico proclama a todo momento; conhecem se tambem dos horarios “executados de accordo com as conveniencias dos expedientes, das secretarias”, desconhecendo-se ao mesmo tempo, porque lá não ha disciplina, como não ha ordem, como não ha coisa alguma. Alli é que bem póde se dizer: tudo é farça, tudo é comedia. Conhece-se tambem que esta proclamada perfeição do ensino é uma fita a mais no numero de muitas que o director da Instrucção Publica faz continuamente. (...) O que talvez vos pareça paixão ou maldade é um simples amor á verdade. Para as almas que almejam, que idealizam ou sonham na vida com a perfeição e o progresso humanos, para as almas cujo único sonho é a perfectibilidade, para as almas cujo ideal é fóra do commum, para almas assim, a verdade por mais áspera que seja pode ser dita como uma obrigação a que ellas se não podem furtar; demais, tendo sempre dito que, na defesa dos meus ideaes, serei abnegada até o sacrificio, não vos deve aborrecer ou suggerir uma idéa má, esta minha maneira de proceder. (...) Durante 4 mezes frequentei, com o devido consentimento do chefe supremo do Executivo, as aulas da Escola Singular annexa á Escola Normal. Diplomada ho pouco tempo, tendo, havia mezes, deixado as aulas do Atheneu Sergipense, e tendo interesse pelo problema educativo, desejava ver a organização da nossa instrucção.

³⁷⁸ OLIVEIRA, Itala Silva de. Nos domínios da Instrucção IV. Diário da Manhã. 14 de novembro de 1916 . Ano VI, n. 1.639. p. 2. Col. 4 e 5. (Grifos nossos)

Antes, porem, isto não tivesse feito.(...) Tinha lido Parker, certamente um dos mais afamados pedagogistas da época, vira o cuidado e o carinho com que elle cercara o ensino da leitura, vira que os processos da palavração e da sentencição mereceram-lhe cuidado especial, e sabia que depois de uma conferencia em que mais uma vez exhibira o seu saber o director da Instrucção Paublica decretára que o ensino fosse aqui feito por estes processos. Logo, porém, á primeira lição de leitura elementar a que assisti pensei de mim para mim que ou Parker se havia enganado ou então a professora nada sabia, que era o mais facil. E como a primeira lição, foram todas as outras, sem nexo, nem fórmula de ensino, como um simulacro dos processos da palavração e da sentencição. Tive, ahi, então a minha primeira desillusão. Vira muita cousa já. Ao contrario do que devia, o alphabeto era ensinado antes de qualquer uma outra cousa, porque a professora não comprehendia como se podia ensinar a leitura antes de se ensinar o alphabeto. Não sabia ella que o abstracto não deve nunca vir antes do concreto. Passei á arithmetica, a mesma cousa, a mesma anarchia, a mesma falta de ordem e de senso. Palavras pronunciadas contra a prosódia, deturpação do portuguez, quando os problemas eram passados, contas muitas e muitas vezes feitas erradas. (...) A instrucção não era, pois, ministrada de conformidade com o que mandava a Pedagogia moderna. Quanto á educação, tambem esta era uma utopia. A maneira incrível por que fui tratada, denunciou me que a infancia de minha terra tem necessidade de educadoras, (eu sempre costumo abrir excepções) que procurem não só instruir, mas tambem educar. Certo dia, aborreci-me com tal organização, com tal perfeição e lá não fui mais. Escrevi, então, uma carta, ao director da Instrucção Publica, fazendo lhe ver que motivos superiores á minha vontade e originados pela ignorancia de quem mais que ninguem devia zelar pelos interesses da nossa Instrucção Publica, obrigavam me a deixar de praticar durante o tempo que me fôra concedido pelo exmo. Sr. General presidente do Estado, na Escola Singular Modelo, a cuja frente elle se achava. Já a esse tempo se achava esse director quasi malquistado commigo, pelo simples facto de haver eu manifestado pela imprensa a minha opinião sobre uma conferencia de alguem de quem s.s. é desaffectedo³⁷⁹.

Itala reforçou suas críticas ao sistema decorativo adotado pelo Diretor da Instrucção Pública, no sexto artigo da série. Desta vez, teceu comentários sobre o caráter ultrapassado do “Curso de Pedagogia”, livro que ele havia publicado em 1913. A mesma obra que havia sido alvo das polêmicas travadas entre Ávila Lima e Helvécio de Andrade. Citando Spencer, Montaigne e Parker, entre outros autores, ressaltou a importância do raciocínio e o entendimento. Propôs que as crianças pudessem construir as definições de forma mais participativa e autônoma:

Spencer, no seu excellente livro a “Educação”, cita um pequeno trecho de Montaigne, concebido nos seguintes termos: Saber de cór não é saber, trecho, cuja verdade resalta á primeira observação, porque facil é ao educador, ao philosopho,

³⁷⁹ OLIVEIRA, Itala Silva de. Nos Domínios da Instrucção V. Diário da Manhã. 17 de novembro de 1916. Ano VI, n. 1. 641. p. 2. Col. 3 e 4. (Grifos nossos).

ao psychologista ou mesmo a um outro qualquer individuo comprehender que o decorar não tem valôr algum na vida pratica, pois longa e muito longa mesmo é a linha que separa a assimilação e o verdadeiro raciocinio do decoramento que, no meu modo de pensar, até certo ponto, embrutece o individuo, tornando-o incapaz de, com suas proprias palavras, exprimir as emoções que o dominam, ou o que elle sente. Saber de cór não é saber, porque se assim fôra o papagaio que se ensina seria um sabio. (...) Por ventura tem algum valôr servir-se uma pobre creança de uma definição, algumas vezes erronea e com palavras, cuja significação lhe é desconhecida, só porque o livro assim o diz e porque o professor assim o quer? Não e não, seria preferivel que a creança fornecesse uma definição feita por ella propria, ainda mesmo que fosse deficiente, comtanto que esta permittisse vêr que ella comprehendeu e assimilou o que se lhe explicou. O decoramento servil, hoje condemnado por todos os que têm noção do que é educação, no nosso meio, usado, porém, até nos concursos, nenhuma utilidade tem. Comprehende-se que a memoria é a faculdade de retenção do que se assimila e comprehende, mas não é a faculdade primordial na instrucção e na educação; antes d'ella vêm a intelligencia e o raciocinio.(...) Parker, na sua excellente obra “Palestras sobre o ensino”, diz o seguinte: “O mais alto objectivo da acção escolar é dar á creança o poder e o raciocinio necessarios para se governar a si mesma”, logo se induz d’ahi que o decoramento não pôde fornecer os meios para o raciocinio, e como tal é condemnado. Quanto ao papel da memoria no ensino, isto é secundario e attesta-o o seguinte: a memoria, emquanto seja indispensavel tem um papel secundario na educação, e sobretudo na instrucção, na qual tanto se tem abusado desta faculdade. O entendimento adquire, e a memoria conserva: um procede o outro logica e chronologicamente. (...) Até ahi está elle com os que clamam contra o obsoleto systema de decorar, systema que elle reconhece de grande utilidade na educação. Mais uma vez ainda o director da Instrucção Publica demonstrou a sua nenhuma capacidade em assumpto de tao alto e relevante interesse. Não sei onde, nem qual o tratado de Pedagogia scientifica moderna, a não ser o curso de Pedagogia do director de Instrucção, que applauda o processo decorativo. Este livro, porém, calcado em futilidades, cheio de erros de portuguez e innovações mil, não pôde nem deve figurar ao lado dos que tratam do estudo da sciencia da educação como devem. Convença-se, pois, o director da Instrucção Publica, espirito pobre de luzes e de saber, que hoje o mais inculto professor de aldeia poderá obrigar os alumnos a decorar, porque isto poupar lhe á trabalho de explicações, mas saberá que isto já se não usa, que este processo antiquado já não é adoptado como bom e aproveitavel³⁸⁰.

No seu sétimo artigo sobre a Instrucção em Sergipe, o foco foi novamente a atuação arbitrária do Diretor da Escola Normal. Neste artigo ela citou o sétimo trabalho do Diretor da Instrucção pública o que reforça a hipótese de que ele também escrevia uma série de artigos em resposta às suas críticas em outro jornal. A suspensão de uma aluna desrespeitando o Regulamento, aspecto assumido pelo citado professor, fundamentou as denúncias em relação ao abuso de

³⁸⁰ OLIVEIRA, Itala Silva de. Nos domínios da Instrucção VI. Diário da Manhã. 18 de novembro de 1916 Ano VI, n. 1.642 .p. 2. Col. 3 e4. (Grifos nossos).

autoridade. Sobre as aulas de História Natural, Itala insistiu no comprometimento moral das alunas em relação aos conteúdos trabalhados:

Exposto no meu 5º artigo que regulamento, regimento interno, horarios e programmas, na Escola Normal de Aracajú são fitas, vejamos agora no seu 7º trabalho o director da Instrucção Publica confessar o arrependimento que senti por haver suspendido uma alumna, cuja conducta é irreprehensivel, sem haver motivo que justificasse isto. Diz então o mesmo que a impressão que deixa em uma consciencia jovem e pura o temor do castigo é um convite mais efficaz para a emenda do que a dôr do proprio castigo. (...) No caso contrario ficará, como ficou no espirito jovem desta a quem o director da Instrucção Publica castigou sem merecer, a idéa de que o seu despotismo é maior do que se julgava. Falando em despotismo, e em autoridade lembrei me de um trecho magnifico, que encontrei em um livrinho de J. Payot, assim concebido: ‘O director deve se penetrar desta verdade: que a autoridade por si propria é odiosa, quando é unicamente autoridade, isto é – força. A autoridade n’uma democracia, deve ser a expressão da justiça e todas as suas manifestações devem inspirar-se no sincero respeito pela personalidade dos outros.’ (...) Por ventura, veremos na Escola Normal o director ser a personificação da justiça, como devêra? Não; alli a autoridade é odiosa, porque é arbitraria e despótica, e, procedendo o individuo arbitrariamente, em todos os seus actos, guiando se pelas sympathias pessoais e não pelo mérito proprio de cada um, só desaffeioados e inimigos abtém. Neste caso da suspensão a que me referi tenho muito a dizer. Quem conhece as mais elementares regras de direito, deve saber que um corpo só não pôde soffrer dois castigos merecidos, a um só tempo, quanto mais immerecidos. A primeira pena a applicar, pois, si é que alguma falta houve, deveria ser a nota má; vinha em seguida a reprehensão particular, depois a publica, para só então ter logar a suspensão. Mas, suspender depois de haver reprehendido perante toda a 4ª série, publicamente portanto, uma alumna, é mais que arbitrariedade, é mais que injustiça, é mais que despotismo, é requintada maldade. E não são actos destes que matém a moralidade no seio da nossa infelicitada Escola Normal. Aquelle assomo de furia que o seu instincto de homem, que se diz civilizado, devia reprimir, é a prova mais clara de que a educação da vontade occupa na instrucção em geral um logar saliente, e que a cultura da mesma inflúe muito e muito na vida do individuo. Quem sabe dominar os seus instinctos já conseguiu muito, e está aparelhado para se dirigir na vida futura. Que estabelecimento é este onde o director, á semelhança de Luiz XV, pôde dizer: ‘O regulamento sou eu.’ (...). Já agora não nega o mesmo que dá lições que fazem suas alumnas corar! Há uma grande differença entre o estudo da Historia Natural feito em uma Faculdade de Medicina, e o que se faz em uma Escola Normal, que nem de gabinete dispõe. O programma de uma Faculdade onde o estudo da anatomia é a base de tudo, pede certas minudencias, o mesmo não se dá, porém, com os programmas dos cursos normaes. Para que necessitam as alumnas, que na Escola Normal aprendem, de estudar fecundação, cruzamento de raças e tantas outras cousas que o estudo resumido, feito durante dois annos, não pôde abranger? E demais, si fosse somente isto... Si de quando em vez umas tantas explicações não fossem dadas, era muito bom. Há mais necessidade de Hygiene Escolar, de Botanica e Zoologia, do que destas noções desconexas e sem razão de ser que o director da Instrucção Publica dá de quando em quando, no intuito

lamentavel de exhibir perante as alumnas conhecimentos de particularidades e de occurencias defesas³⁸¹.

No oitavo artigo, Itala se dedicou a refletir sobre a desorganização do ensino primário e sobre a importância da psicologia infantil. Citando Payot e Claparède, e novamente referiu-se a um artigo do Diretor da Escola Normal. As observações sobre a Liga Sergipense demonstraram novamente o jogo de posições:

“(…) A organização do ensino primario é quasi a mesma do normal; e não pode deixar de ser: sob a administração de um só e mesmo director muito e muito tem elle a desejar. A maior ou menor falta de perfeição do ensino na Escola Normal, reflecte poderosa e efficaçmente no ensino primario, e só quando aquelle attingir ao grau de aperfeiçoamento desejavel este será o que deve ser. A desorganização do ensino primario é corollario da desorganização da Escola Normal; uma completa a outra, como escalas que são da instrucção em geral. Falar pois, em organização do ensino primario, em Sergipe, a quem bem o conhece, é uma coisa inutil, e, falar-se, para desta forma depreciar se a Liga Sergipense contra o Analfabetismo, que, dados os fins elevados que visa, merece na hora actual o maior carinho de todos os brasileiros, é coisa iniqua. Valha nos porém, a certeza de que só os egoistas e os despeitados poderão isto fazer.(…) Conheça o director interino da Instrucção Publica que, no momento presente, é dever de todo o brasileiro consciencioso levar o seu auxilio á defesa da nossa nacionalidade. Os interesses partidarios e pessoases devem desaparecer diante dos interesses da collectividade. Pela patria, e para a patria todo o nosso esforço na hora presente é pouco. Mas, não deixo, comtudo, de conhecer que elle tem sobeja razão, a sua sabia personalidade não se acha fazendo parte da directoria da Liga, e, como tal, não póde esta ser uma instituição boa e utilitaria.(…) E sem o estudo da Psychologia infantil, sem que o professor conheça a alma da creança que lhe é entregue, elle não póde ser bom, de fôrma alguma. Disse-me, uma ocasião, o dr. Mondin Pestana, em carta a mim dirigida, o seguinte: que a psychê humana, embora possua a mesma essencia, apresenta-se nos sob varias formas na existencia individual, razão pela qual, numa mesma nação há diferenças accentuadas de character, genio e tendencias. Como, pois, prescindir o professor do estudo da psychologia infantil, cuja necessidade, no dizer do douto pedagogo sergipano, é innegavel? E si, como diz Claparède para o conhecimento de horticultura é exigido o previo conhecimento da botanica, estudo de que se não póde eximir o candidato, como é que para resolver os problemas da Pedagogia podemos dispensar a psychologia infantil? O professor, pois, moço ou velho, não se lhe pergunta a idade, que não conhece a psychologia dos pequenos seres que lhe são confiados, não póde ser bom, como bom não será o lavrador que não conhece tal ou qual especie de semente que o terreno requer. O mobiliario escolar, o predio influem muito n’uma escola, porém, mais do que tudo isto influe o preparo do professor, alma e essencia da escola, e mais com o escolar deve elle se preocupar do que com qualquer uma outra coisa. Em regra geral, diz alguem, na arte de ensinar occupam-se os pegagogos com a escola deixando entregue a si,

³⁸¹ OLIVEIRA, Itala Silva de Nos domínios da Instrucção VII .Diário da Manhã. 19 de novembro de 1916. Ano VI, n. 1643. p. 2. Col. 3 e 4. (Grifos nossos).

desamparado, desconhecido o escolar.(...) Se desde os primeiros dias sua existencia fôr cercada do cuidado e do carinho que requer, si as primeiras impressões gravadas em sua alma forem boas, ella não se desviará nunca do caminho do dever. Cumpre, pois, ao professor, como interessado que é, e em grande parte, na educação da infancia, ser um dos primeiros a desenvolver-lhe os sentimentos do dever, da justiça e da honestidade. Como fazer isto, porém, si todos os caractéres não são iguaes, si a psychê humana varia de individuo? Ainda uma vez, responderei, estudando e cuidadosamente a psychologia infantil. Bem conhecer o alumno é a primeira condição para bem educal-o, diz um pedagogista francez. Mas, no nosso meio, qual será o professor que estuda, ou estudou a psychologia infantil? Conhecer a creança, dirá talvez o professor; oh! Sim, eu a conheço, eu a vejo todos os dias; não é isto, porém, quer-se que o professor estude as inclinações, os hábitos e as tendencias da creança porque só assim elle a terá conhecido, e só assim poderá preparal-a para a vida futura. A creança, diz J. Payot, quando nada tenha sobre si de attrahente, tem o olhar limpido e claro, que demonstra a pureza e a bondade de sua alma. Podemos, em vista disto, deduzir que a falta de estudo da psychologia infantil, em Sergipe, é que tem trazido ao ensino tantos e tantos males³⁸².

No artigo seguinte, Itala buscou nos Imperadores da Roma Antiga subsídios para comentar práticas de autoritarismo e da falta de escrúpulos daqueles que detém o poder. O preâmbulo inicial serviu de fundamento para informar o público as dificuldades sofridas pelas alunas da Escola Normal em relação às solenidades de formatura. Segundo a autora, preterido da indicação de paraninfo da turma que se formava o Diretor da instituição estava dificultando a realização das festividades programadas antecipadamente:

(...) No entanto, no século XX, século de maravilhas vemos certas scenas que nos transportam aos tempos antigos ou medievaes: Nero ressuscita de quando em quando, querendo a ferro e a fogo conquistar sympathias onde só desaffectedos tem. Um ultimo caso é o que passo a narrar. É costume entre os alumnos dos estabelecimentos de ensino públicos ou particulares o festejar-se com solenidade o recebimento dos diplomas, após o término dos cursos, e assim é que, mais de uma vez, no Atheneu Sergipense e na Escola Normal, tenho assistido a festas desta natureza. Este ano era desejo das professorandas dar caracter festivo ao recebimento dos seus diplomas. Neste intuito, e, tambem porque só em dezembro se effectuariam os exames, uma turma de alumnas dirigiu-se ao exmo. General presidente do Estado, solicitando de s. ex., como chefe supremo da Instrucção Publica, que transferisse os exames de dezembro para novembto por motivos aliás justificáveis. Desta forma maracaram as diplomandas o dia 10 de dezembro para a collação de grau, uma vez que obtiveram do exmo. Sr. Presidente do Estado a tranferencia dos exames. Tudo isto foi feito de comum acordo com o Director da Instrucção Publica. Foi então convidado o paranymphe o professor Graça Leite. Na Escola Normal de Sergipe, bom é que se saiba, há tambem politica ou partidos. Chefia um destes o Director da Instrucção Publica. E, diante da escolha do

³⁸² OLIVEIRA, Itala Silva de. Nos domínios da Instrucção VIII –. Diário da Manhã. 19 de novembro de 1916. Ano VI, n. 1646. p. 2. Col. 3, 4 e 5. p 3. col.1. (Grifos nossos).

Professor Graça Leite para paranympho o Director da Instrucção Publica, que todos os annos convida-se para este encargo, despeitado disse ser impossivel a festa no dia 10, como s.s. havia marcado no tempo que pensava em se escolher paranympho. Mas, sr. Director, sympathia não se impõe: - conquista-se. Deixe, pois, que as dimplomandas de 1916, mocinhas que no alvorecer da vida têm a alegria imperando n'alma, façam a sua festa. Deixe s.s. de ser mau³⁸³.

As Caixas Escolares, em especial da Caixa Escolar Oliveira Valladão, foram abordadas no penúltimo capítulo da série de artigos de Itala. A preocupação da autora foi à reflexão sobre o sistema de premiação existente nas escolas e de que forma ele influenciava no processo de aprendizagem dos alunos e no andamento do ensino:

Já que me encontro tratando, neste série de artigos, de instrucção, ou do que com ella se relaciona, não é demais que hoje fale sobre um ponto que me não passou despercebido, e que mereceu, de mim, reparo pelo fim a que se destina. Este é a fundação, em Sergipe, das caixas escolares. Compreendi, á primeira vista, os beneficios que trará esta instituição, que destinada a auxiliar as creanças, que não possuem um certo conforto, vem auxiliar a instrucção, concorrendo assim para a eliminação do analfabetismo. Louvei, pois, os que assim procederam, louvei-os porque felizmente não domina minha alma o demonio da inveja. Si em linguagem áspera sei profligar os erros, também sei, quando se torna, mistér, louvar os bons actos. A minha norma de proceder é esta: falar ou criticar o individuo quando proceder mal, e podendo si não emenda, mas tambem proclamar os beneficios dos que procedem bem, fazendo lhes justiça, deste modo. Lastimei, porém, que a caixa escolar Oliveira Valladão não tenha em mira só auxiliar as creanças pobres, na compra de premios para os alumnos que mais se distinguirem. Como as punições, os premios são hoje condenados pela Pedagogia. É bem verdade que, em quasi todos os Estados do Brasil, vemos estes serem distribuidos: isto porém, não impede que a Pedagogia os condene. (...) Há até quem considere os premios como anti-sociaes, baseando-se em que a individualidade humana é sempre impellida pelo desejo de conquista, pela ambição, e como estes desejos devem ser abafados na infancia segue se outro inconveniente dos premios, que, além disto, tocam a um pequeno numero, despertando nas almas d'aquelles que os não obtêm certos sentimentos que a escola devia ser a primeira a eliminar e nunca fomentar. Deante disto, pois, comprehende-se porque a Pedagogia condemna os premios. E a caixa escolar Oliveira Valladão, cujo fim deve ser auxiliar a diffusão do ensino às creanças das classes particulares, não póde, nem deve estatuir premios, para os alumnos que mais se distinguirem, porque intelligencias há que com facilidade tudo conseguem, ao passo que outras dispendem um esforço enorme e quasi nada adquirem; premiar, pois, os primeiros e não fazer o mesmo aos segundos é ser-se injusto³⁸⁴.

³⁸³ OLIVEIRA, Itala Silva de. Nos domínios da Instrucção X. Diário da Manhã, 26 de novembro de 1916. Ano VI, n. 1649. p. 2. col. 4 e 5. (Grifos nossos)

³⁸⁴ OLIVEIRA, Itala Silva de. Nos domínios da Instrucção XI. Diário da Manhã. 8 de dezembro de 1916. Ano VI, n. 1.659. p. 2. col. 5. p 3 col. 1. (Grifos nossos).

No último artigo da coletânea, Itala afirmou que tinha cumprido com o que havia prometido e retomou de forma veemente suas críticas a Helvécio de Andrade. Apresentou ainda sua versão da não publicação de seus trabalhos nos Anais do V Congresso de Geografia realizado na Bahia:

(...) Isto vem mais uma vez provar que a nossa Instrução Publica está bem longe de ser o que deve, porque a não ser quem interesse tem, ninguém mais faz preconios das suas boas qualidades. Quem leu, como eu, há poucos dias, um protesto firmando num jornal vespertino, dizendo de uma professora o que se não diz de um desclassificado, há de comprehender que quando reclamo isto ou aquilo, não é movida pelo despeito, que só faço isto quando tenho sobejas razões. Quem quer que seja, que por isto me censure, fique sciente de que para os grandes males só os grandes remedios, e saiba que só a minha consciencia poderá chamar-me ao caminho do dever quando deste eu me tenha desviado. Quando em 1914, recebi um diploma, antes do qual proferi um juramento, prometti trabalhar, quanto em mim coubesse, para o desenvolvimento da instrucção no Brasil; escrevendo esta serie, que hoje termino cumpri, como era meu dever, rigorosa e estrictamente esta promessa. Vamos agora a um outro ponto, differente deste, mas que, comtudo, com o mesmo se relaciona intimamente. Vejamos agora a um outro ponto, differente deste, mas que comtudo, com o mesmo se relaciona intimamente. Vejamos um sabio, um competente, um erudito, em summa, concorrer com uma memoria a um Congresso, no qual se encontra a fina intellectualidade brasileira, e vejamos tambem este trabalho ser reprovado, porque, o portuguez tudo podia ser menos portuguez, e tambem porque, como elle proprio confessa, o seu trabalho era uma especie de collectanea. Pestalozzi, Froebel, Azevedo Sodré, Afrânio Peixoto e outros, cederam, sem saber, é verdade, trechos de escriptos seus para este trabalho. A este certamen tambem concorri eu, realejo que propaga competencia, mas que não demonstra, no dizer de s.s., tratei quasi do mesmo assumpto, e a minha não foi archivada. Como se explica isto? Cumpre aqui dizer tambem que, desconhecendo o regimento interno do Congresso, com toda a franqueza e com sinceridade absoluta que me caracterizam, deixei exarado, na mesma, o meu protesto contra o modo de se ensinar Geographia, em Sergipe, nos estabelecimentos do ensino primario. Afastando-me assim do regimento interno do Congresso, isso deu logar a calorosos debates, nos quaes tomou parte defendendo-a, o dr. Souza Carneiro, illustrado professor da Escola Polytechnica, a quem mais uma vez agradeço com todas as véras d'alma. Não foi, porém, o meu portuguez que isto motivou, saiba s.s.. Mesmo, porém, que fosse o meu trabalho reprovado ou archivado, a figura veneranda do Barão Homem de Mello, presidente do mesmo, impunha me nada dizer. Impuz e imporei sempre á minha consciencia o dever de respeitar as cans, dos que a isto fizeram jús bem entendido. (...) Guilhotina verdadeira é a Escola Normal onde ao saber e ao capricho da vontade se reprova quem não tem esta belleza ephemera, ou quem não possui o metal que tudo pode – o oiro. Mas é preciso terminar e assim o faço dizendo a s.s. que o futuro não sorri sómente aos que sabem a tudo se moldar, também ele é fagueiro aos que têm força de vontade e trabalham, tendo a fortalecer-lhes um idéal nobre e justo. Si necessario se tornar, aqui estarei secundando os que se empenham nesta cruzada santa de desvendar os

males da Instrução Publica, para que Sergipe, a patria de Sylvio e Tobias, não perca a aura que o circunda e o bom conceito que gosa no Brasil³⁸⁵.

Após esta coletânea de artigos a colaboração de Itala na imprensa sergipana passou a ser menos expressiva. Após a saída de Helvécio de Andrade da Direção da Instrução Pública ela recebeu um cargo na Escola Normal. Seu entusiasmo pelo debate dos temas educacionais desde a juventude na imprensa não diminuiu o impacto de suas críticas e polêmicas. O Diretor da Instrução Pública foi apresentado nas páginas dos jornais como déspota, plagiador, ultrapassado, vingativo, sem escrúpulos, imoral, mentiroso, que não cumpria o Regulamento, entre outras características pouco recomendáveis para o exercício do magistério e para o cargo que ocupava.

Duas ex-alunas de Helvécio de Andrade, na Escola Normal, recuperaram aspectos de suas aulas de História Natural e de suas explicações na área de Higiene e Saúde. Mesmo alguns anos mais tarde, depois das denúncias de Itala eram consideradas pouco recomendáveis para as jovens:

Dr. Helvécio de Andrade, escandalizava-nos quando, pelo imperativo do programa a obedecer na matéria que ensinava, História Natural entrava em certas particularidades, aliás, superficialmente, ao descrever o corpo humano, seus órgãos e respectivas funções. As mocinhas de hoje ouviriam com muita naturalidade e interesse até como o fazem com ensinamentos muito mais explicativos e profundos, mas, as de ontem, ignorantes de tudo que se relacionasse ao sexo e, se soubessem algo, a pudícia não lhes permitiria exteriorizar, coravam e reprovavam entre si os ensinamentos do Mestre, que taxavam de indecente (Leyda Régis, formou-se em 1920 na Escola Normal³⁸⁶).

Dr. Helvécio de Andrade, foi esse que eu lhe falei, quando ele nos dava noções rudimentares de higiene, era higiene e saúde... Muitos pais achavam que as filhas não deviam assistir as aulas, não eram praticamente pornográficas, mas que as donzelas não deveriam ouvir! (Claudemira dos Santos, formou-se em 1933³⁸⁷).

Mais ou menos uma década depois das denúncias feitas contra Helvécio de Andrade, Itala defendeu uma tese na Faculdade de Medicina da Bahia, em defesa da educação sexual e do esforço conjunto de pais, professores e médicos no esclarecimento da juventude sobre o tema. Fundamentada em princípios da eugenia e da higiene, Itala criticava a falta de conhecimento da anatomia humana e do processo de fecundação, gestação e parto por parte dos jovens, principalmente das moças. O que teria mudado? O fato de ser médica-ginecologista lhe concedia

³⁸⁵ OLIVEIRA. Itala Silva de. Nos domínios da Instrução XII. Diário da Manhã. 17 de dezembro de 1916 Ano VI, n. 1666. p. 2. col. 4 e 5. (Grifos nossos).

³⁸⁶ Entrevista concedida em 1992, por ocasião da pesquisa realizada para a Dissertação de Mestrado.

³⁸⁷ Entrevista concedida em 1992, por ocasião da pesquisa realizada para a Dissertação de Mestrado.

maior legitimidade para tratar destes assuntos? Ou ela também foi vítima de uma certa suspeição ao defender o amplo esclarecimento do tocante aos temas sexuais?

Segundo os indícios apontados, as polêmicas críticas divulgadas em torno da figura de Helvécio de Andrade e de suas posturas na Direção da Escola Normal e da Direção da Instrução Pública, na coletânea apresentada estava vinculada ao “jogo de disputas de posição e às redes de solidariedade” construídas entre os grupos de intelectuais sergipanos no período. Itala foi a primeira sergipana a enfrentar o debate de forma pública, na imprensa, depois desta coletânea e de sua ida para Salvador, seus textos vigorosos deixaram lentamente de circular em Sergipe.

Itala e as homenagens não recebidas

O silenciamento em torno da trajetória de Itala Silva de Oliveira, não é neutro, nem aleatório³⁸⁸. Metaforicamente, poderíamos afirmar que é um silêncio que grita de forma cortante. Como uma personalidade como esta foi esquecida? Por que sobre sua trajetória os indícios são tão restritos?

Não foram localizados indícios de que Itala tenha recebido alguma homenagem. Foi lembrada por alguns intelectuais de forma pontual³⁸⁹. Na Academia de Medicina de Sergipe, foi localizado apenas um discurso que em apenas poucas linhas registrou o fato de que ela teria sido a primeira médica sergipana a ser formada na Faculdade de Medicina da Bahia, em 1927³⁹⁰.

Sua tese médica é muito pouco conhecida e divulgada. Seus artigos na imprensa sergipana e paulista raramente são referenciados. As barreiras enfrentadas por ela mesma como pioneira e pela memória construída em torno de sua trajetória possibilitaram compreender alguns elementos da dificuldade de ocupação dos espaços públicos pelas mulheres naquele período.

Defensora do feminismo, compreendido como a presença das mulheres instruídas em atividades importantes da sociedade, como a filantropia, a educação e a saúde, sem deixar de cumprir as funções sociais e patrióticas da maternidade e da educação dos filhos e da

³⁸⁸ Segundo Kofes (2001, p.12), existem “embates políticos, permeando a construção das narrativas e permeando a lembrança e o esquecimento”.

³⁸⁹ Cf. Nascimento (2000, p. 3-20); Pina (1994); Figueiredo (1989).

³⁹⁰ Cf. Soares (1998, p. 23-40).

responsabilidade pela harmonia no lar, Itala também lutou pela ampliação da escolaridade feminina como estratégia para a emancipação social das mulheres.

Na sua tese salientou a necessidade do prazer feminino nas relações sexuais, e a importância da educação sexual para as mulheres. Em diversos textos criticou a “educação de verniz” recebida pelas jovens das camadas mais favorecidas da sociedade, assim como condenou a moda, a leitura de romances, a frequência ao cinema e as danças do período.

Sobre sua morte, seus primos recordaram que foi em 1984, mas não conseguiram localizar a data exata, nem mesmo o cemitério no qual ela foi enterrada no Rio de Janeiro. Ela morreu internada em um hospital carioca, nenhum de seus parentes próximos estava presente. Depois da ida para o Rio, no final da década de 1920, não retornou mais a Sergipe.

Maria Rita e o envolvimento com o feminismo: Rio de Janeiro e Sergipe

Em entrevista concedida a Pina (1994), Maria Rita confirmou sua participação na União Universitária Feminina (UUF) e na Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) bem como a aproximação com Cesartina Régis e Quintina Diniz:

Foi Carmem Portinho quem me incentivou a fundar uma seção da Federação pelo o Progresso Feminino, em Sergipe. Procurei Cesartina Régis, uma figura exponencial nos meios sociais de Sergipe. Ela se impunha não apenas como farmacêutica, mas em vários campos da cultura sergipana. Trabalhamos juntas. O movimento iniciante contava com poucas e tímidas adesões em Sergipe, que sempre foi refratário às reuniões. Lembro-me que até mesmo os membros da Ordem dos Advogados não se reuniam, oficialmente. Encontrávamos-nos nos cartórios, nos cafés ou conversávamos pelo telefone. Por isso, não houve movimento congregado, feminista. Cesartina Régis era a alma da Federação. Mesmo assim, conseguimos lançar o nome da professora Quintina Diniz à deputada estadual pelo PSD (PINA, 1994, p.362).

Mas antes de analisar os aspectos referentes à eleição da primeira deputada estadual em Sergipe e o envolvimento de Maria Rita neste processo se faz necessário compreender como e quando iniciou o contato dela com a UUF e a FBPF. A documentação encontrada, não permite a afirmação exata, mas através dos indícios presentes nas cartas trocadas entre ela e as lideranças feministas que atuavam no Rio de Janeiro e os jornais sergipanos e cariocas percebe-se que a aproximação deve ter acontecido por volta de 1930.

É bem provável que quando esteve estudando em Salvador, por ocasião do Curso de Direito Maria Rita tenha se aproximado de algumas lideranças feministas baianas. A amizade com Maria Luiza Bittencourt³⁹¹, baiana, que estudava na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e era secretária da UUF e desde os vinte anos membro da FBPF, pode ter sido um dos canais de aproximação com Carmem Portinho e Bertha Lutz.

Maria Rita e Maria Luiza apresentaram trabalhos no Congresso Penal e Penitenciário Brasileiro³⁹², realizado no Rio de Janeiro, em 1930. A participação de Maria Rita neste evento foi noticiada nos jornais cariocas e sergipanos, assim como o seu envolvimento com a “Quinzena Feminista”. Sua estada no Rio de Janeiro, que durou alguns meses, e a partir de então o seu envolvimento com as referidas associações feministas se intensificou.



Foto 27 – Maria Rita e um grupo de feministas. Excursão da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino ao Recreio dos Bandeirantes. Rio de Janeiro, 1930.

Autoria não identificada.

Fonte: Portinho (1999, p. 49)

³⁹¹ Para maiores informações sobre Maria Luiza Bittencourt, consultar Schumacher (2000, p. 403).

³⁹² Cf. União Universitária Feminina – A participação na Conferência Penal e Penitenciária. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 31 de maio de 1930. Acervo: Arquivo Nacional, FBPF, AP-46. Caixa 46. Pacote 02. No artigo ilustrado com uma foto, Maria Rita aparece citada. O trabalho que ela apresentou foi sobre a “Admissão da mulher no Tribunal do Juri”.

Promovida pela FBPF, a “Quinzena Feminista”³⁹³ ocorreu entre os meses de abril e maio de 1930 no Rio de Janeiro e nos demais Estados onde já existiam núcleos filiados. Através da divulgação dos ideais feministas em programas de rádio, revistas e jornais e farta distribuição de panfletos pelas cidades, as mulheres e jovens eram conclamadas a se associarem. Em um dos panfletos usados na propaganda em diversos meios constava o “Decálogo da Boa Sócia”:

- I – Observar os estatutos da Federação;
- II – Trabalhar para o seu desenvolvimento;
- III- Participar de suas iniciativas;
- IV – Comparecer às reuniões;
- V – Sugerir idéas à Directoria;
- VI – Apresentar cinco sócias por anno;
- VII – Não fazer voltar o cobrador;
- VIII – Dedicar-se à causa feminista;
- IX – Acreditar no triumpho de seus idéaes;
- X – Trabalhar para o aperfeiçoamento moral, intelectual, e social da mulher³⁹⁴.

O lema “O ideal feminista é o ideal do Brasil” de autoria da Maria Rita foi amplamente utilizado na campanha da FBPF, e surgiu inicialmente em uma das entrevistas que ela concedeu aos jornais cariocas em abril de 1930³⁹⁵. Em geral, as entrevistas publicadas contavam também com uma foto, e Maria Rita geralmente citava outras sergipanas envolvidas com a causa feminista. Em uma destas oportunidades ela se referiu à fundação do Diretório da UUF, em setembro de 1929, em Aracaju. Participavam deste núcleo, sob a presidência de Maria Rita: Cezartina Régis (farmacêutica), Laura Amazonas e Heloísa Santos (dentistas)³⁹⁶.

³⁹³ Cf. Querem interessar todas as mulheres de valor no seu movimento. Uma carta circular das directoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Jornal A Notícia. Rio de Janeiro, 26 de abril de 1930.; Quinzena Feminista. O decálogo da boa sócia. Jornal A Vanguarda. Rio de Janeiro, 26 de abril de 1930. Quinzena Feminista. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 3 de maio de 1930. O sub-título do artigo é “O ideal feminista é o ideal do Brasil”, afirma Dra. Maria Rita. Um outro jornal também divulgou a campanha no mesmo dia. A Quinzena Feminista. Jornal Vanguarda. Rio de Janeiro, 3 de maio de 1930. Acervo: Arquivo Nacional, FBPF, AP-46. Caixa 46. Pacote 02.

³⁹⁴ Este decálogo também foi publicado pela imprensa sergipana. Cf. Quinzena Feminista. Gazeta de Sergipe. Aracaju, 8 de maio de 1930. Anno IV, n.718, p.1. col.6. Neste texto, sem autoria identificada, foi ressaltada a participação de Maria Rita, distribuindo panfletos de carro pelas ruas do Rio de Janeiro, acompanhada de Carmen Velasco Portinho e Maria Amália de Faria.

³⁹⁵ A irradiação feminista em Sergipe. O que nos disse, num encontro de acaso a doutora sergipana Maria Rita Soares de Andrade sobre o movimento feminista em sua terra. Jornal “A noite”. Rio de Janeiro, 22 de abril de 1930. Uma outra entrevista foi dada ao Jornal do Brasil, no mesmo período: O feminismo no Brasil. A advogada Maria Rita Soares de Andrade falla ao Jornal do Brasil do movimento feminista em Sergipe e de suas aspirações. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 25 de abril de 1930. Acervo: Arquivo Nacional, FBPF, AP-46. Caixa 46. Pacote 02.

³⁹⁶ Cf. O feminismo no Brasil. A advogada Maria Rita Soares de Andrade falla ao Jornal do Brasil do movimento feminista em Sergipe e de suas aspirações. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 25 de abril de 1930. Acervo: Arquivo Nacional, FBPF, AP-46. Caixa 46. Pacote 02.

A presença na imprensa carioca entre abril e maio de 1930, através de entrevistas, discursos, participação em reuniões da UUF e da FBPF, envolvimento em campanhas, entre outros, acabou virando tema para uma charge publicada no *Jornal do Brasil*, em 24 de abril de 1930³⁹⁷.

O tom burlesco sobre a possibilidade do progresso da campanha feminista em Sergipe, em um momento em que uma sergipana era tão visibilizada nas páginas dos jornais cariocas, mais do que o mero divertimento do público leitor, implicava em colocar em dúvida as propostas e as posturas defendidas por Maria Rita.

Sobre a forma burlesca e irônica de tratar as feministas, nas primeiras décadas do século, Sohiet (1994, p. 24-34) advertiu:

“Na verdade, porém, percebe-se um aspecto perverso nessas insinuações, o que me faz enquadrar tais colocações numa das modalidades de violência simbólica contra as mulheres. Isto porque, a reiteração da comicidade na abordagem de suas reivindicações tende a difundir uma imagem de falta de seriedade das preocupações femininas, ao contrário das masculinas.”

³⁹⁷ Irreverência. *Jornal do Brasil*. Rio de Janeiro, 24 de abril de 1930. Acervo: Arquivo Nacional, FBPF, AP-46. Caixa 46. Pacote 02.

IRREVERENCIA



— Dizem que o feminismo progride em Bergipe.

— Não creio; é troca das costureiras.

— ? !

— O feminismo "serge" panno...

Foto 28 - Charge. Raul. Irreverência. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 24 de abril de 1930.

Fonte: Arquivo Nacional - FBPF - AP46. Caixa 46. Pacote 02 - Recortes de jornais encadernados 1929-1930.

Maria Rita retornou para Aracaju, provavelmente, no final de junho e início de julho de 1930. Na sua passagem por Salvador, concedeu mais uma entrevista sobre a sua participação da Conferência Penal, ressaltando também a atuação de Maria Luiza Bittencourt³⁹⁸. A partir de sua partida as correspondências trocadas entre Maria Rita e as lideranças feministas cariocas, permitiram acompanhar aspectos do seu envolvimento com a defesa dos direitos femininos e as conquistas pessoais efetivadas.

As cartas enviadas por Maria Rita, mostraram uma relação de proximidade e respeito ao mesmo tempo. Ela não usou as formas encontradas, em outras correspondências localizadas no Fundo da FBPF, neste mesmo período, como: “Prezada Senhora”, ou mesmo “Prezada Doutora Bertha Lutz”, ou “Doutora Bertha”. Era mais direta e usava geralmente apenas “Bertha”. Muitas vezes Maria Rita escreveu cartas coletivas para: “Bertha e Carmen ³⁹⁹”, ou mesmo “Bertha, Carmen e Maria Luisa ⁴⁰⁰”. Todas as cartas enviadas por Maria Rita foram manuscritas e trataram, entre outros temas de: assuntos pessoais; solicitações de divulgação na imprensa carioca e paulista de notícias de Sergipe, principalmente no tocante à atuação feminista e ao apoio recebido das autoridades políticas; de relato das conquistas e das estratégias utilizadas.

As cartas de Bertha Lutz para Maria Rita em sua maioria foram datilografadas, em geral elas respondiam às solicitações feitas pela advogada sergipana; encaminhava as novas indicações e prioridades da Federação; apoiavam e incentivavam algumas decisões pessoais; elogiava a capacidade de trabalho e as articulações construídas por ela; explicitavam as atividades que deveriam desempenhar em cada período. Bertha Lutz, iniciava as correspondências com “Minha querida Maria Rita”, ou “Prezada Maria Rita”. Algumas foram feitas em forma de ofício, como uma circular para as associadas da FBPF, outras possuíam cunho mais personalizado.

Ao todo foram localizadas treze cartas de Maria Rita para Bertha Lutz no período de 1930 a 1935. Enviadas por Bertha para Maria Rita totalizaram cinco cartas no período de 1930 a 1937. Todas estas cartas foram encontradas em caixas de documentos que tratam do expediente da FBPF. No período entre 1932 e 1933 não localizamos nenhuma correspondência trocada por ambas. O período mais intenso da troca de cartas entre elas foi entre 1930 e 1931.

³⁹⁸ Cf. A mulher na Conferência Penal. Uma das delegadas desse certamen científico fala ao Diário de Notícias. Jornal Diário de Notícias. Salvador, 05 de julho de 1930. Acervo: Arquivo Nacional, FBPF, AP-46. Caixa 47. Pacote 01.

³⁹⁹ Carmen Velasco Portinho (1903-?) engenheira, militante feminista. Membro da primeira diretoria da FBPF e Presidente da União Universitária Feminina (UUF). Maiores informações consultar: Portinho (1999); Schumacher (2000, p. 135-136).

⁴⁰⁰ Maria Luiza Bittencourt (1910-?) advogada, membro da FBPF e da UUF, primeira deputada estadual da Bahia. Maiores informações consultar: Schumacher (2000, p. 403).

Maria Rita escreveu a primeira carta quando estava voltando para Sergipe, ainda em Salvador. Fez questão de expressar seus sentimentos pela distância em que se encontrava de Carmen Portinho e Bertha Lutz, assim como de registrar seus agradecimentos pela visibilidade que recebeu na imprensa carioca:

“Ainda sob o encantamento e o entusiasmo do seu sadio e prodigioso convívio dou-lhe as minhas notícias que, não são melhores, porque deixei-me prender demasiado a esse grande meio e sinto agora uma intensa saudade. A minha demora aí habituou-me à atividade feminística que sempre aspirei desenvolver e as excessivas gentilezas de todas Vocês, as homenagens que me prestaram fizeram que voltasse cativa do que o Rio possui de melhor sua mentalidade e eficiência feminina reunindo sob a sábia e útil direção na Federação e a dessa criaturinha admirável que é a nossa Carmen na União. Para Você e para a Carmen eu não tenho expressões que manifestem o meu reconhecimento pelo relevo ⁴⁰¹ que deram a viagem dessa nortista incógnita à Capital da República. À medida que me distancio de Vocês vou avaliando e sentindo melhor o efeito de tanta bondade. Aqui chegando anteontem entrei logo em ação o ‘Diário de Notícias’ deverá publicar hoje uma entrevista minha sobre a Conferência Penal. Vou fazer propaganda das nossas Associações em todos os jornais apesar de não ter trazido as propagandas de que Você falou ⁴⁰².”

A passagem de Maria Rita Soares de Andrade pelo Rio de Janeiro no início de 1930, sua participação na Quinzena Feminista e na Conferência Penal foi amplamente modificada em textos com fotos, entrevistas, matérias sobre a FBPF e sobre a UUF, registram a sua presença.

Em uma outra carta, escrita em julho de 1930, Maria Rita registrou sua atuação no “Sergipe Jornal” e as estratégias de aproximação com o futuro Presidente de Sergipe, e a sensibilização deste com a pauta de reivindicações defendida pela UUF e pela FBPF:

⁴⁰¹O nome de Maria Rita Soares de Andrade foi citado em alguns artigos na imprensa carioca, além dos já citados, localizamos: Jornal “O Paiz”, Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1930. “Quinzena Feminista”, sem autoria identificada; “Jornal do Commercio”, Rio de Janeiro, 20 de abril de 1930. “Federação Brasileira pelo Progresso Feminino”, autoria não identificada; “Vanguarda”, Rio de Janeiro, 26 de abril de 1930. “União Universitária Feminina – A primeira reunião social” – este mesmo texto foi publicado com o mesmo título no “Jornal do Brasil” Rio de Janeiro, 26 de abril de 1930; “Jornal do Brasil” Rio de Janeiro, 9 de maio de 1930 – “Quinzena feminista – ‘O ideal feminista é o ideal do Brasil’ afirma a Dra. Maria Rita.”; “Jornal do Brasil” Rio de Janeiro, 31 de maio de 1930. “União Universitária Feminina – sua participação na Conferência Penal e Penitenciária.” Os recortes de jornais estão na CAIXA 46 – AP46-FBPF- Datas Limites: 1929-1930, Pacotilha: 02

⁴⁰² A grafia das palavras foi atualizada, não foi alterada a estruturação do texto, desta e das demais citações das cartas. Documento localizado na CAIXA 43, AP46-FBPF, pacotilha: correspondência expedida pela FBPF – encadernada, referente ao período de 1929-1930. Esta carta não possui data, mas segundo as notícias de jornal e a sequência das outras cartas provavelmente foi escrita no final de junho e início de julho de 1930.

“Você não pode imaginar o que é sair do Rio, com a vida que tive aí, e voltar a Aracaju. Não posso mesmo me resignar. Encontrei um ambiente nada agradável: jornais suspensos, o Tribunal com as portas cerradas tudo graças às arbitrariedades do Dr. ‘Mané Caroço’⁴⁰³(...) Felizmente que o próprio ambiente já está um pouco melhor o Tribunal está funcionando, o ‘Sergipe-Jornal’ reapareceu. Nele estou publicando a nossa propaganda. Luto com dificuldade de espaço porque o jornal é muito pequeno. Mais vai saindo sucessivamente. (...) Assim que aqui cheguei visitei-o (futuro Presidente do Estado) em meu nome e no nome do Dr. Pedro Lago com quem estreitei laços na Bahia, e me incumbiu disto. Ele se sentiu muito grato, conversou bastante comigo sobre o efeito do meu passeio aí, da minha atuação na Conferência Penal, demonstrando-se muito entusiasmado; lamentou a inação do representante oficial, o Gildo, e disse que a salvação do Estado foi a minha estadia aí. Tomei-lhe o pulso, conversei bastante sobre as nossas esperanças para o futuro governo, falei do Dr. Lamartine de sua administração modelar no Rio Grande do Norte, que o impressionou muito bem. (...) Na véspera da eleição, à sua revelia procurei-o disse-lhe que era portadora das congratulações da Federação e da União e desejava saber algo sobre as suas intenções do ingresso ao governo mormente no que tange à campanha feminista(...). Conversamos bastante, ele me disse no fundo o que vai aí por mim floreado nesta entrevista(...). Creio que na futura administração poderemos conseguir alguma coisa aqui. (...) Eu, todavia, não pretendo ficar aqui: quero apenas, esperar o início da sua administração organizar o movimento e depois sair. Preciso, para isto, captar mais ainda as suas simpatias; para tanto há um meio: fazer propaganda na imprensa do seu nome, porque ele não é conhecido e ficará muito contente com isto. Você pode me auxiliar nisto. Na Bahia, mandarei diretamente para os jornais. Vou começar com esta entrevista: veja se consegue colocá-la aí, com o retrato que vai junto e se pode alguma das agências distribuí-la para jornais dos outros estados. Muito me auxiliaria se conseguir o que nós chamamos uma **boa imprensa** para a entrevista. Se os jornais fizerem comentários lisonjeiros ela terá mais efeito. Creio mesmo haver adquirido a confiança do homem. (...) Penso que devo procurar aproveitar a oportunidade; vamos fazer propaganda do homem, conforme os acontecimentos, talvez possamos inaugurar com a sua posse a filial da federação, quando você e Carmen talvez pudessem vir conhecer esse pedacinho inerte do Brasil. São sonhos, só que talvez possam tornar realidades. Uma coisa nos seria muito útil: aproxima-lo do Dr. Lamartine. Vou escrever a ele nesse sentido e veja se faz o mesmo⁴⁰⁴.”

A divulgação do nome do futuro Presidente do Estado Francisco Porto foi feita rapidamente no Rio de Janeiro. Em 12 de agosto de 1930 foi publicado um artigo a partir da entrevista realizada por Maria Rita, e publicada no “Sergipe Jornal”⁴⁰⁵.

Lendo atentamente as atas da FBPF, foi possível identificar a preocupação com que as ações e campanhas da associação fossem amplamente divulgadas pela imprensa, não apenas nos jornais do Rio de Janeiro, mas também das capitais dos Estados, e de algumas cidades importantes do interior. Inicialmente membros da diretoria eram indicados para cuidar desta tarefa. Em outros momentos a própria Bertha Lutz se responsabilizava pessoalmente pela ampla divulgação dos atos da Federação.

Resumo das atas das reuniões, entrevistas, as conferências feitas através do rádio, os encontros sociais, os congressos, as homenagens às próprias filiadas e aos denominados “políticos feministas”, as viagens dos membros da Diretoria da Federação para visitar as filiais ou mesmo para participar de

⁴⁰³ Mané Caroço era o apelido popular do Presidente do Estado de Sergipe Dr. Manoel Dantas, devido a um defeito físico que possuía, agradeço a gentileza da informação ao Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento.

⁴⁰⁴ Documento localizado na CAIXA 43, AP46-FBPF, pacotilha: correspondência expedida pela FBPF – encadernada, referente ao período de 1929-1930. Esta é uma das cartas mais longas que Maria Rita escreveu para Bertha Lutz, tem como data 7/1930. (Grifos nossos).

⁴⁰⁵ Cf. O feminismo em Sergipe. O que pensa a respeito o futuro Presidente do Estado. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1930.

eventos internacionais e nacionais em diversas áreas, a campanha pelo voto feminino, a defesa da elegibilidade de candidatas, denúncias e postos ocupados por mulheres, são alguns dos temas que aparecem. Pode-se afirmar ao ler atentamente os livros de recortes, que nos últimos anos da década de 20 e no início da década de 30, nenhum dia se passou sem que alguma notícia sobre a atuação da FBPF ou da UUF, ou mesmo que a presença de uma das participantes da diretoria não fosse visibilizada. A mesma nota às vezes é publicada em sete jornais diferentes, do Rio e de São Paulo, com algumas mudanças no título.

Pode-se afirmar que a “**boa imprensa**” era uma estratégia utilizada para o convencimento, uma vez que percebe-se as pautas de reivindicação da FBPF e da UUF insistentemente presente nas páginas dos jornais e revistas de grande circulação no país. Através de diversos estilos, a defesa da conquista dos direitos civis e políticos eram expressos como uma tentativa de produção do consenso. As militantes, assim como desenvolveram uma “pedagogia de ocupação dos espaços públicos”, como nos indicou Rachel Sohiet (1997), também desenharam uma metodologia de penetração na imprensa, escrita e radiofônica (décadas de 20 e 30) muito poderosa. Para exemplificar, podemos observar as duas citações abaixo, a primeira publicada no “Jornal do Brasil”, em 19 de fevereiro de 1929, assinada por Bertha Lutz e a segunda, de autoria de Maria Esther Corrêa Ramalho, publicada no “O Jornal”, no dia seguinte:

Victor Hugo, com visão profética, declarou, em meados do século passado, que o século XX seria o século da mulher. A evolução sociológica está provando a velocidade desta previsão. A emancipação econômica feminina é uma afirmação vencedora, diremos mais: uma afirmação confortante, nesta época em que poucos chefes de família podem prover pelo seu próprio esforço, não coadjuvado, os meios de seu sustento para todos os seus. A emancipação econômica projetando a mulher do lar par as fábricas, escolas, repartições e outras instituições de trabalho remunerativo, veio mostrar-lhe a necessidade de dilatar os seus direitos. Daí resultou a emancipação política feminina que também se aproxima da sua consumação (...) O fato de ser eleitora, de comparecer de três em três, de dois em dois, ou de ano em ano às eleições, não impede a mulher de ser boa esposa e mãe ⁴⁰⁶.

Pensa o Dr. Esaú que o direito de voto vai desintegrar a mulher do lar. Na época que atravessamos, em que a pressão econômica a impele para todos os ramos de atividade, prendendo-a, por exemplo nas fábricas, no comércio, o dia inteiro, em que iria agravar ‘este mal’ o exercício do voto que ocuparia, quando muito, um dia em cada ano. Tranquelize-se, Sr. Juiz, porque muito em breve, eu o espero, teremos a prova de que o

⁴⁰⁶ Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1929. “A emancipação política feminina e o papel da mulher no lar.” Bertha Lutz. CAIXA 47, AP-FBPF, pacotilha: 2 – Datas Limites: 1930-1931.

gozo de seus completos direitos cívicos dará à mulher uma compreensão mais ampla de seus deveres, integrando-a ainda mais eficientemente no lar⁴⁰⁷.

Os títulos dos dois artigos também apresentaram uma aproximação interessante: o de Bertha Lutz, “A emancipação política feminina e o papel da mulher no lar”; e o de Maria Esther, “Não há dique que resista a evolução social”. O uso do mesmo tipo de argumentação nos dois artigos e a presença de artigos em diferentes jornais de grande circulação demonstram o grau de sofisticação das campanhas empreendidas pela FBPF.

Também nos jornais sergipanos encontraremos polêmicas acerca da ampliação da atuação feminina nos espaços públicos, em diversos tipos de textos, a maioria deles sem a autoria identificada, principalmente nas primeiras décadas do século XX. A defesa da ampliação da escolaridade foi um tema recorrente neste período. Um artigo sobre a UUF, sem autoria identificada, publicado em março de 1930, na Gazeta de Sergipe, indicava a necessidade da instrução feminina como a exigência dos novos tempos:

A União Universitária Feminina, associação constituída exclusivamente por mulheres diplomadas em universidades e faculdades superiores e pelas alumnas dessas mesmas instituições, volve hoje, em cumprimento ao programma que se propoz defender, suas vistas para um dos mais importantes problemas da actualidade, que se relaciona menos com o interesse individual do que com o da própria colectividade. Tal é o da instrução feminina. A vida moderna cada vez mais complexa, a orientação pratica de todos os problemas sociaes exigem novas directrizes do espírito feminino. As concepções lyricas ou sentimentos que nos davam a mulher como uma criatura quase angélica, cuja origem não sendo diretamente o barro, mas suim a carne já vitalisada, fluctuava entre o céu e a terra, já hoje desapareceram na voragem absorvente da vida. Hoje, a mulher vive sobre a terra. Vive e trabalha⁴⁰⁸.

Maria Rita escreveu mais quatro cartas para Bertha Lutz entre julho e agosto de 1930, uma delas foi para recomendar Graziela Cabral⁴⁰⁹, professora e declamadora, eleita pela Sociedade Sergipana de Professores para representar o Estado no Conselho Deliberativo da Federação das Sociedades de Educação no Rio de Janeiro. Em outra carta, ela comentou que a Revista Mercúrio⁴¹⁰, editada em Sergipe, pretendia dedicar um número especial em homenagem ao feminismo. O mesmo seria publicado no início de setembro, quando comemoravam, um ano da instalação do Diretório da

⁴⁰⁷ O Jornal, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1929. “Não há dique que resista a evolução social”. Maria Esther Corrêa Ramalho. CAIXA 47, AP-FBPF, pacotilha: 2 – Datas Limites: 1930-1931.

⁴⁰⁸ Pela cultura intelectual da mulher. Gazeta de Sergipe. Ano V. n.670. p.1. col.4. Aracaju, 6 de março de 1930.

⁴⁰⁹ Em 5 de outubro de 1930, no Rio de Janeiro foi publicado um artigo de autoria de Graziela Cabral sobre o feminismo em Sergipe. Neste artigo ela comentava a atuação de Maria Rita e a disposição do futuro Presidente do Estado em atender as reivindicações do movimento feminista. Cf. CABRAL, Graziela. Sergipe e os ideais feministas. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 05 de outubro de 1930. Acervo: Arquivo Nacional, FBPF, AP-46. Caixa 47. Pacote 01.

⁴¹⁰ Este número especial não foi localizado.

União Universitária Feminina em Sergipe, e solicitou que Bertha enviasse material para o citado periódico.

As lições da “boa imprensa” foram aprendidas muito rapidamente por Maria Rita que soube usá-las em diversos momentos. A grande imprensa, a imprensa literária e cultural em Sergipe e no Brasil aproveitava as polêmicas em torno da ampliação da participação das mulheres em espaços públicos considerados masculinos, muitas vezes através de enquetes, que dividiam e acirravam posições.

A presença feminina na Academia Brasileira de Letras, foi o tema da enquete organizada pelo Jornal “A Noite”, do Rio de Janeiro, com o título “Ad Immortalitatem”. Entrevistou quase que diariamente acadêmicos, intelectuais, escritoras e poetisas sobre o ingresso das mulheres para a Academia, durante os meses de janeiro, fevereiro, março e abril, de 1930. A cada novo posicionamento, a favor ou contra, o jornal publicava também críticas e defesas sobre as diversas opiniões expressadas.

No final de maio, o “Correio da Manhã”, no Rio de Janeiro, (31 de maio de 1930) e os demais jornais divulgaram uma nota sobre a votação na Academia Brasileira de Letras que estabeleceu a recusa de inscrição feminina, até que os estatutos fossem revistos. Na maioria dos periódicos a nota foi intitulada, “Uma derrota do feminismo”⁴¹¹.

Entre julho e agosto de 1930, o Jornal “A Notícia”, propôs uma nova enquete, na qual foram inquiridos políticos ilustres, intelectuais e pessoas de projeção social, com a seguinte questão: “Uma brasileira vale um brasileiro?”⁴¹².

O sensacionalismo com que os temas sobre a emancipação feminina foram tratados pela imprensa, no final da década de 20 e início da década de 30, indicava que as polêmicas travadas em suas páginas eram interessantes para atrair leitores. De outro lado, a “boa imprensa” desenvolvida pela FBPF, não apenas nos jornais do Rio de Janeiro, mas também em revistas femininas como na “Revista Feminina” de São Paulo, e em revistas culturais e literárias de outros Estados, como a “Mercúrio” e a “Renovação” em Sergipe, e nos programas de rádio, demonstram aspectos estratégicos da utilização dos meios de comunicação de massa, para o convencimento e visibilidade de lutas e conquistas.

⁴¹¹ Os recortes de jornais sobre a enquete encontram-se na CAIXA 46 – AP46-FBPF- Datas Limites: 1929-1930, Pacotilha: 02

⁴¹² Recortes de jornal sobre esta enquete, podem ser encontrados na CAIXA 47 – AP46-FBPF- Datas Limites: 1930, Pacotilha: 01.

Entretanto ser identificada como feminista, neste período, gerava alguns problemas. Era preciso lidar com preconceitos e censuras muito sérias por parte da sociedade em geral. Nesse sentido, a troca freqüente de correspondências entre Bertha Lutz e as principais lideranças da luta feminista pelo Brasil, servia muitas vezes de incentivo para não esmorecer diante das dificuldades. A partilha das lutas e vitórias pessoais nestas cartas conferia um certo grau de confiança, ao mesmo tempo em que relatavam as mobilizações realizadas.

A participação nos eventos nacionais e internacionais também era forma de estreitar laços e estabelecer vínculos entre as lideranças feministas, muito estimulada por Bertha Lutz. Era preciso manter a coesão e o empenho de forma organizada e muitas vezes centralizada.

Localizamos apenas uma carta que a Presidente da Federação enviou à Maria Rita, no ano de 1930. O tema central era o cuidado com o processo de alistamento eleitoral feminino, garantido pioneiramente no Rio Grande do Norte e em outros Estados, mesmo antes da aprovação federal. A estratégia e a prudência foram recomendadas por Bertha. Ela insistia na necessidade da atitude responsável por parte das feministas, frente à questão da conquista do voto e da criação dos diretórios da Federação:

“ Quanto ao alistamento, peço que v. não o requeira enquanto não tiver maioria na Junta. Convém v. ver discretamente se consegue saber a opinião do Juiz. Mesmo assim ainda convém saber a opinião da Junta. (...) Se não tivéssemos minoria no Supremo Tribunal eu já teria encaminhado para o mesmo a questão do voto feminino. De modo que as circunstâncias em que estamos não vale a pena tentar, primeiro se v. não tiver o juiz e segundo a junta. Penso que precisa aguardar mesmo, tendo ambas, a entrada do novo presidente, porque o atual hostilizará sua manobra. (...) De modo que repito o meu conselho de sempre: prudência, prudência, mais vale nenhum precedente contrário do que uma porção deles e já temos alguns. A propósito disso quero lhe pedir um grande obséquio, o de escrever sem demora a Hermelinda Paes, na Bahia, solicitando que ela não (ilegível) a Junta da Bahia. Ela fez mais uma dessas iniciativas que lamento profundamente, e que partem de elementos femininos inteligentes mas que não se (ilegível) associam a outros e fazem por si, sem beneficiar da experiência alheia. Requereu sua inclusão no alistamento. Foi indeferido. Pronto mais um golpe desfechado por uma feminista contra o feminismo. Agora receio que ela vá a Junta e pronto novo precedente negativo, quiçá com recurso para o Supremo Tribunal, onde perderemos tudo. Vou escrever lhe delicadamente, mas peço que v. que tem mais relações com ela escreva também e faça ver estas ponderações. Conto com v. para impedir o recurso de ir à Junta.(...) Eu trabalho tanto nesta campanha e todos que poderiam ajudar só fazem dessas tolices. O que fazer? Li com muito interesse o que v. diz sobre movimento feminista aí. Se v. tiver bastante elemento faça o diretório, mas faça só se ele continuar a viver, para morrer pelo caminho não vale a pena. Talvez fazendo bem pequenino v. o consiga fazer viver. Terei muito prazer em ir até aí para a inauguração se as circunstâncias permitirem⁴¹³. As finanças da Federação não permitem auxílio e tenho tido despesas extraordinárias muito grandes este ano. Gostaria muito de ir de avião, mas acho um pouco difícil de arranjar⁴¹⁴. ”

⁴¹³ Segundo a documentação localizada Bertha Lutz não pode vir para a inauguração. No início de 1936, Maria Sabina de Albuquerque membro da diretoria da FBPF, visitou os núcleos feministas do Norte e do Nordeste, e esteve em Aracaju, tendo sido recebida por Maria Rita. Cf. SABINA, Maria. Expansão feminista no Norte” in: Mulher. Opinião Feminina Organizada. Boletim n.5. Rio de Janeiro, maio de 1936. p.3. CAIXA 06. AP46-FBPF. Pacotilha 1. Data Limite; 1934-1979.

⁴¹⁴ Carta datilografada, datada de 19 de setembro de 1930, localizada na CAIXA 43, AP46-FBPF, pacotilha: correspondência expedida pela FBPF – encadernada, referente ao período de 1929-1930.

Em 1931, foram identificadas três cartas de Bertha para Maria Rita. A primeira delas comentava sobre a organização do Congresso Feminista, ressaltava a necessidade de se manterem unidas na luta, apesar das divisões internas que começavam a surgir, mesmo no grupo da diretoria da Federação. Bertha propôs alguns temas que a advogada sergipana poderia analisar para apresentar no futuro evento, a ser realizado no Rio de Janeiro, em junho de 1931 :

“Acima de tudo estamos organizando um Congresso Feminista e esperamos que esse congresso traga v. até aqui, como representante do Estado de Sergipe e de nossas filiais. Pode mandar sugestões para o Congresso também. Agora está no momento de trabalhar, mas de trabalhar serenamente, sem se aliar a qualquer atitude de destruição. Essencialmente construtora deve ser a atuação da mulher. Surgem em nosso campo como em outros oportunistas que desejam tirar partido da Federação, Viribus Unitis, forças unidas, eis o lema da Federação. Contamos com o seu apoio integral e sua resistência às tentativas de fragmentação. Dentro dos moldes amplos da Federação há lugar para que todos desenvolvam a atividade e para que todas encontrem a oportunidade de brilhar. Forças unidas, então, eis a nossa profissão de fé. Escreva-me muito brevemente e mande nos sugestões e idéias, **faça a boa imprensa nossa aí**. Diga se v. quer tomar a si fazer um trabalho rápido e bom sobre os pontos do Código Civil que necessitam de alteração, ou qual o assunto que v. prefere. Minha idéia é de aprontar rapidamente alguma coisa. Sei que v. é capaz de trabalhar muito de um fôlego só. Guarde reserva sobre a nossa atuação, nesse particular. A parte de direitos políticos eu já fiz. O que carece, com urgência é reescrever direitinho e definitivamente o que há sobre mulheres no Juri. Sua indicação no Congresso, etc.⁴¹⁵”

Bertha enviou ainda mais duas cartas para Maria Rita antes do II Congresso Feminista. Em uma delas solicitou que a advogada sergipana criasse uma frase de impacto para o Congresso, como teria feito no ano anterior por ocasião da quinzena feminista, no Rio de Janeiro, no ano anterior.

Das três cartas remetidas por Maria Rita a Bertha, duas foram em maio e uma em outubro de 1931. Na primeira delas, a advogada sergipana exultava de alegria pela vitória que garantiu a sua nomeação para o Colégio Atheneu Pedro II em Sergipe, na cadeira de Literatura Brasileira. Ela fez questão de frisar que a participação do Interventor, o Major Augusto Maynard foi muito importante no desfecho do processo e que isto deveria ser evidenciado na imprensa carioca. A imprensa se colocava como meio ideal de divulgação de vitórias pessoais e de estratégia de criação de um consenso em torno das lutas/conquistas feministas.

Na outra carta enviada por Maria Rita a Bertha, no mês de maio de 1931, o tema central foi à indicação da representante de Sergipe no II Congresso Feminista. Cesartina Régis, primeira farmacêutica de Sergipe, de acordo com as explicações apresentadas na carta precisava ir para o Rio, então Maria Rita convenceu o Interventor a nomeá-la oficialmente para representar Sergipe. No entanto, a advogada sergipana conseguiu por outros meios participar também do evento. A participação

⁴¹⁵ Carta manuscrita enviada por Bertha Lutz a Maria Rita em 26 de fevereiro de 1931. Documento localizado na CAIXA 54, AP46-FBPF, pacotilha: expediente da FBPF. Data limite:1931. (Grifos nossos).

das sergipanas no referido evento foi divulgada pela imprensa sergipana e recebeu um número especial da Revista Renovação.

Maria Rita, em carta escrita em outubro de 1931, apresentava e recomendava a Profa. Penélope Magalhães dos Santos⁴¹⁶, professora de Inglês da Escola Normal, educada nos Estados Unidos e que foi incumbida pelo Interventor do Estado para conhecer a organização e metodologia dos jardins de infância do Rio de Janeiro e de São Paulo, para dirigir o Jardim de Infância construído como instituição modelo em Aracaju. Nesta mesma carta, Maria Rita reclamava o silêncio de Bertha Lutz. A carta foi respondida por Alice Pinheiro Coimbra, secretária da FBPF, informando que a Presidente estava doente.

A campanha pelo voto feminino foi muito longa e desgastante e a cada momento exigia um novo conjunto de estratégias e táticas para a sua efetivação. Em uma carta datada em 3 de setembro de 1931, enviada a Maria Rita Soares de Andrade e a outras representantes da FBPF, em Belém, Natal, Recife, Maceió, Goiás, Fortaleza e Salvador, estabelecia algumas redefinições em torno da luta pelo voto das mulheres, onde a imprensa ocupava mais uma vez, um lugar de destaque:

“Venho informar-lhe que a diretoria deliberou que a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino e suas filiais iniciassem uma campanha a favor do voto feminino. O momento é o mais oportuno e conveniente para nos congregarmos todas pugnando pelos nossos direitos políticos que a Constituição não nos negou. Como o projeto de lei eleitoral está em vésperas de ser publicado, deve haver uma manifestação sobre os nossos desejos a respeito. Assim, pois, desde que seja conhecido o projeto em apreço, não só da Federação, como de todas as nossas filiais deve partir a voz da mulher pleiteando seus direitos de cidadã. A propaganda eficiente em prol do voto feminino poderá ser feita pelos seguintes meios: 1^o) Entrevistas aos jornais do local; 2^o) artigos; 3^o) Palestras pelo rádio; 4^o) petições (com o maior número possível de assinaturas) para que seja dado o voto feminino nas condições que a Federação pleiteia. Muito breve lhe enviaremos outra carta; esta é apenas para pedirmos que a filial de Sergipe vá tomando as providências necessárias a fim de começar a campanha logo que a sra. receba da Federação uma carta ou telegrama a respeito.(...) Pedimos-lhe a fineza de preparar tudo com a maior urgência, pois dentro de poucos dias será preciso lançarmos o movimento em prol do voto feminino, cabendo a Federação dar o sinal. Esperamos de sua parte, bem como de todas as suas companheiras da filial de Sergipe, muito entusiasmo e atividade por essa campanha⁴¹⁷.”

Sem dúvida que todo este movimento e a intensa presença na imprensa, resultava em resistências, das mais tácitas àquelas mais explícitas, como artigos de repúdio, publicados por antifeministas e as charges presentes nos jornais e na Revista “O Malho”, onde a emancipação feminina e a campanha pelo voto eram tratadas de forma pitoresca e burlesca⁴¹⁸.

⁴¹⁶ Sobre Penélope Magalhães dos Santos, consultar entre outros: Nascimento, Ester (2003, p. 4).

⁴¹⁷ Carta enviada por Bertha Lutz a Maria Rita Soares de Andrade em 3 de setembro de 1931. Documento localizado na CAIXA 54, AP46-FBPF, pacotilha: expediente da FBPF. Data limite: 1931. (Grifos nossos)

⁴¹⁸ Sobre este aspecto consultar: Rachel Sohiet. Op.cit. 2000, pp.109.

Em 1932 e 1933, não foi localizada nenhuma comunicação entre elas. Mesmo a Revista Renovação também não foi editada neste ano. Mas o ano de 1934 foi significativo para o processo de alistamento eleitoral feminino, e para a consolidação da possibilidade da eleição de mulheres para as Assembléias Estaduais Constituintes em todo o país.

Maria Rita e Cesartina estavam empenhadas no processo de alistamento eleitoral no Estado de Sergipe, durante o primeiro semestre de 1934. Maria Rita solicitou afastamento das atividades docentes do Atheneu, para poder ter mais tempo para se dedicar a este processo. As duas cartas enviadas às lideranças feministas em agosto de 1934, tratavam das expectativas acerca da participação de Maria Rita na II Convenção Feminista que seria realizada em Salvador, no início do segundo semestre e do processo de indicação das lideranças sergipanas na eleição de outubro de 1934. Maria Rita parecia contar que ela e Cesartina seriam indicadas:

“Bertha, Maria Luiza e Carmen:

Meu abraço para Vocês todas, a Edith e Lili juntas.

Cezartina, que vai na frente, lhes dirá da nossa atribulação e do nosso atropê-lo aqui; nestes dias. Há varios dias não fazemos outra cousa sinão alistar eleitores; não temos tido tregua para nada. O nosso Mainard, que é um bom amigo, queria muito mandar uma de nós; resolvemos, porem ir as duas. Ele cedeu, mas a prorrogação veio nos atrapalhar o expediente; a luta politica é intensa aqui e ele está convencido de que nós lhe somos uteis. Precisamos, porem agir com a maxima habilidade. Ele pensa em nos dar uma cadeira na Constituinte Estadual. Mas e pouco, queremos disputar tambem a eleição federal. E, como, só nós duas mesmo poderemos faze-lo, e não nos fica bem a nossa indicação propria, uma de Vocês prepara à Convenção que lhe faça uma moção, pedindo para dar uma prova a mais de sua convicção feminista e do seu espirito de justiça, aproveitando-nos. Não esqueçam de salientar, na moção, que isto não será mais do que uma estricta justiça, dado os serviços a nossa lealdade e o eleitorado feminino perfazem a metade ou, mais do total inscrito. É preciso frisar isto, explicar que será desvirtuar o espirito da lei, que nos equipara os direitos pretender fazer uma chapa, quer federal ou estadual, só com elementos masculinos, uma vez que a mulher dará maior coeficiente no eleitorado. Com Cezartina, a quem vocês conhecem de nome, podem trabalhar francamente; encontrarão nela inteligencia, capacidade e muito boa-vontade. Ela lhes dirá as justas razões porque estamos com Mainard, não obstante as nossas relações de amizade mesmo, com os chefes dos partidos oposicionistas. Ele tem sido muito bom e muito justo conosco. Terça-feira, si Deus quizer, chegarei aí de avião. Então todas juntas trabalharemos ainda mais. Meu grande abraço da Maria Rita⁴¹⁹.

As relações de amizade entre Maria Rita e o Interventor Augusto Maynard pareciam estar consolidadas, desde sua nomeação para o Colégio Atheneu. As edições do mês de julho da Revista Renovação, em todos os anos em que circulou, eram em homenagem ao tenentismo em Sergipe. A foto do Interventor ocupava não apenas a capa, mas várias páginas no interior da publicação. As realizações da sua administração foram temas de diversas matérias. O empenho de Maria Rita e Cesartina, de acordo com a sua correspondência, seria recompensado, com a indicação de ambas para a eleição de outubro de 1934. Maria Rita acabou não indo participar do Congresso em Salvador:

⁴¹⁹ Carta de Maria Rita a Bertha Lutz, Carmen Portinho e Maria Luiza Bittencourt, datada de 26 de agosto de 1934. CAIXA 55, AP46-FBPF, pacotilha: expediente – FBPF; data limite: 1934 e sem data. Pasta: FBPF – 1934. (Grifos nossos)

Maria Luisa:

Infelizmente não me é possível viajar. O interventor apelou ontem para mim, dizendo que não pode dispensar os meus serviços. Ele está sem ter quem se entenda com o juiz da 2ª Zona Eleitoral porque os Drs. Alceu e Carvalho Netto que estão chefiando o alistamento são inimigos do Dr. João: e ele me acaba de confiar esse serviço. Em compensação, o comboio feminista está no pau. Cezartina já lhe deve ter dito do nosso trabalho. Ontem demos um furo formidável, fizemos mais de cinquenta eleitores e a oposição nenhum: o Maynard está radiante. Depende da cabala de Vocês o exito do nosso intente. A Helena, esposa do Interventor esta aí; façam-lhe uma visita, redijam uma moção pedindo-lhe para incluir o meu nome na chapa federal e o de Cezartina na Estadual; a moção deve ser aprovada na Convenção e não esquecer de encarecer o espirito de justiça do Interventor as suas demonstrações de feminista convicto e sallientar e coeficiente eleitoral feminino ser superior ao masculino. Si quizerem fazer Helena portadora da moção devem mandar na Quarta ou Quinta-feira, pois senão esta semana no Itapina. (...). Além da moção Você pode procurar o Dr. Ernesto Sá (...) e pedir-lhe em meu nome para telegrafar ao Interventor em nome no Instituto dos Advogados da Bahia. Louvando a indicação de Vocês e felicitando-o pela acolhida que certo lhe dará; ainda com o tenente João Costa, commandante da policia, pode conseguir um telegrama officaes do exercito aí, congratulando-se com o Interventor pela escolha de Vocês. Si fizerem isto, e si os jornaes reconhecerem o gesto do Interventor Feminista; penso que teremos a cantada ganha. Vocês bem podem calcular o meu desespero por não ir; mas, seria sacrificar o nosso desejo, desagradando ao Maynard, desatendê-lo. Não lhes posso mandar nenhum trabalho porque aqui saimos de cada às 7 ½ e voltamos as 9, dez da noite, almoçamos no Palacio da Justiça e jantamos com o Interventor. Delibrem, discutam e digam-me algumas cousas. Tenho promessa de uma viagem de avião ao Rio, breve. Então nos encontraremos. Um grande abraço da Maria Ritta ⁴²⁰.

Nenhuma das indicações previstas se realizou, Maria Rita e Cesartina romperam com Maynard e apoiaram a candidatura de Quintina Diniz, lançando manifesto e organizando ações de adesão em favor da sua eleição. O resultado deste processo já foi comentado anteriormente. Maria Rita foi demitida sumariamente do Atheneu e da Empresa de Tração Elétrica, logo após a divulgação dos deputados eleitos. O último número da Revista Renovação circulou em setembro de 1934.

A próxima carta de Maria Rita para Bertha Lutz relatava a situação de tensão vivenciada no início de 1935. Foi escrita logo depois da viagem de volta do Rio de Janeiro⁴²¹, tendo passado alguns dias em Salvador. Quintina⁴²² tinha sido eleita, mas a instabilidade exigia a presença das forças federais para garantir a ordem e a segurança da população:

⁴²⁰ Carta de Maria Rita a Maria Luiza, datada de 28 de agosto de 1934. CAIXA 55, AP46-FBPF, pacotilha: expediente – FBPF; data limite: 1934 e sem data. Pasta: FBPF – 1934. (Grifos nossos)

⁴²¹ No Rio de Janeiro, Maria Rita havia participado de um almoço em homenagem a Bertha Lutz, em 06 de março de 1935, juntamente com mais 40 mulheres. Cf. Mulher. Boletim da FBPF. Ano I, n.5. março de 1935. CAIXA 06, AP46-FBPF, pacotilha 1.data limite: 1934-1979.

⁴²² Sobre a eleição de Quintina Diniz, foi publicado um pequeno perfil de sua trajetória, em um texto intitulado “A mulher eleita”, sem autoria identificada, que indicava as principais características das mulheres eleitas no Brasil, no boletim da FBPF. Cf. Mulher. Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Ano I, n.3. dezembro de 1934. p.3. CAIXA 06, AP46-FBPF, pacotilha 1.data limite: 1934-1979.

“Bertha:

Tranquilidade

Passei oito dias na Bahia, mal cheguei aqui li a noticia de que dera entrada na Camara o pedido de licença. Entrou mesmo? A Commissão de Justiça deu o parecer? Que tal? Tenho os prognosticos mais optimistas. Penso que será negada. Mas, si assim não fôr, o que é uma hypothese quase absurda, peço-lhe que avise. Disponha dos meus serviços. Aracaju está em pé de guerra. Nos dias 18, 19 e 20 foi um verdadeiro panico; varias familias retiraram-se da cidade; há ameaças de toda sorte aos politicos opposicionistas. A policia está com um effectivo enorme. Com o adiamento pelo Tribunal ficou adiado o levante. Mas os governistas affirmaram que não permitirão que o Dr. Eronides se imposse. Si não for concedida a força Federal para garantir a reunião da Constituinte esta não se installará. Como vae seu Pae? Está melhor? Não mandei as mangas da americana por não haver encontrado, no momento. Não Há. Fiz a bôa com o seu troco. O porteiro trocou, fiz o proposito de dar a Nydia, estive com ella às dez horas quasi e não me lembrei. Você o receberá em breve. Não mando pelo correio porque é uma massada para Você ir receber. Diga-me o movimento d’ahi. Recommende-me na Federação. Adeus. Sempre sua amiga. Maria Ritta⁴²³.”

Dois anos mais tarde, a carta em tom de desabafo de Cesartina Régis esclareceu um pouco mais a situação que enfrentaram com o rompimento com o Interventor Augusto Maynard e como as esperanças depositadas em Quintina Diniz não deram os frutos esperados. Cesartina critica também a postura de Maria Rita e a falta de apoio dela nas atividades da Federação. A pretensão de se candidatar para o próximo pleito também não logrou êxito. Com o Estado Novo, as Assembléias foram suspensas. Cesartina fez questão de parabenizar Bertha Lutz que tinha assumido na Câmara Federal em 26 de julho de 1936:

⁴²³ Carta de Maria Rita a Bertha Lutz, datada de 23 de março de 1935. CAIXA 56, AP46-FBPF, pacotilha: expediente – FBPF; data limite: 1935.

Bertha, boa amiga:

Não sei si as suas muitas ocupações lhe darão tempo para ler estas linhas, mas lhe preciso dar uma explicação: quando ainda ahí, vii que as chuvas torrenciais impediram-se procurá-la, na véspera, porém da minha partida procurei falar-lhe e antes telefonei para saber onde encontrá-la atendida pelo Sr. Seu pae, nada consegui saber e deixei hora e logar da partida para tentar um possível portador para alguma noticia.

Creio que disse ser a minha viagem precipitada pelo estado de saúde de 2 de minhas irmãs; ao chegar aqui fiquei desolada ao vê-las tão abatidas e imediatamente meu marido providenciou a nossa ida para o interior levando-as.

Vindo elle aqui uma vez, encontrou correspondência da Federação para mim, vinda por intermedio de Maria Ritta. Era já muito tardia para fazer o que me pediam. Dei tudo a Maria Ritta com uma recommendação e, sem surpresa, ao chegar aqui, soube que ela não tinha tido tempo para escrever e que D. Maria Sabina tinha passado. Resolvi logo escrever-lhe tudo isto, mas arrumações de quem chega e o termino da minha licença, me atrapalharam um pouco pois fui reassumir as minhas funções de Inspectora de Pharmacias no Departamento de Saúde e o trabalho tem sido arduo; um anno de afastamento e quem me substituiu achou melhor ganhar o dinheiro e nada mais fazer a não ser acumular papeis sobre papeis sem informações nem despachos. Aqui, nada posso fazer por enquanto. Eu e Ritta apenas sendo que esta ultima diz ter muito o que fazer agora, não pode me ajudar e infelizmente em minha terra tudo é politica e quem não abandona todas as coisas para render homenagens ao governo, é extenuado de tentar qualquer coisa, só Ritta que é palaciana poderia apenas iniciar pois eu depois de ter apoiado a candidatura da mulher que estava na chapa do actual governo e tendo ido com Ritta levar-lhe os nossos postulados arranjei aborrecimentos com o ex- interventor, a malvada vae para assembléa, nada tratou e fez do que nos prometeu e declarou pelo jornal que seguia a orientação do seu chefe, etc. Eu que não tinha razões para romper com o Major Maynard que em todas as repartições tinha admittido mulheres e me indispuzera por causa della, também um passo a mais não dei em seu favor, uma vez que eu apoiara a mulher e não a politica; fiquei sabendo quem era e não procurei aproximações com nenhum dos lados; tenho no entanto um numero bem regular de eleitoras, feitas por mim na ocasião em que fui à Bahia e espero então poder agir quando se aproximarem as eleições.

Vou escrever a Goelotti para não esquecer de enviar-me o recibo da importancia com que deverei mensalmente contribuir para a Federação. Tomando uma assignatura da Mulher (jornal da FBPF) para mim ou de qualquer outro jornal que seja editado pela Federação, etc.

Ahí, está porque não lhe dei noticias logo que aqui cheguei, agora estou na Capital e poderei attendel-as pontualmente. Enquanto eu escrevo meu marido delicia-se com a leitura do seu discurso em inglez na reunião Pan-Americana – As noticias a Dra. Bertha Lutz ahí vão; agora uma abraço à illustre parlamentar a quem telegrapei logo que cheguei, para a Camara, mas nós as mulheres, sim, estamos de parabéns e somos nós que nos devemos abraçar.

Os cumprimentos respeitosos e calorosos de meu marido, de minhas irmãs e de meus amigos e um cordeal abraço de Cesartina Régis de Amorim⁴²⁴.

Não foi localizada a resposta de Bertha Lutz à correspondência de Cesartina. A última carta de Bertha para Maria Rita foi de setembro de 1937, nesta carta ela solicitou o empenho da advogada sergipana para a criação de associações femininas profissionais, como uma estratégia de manutenção da luta feminista, no Estado Novo:

⁴²⁴ Carta de Cesartina Régis para Bertha Lutz, em 01 de agosto de 1936. CAIXA 56, AP46-FBPF, pacotilha: expediente da FBPF – data limite: 1936. (Grifos nossos)

Presada amiga Maria Ritta,

Recebi suas duas cartas que agradeço. Já soube de seu exito na Bahia, não só pela Maria Luisa, mas também pelo deputado Palmeira de São Paulo. Disse-me que você tinha muita facilidade de exposição. Aqui esta se trabalhando um pouco, o nosso atraso em relação a candidatura foi todo elle devido ao Luzardo que não queria começar os trabalhos enquanto não estivesse installada a sede, o que agora está feito. Vamos tratar de installar o directorio feminino central. Você fica desde já convidada e espero resposta favoravel, para ser nossa delegada em Sergipe. Tenho estudado muito o caso das eleições classistas. Sempre achei que era um dos modos faciendi que a mulher deveria adoptar. Há annos estou batendo na mesma tecla com vocês todas, a de formarem associações de classe pelos estados. Ainda continuo achando essa providencia indispensavel. Funde antes de mais nada uma União Profissional Feminina nos moldes da nossa, uma União das Funcionarias Publicas e as outras associações femininas classistas que puder. Não deixe de fundar tampouco a filial sergipana da Federação e da Liga Eleitoral Independente. Você com o valor que tem e com uma mulher disposta como Cezartina esta com meio caminho andado. Espero que ate fins de outubro você tenha tudo isto feito. Si vocês querem pleitear eleições para as profissionaes liberaes acho egualmente necessario que saia pelo Norte afora e pelos outros estados também fundando a União Profissional Feminina. A maior difficuldade pelas profissões liberaes é o facto de ser o deputado advogado, o ex-ministro do trabalho. Precisamos muito de associações. Estude isto. Você sabe que eu sempre só tenho um intuito: o progresso da mulher e do movimento. Apresentarei esta semana o projeto do Estatuto da Mulher. Você pode imaginar como me faz falta uma bancada activa e capaz, os homens por muito favor assinam sem ler. (...) Vou pedir que mandem os Estatutos para você e sua actividade espero ver brotar estas associaçõesinhas todas em Sergipe, e depois disso, alhures, mas associações de verdade Maria Ritta, não de tapeação. Um grande abraço da amiga grata pelos gentis prestimos. Bertha Lutz⁴²⁵

Bertha Lutz parecia incansável na luta pela ampliação da ocupação feminina nos espaços públicos, a cada período novas estratégias e táticas deveriam ser mobilizadas, e Maria Rita mesmo diante dos reveses sofridos não deixava de tentar encaminhar as propostas desenvolvidas.

Maria Rita e as homenagens recebidas

Maria Rita recebeu diversas homenagens do Centro Sergipano⁴²⁶, que funcionava no Rio de Janeiro. A primeira delas foi em maio de 1931, quando foi solenemente recebida na referida associação pelo poeta Passos Cabral.

Foi a primeira mulher sergipana a ser condecorada com a Ordem do Mérito Serigy⁴²⁷, na gestão do Prefeito Cleovansóstenes Pereira de Aguiar, em março de 1974.

⁴²⁵ Carta de Bertha Lutz a Maria Rita em 19 de setembro de 1937. CAIXA 57, AP46-FBPF, pacotilha: expediente FBPF. Data limite: 1937.

⁴²⁶ O Centro Sergipano foi fundado no dia 16 de novembro de 1918. Foi organizado no Rio de Janeiro, para ser a “casa de Sergipe no Rio de Janeiro”. Funcionava a partir da contribuição dos sócios sergipanos, possuía sede e biblioteca. Em diversos números da Revista Renovação foi possível perceber o registro do envio dos exemplares do citado periódico para o Centro. Era uma associação que promovia debates e conferência além de reuniões sociais entre os sergipanos. Algumas datas eram comemoradas pelos sócios de forma solene como o dia da emancipação política do Estado, em outubro. A diretoria era eleita para o mandato de dois anos. O Centro funciona até hoje na Praça Mahatma Gandhi, 2. Sala 601. Edf. Odeon. Cinelândia.

⁴²⁷ A Medalha da Ordem do Mérito Serigy foi instituída pelo Prefeito Cleovansóstenes Pereira de Aguiar e expressa o reconhecimento do governo municipal às pessoas que, em seus mais diversos campos de atuação, enriqueceram a história da capital e contribuíram para o progresso de seus habitantes. Esta condecoração é inspirada nas ordens medievais da cavalaria e admite elevação de graus. Cf. Jornal da Cidade. Aracaju, 23 de março de 2002. Caderno E, p.7.

Em abril de 1974, recebeu a primeira homenagem no Rio de Janeiro, por ocasião da sua aposentadoria, como Juíza Federal da 4ª Vara da Justiça Federal e Diretora do Foro de Justiça Federal de Primeira Instância. Nesta solenidade, entre discursos de colegas e autoridades jurídicas foi inaugurada uma placa com o seu nome, fixada na sala onde atuou por muitos anos. Este evento foi noticiado não apenas nos jornais cariocas, mas também em Aracaju⁴²⁸.

Vinte anos depois, em 1994, a família de Maria Rita organizou no Rio de Janeiro, uma missa comemorativa aos seus noventa anos. Nesta ocasião, um pequeno folheto com dados biográficos, versos diversos e um salmo foi entregue aos participantes.

Mulheres sergipanas no espaço público: difícil de lembrar, impossível de esquecer.

Em entrevista recente, publicada no Jornal da Cidade, intitulada “Mulher Pioneira”, a professora e historiadora Maria Thetis Nunes afirmou:

Era garota naquela época, mas no que lembro-me Dona Quintina era uma pessoa muito discreta, uma senhora culta, até por conta das circunstâncias nas quais foi criada. Era realmente muito discreta e passou quase que despercebida pelo cargo. Sabia-se que havia uma mulher porque ela sempre estava presente nas ocasiões. Na verdade a primeira mulher que se projetou em Sergipe foi a médica Itala Silva Ribeiro (sic), mais ou menos em 1915. Itala foi a primeira médica sergipana. Era extremamente feminista e lutava a favor do voto feminino. Além dela temos a advogada Maria Rita Soares, sergipana que foi morar lá no Rio de Janeiro e lá se tornou a primeira juíza federal do Brasil⁴²⁹.

As afirmações da historiadora reforçam a identificação das sergipanas estudadas como pioneiras em diferentes campos, como já foi comentado anteriormente. Ao ser identificada como pioneira, a historiadora citou suas antecessoras.

Mas que preço pagaram Quintina, Itala e Maria Rita ao se tornarem “mulheres públicas”? Por que as representações construídas em torno das suas trajetórias são tão marcadas pela diversidade?

A professora Maria das Graças Azevedo Melo ressaltou no seu depoimento:

Eu acho uma injustiça muito grande! Injustiça! Mas geralmente, Dona Quintina, foi por causa dos laços de família, como tinha o colégio, para a juventude naquela época... e aparecia... Maria Rita ao contrário, só faziam denegrir! Ela foi uma pioneira na advocacia... naquele tempo não havia mulher, não fazia isso.... (...) não tinha clima! A mulher fazer alguma coisa em Sergipe? Quando fazia era condenada! Está se

⁴²⁸ Cf. Justiça faz homenagem à Juíza Maria Rita. Diário de Aracaju. 9 de abril de 1974. Ano VII, n.3.311, p.5. E Jornal do Brasil, 06 de abril de 1974.

⁴²⁹ Mulher Pioneira. Entrevista Maria Thétis Nunes. Jornal da Cidade. Aracaju, 23 de março de 2003. Caderno Saúde + Educação. p.7.

salientando e tal... A dra. Itala, esquecida! Não tinha lugar! Não tinha lugar em Sergipe para a mulher, naquela época⁴³⁰!

Hoje, condecoradas, homenageadas, lembradas como personagens da história local, por suas atitudes no espaço público. No passado, sua presença constante e o envolvimento ativo em questões polêmicas acabaram fazendo com que, algumas sergipanas ficassem “sem lugar”.

Quintina, na maioria das vezes, foi lembrada com enaltecimento, veneração e consagração. Mesmo quando questionada sobre sua contribuição efetiva na Assembléia, parece que ela respondeu ao que era esperado. O fato de ter sido pioneiramente eleita deputada, não apresentava uma ruptura na tradição familiar, com outros membros ocupando cargos relevantes na administração municipal e estadual. Neste caso, era uma Diniz de Oliveira Ribeiro quem assumia o mandato. Solteira e abnegada dedicou sua vida ao magistério formando várias gerações, no Colégio Sant’Anna e na Escola Normal.

Itala atuou em causas filantrópicas e humanitárias, como a criação do Asilo Rio Branco e a Liga Sergipense contra o Analfabetismo. Como professora se preocupava com a formação cívica e cultural de suas alunas. Na imprensa, entre discursos e artigos, polemizou com autoridades reconhecidas. Na medicina, se preocupou com a questão da educação sexual. A ruptura com a sociedade sergipana e com alguns laços familiares com a mudança para Salvador e depois para o Rio de Janeiro marcaram a sua trajetória.

Maria Rita andava pelos cafés, espaços predominantemente masculinos, em Aracaju, nas décadas de 1920 e 1930. Discutia publicamente nas “rodas de intelectuais” formadas no centro da cidade. Foi a primeira advogada provisionada, e a primeira professora livre-docente no Atheneu. Organizou e editou a Revista Renovação, que raramente é citada nos estudos sobre a imprensa sergipana, considerada uma publicação “flor de laranja”⁴³¹. Seu envolvimento com o feminismo repercutiu para além do seu próprio tempo, como se pode perceber através dos trechos desta crônica de Ariosvaldo Figueiredo (1961), intitulada “Líder feminista”:

⁴³⁰ Entrevista realizada com a Profa. Maria das Graças Azevedo. Aracaju, janeiro de 2002.

⁴³¹ Mario Cabral (1955, p. 295) em uma crônica sobre a imprensa sergipana comentou acerca da Revista Renovação: “Depois, Renovação, de Maria Rita, viveu por algum tempo. Era mundana e literária. Publicava retratos, notícias de noivados e de casamentos, notícias de aniversários. Enchia a vaidade da província. E as suas colunas vinham repletas de poesias, contos e crônicas de uma literatura tipo ‘flôr de laranja’ (...) Renovação foi a última tentativa nêsse sentido”. Para Jorge Carvalho do Nascimento e Itamar Freitas (2002, p. 181): “... figurava sob a coordenação de Maria Rita Soares a Revista Renovação. O periódico circulou entre 1931 e 1934, veiculando trabalhos sobre a mulher, além de literatura e questões jurídicas. A crônica social, tal como é entendida atualmente, no sentido de verificar e difundir os hábitos do homem civilizado, bisbilhotar os costumes, querer saber mais sobre o outro e suas intimidades, padrões de decoro, moralidade e regras de comportamento coletivo, teve na Revista Renovação, uma das contribuições das mais importantes.”

A advogada, entrada nos anos, deitou falação nos jornais. Líder feminista e, por isso mesmo, talvez pouco feminina, lançou sua catilinária contra os homens e as leis desta nossa caluniada República. Reformemos o quanto antes – disse – a nossa legislação, pois as mulheres precisam ter mais direitos. (...) Sabe muito bem, a ilustre advogada, aparente inimiga dos homens, que seu feminismo teórico é um mero passatempo sem sentido. E sabe porque, por experiência ou intuição compreende e sente, como tôdas, que a mulher odeia tanto um direito quando se sente feliz no cumprimento do dever; não tolera comandar quando experimenta a ventura de ser comandada; não pensa em leis, quando é compreendida e vive, sorridente, a compreender; não troca o supremo prazer de ser dominada pela simples vaidade de ser dominadora. Ora. Ilustre líder feminista, em vez de tanto barulho, por que você não enche de amor seu vazio e queixoso coração?” (FIGUEIREDO, 1961, p. 51-52)

Sobre Maria Rita Soares de Andrade, pesaram os estereótipos contra as feministas. Estes prescreviam, entre outras características, que as mulheres ao ousar exigir direitos e reclamar respeito eram “mal-amadas e pouco dotadas de beleza”.

Atuar no espaço público neste período, em Sergipe era muito complexo. A maioria das sergipanas estava acomodada aos papéis tradicionais de esposa e mãe, restritas ao ambiente doméstico. Subverter as fronteiras entre os limites do público e do privado causava suspeição, como indicou Perrot (1998):

... existem muitos meios, diretos ou não, de ser uma mulher pública, com a condição de dar a essa expressão certa extensão. Ser reconhecida como tal revela-se mais difícil e sempre suspeito. Certos limites se deslocam mais do que outros. Certas zonas resistem mais do que outras. Ao longo dessas fronteiras móveis, as relações entre os homens e as mulheres modificam-se, como as figuras de um interminável balé (PERROT, 1998, p.11).

Como foi abordado anteriormente, os discursos sobre elas presentes nos documentos e nos depoimentos confirmam a perspectiva apontada por Pollak (1992) da construção coletiva da memória e de seu papel na constituição da identidade:

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (...) A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros. Vale dizer que memória e identidade podem perfeitamente ser negociadas, e não são fenômenos que devam ser compreendidos como essências de uma pessoa ou de um grupo. (POLLAK 1992, p. 204).

A maneira como cada uma delas foi lembrada, pelos familiares, parentes, colegas de profissão e as marcas que deixaram em cada uma das instituições em que atuaram se relacionam com estes

“critérios de aceitabilidade, admissibilidade e credibilidade”, definidos de forma coletiva a cada geração.

A pluralidade das atividades que desenvolveram permitiram, em alguns momentos, aproximações mais incisivas aos processos de rupturas e de tensões em que estiveram envolvidas. Mesmo com todos os mecanismos de produção do esquecimento e do apagamento de suas trajetórias e contribuições para a sociedade sergipana, comentados anteriormente, os indícios mostraram que suas marcas ainda podem ser conhecidas.

ALGUMAS ANOTAÇÕES FINAIS

A opção pelo estudo dos percursos escolares e das trajetórias de inserção no exercício profissional e em outras atividades no espaço público de três sergipanas, nas primeiras décadas do século XX, permitiu-nos identificar táticas e estratégias mobilizadas, bem como as dificuldades encontradas por terem sido pioneiras em campos preferencialmente ocupados por homens.

A abordagem biográfica, mesmo diante da impossibilidade de entrevistar Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro, Itala Silva de Oliveira e Maria Rita Soares de Andrade, nos estimulou a buscar fontes diversas, como: documentos institucionais, cartas, artigos de jornais e revistas, teses, fotografias, depoimentos orais, entre outras. Respeitando a especificidade de cada uma das fontes identificadas procuramos estabelecer a complementaridade possível para a compreensão do contexto no qual estiveram inseridas e as relações que estabeleceram.

O trabalho com cartas e textos jornalísticos, que supostamente díspares, deveriam possuir elementos específicos de esfera privada e pública respectivamente, apresentou-se muito instigante. As cartas trocadas entre militantes feministas possuíam contornos próprios, onde os limites entre o privado e o público encontravam-se entretecidos. Assim como os textos localizados em revistas e jornais ao se constituírem em espaço privilegiado para denúncias e acusações também expressaram muito dos seus autores e autoras. A análise destes documentos favoreceu o entendimento das relações de interdependência entre as sergipanas pesquisadas e o movimento das mulheres em outros centros urbanos.

O referencial teórico-metodológico definido a partir das contribuições, principalmente, de Carlo Ginzburg, Pierre Bourdieu, Michel de Certeau, Norbert Elias, Hannah Arendt, Michelle Perrot e Michael Pollak, foi muito significativo, na medida em que nos possibilitou estabelecer relações entre os indícios localizados; identificar os diferentes tipos de capital e o papel das instituições escolares na reprodução social; compreender a mobilização de táticas e estratégias; perceber as configurações e as redes de sociabilidade; analisar a ação das mulheres no espaço público e os processos políticos da memória na produção da lembrança e do esquecimento.

Os estudos realizados recentemente na área da História das Mulheres e da História da Educação do Brasil e de Sergipe, e de outros Estados (como São Paulo, Rio de Janeiro e Piauí) utilizados neste

trabalho foram muito importantes, para a compreensão dos vínculos entre o nacional e o local, no processo de ampliação da escolaridade feminina e da inserção das mulheres no espaço público.

As opções teórico-metodológicas favorecerem a construção de uma “rede interpretativa” para a análise das trajetórias de Quintina, Itala e Maria Rita e a configuração das primeiras décadas do século XX. Os documentos identificados ao longo da pesquisa, com origens e fins diversos, permitiram uma re-leitura mais significativa dos registros usualmente utilizados nas pesquisas de História da Educação, como aqueles produzidos pelas autoridades do poder executivo, legislativo e judiciário, as estatísticas e os relatórios produzidos por professores, inspetores de ensino e diretores da instrução pública.

Retomando os percursos escolares das três sergipanas constatamos que elas foram privilegiadas na escolarização que receberam e conquistaram uma certa visibilidade nas instituições escolares que freqüentaram. Quintina recebeu uma formação adequada aos ideais de “moça prendada” e soube mobilizar seus conhecimentos e habilidades para o exercício do magistério. Itala e Maria Rita estudaram após o primário no Atheneu e em instituições superiores na Bahia, de freqüência majoritariamente masculina, tendo enfrentado maiores preconceitos e barreiras para o ingresso nas profissões escolhidas.

Quintina dedicou sua vida ao magistério no Colégio Sant’Anna e na Escola Normal. Foi eleita primeira deputada estadual constituinte, em 1934. Oriunda de uma família privilegiada social e economicamente, muitos de seus parentes ocuparam cargos relevantes na administração pública sergipana.

Professora, colaboradora na imprensa, médica empenhada na luta pela emancipação feminina, através da educação e do exercício profissional, a trajetória de Itala se aproximou muito da experiência de vida da advogada Maria Rita. Oriundas de famílias menos favorecidas em termos de capital econômico, ambas deixaram Sergipe para a formação nos cursos superiores em Salvador, e depois foram para o Rio de Janeiro em busca de realização profissional.

O magistério foi um outro ponto de convergência nos percursos de vida das três sergipanas. Maria Rita foi a primeira livre-docente no Atheneu e apesar de aprovada em concurso precisou recorrer à Justiça para garantir o seu direito, por mais de uma vez. Itala atuou como professora particular, professora da Liga Sergipense contra o Analfabetismo e também na Escola Normal. Quintina Diniz desde muito jovem foi responsável pela direção de um colégio renomado para a formação das jovens da elite sergipana e foi nomeada professora catedrática da Escola Normal. O exercício do magistério, profissão socialmente aceita e valorizada no período, parece ter tido significados diferentes para cada

uma delas. Para Maria Rita e Itala, o magistério serviu como “um degrau para vôos mais altos” e para Quintina, cuja família esteve envolvida no empreendimento do Colégio Sant’Anna e na ocupação de cargos relevantes na administração pública, era uma das poucas possibilidades de realização pessoal, fora do ambiente doméstico.

A imprensa possibilitou também uma certa visibilidade pública, de modo diferenciado, para elas. Quintina presente na grande imprensa e na imprensa cultural-literária de forma mais passiva. O noticiário sobre o Colégio Sant’Anna e suas festividades, a campanha em torno da sua eleição, a posse e algumas entrevistas como deputada foram alguns momentos significativos em que ela apareceu. Maria Rita e Itala atuaram de forma ativa em jornais e revistas locais e de outros Estados. Mobilizaram suas qualidades literárias e jornalísticas produzindo artigos, crônicas e manifestos na defesa de seus ideais. Registraram denúncias e perseguições sofridas por elas e por outras pessoas. Itala e Maria Rita souberam fazer “a boa imprensa” em favor delas e das pessoas que elas valorizavam.

Defenderam o casamento e a maternidade responsável, mas nenhuma das três se casou e nem tiveram filhos. A legislação do início do século XX, principalmente a partir do Código Civil de 1916, impedia qualquer possibilidade de autonomia das mulheres casadas. Maria Rita, em um dos editoriais da Revista Renovação, chegou a afirmar que era celibatária em legítima defesa.

O envolvimento com as reivindicações feministas do período aconteceu de forma diferente para cada uma. De acordo com Itala, apenas as mulheres instruídas poderiam ocupar cargos relevantes na administração pública, elas deveriam ter acesso a uma escolarização mais ampliada para exercerem direitos políticos e civis. Maria Rita desde estudante, em Salvador, se engajou na União Universitária Feminina, chegando a fundar um núcleo desta associação em Aracaju. Alguns anos mais tarde, integrou-se também à Federação Brasileira pelo Progresso Feminino atuando de forma marcante na imprensa em defesa dos direitos das mulheres. Quintina teve sua candidatura à Assembléia Legislativa lançada pelas lideranças feministas no Estado, mas não priorizou no seu mandato a luta pela emancipação feminina.

Apesar da campanha empreendida em torno do nome de Quintina, por Maria Rita e Cesartina Régis, sua eleição parecer ter se fundamentado na perspectiva dos interesses familiares e do Partido Social Democrático. Em diversos registros, Quintina aparecia como o “modelo de mulher”, a “veneranda professora” que conservava os padrões morais e a dedicação incondicional ao magistério. Provavelmente sua origem social e econômica lhe impôs rígidos limites. Seu campo de atuação no espaço público estava vinculado ao fato de ser “uma Diniz de Oliveira Ribeiro”.

Ao analisarmos a Revista Renovação, mantida e editada por Maria Rita, percebemos como as questões sociais e culturais foram marcadas pelas tentativas de ruptura e continuidade engendradas no início da década de 1930. No tocante à educação feminina, a luta por maior participação política e social, a ampliação da escolaridade e garantia de profissionalização das mulheres ainda foi construída a partir dos papéis tradicionalmente impostos: de esposa, mãe e dona de casa.

Itala e Maria Rita não foram recebidas em alguns dos espaços de consagração dos intelectuais sergipanos entretanto deixaram marcas profundas pelo que escreveram e pelas condutas que tiveram. O estudo dos textos produzidos por elas e a análise dos depoimentos coletados sobre elas indicam que estas sergipanas também foram mulheres marcadas pelo seu tempo, pelas teorias e tendências, contradições e percepções do início do século XX. Todavia, ampliaram fronteiras através da imprensa e da forma como atuaram nos espaços que conquistaram.

Os resultados deste estudo não podem ser generalizados. Mas as reflexões produzidas poderão servir para outros estudos que pretendam conhecer a inserção das mulheres nos diferentes campos da vida pública e privada, nas primeiras décadas do século XX, em Sergipe. Penso que a análise do processo de escolarização e o registro das experiências profissionais de Quintina, Itala e Maria Rita possam estimular novas pesquisas e o debate nas áreas da História da Educação, e da História das Mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Samuel; OLIVA, Terezinha A de. Uma vida de rosas (I e II). Aracaju: **Jornal da Cidade**, Caderno 3. Cidades. 13 a 14 de março de 2001.

ALBUQUERQUE, Samuel Medeiros. Maria Lassius, uma preceptora alemã em Sergipe (1861-1879). **Cadernos UFS – História da Educação**. vol. 5. São Cristóvão: Editora da Universidade Federal de Sergipe, 2003. pp.67-78.

ALMEIDA, Jane Soares de. Imagens de mulher: imprensa educacional e feminina nas primeiras décadas do século. In: **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, v.79. n.191., jan./abr., 1998. pp.31-41.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

ALMEIDA, Stela Borges. **Negativos em vidro**. Coleção de Imagens do Colégio Antônio Vieira, 1920-1930. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, 2002.

ANDRADE, Helvécio. **Curso de Pedagogia**. Lições práticas elementares de Psicologia, Pedagogia, Metodologia e Higiene Escolar, professadas na Escola Normal de Aracaju pelo ex-lente de Pedagogia e atual de Ciências Físicas e Naturais da mesma Escola. Aracaju: 1913.

ANDRADE, Helvécio. **O lar e a escola**. Aracaju: Casa Ávila, janeiro de 1931.

ANDRADE, Helvécio. **A Escola e a nacionalidade**. Aracaju: emp.typ. d'O Luctador, abril de 1931.

ANDRADE, Helvécio. **Plano de Organização do ensino em Sergipe apresentado à Associação Brasileira de Educação**. Aracaju; Casa Ávila, 1935.

ANDRADE, Maria Rita Soares de. **A mulher na literatura**. Aracaju: Casa Ávila editora, 1929. (These de concurso apresentada ao Atheneu Pedro II para concorrer à livre docência da cadeira de Literatura)

ANDRADE, Maria Rita Soares. Apresentando. **Renovação**. Aracaju: Ano I, n.1. janeiro de 1931.p.1.

ANDRADE, Maria Rita Soares de. **O crime da Rua de Campos**. Defeza prévia, alegações finais e razões de recurso. Rio de Janeiro: Editora do Jornal do Brasil, 1958.

ANDRADE, Maria Rita Soares de. Autopsia na direcção do Atheneu Pedro II. In: **Jornal “A Ordem”**. Aracaju, 19 de novembro de 1930. Ano I. n.1. p.3.

- ANDRADE, Maria Rita Soares de. Ainda a Autopsia na direcção do Atheneu Pedro II – Covardia. In: **Jornal “A Ordem”**. Aracaju, 21 de novembro de 1930. n.3. p.3 e 4.
- ANDRADE, Maria Rita Soares de. Ainda a Autopsia na direcção do Atheneu Pedro II – A solidariedade dos professores. In: **Jornal “A Ordem”**. Aracaju, 22 de novembro de 1930. n.4. p.3.
- ANDRADE, Maria Rita Soares de. Ainda a Autopsia na direcção do Atheneu Pedro II – A carta do prof. Franco Freire. In: **Jornal “A Ordem”**. Aracaju, 24 de novembro de 1930. n.5. p.3 e 6.
- ANDRADE, Maria Rita Soares de. Ser advogado. In: **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro, Julho de 1958.
- ARAÚJO, Acrísio Torres. **Literatura Sergipana**. 2.ed. Brasília: 1976.
- ARAUJO, José Carlos Souza; GATTI JÚNIOR, Décio (orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira**. Instituições escolares e educação na imprensa. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: Editora da Universidade Federal de Uberlândia, 2002.
- ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Editora, 1995.
- AZEVEDO, Francisco Alberto de Bragança. **Discurso pronunciado pelo Dr. Francisco Alberto de Bragança Azevedo ao ensejo da instalação do Ginásio Possidônia Bragança, no dia 9 de março de 1958**. Laranjeiras, 1958.
- BARROS, Armando Martins de. A educação como cartão postal. In: **Anais do Seminário Pedagogia da Imagem, Imagem da Pedagogia**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 1995. pp.151-161.
- BARROS, Armando Martins de. Práticas discursivas ao olhar: sociabilidade e educação na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. In: **Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação. História e memória da educação brasileira**. Natal: Sociedade Brasileira de História da Educação, UFRN, 2002, (cd-rom).
- BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (orgs.). **Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2002.
- BATTAGIOLA, Françoise; BERTAUX-WIAME, Isabelle; FERRAND, Michele; IMBERT, Françoise. **Dire sa vie entre travail et famille**. La construction sociale des trajectoires. Paris: CSU, 1991.
- BECKER, Howard S. Biografie et mosaïque scientifique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. n. 62/63, p. 105-110, Paris: Éditions de Minuit, juin, 1986.
- BERNARDES, Maria Thereza Caiuby Crescenti. **Mulheres de Ontem?** Rio de Janeiro – Século XIX. São Paulo: T. A . Queiroz, 1988.

BESSE, Susan. **Modernizando a desigualdade**. Reestruturação da ideologia de gênero no Brasil 1914-1940. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BITTENCOURT, Liberato. **Homens do Brasil**. Em todos os ramos da atividade e do saber de 1500 a nossos dias. Vol. I Sergipe. Rio de Janeiro: Typ. Mascote, 1917.

BORGES, Vavy Pacheco. **Anos Trinta e Políticas**: História e Historiografia. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998. p.159-182.

BORGES, Vavy Pacheco. O historiador e seu personagem: algumas reflexões em torno da biografia. In: **Revista Horizontes**. v. 19. Bragança Paulista: jan/dez, 2001. pp.01-10.

BOURDIEU, Pierre. Ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. pp.183-200.

BOURDIEU, Pierre. Reprodução cultural e reprodução social. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1974. pp.295-336.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Introdução, organização e seleção Sérgio Miceli. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Seleção, organização, introdução e notas Maria Alice Nogueira e Afrânio Catani. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. Sistemas de ensino e sistemas de pensamento. In: BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BOURDIEU, Pierre. Algumas propriedades dos campos. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. São Paulo: Marco Zero, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. O capital social – notas provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (orgs.) **Pierre Bourdieu – Escritos de Educação**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998. pp. 65-70.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (orgs.) **Pierre Bourdieu – Escritos de Educação**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998. pp. 71-79.

BRANCO, Pedro Vilarinho Castelo. **Mulheres plurais**: a condição feminina em Teresina na Primeira República. Teresina: F.C..M.C., 1996.

BRIOSCHI, Lucila Reis; TRIGO, Maria Helena Bueno. Relatos de vida em ciências sociais: considerações metodológicas. In: **Ciência e Cultura**. São Paulo: 39 (7), 1987. p.631-637.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**. Revista Quadrimestral da Fundação Carlos Chagas. n. 110. São Paulo: 2000. pp.67-104.

BUITONI, Dulcília Schroeder. **Imprensa feminina**. São Paulo: Ática, 1986.

CABRAL, João Passos. **Ilha Selvagem**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1940. Prefaciado por Murilo Araújo.

CABRAL, João Passos. **Poesias Completas**. Rio de Janeiro: Editora Cátedra; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1981.

CABRAL, João Passos. **Espelho interior**. Aracaju: Casa Ávila, 1932.

CABRAL, Mário. **Passos Cabral, o poeta**. Mimeografado. (1/09/1981).

CABRAL, Mário. **Roteiro de Aracaju**. Aracaju: Livraria Regina Ltda, 1955.

CALAZANS, José. O ensino público em Aracaju 1830-1871. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**. N.20. V. XV. Aracaju; Livraria Regina, 1949/1951. pp.96-120.

CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza. Formação do corpo docente e valores na sociedade brasileira: a feminização da profissão. In: CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; SILVA, Vera Lucia Gaspar da (orgs.) **Feminização do magistério: vestígios do passado que marcam o presente**. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. pp. 13-37.

CATANI, Denice Bárbara. **Educadores à meia luz: um estudo sobre a Revista de Ensino da Associação Beneficente do Professorado Público de São Paulo (1902-1918)**. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (orgs.). **Educação em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 1997.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. vol. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.) **História Social da Infância no Brasil**. 3 ed. rev.ampl. São Paulo: Cortez; Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 1997. pp.291-310.

CARDOSO, Brício. Poetizas Sergipanas. In: **Diário da Manhã**, 5 de fevereiro de 1916. Ano VI. n.1.420. p.1.col.1, 2 e 3.

CARDOSO, Brício. Poetizas e Litteratas Sergipanas. In: **Diário da Manhã**, 25 de março de 1916. Ano VI. n.1.460. p.1.col.4 e 5, p.2. col.1, 2 e 3.

CARDOSO, Brício. Cartas trocadas. In: **Diário da Manhã**, 21 de maio de 1916. Ano VI. n.1.520. p.1. col.3 e 4.

COELHO, Lyrio. O ocaso da Liga. In: **Correio de Aracaju**. Aracaju, 12 de janeiro de 1924.

COELHO, Nelly Novaes. **Dicionário Crítico das Escritoras Brasileiras**. São Paulo: Escrituras, 2002.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.) **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. pp.151-204.

DANTAS, José Ibarê Costa. **O tenentismo em Sergipe**. 2. Ed. Aracaju: Gráfica J. Andrade Editora, 1999.

DANTAS, José Ibarê Costa. **Revolução de 1930 em Sergipe**. Dos tenentes aos coronéis. São Paulo: Cortez. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1983.

DANTAS, José Ibarê Costa. **Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

DAVIS, Natalie Zemon. **Nas margens**: três mulheres do século XVII. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

DE LUCA, Leonora. **A mensageira**: uma revista de mulheres escritoras na modernização brasileira. Campinas: IFCH/UNICAMP, 1999. (Dissertação de Mestrado).

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. O coronelismo e a educação na Primeira República. In: **Educação & Sociedade**. Revista Quadrimestral de Ciência da Educação. Ano X. n.34. Campinas: CEDES; Cortez, dezembro de 1989. pp. 44-74.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; ANTUNES, Fátima Ferreira. Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina. In: CAMPOS, Maria Christina Siqueira de Souza; SILVA, Vera Lucia Gaspar da (orgs.) **Feminização do magistério**: vestígios do passado que marcam o presente. Bragança Paulista: EDUSF, 2002. pp. 69-93.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Relatos Oraís: nova leitura de velhas questões educacionais. Caxambu: **Texto apresentado no XVII Encontro Anual da ANPOCS**, 1993.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Algumas reflexões sobre a pesquisa histórico-sociológica tendo como objeto a educação da população brasileira. In: SAVIANI, Dermeval; LOMBARDI, José Claudinei; SANFELICE, José Luís (orgs.). **História e história da educação**. Campinas: Autores Associados: HISTEDBR, 1998. pp.65-78.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri.; TENCA, A; TENCA, S. **Velhos mestres das Novas Escolas: um estudo das memórias dos professores da Primeira República**. São Paulo: INEP/Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1985. Relatório de Pesquisa.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Histórias de vida na abordagem dos problemas educacionais. In: VON SIMSON, Olga M. (org.). **Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil)**. São Paulo: Vértice, 1988.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri; LANG, Alice Beatriz da S. G. **Educando para o trabalho: família e escola como agências educadoras**. São Paulo: Loyola, 1985.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Revisitando a História da Educação através do uso de imagens. In: **Anais do Seminário Pedagogia da Imagem, Imagem da Pedagogia**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 1995.pp.120-148.

DEMARTINI, Zeila de Brito Fabri. Nova leitura de velhas questões educacionais. In: DINIZ, Eli et al (orgs.). **O Brasil no rastro da crise**. São Paulo: ANPOCS/IPEA/HUCITEC, 1994. pp. 271-288.

DIAS, Márcia Hilsdorg. O Diário de São Paulo como fonte. In: VIDAL, Diana Gonçalves; SOUZA, Maria Cecília Cortez Christiano (orgs.). **A memória e a sombra – a Escola Brasileira entre o Império e a República**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. pp.21-32.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ELIAS, Norbert. **Mozart a sociologia de um gênio**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 1994.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.

ELIAS, Norbert. **Envolvimento e alienação**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994

FARIA FILHO, Luciano Mendes; SOUZA, Laurena Cristina Belo de. O jornal como fonte para a História da Educação: um estudo sobre jornais mineiros do século XIX. **Comunicação apresentada no II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. São Paulo: Faculdade de Educação da USP, fevereiro de 1998.

FERRO, Maria do Amparo Borges. **Educação e Sociedade no Brasil Republicano**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1996.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **História Política de Sergipe**. 2º. vol. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1989.

FIGUEIREDO, Ariosvaldo. **A vida é que conta**. Aracaju: Livraria Regina, 1961.

FONTES, Carmelita. Maria Rita Soares. In: **Caderno de Cultura do Estudante**. Ano V. n.5. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1988. p.178-180.

FONTES, Carmelita Pinto. A educadora Zizinha Guimarães. In: **Caderno de Cultura do Estudante**. Ano II, n.2. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1985. pp.17-18.

FRANCO, Emmanuel. Professora Zizinha Guimarães. Fruto de um contexto sócio-cultural. In: **Caderno de Cultura do Estudante**. Ano II, n.2. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1985. pp.14-16.

FREIRE, Felisbelo. O Collegio Inglês. In: **Jornal O Laranjeirense**. Laranjeiras, 03 de dezembro de 1887, p.03.

FREIRE, Franco. Carta à direcção. In: **Jornal “A Ordem”**. Aracaju, 22 de novembro de 1930. n.4. p.7.

FREIRE, Franco. A mulher do piolho. In: **Jornal “A Ordem”**. Aracaju, 25 de novembro de 1930. n.6. p.2.

FREIRE, Ofenísia Soares. Homenagem a Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro. In: **Revista da Academia Sergipana de Letras**. N.28. Aracaju: Unigrafica; Empresa Gráfica Universitária, setembro de 1981. pp. 265-274

FREIRE, Ofenísia Soares. Etelvina Amália de Siqueira. Pioneira das intelectuais sergipanas. In: **Caderno de Cultura do Estudante**. Ano V. n.5, Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, 1988. pp. 29-41.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **“Vestidas de azul e branco”**: um estudo sobre as representações de ex-normalistas acerca da formação profissional e do ingresso no magistério.(1920-1950). Campinas: Faculdade de Educação da UNICAMP, 1995. (Dissertação de Mestrado)

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Pesquisando a educação feminina em Sergipe na passagem do século XIX para o século XX. In: **Revista do Mestrado em Educação**. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, volume 4, jan. a jun. de 2002a. pp.45-65.

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Mulheres sergipanas e a imprensa: primeiras aproximações. In: **Revista de Aracaju**. Ano LIX, n.9. Prefeitura Municipal de Aracaju. Aracaju: FUNCAJU, 2002b.pp.157-168.

FREITAS, Itamar. **A “casa de Sergipe”**: historiografia e identidade na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1913-1929). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. (Dissertação de Mestrado).

FREITAS, Itamar. **A Escrita da História na “Casa de Sergipe” – 1913-1999**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2002.

- FREITAS, Marcos Cezar de. Por quem os sinos dobram? As cartas pastorais e a contribuição da história da educação à história das mentalidades. In: BASTOS, Maria Helena Câmara; CUNHA, Maria Teresa Santos; MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio (orgs.). **Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar**. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2002. pp. 57-73.
- GALLY, Christianne de Menezes. A transmissão da cultura no Atheneu Sergipense: o prof. Brício Cardoso e seu Tratado de Língua Vernácula. In: **ANAIS do II Congresso Brasileiro de História da Educação. História e Memória da Educação Brasileira**. Natal: Editora NAC/UFRN, SBHE, novembro, 2002. pp.183-185.
- GARDEY, Delphine. Dossier Histories de pionnières. Introduction. **Travail, Genre et sociétés**. n.4. Revue semestrielle publiée avec le concours du CNL et du CNRS. Paris: L'Harmattan, octobre 2000. pp.29-31.
- GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pp. 143-179.
- GONDRA, José Gonçalves. **Artes de Civilizar**. Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial. São Paulo: Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação, março, 2000. (Tese de Doutorado)
- GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da; SOUZA, Josefa Eliana; SANTOS, Betizabel Vilar de Jesus. **Na cartilha do barnabé – A educação pública municipal no Governo de Conrado de Araújo (1959-1963)**. Aracaju: Prefeitura Municipal de Aracaju/Secretaria Municipal de Educação, 1996.
- GRAÇA, Tereza Cristina Cerqueira da; SOUZA, Josefa Eliana. **Catálogo das Escolas Municipais de Aracaju**. Aracaju: SERCORE, 2000.
- GUARANÁ, Armindo. **Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano**. Rio de Janeiro: (Governo do Estado de Sergipe), 1925.
- HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. **Tempos de escola: fontes para a presença feminina na Educação, São Paulo – século XIX**. Centro de Memória da Educação/FEUSP. São Paulo: Plêiade, 1999.
- HILSDORF, Maria Lúcia Spedo. Os anjos vão ao colégio: Rangel Pestana e a educação Feminina. In: **Revista da Biblioteca Mário de Andrade**. v. 53. São Paulo: jan/dez, 1995. pp.47-56.
- HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- HORTA, José Silvério Baía. A Constituinte de 1934: comentários. In: FÁVERO, Osmar (org.). **A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988)**. Campinas: Autores Associados, 1996.

KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée. et. al. **O sexo do trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

KOFES, Suely. **Uma trajetória em narrativas**. Campinas: Mercado de Letras, 2001.

LACERDA, Lilian Maria de. 2000. Lendo vidas: a memória como escritura autobiográfica. MINGOT, Ana Chrystina Venancio; BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Tesresa Santos (orgs.) **Refúgios do eu**: educação, história, escrita autobiográfica. Florianópolis: Editora Mulheres. pp. 81-108.

LEJEUNE, Philippe. Diários de garotas francesas no século XX: constituição e transgressão de um gênero literário. 1997. In: **CADERNOS PAGU**, (8/9). Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero - PAGU/UNICAMP. pp. 99-114.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Outra face do feminismo**: Maria Lacerda de Moura. São Paulo: Editora Ática, 1984.

LE GOFF, Jacques. Memória. **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1984.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & Abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. pp.167-182.

LIMA, Laís Amaral Vieira. **A participação feminina na Imprensa Abolicionista em Aracaju (1881-1885)**: Etelvina Amália de Siqueira. São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe, 1998. (Monografia de conclusão de curso de bacharelado em História)

LIMA, Jackson da Silva. **Os estudos filosóficos em Sergipe**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 1995.

LIMA, José Augusto da Rocha. Traços Biográficos de D. Quintina Diniz. **Correio de Aracaju**. Ano XLVIII, Aracaju, 1º de janeiro de 1954. p.3 col.4-6.

LIMONGI, Fernando Papaterra. Marxismo, nacionalismo e cultura. Caio Prado Jr. e a Revista Brasiliense. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. n.5. vol.2. São Paulo: outubro de 1987.

LOBO, Lúcia Lahmeyer; BRANDÃO, Ana Maria de Lima; LISSOVSKY, Maurício. A fotografia como fonte histórica: a experiência do Cpdoc. In: **Revista Acervo**, v.2. n 1. Rio de Janeiro: jan-jun. pp. 39-52, 1987.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **História da Educação**. Rio de Janeiro: DPA, 2001.

LOPES, Antônio de Pádua Carvalho. Imagens do masculino e do feminino: co-educação e profissão docente no Piauí (1874-1910) In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.) **Pesquisa em História da Educação**: perspectivas de análise, objetos e fontes. Belo Horizonte: HG Edições, 1999. pp. 95-110.

- LOPES, Silvana Fernandes. **A formação feminina na sociedade brasileira do século XIX: um exame dos “modelos” veiculados pela literatura de ficção**. Campinas, FE/UNICAMP, 1997 (Dissertação de Mestrado)
- LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: PRIORE, Mary Del (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- MALUF, Marina. **Ruídos da memória**. São Paulo: Siciliano, 1995.
- MARQUES, Núbia do Nascimento. Discurso proferido pela escritora por ocasião de sua posse na Academia Sergipana de Letras, em 17 de março de 1978. In: **Revista da Academia Sergipana de Letras**, n.28. Aracaju: SEGRASE, 1981. pp. 33-44.
- MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em Revista**. Imprensa e práticas culturais em Tempos de República. São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP; Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- MARUANI, Margaret; HIRATA, Helena. (orgs.) **As novas fronteiras da desigualdade**. Homens e Mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora Senac 2003.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venancio; BASTOS, Maria Helena Camara; CUNHA, Maria Teresa Santos (orgs.). **Refúgios do eu: educação, história, escrita autobiográfica**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2000.
- MIGNOT, Ana Chrystina Venâncio. **Baú de memórias, bastidores de histórias: o legado pioneiro de Armanda Álvaro Alberto**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2002.
- MIGUEL, Maria Lucia Cerutti. A fotografia como documento: uma instigação à leitura. In: **Revista Acervo**. V.6. n.1-2. Rio de Janeiro: jan/dez, 1993. pp.121-144.
- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; ALVES, Júlia Favilene (orgs.) **Escolas profissionais públicas do Estado de São Paulo: Uma história em Imagens (álbum fotográfico)**. São Paulo: Centro Paula Souza, 2002.
- MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1999.
- MORAIS, Maria Arisnete Câmara (org.) **A mulher em nove versões**. Natal: Editora da EDUFRN, 2001.
- MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Maria Renotte**. Uma médica paulista no início do século. Médicis: cultura, ciência e saúde. Ano 2, n.7.. São Paulo: nov/dez, 2000.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. Inês Sabino. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (org.) **Escritoras brasileiras do século XIX**. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. pp.591-615.

MUZART, Zahidé Lupinacci (org.) **Escritoras brasileiras do século XIX**. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Boris. Et al. **O Brasil Republicano**. Volume 2: sociedades e instituições (1889-1930). 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997 pp.261-291.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP& A, 2001.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas C. do. Penépole Magalhães, memórias de uma professora. In: **Jornal CINFORM**. Aracaju, 31/03 a 06 de abril de 2003. Caderno de Cultura e Variedades. p.4.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. O viajante Abdias. In: **Jornal CINFORM**. Aracaju, 23 a 29 de setembro de 2002. Caderno de Cultura e Variedades. p.9.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Visões da Modernidade: pedagogos sergipanos em São Paulo. In: **Informe UFS**. São Cristóvão, 04 de setembro de 2002. p.2.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. A Pedagogia Moderna em Sergipe. In: **Jornal CINFORM**. Aracaju, 01 de julho de 2002. Caderno de Cultura e Variedades. p.10.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. Discurso de posse discurso de posse na cadeira 34, da Academia Sergipana de Letras, no dia 13 de julho de 2000. In: NASCIMENTO, Jorge Carvalho do; BARRETO, Luiz Antonio. **Cultura: discursos acadêmicos**. Aracaju: Sociedade Editorial de Sergipe, 2000.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do; Freitas, Itamar. A revista em Sergipe. In: **Revista de Aracaju**. Ano LIX. N. 9. Aracaju: Prefeitura Municipal de Aracaju. FUNCAJU, 2002. pp. 169-187.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do; NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do; FREITAS, Anamaria G. B. de. Os caminhos do Colégio Inglês na educação feminina. In: **Jornal CINFORM**. Edição 1011. Caderno de Cultura & Variedades. Aracaju: 26/08 a 01 de setembro de 2002. p.4.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. A professora e o médico. In: **Gazeta de Sergipe**, Aracaju, 13 de julho de 2002. p.A6.

NOVAES, Maria Eliana. **Professora Primária – mestra ou tia**. São Paulo: Cortez, 1984.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe; Universidade Federal de Sergipe, 1984.

NUNES, Maria Thetis. **Ensino Secundário e Sociedade Brasileira**. 2 ed. rev. e amp. São Cristovão, SE: Editora da UFS, 1999.

OLIVEIRA, Itala Silva de. Liga Brasileira contra o analphabetismo. **Diário da Manhã**, Ano VI, n.1.451, Aracaju, 15 de março de 1916, p.2. colunas 1 e 2.

OLIVEIRA, Itala Silva de. Contra o Analphabetismo. **Diário da Manhã**, Ano VI, n.1472. Aracaju, 8 de abril de 1916, p.1. colunas 4 e 5

OLIVEIRA, Itala Silva de. Datas Nacionaes In: **Diário da Manhã**, 11 de maio de 1916. Ano VI, n.1.495. p.1. col.3 e 4.

OLIVEIRA, Itala Silva de. Pelo Feminismo I . **Diário da Manhã**, 27 de maio de 1916. Ano VI, n. 1.507. Aracaju, p. 2. Coluna 1 e 2. Seção: Collaboração.

OLIVEIRA, Itala Silva de. Pelo Feminismo II, no **Diário da Manhã**, 30 de maio de 1916. Ano VI, n. 1.509. Aracaju, p. 2. Coluna 1. Seção: Collaboração.

OLIVEIRA, Itala Silva de. Revista Feminina. In: **Diário da Manhã**, 23 de junho de 1916. Ano VI, n.1.529. p.1. col.4 e 5 e p.2. col.1.

OLIVEIRA, Itala Silva de. Revista Feminina. In: **Revista Feminina**. Ano III, n.27. São Paulo: agosto de 1916.

OLIVEIRA, Itala Silva de. Pela Instrução. In: **Diário da Manhã**, 14 de setembro de 1916. Ano VI, n.1.591. p.2. col.3 e 4.

OLIVEIRA, Itala Silva de. O Analphabetismo. In: **Revista Feminina**. Ano III, n.28. São Paulo: setembro de 1916.

OLIVEIRA, Itala Silva de. Liga Sergipense contra o Anaphabetismo. In: **Diário da Manhã**, 22 de outubro de 1916. Ano VI, n.1.623. p.2. col. 2, 3 e 4.

OLIVEIRA, Itala Silva de. Liga Sergipense contra o Anaphabetismo - Acta. In: **Diário da Manhã**, 05 de novembro de 1916. Ano VI, n.1.632. p.3. col.1 e 2.

OLIVEIRA, Itala Silva de. Nos domínios da Instrução. In: **Diário da Manhã**, 07 de novembro de 1916. Ano VI, n.1.633. p.2. col.3.

OLIVEIRA, Itala Silva de. Nos domínios da Instrução II. In: **Diário da Manhã**, 09 de novembro de 1916. Ano VI, n.1.635. p.2. col.4 e 5.

OLIVEIRA, Itala Silva de. Nos domínios da Instrução III. In: **Diário da Manhã**, 11 de novembro de 1916. Ano VI, n.1.637. p.2. col.4 e 5.

OLIVEIRA, Itala Silva de. Nos domínios da Instrução IV. In: **Diário da Manhã**, 14 de novembro de 1916. Ano VI, n.1.639. p.2. col.4 e 5.

OLIVEIRA, Itala Silva de. Nos domínios da Instrução V. In: **Diário da Manhã**, 17 de novembro de 1916. Ano VI, n.1.641. p.2. col.3 e 4.

OLIVEIRA, Itala Silva de. Nos domínios da Instrução VI. In: **Diário da Manhã**, 18 de novembro de 1916. Ano VI, n.1.642. p.2. col.3 e 4.

OLIVEIRA, Itala Silva de. Nos domínios da Instrução VII. In: **Diário da Manhã**, 19 de novembro de 1916. Ano VI, n.1.643. p.2. col.3 e 4.

OLIVEIRA, Itala Silva de. Nos domínios da Instrução VIII. In: **Diário da Manhã**, 22 de novembro de 1916. Ano VI, n.1.646. p.2. col.3, 4 e 5. p.3. col.1.

OLIVEIRA, Itala Silva de. Nos domínios da Instrução IX. In: **Diário da Manhã**, 25 de novembro de 1916. Ano VI, n.1.648. p.2. col. 2, 3 e 4.

OLIVEIRA, Itala Silva de. Nos domínios da Instrução X. In: **Diário da Manhã**, 26 de novembro de 1916. Ano VI, n.1.649. p.2. col. 4 e 5.

OLIVEIRA, Itala Silva de. Nos domínios da Instrução XI. In: **Diário da Manhã**, 08 de dezembro de 1916. Ano VI, n.1.659. p.2. col. 5. e p.3. col.1.

OLIVEIRA, Itala Silva de. Nos domínios da Instrução XII In: **Diário da Manhã**, 17 de dezembro de 1916. Ano VI, n.1.666. p.2. col. 4 e 5.

OLIVEIRA, Itala Silva de. Bertha de Suttner. In: **Almanack de Sergipe para 1927**. Anno I, n.1 Aracaju: editora Gráfica Guttemberg, 1927. pp. 67-71.

OLIVEIRA, Itala Silva de. **Da sexualidade e da educação sexual**. Salvador: Faculdade de Medicina da Bahia, 1927. (Tese de Doutorado em Ciências Médico-Cirúrgicas).

OLIVEIRA, Philadelpho. **História de Laranjeiras**. 2. ed. Aracaju: Subsecretaria de Cultura do Estado de Sergipe, 1981. (Coleção João Ribeiro).

OLIVEIRA, Ricardo Santa Rita. **Educação, Maternidade e Progresso**. Uma análise sobre a educação das mulheres entre 1870-1910. Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, IFCH/UNICAMP, 1995. (Dissertação de Mestrado).

PAIXÃO, Sylvia Perlingeiro. Narcisa Amália. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (org.) **Escritoras brasileiras do século XIX**. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.pp.534-552.

- PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. A imprensa periódica como uma empresa educativa no século XIX. In: **Cadernos de Pesquisa**. n.104. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, julho de 1998. pp.144-16.
- PENA, Maria Valério J. **Mulheres e trabalhadoras**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.
- PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva**. São Paulo: T. A. Queiroz, Editor, 1991.
- PERROT, Michelle. Práticas de memória feminina In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: v.9, n.18, ago/set, 1989. pp. 9-18.
- PERROT, Michelle. **Mulheres públicas**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- PINA, Maria Lígia Madureira. **A mulher na História**. Aracaju: s.n.t., 1994.
- PINA, Maria Lígia Madureira. Quintina Diniz de Oliveira Ribeiro: uma grande mulher sergipana. In: **Caderno de Cultura do Estudante**. Ano VII – n.7. Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 1990. pp.21-26.
- PINA, Maria Lígia Madureira. Maria Rita Soares – Um exemplo de vida. In: **Academia Sergipana de Letras**. O soldalício. Aracaju: J. Andrade, 1999. pp. 185-188.
- POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Vol. 5, n. 10. Rio de Janeiro, 1992. pp. 200-212.
- POLLAK, Michael. Memória Esquecimento e Silêncio. In: **Estudos Históricos**. Vol. 2, n. 03. Rio de Janeiro, 1989. pp. 3-15.
- PORTINHO, Carmem. **Por toda minha vida**: depoimento a Geraldo Edson de Andrade. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999.
- PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- PRIORE, Mary Del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2. ed. São Paulo: Contexto; Editora São Francisco, 1998. pp.217-235.
- PRIORE, Mary Del. Histórias das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cear de (org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. 2 ed. São Paulo: Contexto; Editora São Francisco, 1998. pp.217-235.
- RAGO, Elisabeth Juliska. A ruptura do mundo masculino da medicina: médicas brasileiras no século XIX. In: **Cadernos Pagu** (15). Campinas: UNICAMP, 2000.pp.199-225.

RAGO, Luzia Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del. (org.). **História das mulheres no Brasil.** 2.ed. São Paulo: Editora Contexto, 1997. pp. 578-606.

RAGO, Margareth. Adeus ao feminismo? Feminismo e (Pós) Modernidade no Brasil. In: **Cadernos AEL.** N.3/4. Campinas: UNICAMP/IFCH, Arquivo Edgard Leuenroth, 1995/1996. pp.11-43.

RAGO, Margareth. **Entre a história e a liberdade:** Luce Fabri e o anarquismo contemporâneo. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

REIS, Ângela. **Cinira Polônio, a divete carioca:** estudo da imagem pública e do trabalho de uma atriz no teatro brasileiro da virada do século XIX. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

REIS, Maria Cândida Delgado. **Tessituras de Destinos:** mulher e educação. São Paulo: EDUC, 1993.

REMÉDIOS, Maria José. Ana de Castro Osório e a Construção da Grande Aliança entre os povos: dois manuais da autoria da escritora portuguesa adoptados no Brasil. In: **ANAIS do I Congresso Brasileiro de História da Educação. Educação no Brasil: História e Historiografia.** Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de História da Educação; Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, 6 a 9 de novembro de 2000. [cd-rom].

REVISTA DA BIBLIOTECA MARIO DE ANDRADE. Imagens de Mulher. São Paulo: jan/dez, 1995.

REVISTA RENOVACÃO. (n.1 – n.40) Aracaju: Casa Ávila Editora, 1931-1934.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. **A educação feminina durante o século XIX:** o Colégio Florence em Campinas, 1863-1889. Campinas: Área de Publicações Centro de Memória/UNICAMP, 1996.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. **História da Educação Brasileira.** 4 ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1982.

ROCHA, Heloisa Helena Pimenta. Práticas discursivas ao olhar: a fotografia no Instituto de Higiene em São Paulo. In: **Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação. História e memória da educação brasileira.** Natal: Sociedade Brasileira de História da Educação, UFRN, 2002, (cd-rom).

ROCHA, Maria Isabel Baltar da (org.) **Trabalho e Gênero.** Mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG. São Paulo: Ed.34, 2000.

SABINO, D. Ignez. **Mulheres Ilustres do Brazil.** Florianópolis: Editora das Mulheres, 1996. (edição fac-similiar).

- SANTOS, Maria Nely. **Professora Thétis: uma vida**. Aracaju: Gráfica Pontual, 1999.
- SANTOS, Maria Nely. **A sociedade libertadora “Cabana do Pai Thomaz”**. Francisco José Alves. Uma história de vida e outras histórias. Aracaju: Gráfica J. Andrade, 1997.
- SCHUMACHER, Shuma; BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário mulheres do Brasil**. De 1500 até a atualidade. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Editor, 2000.
- SERGIPE. 100 Anos de História Constitucional. Aracaju: Assembléia Constituinte do Estado, 1992.
- SERGIPE. ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Projecto da Constituição do Estado de Sergipe. Aracaju: Imprensa Oficial, 1935. p.13.
- SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. **Mulher em tempo novo: mudanças tecnológicas nas relações de trabalho**. Campinas: UNICAMP/FE, 1995. (Tese de Livre-Docência).
- SEGNINI, Liliana R. P. **Mulheres no trabalho bancário: difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- SEGNINI, Liliana R. P. Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente. **Revista São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, 2000. pp.72-82.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- SILVA, Clodomir de Souza e. Uma Bella Comédia I. In: **Diário da Manhã**. Aracaju, 21 de maio de 1916. Ano VI, n.1.502. Seção Livre. p.2, col.5 e p.3, col.1 e 2.
- SILVA, Clodomir de Souza e. Uma Bella Comédia II. In: **Diário da Manhã**. Aracaju, 23 de maio de 1916. Ano VI, n.1.503. Seção Livre. p.2, col.5.
- SILVA, Clodomir de Souza e. Uma Bella Comédia III. In: **Diário da Manhã**. Aracaju, 24 de maio de 1916. Ano VI, n.1.504. Seção Livre. p.3, col.1.
- SILVA, Clodomir de Souza e. Uma Bella Comédia IV. In: **Diário da Manhã**. Aracaju, 25 de maio de 1916. Ano VI, n.1.505. Seção Livre. p.2, col.5.
- SILVA, Clodomir de Souza e. Uma Bella Comédia V. In: **Diário da Manhã**. Aracaju, 26 de maio de 1916. Ano VI, n.1.506. Seção Livre. p.2, col.5.
- SILVA, Clodomir de Souza. **Álbum de Sergipe 1820-1920**. São Paulo: Seção de Obras do Estado de São Paulo, 1920.
- SILVA, José Calazans Brandão da. **Aracaju e outros temas sergipanos**. Aracaju: Governo de Sergipe, Secretaria de Estado da Educação e Cultura; Fundação Estadual de Cultura (FUNDESC), 1992.

SIQUEIRA, Elizabeth Angélica Santos et.al. **Um discurso feminino possível: pioneiras da Imprensa em Pernambuco (1830-1910)**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1995.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Fundação Getúlio Vargas, 1996. pp.231-269.

SOARES, William Eduardo Nogueira. Discurso proferido pelo Acadêmico ao ser empossado como membro titular na Academia Sergipana de Medicina. In: **Academia Sergipana de Medicina. Discursos**. Cerimônia de Posse. Aracaju, setembro, 1998.

SOHIET, Rachel. **Bertha Lutz e a ascensão social da mulher, 1919-1937**. Rio de Janeiro: IFCH/UFF, 1974. (Dissertação de Mestrado).

SOIHET, Rachel. Mulheres em busca de novos espaços e relações de gênero. In: **Acervo**, Revista do Arquivo Nacional. V.9, n.1-2 (jan./dez., 1996) Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1997. pp. 99-124.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista. In: **Revista Brasileira de Educação**. N.15. Rio de Janeiro: ANPED, set/out/nov/dez, 2000. pp. 97-117.

SOHIET, Rachel. Sutileza, ironia e zombaria. Instrumentos no descrédito das lutas das mulheres pela emancipação. In: Saúde, Sexo e Educação. Revista do Instituto Brasileiro de Medicina de Reabilitação. Ano X, n.25. Rio de Janeiro: O Instituto, 1994.

SOUZA, Cristiane Vítório de. A “República das Letras” em Sergipe (1889-1930). In: **Revista de Aracaju**. Ano LIX, n.9. Prefeitura Municipal de Aracaju. Aracaju: FUNCAJU, 2002. pp.189-208.

SOUZA, Josefa Eliana. **Em busca da construção do “homem novo”**: Helvécio de Andrade e a Educação em Sergipe. Aracaju: s.n.t. 2002. (Projeto de Pesquisa)

SOUZA-LOBO, Elizabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

SOUZA, Maria Christina S. de. **A formação dos professores no Brasil: do Império à Primeira República**. IN: Cadernos CERU. N.3 série II. São Paulo: CERU/USP, 1991. pp. 89-112.

SOUZA, Rosa Fátima de. Espaço da educação e da civilização: origens dos Grupos Escolares no Brasil. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa e ALMEIDA, Jane Soares de. **O legado educacional do século XIX**. Araraquara: UNESP – Faculdade de Ciências e Letras, 1998. pp. 19-62.

SOUZA, Terezinha Oliva de. **Impasses do Federalismo Brasileiro** (Sergipe e a Revolta de Fausto Cardoso). Rio de Janeiro: Paz e Terra; Universidade Federal de Sergipe, 1985.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 1997. pp. 401-442.

- TRIGO, Maria Helena Bueno. **Os paulistas de quatrocentos anos: ser e parecer**. São Paulo: Annablume, 2001.
- UHLE, Agueda Bernadete Bittencourt. Orosimbo Maia: cultura e política no final do século XIX. **Revista Pro-posições**, vol.9. n.1 (25) Campinas: FE/UNICAMP, 1998.
- UHLE, Agueda Bernadete B. . Anotações sobre a utilização de fontes orais e biografias na pesquisa em educação. **Revista Educação**. Porto Alegre, v.19, n.30, p.17-38, 1996.
- UHLE, Agueda Bernadete Bittencourt. Reflexões sobre a filosofia e a cozinha. In: **CADERNOS CEDES**, n.42. Campinas: CEDES, 1997. p. 75-92.
- VASCONCELLOS, Eliane. Carta missiva. In: **Arquivo & Administração**. Associação dos Arquivistas Brasileiros. Ano I, v.1, n.1. Rio de Janeiro: jan/jun, 1998. pp.7-13.
- VASCONCELLOS, Eliane. Rita Joana de Sousa. In: MUZART, Zahidé Lupinacci (org.). **Escritoras brasileiras do século XIX**. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. pp.45-49.
- VIANA, Maria José Motta. **Do sótão à vitrine: memórias de mulheres**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1995.
- VILAR, Betisabel; SOUZA, Josefa Eliana. **Godofredo Diniz: das trilhas do silêncio**. Aracaju: Prefeitura Municipal de Aracaju, 1998.
- VILAS-BÔAS, Ester Fraga. **Origens da educação protestante em Sergipe (1884-1913)**. São Cristovão: Universidade Federal de Sergipe, 2000. (Dissertação de Mestrado).
- VILLELA, Heloisa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta T.; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (orgs.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. pp. 95-134.
- VILLELA, Heloisa de O S. Práticas discursivas ao olhar: aprendendo a ensinar através de imagens na Escola Normal do século XIX. In: **Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação. História e memória da educação brasileira**. Natal: Sociedade Brasileira de História da Educação, UFRN, 2002, (cd-rom).
- XAVIER, Maria Elizabete; RIBEIRO, Maria Luisa; NORONHA, Olinda Maria. **História da Educação: a escola no Brasil**. São Paulo: FTD, 1994.

DEPOIMENTOS

Ana Leonor Fontes, em Aracaju, 29 de março de 2002.

Áurea Zamor de Melo. Entrevista concedida em 20 de março de 2002, em Aracaju.

Cássio Augusto Souza e Silva. Salvador, 06 de setembro de 2002.

Claudemira Saturnino dos Santos, em Aracaju, 1992.

Eulina Lina de Araújo Fontes, em Aracaju, 1992.

Leyda Régis, em Aracaju, 1992.

Maria da Graça Soares de Andrade Caldas, filha de Fausto Soares. Rio de Janeiro, em 22 de maio de 2001.

Normélia Melo. Aracaju, 20 de março de 2002.

Ofensia Freire, em Aracaju, 1992.

Sonia Salmeron. Paris, 25 de outubro de 2002. (depoimento por carta)

MENSAGENS PRESIDENCIAIS E GOVERNAMENTAIS

SERGIPE. Mensagem do Presidente Monsenhor Olímpio Campos. 1900.

SERGIPE. Mensagem do Presidente Josino de Menezes. 1903.

SERGIPE. Mensagem do Presidente Josino de Menezes. 1904.

SERGIPE. Mensagem do Presidente José Rodrigues da Costa Dória. 1910.

SERGIPE. Mensagem do Presidente José Rodrigues da Costa Dória. 1911.

SERGIPE. Mensagem do Presidente José Siqueira de Menezes. 1913.

SERGIPE. Mensagem do Presidente General Manoel P. de Oliveira Valladão. 1915.

SERGIPE. Mensagem do Presidente General Manoel P. de Oliveira Valladão. 1916.

SERGIPE. Mensagem do Presidente Coronel Joaquim Pereira Lobo. 1920.

SERGIPE. Mensagem do Presidente Coronel Joaquim Pereira Lobo. 1921.

SERGIPE. Mensagem do Presidente Coronel Joaquim Pereira Lobo. 1922.

SERGIPE. Mensagem do Presidente Maurício Graccho Cardoso, 1925.

SERGIPE. Mensagem do Presidente Coronel Manoel Corrêa Dantas. 1927.

SERGIPE. Mensagem do Governador Eronides Ferreira de Carvalho. 1935.

SERGIPE. Mensagem do Governador Eronides Ferreira de Carvalho. 1936.

DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

Livro de Atas da Congregação da Escola Normal, 1923-1975. Aracaju.

Livro de Correspondências Expedidas do Colégio Atheneu Pedro II. Aracaju.

Livro de Correspondências Expedidas do Colégio Atheneu Sergipense (1916-1922). Aracaju.

Livro de Registros de Títulos do Atheneu Sergipense. Aracaju.

Ata do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Sessão de 06 de outubro de 1927. In: Livro de Actas do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1917-1931). p.176. Aracaju.

Ata da Sessão de 19 de outubro de 1927. In: Livro de Actas do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1917-1931). p.176. Aracaju.

Ata da Sessão de 06 de setembro de 1928. In: Revista Trimestral do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Ano XI e XII. Aracaju: IHGS, 1926-1928. p.120-121.

DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS – ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 31 de março de 1935, encerrado no dia 19 de outubro de 1936. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.1.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 31 de março de 1935, encerrado no dia 19 de outubro de 1936. pp.1-4. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.1.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 31 de março de 1935, encerrado no dia 19 de outubro de 1936. pp.4-5. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.1.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 31 de março de 1935, encerrado no dia 19 de outubro de 1936. pp.6-8. Ata de 04 de abril de 1935. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.1.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 21 de outubro de 1936, encerrado no dia 7 de maio de 1947. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.2.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 31 de março de 1935, encerrado no dia 19 de outubro de 1936. pp.15-16. Ata de 22 de abril de 1935. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.1.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 31 de março de 1935, encerrado no dia 19 de outubro de 1936. Ata de 10 de julho de 1935. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.1.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 31 de março de 1935, encerrado no dia 19 de outubro de 1936. pp.66-65 Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.1.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE Projecto da Constituição do Estado de Sergipe. Aracaju: Imprensa Oficial, 1935. p.13.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 31 de março de 1935, encerrado no dia 19 de outubro de 1936. Ata da sessão de 22 de julho de 1935. pp.67. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.1.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 31 de março de 1935, encerrado no dia 19 de outubro de 1936. pp.70. Ata da sessão do dia 27 de julho de 1935. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.1.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 31 de março de 1935, encerrado no dia 19 de outubro de 1936. pp.88-89. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.1.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 31 de março de 1935, encerrado no dia 19 de outubro de 1936. pp.108-09. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.1.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 31 de março de 1935, encerrado no dia 19 de outubro de 1936. pp.161-162. Ata da sessão do dia 7 de dezembro de 1935. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.1.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 31 de março de 1935, encerrado no dia 19 de outubro de 1936. pp.167-168. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.1.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 31 de março de 1935, encerrado no dia 19 de outubro de 1936. pp.194-198. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.1.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 21 de outubro de 1936, encerrado no dia 7 de maio de 1947. pp.18 e 19. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.2.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 21 de outubro de 1936, encerrado no dia 7 de maio de 1947. pp.25 e 26. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.2.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 21 de outubro de 1936, encerrado no dia 7 de maio de 1947. pp.54-56. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.2.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SERGIPE. Livro para registro de Atas iniciado a 21 de outubro de 1936, encerrado no dia 7 de maio de 1947. pp.88;97. Arquivo da Assembléia Legislativa do Estado de Sergipe, caixa Ata Sucinta, vol.2.

ARQUIVO DO JUDICIÁRIO

O processo analisado e este parecer podem ser localizados no Arquivo Geral do Judiciário, em Aracaju, no Fundo 1ª. Vara Criminal. Subsérie: Diversos. Data do documento: 1930. Caixa:2646. A petição de Maria Rita e o Termo da Audiência também foram publicados no Jornal "A Ordem". Aracaju, 27 de novembro de 1930. Ano I, n.8, p.7.

Os documentos que compõem este processo podem ser localizados no Arquivo Geral do Judiciário. Fundo: AJU/CTJ- Penal. Apelação Crime. Cx 14 – período 1927-1930. Acervo: 01. Módulo III. N. Geral –1401.

Documentos existentes no Arquivo Geral do Judiciário. Fundo TJ/GP – Sub-série: Provisão. Caixa: 03. Número Geral: 1845. Acervo: 01. Período 1920-1943. Módulo IV.

Os documentos deste processo, podem ser encontrados no Arquivo Geral do Judiciário, em Aracaju. Fundo: AJU/CTJ. Série: Civil. Subserie: Embargo. Caixa 19. Período: 1936. Acervo: 01. Módulo: III. N. geral: 1373.

CARTAS

Carta manuscrita, provavelmente escrita no final de junho e início de julho de 1930, de Maria Rita para Bertha Lutz. Localizada na CAIXA 43, AP46-FBPF, pacotilha: correspondência expedida pela FBPF – encadernada, referente ao período de 1929-1930.

Carta de Maria Rita para Bertha Lutz, datada de julho de 1930. Localizada na CAIXA 43, AP46-FBPF, pacotilha: correspondência expedida pela FBPF – encadernada, referente ao período de 1929-1930.

Carta datilografada, datada de 19 de setembro de 1930, localizada na CAIXA 43, AP46-FBPF, pacotilha: correspondência expedida pela FBPF – encadernada, referente ao período de 1929-1930.

Carta manuscrita enviada por Bertha Lutz a Maria Rita em 26 de fevereiro de 1931. Documento localizado na CAIXA 54, AP46-FBPF, pacotilha: expediente da FBPF. Data limite:1931.

Carta de autoria de Maria Rita Soares de Andrade escrita em 18/05/1931, destinada a Carmem Portinho, Bertha Lutz e Maria Luiza Bittencourt. Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro no Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Caixa 54, AP46-FBPF, pacotilha: expediente – FBPF; data limite: 1931.

Carta de autoria de Maria Rita Soares de Andrade escrita em 25/05/1931, destinada à Bertha Lutz,. Arquivo Nacional, Rio de Janeiro. Fundo da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Caixa 54, AP46-FBPF, pacotilha: expediente – FBPF; data limite: 1931.

Carta enviada por Bertha Lutz a Maria Rita Soares de Andrade em 3 de setembro de 1931. Documento localizado na CAIXA 54, AP46-FBPF, pacotilha: expediente da FBPF. Data limite:1931.

Carta de Maria Rita a Bertha Lutz, Carmen Portinho e Maria Luiza Bittencourt, datada de 26 de agosto de 1934. CAIXA 55, AP46-FBPF, pacotilha: expediente – FBPF; data limite: 1934 e sem data. Pasta: FBPF – 1934.

Carta de Maria Rita a Maria Luiza, datada de 28 de agosto de 1934. CAIXA 55, AP46-FBPF, pacotilha: expediente – FBPF; data limite: 1934 e sem data. Pasta: FBPF – 1934.

Carta datilografada datada de 11 de outubro de 1934, sem assinatura, apenas com o nome de Quintina Diniz datilografado, endereçada à Bertha Lutz e Carmen Portinho. CAIXA 55, AP46-FBPF, pacotilha: expediente da FBPF – data limite: 1934 e sem data. Acervo: Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

Carta de Maria Rita a Bertha Lutz, datada de 23 de março de 1935. CAIXA 56, AP46-FBPF, pacotilha: expediente – FBPF; data limite: 1935.

Carta de Cesartina Régis para Bertha Lutz, em 01 de agosto de 1936. CAIXA 56, AP46-FBPF, pacotilha: expediente da FBPF – data limite: 1936.

Carta de Bertha Lutz a Maria Rita em 19 de setembro de 1937. CAIXA 57, AP46-FBPF, pacotilha: expediente FBPF. Data limite: 1937.

DOCUMENTOS E RECORTES DE JORNAIS LOCALIZADOS NO ARQUIVO NACIONAL (Fundo da Federação Brasileira para o Progresso Feminino – FBPF)

O feminismo no Brasil. A advogada Maria Rita Soares de Andrade falla ao Jornal do Brasil do movimento feminista em Sergipe e de suas aspirações. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 25 de abril de 1930. Acervo: Arquivo Nacional, FBPF, AP-46. Caixa 46. Pacote 02.

Irreverência. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 24 de abril de 1930. Acervo: Arquivo Nacional, FBPF, AP-46. Caixa 46. Pacote 02.

Uma carta circular das directoras da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Jornal A Notícia. Rio de Janeiro, 26 de abril de 1930.; Quinzena Feminista. O decálogo da boa sócia. Jornal A Vanguarda. Rio de Janeiro, 26 de abril de 1930. Quinzena Feminista. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 3 de maio de 1930. O sub-título do artigo é “O ideal feminista é o ideal do Brasil”, afirma Dra. Maria Rita. Um outro jornal também divulgou a campanha no mesmo dia. A Quinzena Feminista. Jornal Vanguarda. Rio de Janeiro, 3 de maio de 1930. Acervo: Arquivo Nacional, FBPF, AP-46. Caixa 46. Pacote 02.

A irradiação feminista em Sergipe. O que nos disse, num encontro de acaso a doutora sergipana Maria Rita Soares de Andrade sobre o movimento feminista em sua terra. Jornal “A noite”. Rio de Janeiro, 22 de abril de 1930. Uma outra entrevista foi dada ao Jornal do Brasil, no mesmo período: O feminismo no Brasil. A advogada Maria Rita Soares de Andrade falla ao Jornal do Brasil do movimento feminista em Sergipe e de suas aspirações. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 25 de abril de 1930. Acervo: Arquivo Nacional, FBPF, AP-46. Caixa 46. Pacote 02.

O feminismo no Brasil. A advogada Maria Rita Soares de Andrade falla ao Jornal do Brasil do movimento feminista em Sergipe e de suas aspirações. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 25 de abril de 1930. Acervo: Arquivo Nacional, FBPF, AP-46. Caixa 46. Pacote 02.

Jornal "O Paiz", Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1930. "Quinzena Feminista", sem autoria identificada; "Jornal do Commercio", Rio de Janeiro, 20 de abril de 1930. "Federação Brasileira pelo Progresso Feminino", autoria não identificada; "Vanguarda", Rio de Janeiro, 26 de abril de 1930. "União Universitária Feminina – A primeira reunião social" – este mesmo texto foi publicado com o mesmo título no "Jornal do Brasil" Rio de Janeiro, 26 de abril de 1930; "Jornal do Brasil" Rio de Janeiro, 9 de maio de 1930 – "Quinzena feminista – 'O ideal feminista é o ideal do Brasil' afirma a Dra. Maria Rita."; "Jornal do Brasil" Rio de Janeiro, 31 de maio de 1930. "União Universitária Feminina – sua participação na Conferência Penal e Penitenciária." Os recortes de jornais estão na CAIXA 46 – AP46-FBPF- Datas Limites: 1929-1930, Pacotilha: 02

União Universitária Feminina – A participação na Conferência Penal e Penitenciária. Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, 31 de maio de 1930. Acervo: Arquivo Nacional, FBPF, AP-46. Caixa 46. Pacote 02.

CABRAL, Graziela. Sergipe e os ideais feministas. Correio da Manhã. Rio de Janeiro, 05 de outubro de 1930. Acervo: Arquivo Nacional, FBPF, AP-46. Caixa 47. Pacote 01.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1929. "A emancipação política feminina e o papel da mulher no lar." Bertha Lutz. CAIXA 47, AP-FBPF, pacotilha: 2 – Datas Limites: 1930-1931

O Jornal, Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1929. "Não há dique que resista a evolução social". Maria Esther Corrêa Ramalho. CAIXA 47, AP-FBPF, pacotilha: 2 – Datas Limites: 1930-1931

A mulher na Conferência Penal. Uma das delegadas desse certamen científico fala ao Diário de Notícias. Jornal Diário de Notícias. Salvador, 05 de julho de 1930. Acervo: Arquivo Nacional, FBPF, AP-46. Caixa 47. Pacote 01.

Enquete promovida pelo "Correio da Manhã", Rio de Janeiro, sobre a participação feminina na Academia Brasileira de Letras. Janeiro a abril de 1930. CAIXA 46 – AP46-FBPF- Datas Limites: 1929-1930, Pacotilha: 02

Enquete promovida pelo "Jornal A Notícia", Rio de Janeiro, com o tema: "uma brasileira vale um brasileiro?". Julho e agosto de 1930. CAIXA 47 – AP46-FBPF- Datas Limites: 1930, Pacotilha: 01

Mulher. Boletim da FBPF. Ano I, n.5. março de 1935. CAIXA 06, AP46-FBPF, pacotilha 1.data limite: 1934-1979.

Mulher. Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Ano I, n.3. dezembro de 1934. p.3. CAIXA 06, AP46-FBPF, pacotilha 1.data limite: 1934-1979.

SABINA, Maria. Expansão feminista no Norte" in: Mulher. Opinião Feminina Organizada. Boletim n.5. Rio de Janeiro, maio de 1936. p.3. CAIXA 06. AP46-FBPF. Pacotilha 1. Data Limite; 1934-1979.

EXPOSIÇÕES

“Maria Rita Soares de Andrade – Uma vida de amor à justiça”, realizado pela Presidência do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, material gentilmente cedido pela Assessoria de Comunicação Social. TRF – 2ª Região. Rio de Janeiro: julho de 1998.

“Século XX – Mulheres do Brasil” – Museu da República. Rio de Janeiro: maio de 2001.

“Aracaju de outrora (1900-1940)”. Mirante da Praia Formosa. Prefeitura Municipal de Aracaju. Fundação Municipal de Cultura Turismo e Esporte. Arquivo Público da Cidade de Aracaju. Aracaju: março de 2003.

“Aracaju de ontem e anteontem”. Fotografias de Aracaju antiga. Memorial de Sergipe. Aracaju: março de 2003.

“Aracaju: Rosa Faria e o 17 de Março”. As comemorações do 17 de março por Rosa Faria. Memorial de Sergipe. Aracaju: março de 2003.

JORNAIS E REVISTAS DE SERGIPE

O Horizonte

O Horizonte. Laranjeiras, 24 de dezembro de 1885. n.28, p.04

O Horizonte. Laranjeiras, 19 de fevereiro de 1886. n.36, p.04

O Larangeirense

O Larangeirense. Laranjeiras, 23 de janeiro de 1887. n.4, p.04.

O Larangeirense. Laranjeiras, 03 de dezembro de 1887.

O Larangeirense. Laranjeiras, 11 de dezembro de 1887. p.03.

O Larangeirense. Laranjeiras, 02 de dezembro de 1888. n.97, p.04, col. 1-3.

O Estado de Sergipe

O Estado de Sergipe, Aracaju, 07 de maio de 1909.

Gazeta de Sergipe

Gazeta de Sergipe, 01 de janeiro de 1890, Ano I, n.1, p.4. col.1.

Gazeta de Sergipe, 02 de fevereiro de 1890, Ano I, n.27, p.3. col.5.

Gazeta de Sergipe, 15 de março de 1890, Ano I, n.62, p.2. col.3.

Gazeta de Sergipe, 06 de março de 1930. Ano V. n.670. p.1. col.4.

Gazeta de Sergipe, 08 de março de 1930. n.672, p.1 col 6.

Jornal da Cidade, Aracaju

Jornal da Cidade. Aracaju, 23 de março de 2002. Caderno E, p.7.

Mulher Pioneira. Entrevista Maria Thétis Nunes. Jornal da Cidade. Aracaju, 23 de março de 2003. Caderno Saúde + Educação.

Diário de Aracaju

Diário de Aracaju, 09 de abril de 1974. Ano VII, n. 3.311, p. 5.

Correio de Aracaju

Correio de Aracaju, 04 de janeiro de 1906, ano I, n.19, p.4. col.4-5.
Correio de Aracaju, 04 de janeiro de 1907. Ano II, n.19, p.4, col.4-5.
Correio de Aracaju, 10 de janeiro de 1907. Ano II, n.20, p.4, col.1.
Correio de Aracaju, 17 de janeiro de 1907. Ano II, n.21, p.4, col.1.
Correio de Aracaju, 18 de janeiro de 1907. Ano II, n.22, p.4, col.1.
Correio de Aracaju, 20 de janeiro de 1907. Ano II, n.23, p.4, col.1.
Correio de Aracaju, 20 de janeiro de 1907. Ano II, n.23, p.3, col.5.
Correio de Aracaju, 24 de janeiro de 1907. Ano II, n.24, p.4, col.2.
Correio de Aracaju, 24 de janeiro de 1907. Ano II, n.24, p.3, col.3.
Correio de Aracaju, 27 de janeiro de 1907. Ano II, n.25, p.4, col.1.
Correio de Aracaju, 27 de janeiro de 1907. Ano II, n.25, p.3, col.5.
Correio de Aracaju, 31 de janeiro de 1907. Ano II, n.26, p.4, col.1.
Correio de Aracaju, 31 de janeiro de 1907. Ano II, n.26, p.3, col.3-4.
Correio de Aracaju, 31 de janeiro de 1907. Ano II, n.26, p.3, col.4.
Correio de Aracaju, 03 de fevereiro de 1907. Ano II, n.27, p.4, col.1.
Correio de Aracaju, 03 de fevereiro de 1907. Ano II, n.27, p.4, col.2.
Correio de Aracaju, 07 de fevereiro de 1907. Ano II, n.28, p.3, col.4.
Correio de Aracaju, 30 de maio de 1907. Ano II, n.60, p.3, col.5.
Correio de Aracaju, 30 de maio de 1907. Ano II, n.60, p.4, col.1.
Correio de Aracaju, 02 de junho de 1907. Ano II, n.61, p.4, col.1.
Correio de Aracaju, 06 de junho de 1907. Ano II, n.62, p.4, col.1.
Correio de Aracaju, 13 de junho de 1907. Ano II, n.64, p.4, col.3.
Correio de Aracaju, 16 de junho de 1907. Ano II, n.65, p.4, col.3.
Correio de Aracaju, 20 de junho de 1907. Ano II, n.66, p.4, col.3.
Correio de Aracaju, 23 de junho de 1907. Ano II, n.68, p.4, col.3.
Correio de Aracaju, 11 de julho de 1907. Ano II, n.71, p.4, col.4.
Correio de Aracaju, 14 de julho de 1907. Ano II, n.72, p.4, col.5.
Correio de Aracaju, 25 de julho de 1907. Ano II, n.75, p.4, col.3.
Correio de Aracaju, 05 de dezembro de 1907. Ano II, n.112, p.2, col.3-4.
Correio de Aracaju, 01 de dezembro de 1907. Ano II, n.111, p.2, col.5.
Correio de Aracaju, 05 de dezembro de 1907. Ano II, n.112, p.2, col.2-3.
Correio de Aracaju, 16 de janeiro de 1908. Ano III, n.123, p.3, col.5.
Correio de Aracaju, 19 de janeiro de 1908. Ano III, n.124, p.4, col.1.
Correio de Aracaju, 23 de janeiro de 1908. Ano III, n.125, p.4, col.1.

Correio de Aracaju, 26 de janeiro de 1908. Ano III, n.126, p.4, col.1.
 Correio de Aracaju, 02 de fevereiro de 1908. Ano III, n.128, p.4, col.1.
 Correio de Aracaju, 02 de fevereiro de 1908, ano III, n.128, p.3. col.5.
 Correio de Aracaju, 13 de fevereiro de 1908. Ano III, n.131, p.3, col.4.
 Correio de Aracaju, 16 de fevereiro de 1908. Ano III, n.132, p.3, col.4.
 Correio de Aracaju, 20 de fevereiro de 1908. Ano III, n.133, p.4, col.4
 Correio de Aracaju, 23 de fevereiro de 1908. Ano III, n.134, p.4, col.4.
 Correio de Aracaju, 27 de fevereiro de 1908. Ano III, n.135, p.4, col.4.
 Correio de Aracaju, 1^o de março de 1908. Ano III, n.136, p.4, col.4.
 Correio de Aracaju, 05 de março de 1908. Ano III, n.137, p.4, col.4.
 Correio de Aracaju, 08 de março de 1908. Ano III, n.138, p.4, col.4.
 Correio de Aracaju, 12 de março de 1908. Ano III, n.139, p.4, col.4.
 Correio de Aracaju, 14 de maio de 1908. Ano III, n.156, p.1, col.2.
 Correio de Aracaju, 03 de setembro de 1908, ano III, n.187, p.2. col.5.
 Correio de Aracaju, 06 de setembro de 1908. Ano III, n.188, p.1, col.1.
 Correio de Aracaju, 10 de setembro de 1908. Ano III, n.189, p.4, col.2.
 Correio de Aracaju, 14 de setembro de 1908. Ano III, n.190, p.4, col.4.
 Correio de Aracaju, 18 de setembro de 1908. Ano III, n.191, p.4, col.4.
 Correio de Aracaju, 22 de setembro de 1908. Ano III, n.192, p.4, col.4.
 Correio de Aracaju, 29 de novembro de 1908. Ano III, n.212, p.2, col.3.
 Correio de Aracaju, 03 de dezembro de 1908. Ano III, n.213, p.3, col.2.
 Correio de Aracaju, 03 de dezembro de 1908. Ano III, n.213, p.1, col.3.
 Correio de Aracaju, 03 de dezembro de 1908. Ano III, n.213, p.2, col.3.
 Correio de Aracaju, 03 de dezembro de 1908, ano III, n.213, p.3, col.2.
 Correio de Aracaju, 06 de dezembro de 1908, ano III, n.214, p.3. col.2.
 Correio de Aracaju, 10 de dezembro de 1908. Ano III, n.215, p.2, col.3.
 Correio de Aracaju, 26 de Setembro de 1916. Ano IX, n.1894. p.1.
 Correio de Aracaju, 12 de janeiro de 1924.
 Correio de Aracaju, 13 de outubro de 1934.
 Correio de Aracaju, 16 de outubro de 1934, n.179, p.1. col 4-5
 Correio de Aracaju, 19 de outubro de 1934, n.182, p.1. col.3.
 Correio de Aracaju, 20 de outubro de 1934, n.183, p.2. col.1
 Correio de Aracaju, 23 de outubro de 1934, n.185, p.4. col.4.
 Correio de Aracaju, 25 de outubro de 1934, n.186, p.4. col.1/2.

Diário Oficial

Diário Oficial do Estado de Sergipe. Aracaju, de 06 a 10 de maio de 1916.
 Diário Oficial do Estado de Sergipe. Aracaju, 12 de janeiro de 1920. p.816.
 Diário Oficial do Estado de Sergipe, 1^o. de setembro de 1925.pp.5824-5825
 Diário Oficial. Ano XIII, n.3373. Aracaju, 13 de agosto de 1931, p.25363, col.3.
 Diário Oficial. Ano XIII, n.3374. Aracaju, 14 de agosto de 1931, p.25374, col.3.
 Diário Oficial. Ano XIII, n.3396. Aracaju, 10 de setembro de 1931, p.25617, col.1.
 Diário Oficial. Ano XIII, n.3400. Aracaju, 15 de setembro de 1931, p.25681, col.1.
 Diário Oficial de Sergipe, no dia 15 de outubro de 1934.
 Diário Oficial do Estado de Sergipe, 07 de setembro de 1957.

Diário da Manhã

Diário da Manhã, 15 de dezembro de 1914.
Diário da Manhã, 14 de janeiro de 1915. Ano IV, n. 120. p.3.col. 1.
Diário da Manhã, 17 de janeiro de 1915. Ano IV, n.1.123, p.3 col. 2.
Diário da Manhã, 19 de janeiro de 1915. Ano IV, n.1.124, p.3 col. 2.
Diário da Manhã, 20 de janeiro de 1916. Ano VI, n.1.407, p.3. col.5.
Diário da Manhã, 25 de janeiro de 1916. Ano VI, n.1.411, p.3. col. 4.
Diário da Manhã, 02 de fevereiro de 1916. Ano VI, n.1.418, p.3. col. 3.
Diário da Manhã, 05 de fevereiro de 1916. Ano VI, n.1.420. p.1. col. 1 a 3.
Diário da Manhã, 22 de fevereiro de 1916. Ano VI, n.1.434, p.3. col. 5.
Diário da Manhã, 23 de fevereiro de 1916. Ano VI, n.1.435, p.3. col. 3.
Diário da Manhã, 15 de março de 1916. Ano VI, n.1.451, p.2. col. 1 e 2.
Diário da Manhã, 25 de março de 1916. Ano VI, n.1.460, p.1. col. 4 e 5 e p.2. col. 1 a 3.
Diário da Manhã, 08 de abril de 1916. Ano VI, n.1.472. p.1. col. 4 e 5.
Diário da Manhã, 28 de abril de 1916. Ano VI, p.2. col.2.
Diário da Manhã, 18 de maio de 1916. Ano VI, n.1.500. p.1. col.1.
Diário da Manhã, 21 de maio de 1916. Ano VI, n.1.502. p.1. col.3 e 4.
Diário da Manhã, 27 de maio de 1916. Ano VI, n.1.507. p.2. col.1 e 2.
Diário da Manhã, 30 de maio de 1916. Ano VI, n.1.509. p.1. col.5.
Diário da Manhã, 20 de agosto de 1916. Ano VI, n.1.572. p.1. col.5.
Diário da Manhã, 30 de agosto de 1916. Ano VI, n.1.580. p.1. col.3.
Diário da Manhã, 14 de setembro de 1916. Ano VI, n.1.591. p.2. col.3 e 4.
Diário da Manhã, 26 de setembro de 1916. Ano VI, n.1.601, p.1. col. 1 e 2.
Diário da Manhã, 27 de setembro de 1916. Ano VI, n.1.602, p.1. col. 5.
Diário da Manhã, 22 de outubro de 1916. Ano VI, n.1.623, p.2. col. 2, 3 e 4.
Diário da Manhã, 28 de outubro de 1916. Ano VI, n.1.627, p.1. col. 5.
Diário da Manhã, 05 de novembro de 1916. Ano VI, n.1.632, p.3. col. 1 e 2.
Diário da Manhã, 22 de novembro de 1916.
Diário da Manhã, 17 de dezembro de 1916. Ano VI, n. 1.666, p.1. col. 5.

A Ordem

- Lamentável Attitude. In: Jornal “A Ordem”. Aracaju, 20 de novembro de 1930. Ano I, n.2. p.3.
- Academia Sergipana de Letras. In: Jornal “A Ordem”, Ano I, n. 41. Aracaju, 14 de janeiro de 1931. p.2. col. 3.

Século XX

Século XX. Aracaju, 07 de maio de 1919.

Diário de Aracaju

Diário de Aracaju. Aracaju, 09 de abril de 1974.

Jornal da Cidade

Jornal da Cidade. Aracaju, 09 e 10 de fevereiro de 2003. Caderno Variedades. p. A5.

Sergipe Unido

Sergipe Unido. Aracaju, abril de 1935.

Almanack de Sergipe

Almanack de Sergipe para 1927. Anno I, n.1. Aracaju: editora Gráfica Guttemberg, 1927.

Almanack de Sergipe para 1928. Anno I, n.2. Aracaju: editora Gráfica Guttemberg, 1928.

Revista Renovação

Renovação. Ano I. n. 1. 1º de janeiro de 1931. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano I. n. 2. 15 de janeiro de 1931. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano I. n. 3. 1º de fevereiro de 1931. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano I. n. 4. 15 de fevereiro de 1931. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano I. n. 5. 1º de março de 1931. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano I. n. 6. 15 de março de 1931. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano I. n. 7. 1º de abril de 1931. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano I. n. 8. 15 de abril de 1931. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano I. n. 9. 1º de maio de 1931. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano I. n. 10. 15 de maio de 1931. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano I. n. 11. 1º de junho de 1931. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano I. n. 12. 15 de junho de 1931. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano I. n. 13. 13 de julho de 1931. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano I. n. 14. 1º de agosto de 1931. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano I. n. 15. 15 de agosto de 1931. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano I. n. 16. 1º de setembro de 1931. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano I. n. 17. 15 de setembro de 1931. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano I. n. 18. 1º de outubro de 1931. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano I. n. 19. 24 de outubro de 1931. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano I. n. 20. 15 de novembro de 1931. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano I. n. 21. 1º de dezembro de 1931. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano II n. 22. 1º de janeiro de 1932. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano II n. 23. 15 de janeiro de 1932. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano II n. 24. 21 de fevereiro de 1932. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano II n. 25. 1º de março de 1932. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano II n. 26. 15 de março de 1932. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano II n. 27. 15 de abril de 1932. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano II n. 28. maio de 1932. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano II n. 29. junho de 1932. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano II n. 30. julho de 1932. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano II n. 31. setembro de 1932. Aracaju: Casa Ávila.

Renovação. Ano III n. 32. janeiro de 1934. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano III n. 33. fevereiro de 1934. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano III n. 34. março de 1934. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano III n. 32. abril de 1934. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano III n. 36. maio de 1934. Aracaju: Casa Ávila.
Renovação. Ano III n. 37. junho de 1934. Aracaju.
Renovação. Ano III n. 38. julho de 1934. Aracaju.
Renovação. Ano III n. 39. agosto de 1934. Aracaju.
Renovação. Ano III n. 40. setembro de 1934. Aracaju.

JORNAIS E REVISTAS DE OUTROS ESTADOS

Jornal do Brasil

Jornal do Brasil, 06 de abril de 1974.
Maria Rita Soares de Andrade – Uma feminista convicta sempre cercada de amigos e trabalhos.
Jornal do Brasil, 09 de abril de 1984.

Jornal O Globo

Jornal “O Globo”. Rio de Janeiro, 23 de março de 1995.

Diário Oficial da República

Diário Oficial da República em 26 de abril de 1926. Relatório do Dr. Bernardino José de Souza.

Correio da Manhã, Rio de Janeiro

O feminismo em Sergipe. O que pensa a respeito o futuro Presidente do Estado. Correio da Manhã.
Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1930.

Jornal do Brasil, Rio de Janeiro

Jornal do Brasil, 06 de abril de 1974.

A N E X O S

ANEXO 1

INSTITUIÇÕES	LOCALIZAÇÃO	DOCUMENTOS PESQUISADOS																
		Livros de Atas	Livros de Correspondências Recebidas ou Expedidas	Revistas	Jornais	Regulamentos, Regimentos e Pareceres	Mensagens Governamentais e Presidenciais	Bibliografia sobre Educação, Imprensa, História Literária de Sergipe	Imagens e Fotos	Anuários Censitários	Processos	Teses, Dissertações e Monografias relacionados com a Temática da pesquisa	Discursos de Acadêmicos	Cartas	Exposições	Programação de Eventos	Ofícios Diversos	Textos de autoria de Quintina Diniz de Oliveira, Itala Silva de Oliveira e Maria Rita Soares de Andrade
• Biblioteca Municipal Clodomir Silva	Aracaju							X							X			
• Instituto Histórico Geográfico de Sergipe (IHGS)	Aracaju	X		X	X	X	X	X	X	X								X
• Biblioteca Pública Epiphâneo Dórea (BPED)	Aracaju			X	X	X	X	X							X			X
• Arquivo do Instituto de Educação rui Barbosa	Aracaju	X	X						X									
• Arquivo do Colégio Atheneu	Aracaju	X	X			X												X
• Arquivo Público de Sergipe	Aracaju																X	

INSTITUIÇÕES	LOCALIZAÇÃO	DOCUMENTOS PESQUISADOS																
		Livros de Atas	Livros de Correspondências	Revistas	Jornais	Regulamentos, Regimentos e Pareceres	Mensagens Governamentais e Presidenciais	Bibliografia sobre Educação, Imprensa, História Literatura de Sergipe	Imagens e Fotos	Anuários Censitários	Processos	Teses, Dissertações e Monografias relacionados com a Temática da pesquisa	Discursos de Acadêmicos	Cartas	Exposições	Programação de Eventos	Ofícios Diversos	Textos de autoria de Quintina Diniz de Oliveira, Itala Silva de Oliveira e Maria Rita Soares de Andrade
• Arquivo da Assembleia Legislativa	Aracaju	X				X	X										X	X
• Academia Sergipana de Letras	Aracaju							X					X					
• Academia de Medicina de Sergipe	Aracaju												X					
• Museu Médico de Sergipe	Aracaju														X			
• Instituto Tobias Barreto de Educação e Cultura	Aracaju			X	X			X	X				X					
• Arquivo Geral do Judiciário	Aracaju									X	X							
• Memorial de Sergipe	Aracaju								X						X	X		
• Biblioteca Central da UFS	São Cristóvão							X				X						

INSTITUIÇÕES	LOCALIZAÇÃO	DOCUMENTOS PESQUISADOS																
		Livros de Atas	Livros de Correspondências	Revistas	Jornais	Regulamentos, Regimentos e Pareceres	Mensagens Governamentais e Presidenciais	Bibliografia sobre Educação, Imprensa, História Literária de Sergipe	Imagens e Fotos	Anuários Censitários	Processos	Teses, Dissertações e Monografias relacionados com a Temática da pesquisa	Discursos de Acadêmicos	Cartas	Exposições	Programação de Eventos	Ofícios Diversos	Textos de autoria de Quintina Dimiz de Oliveira, Itala Silva de Oliveira e Maria Rita Soares de Andrade
• Programa de Documentação e Pesquisa Histórica – Departamento de História (UFS)	São Cristóvão											X						
• Memorial de Medicina da Bahia	Salvador	X																X
• Instituto Histórico e Geográfico da Bahia	Salvador	X		X	X			X										
• Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FE/USP)	São Paulo			X	X							X						
• Biblioteca Mário de Andrade	São Paulo			X														X

INSTITUIÇÕES	LOCALIZAÇÃO	DOCUMENTOS PESQUISADOS																	
		Livros de Atas	Livros de Correspondências	Revistas	Jornais	Regulamentos, Regimentos e Pareceres	Mensagens Governamentais e Presidenciais	Bibliografia sobre Educação, Imprensa, História Literária de Sergipe	Imagens e Fotos	Anuários Censitários	Processos	Teses, Dissertações e Monografias relacionadas com a Temática da pesquisa	Discursos de Acadêmicos	Cartas	Exposições	Programação de Eventos	Ofícios Diversos		
• Biblioteca da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (FE/UNICAMP)	Campinas											X							Textos de autoria de Quintina Diniz de Oliveira, Itala Silva de Oliveira e Maria Rita Soares de Andrade
• Arquivo Edgard Seuenroth (Instituto de Filosofia e Ciências Humanas FCH/UNICAMP)	Campinas			X	X							X				X			
• Centro de Memória da UNICAMP (UNICAMP)	Campinas											X							
• Arquivo Nacional Fundo: Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (AP-46)	Rio de Janeiro	X	X	X	X	X			X							X	X	X	X

INSTITUIÇÕES	LOCALIZAÇÃO	DOCUMENTOS PESQUISADOS																	
● Biblioteca Nacional ● Fundação Casa de Rui Barbosa	Rio de Janeiro	Livros de Atas	Livros de Correspondências Recebidas ou Expedidas	Revistas	Jornais	Regulamentos, Regimentos e Pareceres	Mensagens Governamentais e Presidenciais	Bibliografia sobre Educação, Imprensa, História Literatura de Sergipe	Imagens e Fotos	Anuários Censitários	Processos	Teses, Dissertações e Monografias relacionados com a Temática da pesquisa	Discursos de Acadêmicos	Cartas	Exposições	Programação de Eventos	Ofícios Diversos	X	Textos de autoria de Quintina Diniz de Oliveira, Itala Silva de Oliveira e Maria Rita Soares de Andrade
	Rio de Janeiro			X	X														

ANEXO 2

Listagem dos professores de Itala Silva de Oliveira na Faculdade de Medicina da Bahia, 1927.

Director – Professor Dr. Augusto Cesar Viana.

Vice-Director – Professor Dr. Augusto de Couto Maia.

Secretário – Dr. J. Pinto Soares Filho.

Professores Cathedratcos

Doutores

Álvaro Campos de Carvalho
Antonio de Amaral F. Muniz
M. Augusto Pirajá da Silva
Euvaldo Diniz Gonçalves
Raphafel Menezes da Silva
Eduardo Diniz Gonçalves
Mario Andréa dos Santos
Aristides Novis
Sabino Silva
Augusto Cesar Vianna
Antonio Bezerra R. Lopes
Octavio Torres
Antonio do Prado Valladares
Leoncio Pinto
Fernando Luz
Caio O. F. de Moura
Antonio B. Freitas Borja
Antonio Ignácio de Menezes
Fernando J. de S. Pinto
José Olympio da Silva
Almir Sá Cardoso de Oliveira
Aristides Pereira Maltez
J. de Aguiar Costa Pinto
Estácio L. Valente de Lima
Alfredo Couto Britto
Mario C. da Silva Leal
Joaquim Martagão Gesteira
Durval Tavares da Gama
Albino A. da Silva Leitão
Eduardo Rodrigues de Moraes

Materias que Leccionam

Physica
Chimica Geral e Mineral
Biologia Geral e Parasitologia
Chimica orgânica e Biologica
Anatomia Humana – 2ª Cadeira
Anatomia Humana – 1ª Cadeira
Histologia
Physiologia – 1ª Cadeira
Physiologia – 2ª Cadeira
Microbiologia
Pharmacologia
Pathologia Geral
Chimica-Medica-Propedeutica
Anatomia Pathologica
Clinica Cirurgica – 1ª Cadeira
Clinica Cirurgica – 2ª Cadeira
Clinica Cirurgica – 3ª Cadeira
Medicina Operatoria
Therapeutica
Clinica Medica – 1ª Cadeira
Clinica Obstetrica
Clinica Gynecologica
Hygiene
Medicina Legal
Clinica Neuriatrica
Clinica Psychiatrica
Clinica Pediátrica
Clinica Cirúrgica Orthopedica Infantil
Clinica Dermatologica e Syphiligraphica
Clinica Oto-Rhino-Laryngologica

João Cezario de Andrade

Clinica Ophtalmologica
Pathologia Medica
Clinica Medica – 2ª Cadeira
Obstetricia
Medicina Tropical

Professores Substitutos

Doutores

8ª Secção – Augusto de Couto Maia

15ª Secção – Agrippino Barbosa

16ª Secção – Flaviano I. da Silva

18ª Secção – Alexandre A. de Carvalho

Professores Cathedraticos em disponibilidade

Doutores

Sebastião Cardoso

J.R. da Costa Dorea

Josino Corrêa Cotias

João Américo Garcez Fróes

J.E. Freire de Carvalho Filho

Menandro dos Reis Meirelles Filho

Luiz Pinto de Carvalho

João Evangelista de C. Cerqueira

Adriano dos Reis Gordilho

Aurélío Rodrigues Vianna

Alfredo Ferreira de Magalhães

Gonçalo Muniz Sodré de Aragão

José Adeodato de Souza

João Martins da Silva

Professores Honorarios

Doutores

Juliano Moreira

Carlos Chagas

Thiago D'Almeida

